

ALDA VITÓRIA GUERREIRO CEREJO ALEGRE BALTAZAR

**A CONTINUIDADE SOCIOCULTURAL
E A ENCRUZILHADA DO DESENVOLVIMENTO RURAL:
UM CONCELHO DO BAIXO-ALENTEJO**

Dissertação de Mestrado
em Sociologia

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
1996

ALDA VITÓRIA GUERREIRO CEREJO ALEGRE BALTAZAR

**A CONTINUIDADE SOCIOCULTURAL
E A ENCRUZILHADA DO DESENVOLVIMENTO RURAL:
UM CONCELHO DO BAIXO-ALENTEJO**



83 207

Dissertação de Mestrado
em Sociologia

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
1996

**A Continuidade Sociocultural e a Encruzilhada do Desenvolvimento Rural:
Um Concelho do Baixo-Alentejo**

**TESE DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM SOCIOLOGIA NA VARIANTE RECURSOS HUMANOS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

ORIENTADOR:

Prof. Doutor Francisco Martins Ramos

MESTRANDA:

Alda Vitória G. Cerejo Alegre Baltazar

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA
NOVEMBRO 1996**

AGRADECIMENTOS

Convicta de que os contributos que recebi consolidaram os alicerces fundamentais deste trabalho intelectual, por isso, abdicando de quaisquer propósitos de mero formalismo académico, cumpre-me dirigir algumas palavras de apreço a quem, por razões diversas, se disponibilizou e viabilizou a consecução deste projecto de investigação.

Ao meu orientador Prof. Doutor Francisco Martins Ramos, endereço o meu primeiro e mais profundo agradecimento, pelo modo inexcedível como, desde sempre, acompanhou este processo de construção intelectual, cujos ensinamentos que me transmitiu se revelaram assaz valiosos no equilíbrio, que julgo fundamental, entre as exigências teórico-científicas e a liberdade intelectual que se impunham.

Ao painel de especialistas, nomeadamente ao Prof. Doutor Eduardo Figueira, Prof. Doutor Manuel Patrício e Prof. Doutor Vítor Trindade, desejo manifestar o meu apreço, pela forma solícita e interessada como se disponibilizaram a analisar o instrumento de análise empírica construído e aplicado no âmbito desta pesquisa, cujas sugestões bastante contribuíram para aprofundar a sua consistência.

Ao meu colega e amigo Dr. Carlos Alberto Silva, expresso o meu reconhecimento particular, pelo contributo prestado na organização informática e tratamento estatístico dos dados, bem como pelo apoio, sugestões e incentivo sistemáticos ao longo deste percurso comum.

Um lugar de destaque merecem, igualmente, os professores, encarregados de educação e alunos das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Castro Verde, pelo empenhamento e celeridade que imprimiram ao processo de aplicação e preenchimento dos inquéritos por questionário, cuja atitude rigorosa e interessada se revelou determinante no cumprimento dos prazos estabelecidos.

Ao Mestre José Luís Ildefonso Ramalho, Dr.ª Eugénia Maria Rosa Álvaro e Dr.ª Isabel Maria C. F. Gonçalves de Brito, pela cedência dos

respectivos trabalhos de investigação que efectuaram no âmbito do contexto geográfico analisado.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, Fernando de Sousa Caeiros e ao desenhador António Marques, reconhecidamente agradeço o apoio explícito ao nível da documentação e mapificação relativas ao espaço geográfico concelhio.

Igualmente, a minha palavra de reconhecimento à Dr.^a Lúgia Várzea, pela disponibilização de informação relativa à estrutura funcional da Somincor.

O meu sincero agradecimento dirijo-o, também, à Dr.^a Maria Luísa C. Soveral Rodrigues Góis, pelos dados estatísticos referentes ao Ministério do Trabalho e Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Agradeço, também, à Direcção Regional de Educação do Alentejo, a autorização oficialmente concedida no sentido da aplicação do inquérito por questionário em todas as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Castro Verde.

Ao Jorge Monteiro, pretendo exprimir o meu reconhecimento, pelo profissionalismo evidenciado na apresentação gráfica da informação e na impressão do documento final.

Finalmente, uma palavra de apreço aos meus familiares mais directos, pela forma com souberam entender a exigência de total disponibilidade que uma trajectória de investigação inevitavelmente impõe.

Índice

RELAÇÃO DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS	6
INTRODUÇÃO	9
PRIMEIRA PARTE: O TEMA.....	16
A - DA PROBLEMÁTICA AO PROBLEMA DA PESQUISA.....	17
CAPÍTULO 1 - CONCEPTUALIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO	17
1.1 A Continuidade Sociocultural e seus Conteúdos Sociológicos.....	17
1.2 A Dinâmica das Identidades e dos Processos de Socialização.....	35
1.3 Representações Sociais: Valores e Aspirações	53
1.4 A Encruzilhada do Desenvolvimento em Espaço Rural.....	64
CAPÍTULO 2 - VECTORES FUNDAMENTAIS DE ANÁLISE.....	77
B - A METODOLOGIA.....	82
CAPÍTULO 3 - DA MATRIZ METODOLÓGICA À OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA	82
3.1 Delineamento da Pesquisa	82
3.2 Procedimentos de Análise Empírica	90
SEGUNDA PARTE: O CONTEXTO	99
C - ENQUADRAMENTO REGIONAL	102
CAPÍTULO 4 - O ESPAÇO SOCIOGEOGRÁFICO.....	102
4.1 Localização e Estrutura Demográfica	102
D - O PROCESSO E AS CONSEQUÊNCIAS DA RECENTE DINÂMICA SÓCIO-ECONÓMICA	110
CAPÍTULO 5 - O FENÓMENO INDUSTRIAL MINEIRO NEVES-CORVO	110
5.1 Gênese, Impacto e Repercussões Sociais.....	110
5.2 A Realidade Sociocultural: Diagnóstico da Situação Actual.....	120
TERCEIRA PARTE: A CONTINUIDADE SOCIOCULTURAL.....	126
E - O PROCESSO GERADOR DAS OPÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS DOS JOVENS ACTORES SOCIAIS	127
CAPÍTULO 6 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA INFÂNCIA.....	127
6.1 Esquemas Valorativos e de Percepção Social.....	127
6.2 Ambições e Expectativas de Vida.....	145
6.3 Produção Textual e Iconográfica do Universo Valorativo Estruturador das Representações Sociais	160
F - IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS DAS OPÇÕES DETECTADAS NO QUADRO DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	177
CAPÍTULO 7 - O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E A CONTINUIDADE SOCIOCULTURAL.....	177
7.1 O Mundo Rural e os Desafios da Actualidade	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
BIBLIOGRAFIA	192
ANEXOS	203

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1 - Universo Profissional dos Pais face ao Contexto Sócio-Escolar dos Inquiridos	88
Figura 2 - Universo Valorativo das Preferências Escolares face ao Contexto Sócio-Escolar	130
Figura 3 - Universo Valorativo dos Interesses de Lazer face ao Contexto Sócio-Escolar	133
Figura 4 - Universo Valorativo da Imagem Televisada face ao Sexo, Grupo Etário e Contexto Sócio-Escolar	135
Figura 5 - Universo Valorativo do Tipo de Livros face ao Contexto Sócio-Escolar	137
Figura 6 - Universo Valorativo dos Acontecimentos Locais face ao Contexto Sócio-Escolar	141
Figura 7 - Universo Valorativo dos Grupos Sociais de Pertença face ao Contexto Sócio-Escolar	143
Figura 8 - As Opções Profissionais face ao Universo Profissional dos Pais	154
Figura 9 - As Opções Profissionais face ao Sexo e Contexto Sócio-escolar.....	155
Figura 10 - Ambições Socioprofissionais(imagem) face ao Contexto Geográfico Concelhio (Freguesias)	157
Figura 11 - Ambições Socioprofissionais (texto) face ao Contexto Geográfico Concelhio (Freguesias)	158
Figura 12 - As Opções de Residência Futura face ao Sexo e Contexto Sócio-Escolar	160

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da População Residente.....	103
Gráfico 2 - Distribuição da População por Dimensão de Lugares	104
Gráfico 3 - Variação Populacional.....	105
Gráfico 4 - População Activa por Sector de Actividade Económica.....	107
Gráfico 5 - Pirâmide Etária do Concelho de Castro Verde	108
Gráfico 6 - Peso da Estrutura Funcional da Somincor	114
Gráfico 7 - Empresas por Actividade Económica	115
Gráfico 8 - População Activa por Actividade Económica.....	117
Gráfico 9 - Preferências face às Áreas Disciplinares	129
Gráfico 10 - Interesses face às Actividades de Lazer	132
Gráfico 11 - Interesses face à Imagem Televisionada	134
Gráfico 12 - Preferências face ao Tipos de Livros	136
Gráfico 13 - Preferências face aos Acontecimentos Locais	139
Gráfico 14 - Níveis de Participação face aos Grupos Sociais de Pertença.....	142
Gráfico 15 - Percepção das Necessidades do Meio segundo o Contexto Social de Pertença	144
Gráfico 16 - Universo Profissional Desejado.....	147
Gráfico 17 - Preferências de Residência Futura segundo o Local de Residência Actual.....	150

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro I - Categorias de Análise da Identidade.....	52
Quadro II - Caracterização da Unidade de Análise	85
Quadro III - Tipologia de Valores das Opções Profissionais	148
Quadro IV - Universo Valorativo das Opções Profissionais face ao Contexto Social de Pertença.....	149
Quadro V - Tipologia de Valores das Opções de Residência Futura.....	152
Quadro VI - Universo Valorativo das Opções de Residência Futura face ao Contexto Social de Pertença.....	153

RELAÇÃO DE MAPAS

Mapa 1 - Enquadramento Regional da Área em Estudo por Unidades Territoriais	100
Mapa 2 - Distrito de Beja e Posição Geográfica do Concelho de Castro Verde	101
Mapa 3 - Divisão Administrativa do Concelho de Castro Verde e População Residente por Freguesia	101

INTRODUÇÃO

A presente dissertação representa um estudo sociológico do fenómeno da continuidade sociocultural, cuja natureza prospectiva se inscreve nas abordagens actualizadas de encarar o social como uma entidade em permanente construção, que carece de uma visão dinâmica dialogicamente concebida em função de uma dimensão espácio-temporal que viabilize o acesso ao permanente jogo dos actores sociais, onde as regras impostas e construídas vão definindo e estruturando as suas próprias trajectórias de vida.

A Continuidade Sociocultural e a Encruzilhada do Desenvolvimento em Espaço Rural enquadra-se, assim, numa perspectiva dialéctica que sistematicamente coloca em interacção mecanismos de reprodução social, que tendem a sustentar as vertentes mais tradicionais dos sistemas socioculturais e factores de mudança, responsáveis pela emergência de novas ênfases valorativas e novos posicionamentos que, ao interferirem no processo de desenvolvimento da sociedade, constituem a dimensão essencial da construção colectiva do nosso futuro comum.

A interpretação do fenómeno, por via das novas concepções de desenvolvimento em espaço rural, pretende antecipar as condições subjectivas e contextualizadas que tendem a prefigurar-se no horizonte motivacional das gerações mais jovens, no sentido de se percepcionarem os caminhos prováveis que certamente irão condicionar o percurso desejável do equilíbrio e integração do espaço rural.

Deste modo, o processo de construção intelectual que se apresenta ao longo deste trabalho de pesquisa analítica e empírica, decorre do propósito essencial que visa articular de forma lógica e coerente as conceptualizações recenseadas, ao nível dos conteúdos sociológicos inerentes à problemática da continuidade sociocultural, com as dimensões de análise empírica do fenómeno que se definiram para alcançar, de modo contextualizado, a sua visibilidade social.

O enquadramento geográfico que aqui se privilegia diz respeito ao concelho de Castro Verde, espaço rural da região do Baixo-Alentejo que, desde 1981, começou a assumir uma singularidade evidente no contexto regional em que se insere por via da implementação do Projecto Industrial Mineiro Neves-Corvo, cujas repercussões se revelaram determinantes na revitalização económica e sociocultural da sociedade local. Foi, sem dúvida, o facto de ter vivenciado de modo permanente esta nova dinâmica e uma experiência profissional como docente do 1º Ciclo do Ensino Básico que suscitaram a emergência do universo conceptual e das dimensões de análise empírica que particularizam esta pesquisa.

De facto, ao optar por uma unidade de análise praticamente ausente do discurso sociológico, por razões que se prendem com o entendimento de que o período infantil representa um universo demasiado vulnerável para interpretações sociológicas consistentes, reconheço a pertinência desta convicção generalizada, embora, a minha opção empírica pretenda eliminar perspectivas demasiado reducionistas de abordar o social. Considero, pois, que tal posicionamento pode inviabilizar delineamentos e procedimentos de estudo que, no presente, se revelam pertinentes face a uma ciência que se edifica no seio de um paradigma onde a transversalidade de conteúdos e de abordagens se assume como a dimensão essencial da sua máxima racionalização empírica, cujo rigor científico se situa mais no domínio da apropriação, articulação e explicitação de processos de pesquisa e formas de abordagem com capacidade para elucidar novas dimensões da realidade social do que na ausência delas.

Por outro lado, perfilhando a convicção de que, face à celeridade e complexidade crescentes do processo de evolução da sociedade, a análise sociológica jamais pode aspirar ao conhecimento dinâmico da sociedade se não privilegiar os caminhos da prospectiva, cuja abordagem viabiliza um horizonte de interpretação e reflexão que, sem querer antecipar um futuro que sabemos marcado pela imprevisibilidade intrínseca do ser humano, tem capacidade para encontrar tendências que, sugerindo eventuais

transformações, constituem elementos interessantes de avaliação do caminho já percorrido, ao mesmo tempo que potenciam reestruturações de percursos delineados que, face ao emergir de novas valorações e posicionamentos de interação social, se considerem inadequados ou desajustados.

Numa teia de convicções que inevitavelmente move e estrutura toda uma trajectória de investigação, saliente-se que o campo de visibilidade empírica decorre, indubitavelmente, do facto de considerar que as repercussões positivas das novas estratégias de desenvolvimento que se começam a implementar no seio de uma realidade rural em profunda debilitação da componente humana, serão fortemente condicionadas pelo posicionamento das gerações mais jovens. As suas opções de vida futura jogar-se-ão decisivamente na capacidade que os novos projectos de intervenção social manifestarem para equilibrar as dimensões valorativas dos jovens actores sociais, conferindo-lhes simultaneamente condições efectivas para a concretização de aspirações de vida que até aqui o espaço rural, por razões de lógicas de desenvolvimento desintegradas, não tem conseguido promover.

O futuro joga-se, assim, num presente que deve ser devidamente acautelado do ponto de vista do equilíbrio entre os novos princípios e as decisões estratégicas, cuja articulação garantirá melhor a assumpção dos novos desafios e abrirá certamente os caminhos que podem viabilizar, a médio prazo, a reposição demográfica indispensável a processos dinâmicos e duradouros de desenvolvimento equilibrado em espaço rural.

Nesta perspectiva de entendimento, o processo de pesquisa que se segue será concebido de modo a evidenciar as dimensões simbólico-valorativas e de percepção social que configuram, actualmente, a construção social da realidade em espaço rural, tendo presente as condições favoráveis de um processo temporário de dinamização económica e sociocultural.

Deste núcleo estruturador, procurar-se-ão compreender os mecanismos sociais de produção de identidades que influenciam os

conteúdos do processo contextualizado de continuidade sociocultural, partindo do pressuposto de que uma dinâmica excepcional desencadearia um universo de valorações conducente a opções profissionais mais exigentes, por isso mesmo, susceptíveis de conferir às novas gerações níveis de qualificação mais elevados, ao mesmo tempo que se afastariam dos modelos e práticas tradicionais.

O acesso a esta dimensão subjectiva privilegia um universo dimensional que articula as componentes de identificação pessoal e simbólico-valorativa com as de natureza sociofamiliar, de cujo confronto e interacção se identificará o processo gerador de valorações e opções socioprofissionais que estrutura os esquemas de percepção social e define as ambições e as expectativas de vida dos jovens actores sociais.

Identificado o fio condutor dos propósitos essenciais que constituem o motor deste processo de investigação, importa salientar que a via de acesso que teoricamente se privilegia, ao identificar um contexto analítico que se movimenta num eixo multidimensional centrado no domínio das representações sociais da infância, será concebida de modo a estruturar sociologicamente o processo de continuidade sociocultural e a evidenciar os respectivos conteúdos que, nesta fase do ciclo de vida, mais se repercutem na esfera valorativa dos indivíduos.

No pressuposto de que uma visão epistemológica se impõe, face a uma operacinacionalização de pesquisa que se pretende dimensionalmente articulada com um contexto analítico abstracto-conceptual, a estratégia metodológica a adoptar movimenta-se no seio de um protocolo de observação com capacidade para colocar em comunicação dialéctica as duas linguagens científicas, uma vez que os procedimentos saberão gerir uma matriz relacional que só adquire valor interpretativo se redimensionada em função de interacções permanentes entre disposições objectivas e subjectivas dos actores.

Para tal, parece imprescindível o recurso a técnicas de natureza qualitativa e quantitativa que privilegiam a análise de conteúdo na forma

categorial e a análise multivarida, cujo processo interactivo de captação da informação permitirá identificar o posicionamento dos indivíduos face às dimensões de análise definidas e, conseqüentemente detectar os eixos de pensamento predominantes. Daqui resultará a elucidação do sistema de representações sociais, onde se encontrarão os elementos essenciais que articulam as preferências e interesses dos inquiridos com formas de interacção com meio e de percepção social da realidade e emergirá uma configuração de valências que, conferindo visibilidade ao processo de continuidade sociocultural, permitirá a interpretação do fenómeno no quadro do desenvolvimento em espaço rural.

A estruturação que preside à organização do presente dissertação baseia-se em critérios que se prendem essencialmente com a preocupação de conferir à sua estrutura formal uma lógica sequencial de matérias que traduza, tanto quanto possível, o carácter dialógico que subjaz a este trabalho intelectual, cujo cariz essencialmente interpretativo se assume, quer por força da natureza multidimensional do processo de continuidade sociocultural, entendido como a problemática central desta pesquisa, quer das representações sociais, tomadas como o respectivo objecto

Assim, este estudo propõe três segmentos de análise e reflexão que se desenvolvem por um eixo delineado em função de uma construção teórica, imprescindível à reiteração científica da problemática, tentando não perder de vista o fundamento essencial que o motivou, ou seja, procurando relacionar esse entendimento conceptual com a realidade de análise empírica que o sustenta.

Deste modo, de uma introdução que visa essencialmente apresentar a natureza da pesquisa que se segue e um espaço de reflexões finais que pretende atribuir consistência e validação empíricas à lógica interpretativa, a investigação desenrola-se em três momentos cruciais perfeitamente interdependentes que correspondem a igual número de partes formalmente definidas.

A primeira parte corresponde à elucidação abstracto-conceptual da problemática em estudo, cujo desenvolvimento se processa de modo a esclarecer as dimensões e relações essenciais do contexto analítico e a precisar os vectores fundamentais do problema da pesquisa, estabelecendo entre ambos o enquadramento metodológico e operacional que lhe confere pertinência sociológica e uma dimensão pragmática explícita.

Na segunda parte, colocam-se em evidência as particularidades do terreno sociogeográfico julgadas fundamentais para se perceberem claramente o fundamento da lógica da pesquisa, bem como a natureza singular de uma realidade rural sujeita a um processo temporário, mas profundamente dinamizador das suas estruturas económicas, sociais e culturais.

Todavia, a chave deste processo de investigação encontra-se na terceira parte, onde a continuidade sociocultural, por via da articulação de técnicas de análise qualitativa e quantitativa, se revela em toda a sua plenitude, na medida em que a interacção de informação de natureza distinta permitirá identificar de modo coerente as dimensões simbólico-valorativas que estruturam o sistema de representações sociais e influenciam as ambições e expectativas de vida que, na geração mais jovem, se começam a delinear. Face à originalidade e riqueza da informação recolhida no âmbito do inquérito por questionário aplicado, considero interessante e enriquecedor do trabalho integrar uma selecção demonstrativa da produção textual e iconográfica que sustenta alguns dos eixos interpretativos do processo gerador de opções socioprofissionais que consubstanciam a problemática da continuidade sociocultural.

Das relações e interacções a detectar, no seio de um universo empírico extensivo, será possível introduzir, ainda, algumas reflexões que se prendem com a necessidade de se analisar a realidade rural em geral, de modo a que possamos vislumbrar caminhos e percursos de vida mais estimulantes e motivadores. Ou seja, as interpretações que se efectuarem pretendem suscitar novos eixos de reflexão para os caminhos do processo

de desenvolvimento da sociedade no sentido da sua integração e equilíbrio estrutural, partindo do princípio de que a ruralidade deve passar a ser entendida como uma especificidade do sistema económico, social e cultural que carece de estratégias adequadas, por isso mesmo, perfeitamente distintas das que se destinam ao espaço urbano-industrial.

Assim, antes das considerações finais de natureza essencialmente corroborativa de toda a construção teórica e metodológica accionada, procurar-se-ão especificar as vertentes de intervenção prioritária que esta pesquisa poderá sugerir. Na esperança de que a evidência dos problemas nos consciencialize melhor das vantagens que podem ser alcançadas se os desafios forem definitivamente enfrentados.

PRIMEIRA PARTE: O TEMA

A - DA PROBLEMÁTICA AO PROBLEMA DA PESQUISA

CAPÍTULO 1 - CONCEPTUALIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

1.1 A CONTINUIDADE SOCIOCULTURAL E SEUS CONTEÚDOS SOCIOLÓGICOS

A relação indivíduo-sociedade apresenta-se como o objecto por excelência da análise sociológica, cujas interpretações, por se terem revelado dissonantes, constituem eixos fundamentais de reflexão e suscitam novas abordagens face às crescentes complexidades que emergem. As grandes divergências evidenciadas situam-se, por um lado, ao nível da influência que os mecanismos de regulação social exercem sobre os indivíduos, onde a questão dos determinismos sociais e da subordinação do indivíduo à sociedade tem sido largamente assumida e, por outro lado, ao nível do reforço da componente individualista no domínio dos valores, situação que surge associada à dinâmica das sociedades economicamente mais desenvolvidas.

Independentemente das concepções em jogo, a verdade é que estudos efectuados, nas duas últimas décadas, revelam a existência de factores de mudança no campo dos valores e representações dos indivíduos, decorrentes da celeridade e complexidade do processo de desenvolvimento social, no âmbito do qual se edificam novos pilares de funcionamento da sociedade, onde a informação, a comunicação e a participação constituem a pedra de toque de uma nova era na história da humanidade, cujas repercussões serão inevitavelmente significativas nas atitudes e comportamentos da geração futura.

Com efeito, num quadro societal que se vislumbra completamente diferente do anterior, parece, pois, uma excelente ocasião para aprofundar esta problemática, o que passa, indubitavelmente, por reflectir sobre o que pensam os actores sociais da realidade que vivem e por captar em que

sentido se projectam as suas expectativas e aspirações. Todavia, a percepção dos objectos simbólicos com que os sujeitos constróem a dimensão cognitiva da realidade e o respectivo quadro de valores deve privilegiar uma óptica, simultaneamente local e global, uma vez que a lógica da mudança, embora acompanhe, no essencial, as transformações gerais da sociedade, está fortemente condicionada pelas especificidades socioculturais dos vários espaços regionais e locais. O processo de continuidade apresenta-se, assim, como uma entidade efémera em permanente construção, influenciada pelo facto de os indivíduos nascerem e morrerem em tempos e contextos diferentes.

Deste modo, a abordagem de processos de dinâmica social e cultural tem implícita as dimensões espacial e temporal, pois a compreensão dos percursos sociais, em função do quadro de valores e representações que os actores vão construindo, só adquire significado sociológico face ao universo espacio-temporal em que se desenvolvem. É neste jogo dialéctico que a experiência social se constrói, no seio do qual os indivíduos vão definindo um projecto de vida, cujos contornos se começam a delinear em função do quadro institucional da família e da escola. É a partir daqui que o espaço sociocultural envolvente adquire um carácter estruturante e estruturado, na medida em que vai modelando a forma como os actores interiorizam e interpretam a realidade social, ao mesmo tempo que esta se transforma em função do modo como os próprios indivíduos nela interagem.

Assim, ao longo deste processo contínuo de socialização, os interesses, expectativas e ambições de cada um resultam de mecanismos institucionais, sociais e culturais que estruturam a construção de uma imagem da realidade e edificam os princípios fundamentais do comportamento em sociedade. Estes, exercem sobre o sistema simbólico-valorativo dos indivíduos uma acção reguladora que, no momento actual, é fortemente mediada pela interferência dos meios de comunicação de massas, cujo impacto se interpõe, de uma maneira praticamente incontrolável, no processo de interiorização de valores, na percepção face ao

meio e, conseqüentemente nos modelos de comportamento a adoptar pelas gerações mais jovens.

Esta permanente interacção entre o espaço, o tempo e os sistemas simbólico-valorativos dos indivíduos é sustentada por um eixo diacrónico que vai definindo o processo de continuidade sociocultural, onde a dimensão da cultura se manifesta para dar coerência e intencionalidade a cada sistema específico. A continuidade consubstancia-se, assim, num processo de união entre o passado, o presente e o futuro, profundamente marcado por mecanismos identitários que persistem e por apelos constantes de mudança que se deslocam e interpenetram como entidades complementares, em permanente mutação. Por outras palavras, e evidenciando o entendimento de Estellie Smith, “a continuidade é um fenómeno sintético com a propriedade de aparecer flexível e adaptativo sob algumas condições e persistente e auto-replicável sob outras” (Smith 1982: 127)¹.

Nesta perspectiva, estamos perante um fenómeno, cujas manifestações se orientam tendencialmente entre a tradição e a mudança, coexistindo entre ambas uma relação de mútua reciprocidade, sempre determinada pela especificidade de cada realidade sociocultural e pelo modelo de desenvolvimento predominante. Deste modo, o processo de continuidade deve ser entendido, não como um conjunto de elementos replicáveis ou inovadores que se movimenta, através de processos distintos e opostos, mas como a dinâmica básica de todos os sistemas socioculturais, em que a tradição e a mudança coabitam, no seio de um mesmo processo integrador e gerador de novas manifestações identitárias.

Com efeito, todos os processos sociais incorporam uma diversidade dinâmica de movimentos e ajustamentos marcada por encruzilhadas temporais distintas, onde as identidades e os projectos sociais alimentam de modo sempre precário o processo de continuidade sociocultural. Se o enraizamento no espaço e no tempo de configurações simbólicas e

¹ *“Continuity is here a synthetic phenomenon with the property of appearing flexible and adaptative under some conditions and persistent and self-replicating under others”.*

condições estruturais veicula processos de permanência que associamos à tradição, esta “não pode ser contraposta à mudança como a inércia ao movimento, a resistência à acção ou o passado ao futuro. Não se trata, pois, de confrontar um suposto equilíbrio - o da história ou da tradição - com o incerto desequilíbrio da mudança; mas, outrossim, de confrontar equilíbrios diferentes, embora igualmente precários” (Silva 1994: 107-108). Assim é porque estes processos de “fixação de experiências, vivências e saberes”, ao entrelaçarem continuamente novas temporalidades, sugerem mecanismos activos de interpretação, reelaboração, recriação e adaptação constantes que conferem sentido e legitimidade às referências culturais dos indivíduos e favorecem a construção social de identidades. Esta dinâmica de vinculação e identificação social representa um quadro de referência central para a afirmação dos indivíduos como actores sociais, na medida em que coloca em jogo permanente a construção da sua singularidade individual (processo de identização) e a sua integração no seio de um grupo específico (processo de identificação), cuja articulação constitui o eixo fundamental do processo social identitário.

Deste modo, a tradição deve ser entendida, não como um processo cumulativo de transmissão passiva de elementos culturais, mas como um processo dinâmico de aquisição de saberes socialmente construídos e reconstruídos e sistematicamente sujeitos às alterações estruturais, conjunturais e estratégicas que operam sobre as estruturas sociais e simbólicas inerentes aos contextos socioculturais. É que a mudança não ocorre em espaços neutros, desprovidos de sociabilidade, pelo contrário, configura-se no seio de um vasto campo de mecanismos e processos de interacção sociais, cuja dinâmica gera, num determinado contexto social, um conjunto de estruturas objectivas e subjectivas, em função do qual os indivíduos definem trajectórias de vida, sempre susceptíveis de reformulações e reelaborações.

De facto, só partindo da ideia de que se trata de um jogo permanente entre a tradição e a mudança, em que os actores sociais, de forma

deliberada ou não, constituem os elementos fundamentais na definição das regras do jogo, se poderá aspirar à compreensão do processo dinâmico que caracteriza os sistemas socioculturais. A percepção destas dinâmicas, que se interpenetram nos percursos socioculturais, pressupõe a penetração no universo simbólico-valorativo dos indivíduos, através do qual os actores vão apreendendo a realidade e, ao mesmo tempo, formulando juízos sobre ela, o que influencia, nos diferentes momentos da sua trajectória social, as suas atitudes e comportamentos.

Sabemos, contudo, que o processo de enculturação a que todos os indivíduos estão sujeitos, no período da infância, constitui um mecanismo através do qual o sistema cultural predominante garante a sua estabilidade, razão pela qual, nesta fase, a socialização é essencialmente entendida como um processo de assimilação que, na perspectiva piagetiana, se caracteriza por uma incorporação progressiva do mundo exterior, ou seja, dos traços fundamentais que corporizam e unificam o sistema sociocultural em que se está inserido, no sentido de alcançar formas coerentes de cooperação e interacção sociais.

Nesta linha de pensamento, parece interessante salientar, o entendimento de Ruth Benedict (1934), quando afirma que o meio sociocultural envolvente, ao apresentar padrões de vida a seguir, contribui para seleccionar o leque diversificado de potencialidades de que os indivíduos são detentores. A socialização assume-se, assim, como o lugar privilegiado de aprendizagem social e de aquisição dos elementos-base de pertença cultural, que, ao preconizar uma fidelidade implícita às próprias raízes socioculturais dos indivíduos, “constitui a condição essencial de manutenção e transmissão, entre gerações, dos núcleos culturais específicos de cada sociedade” (Dubar 1995: 45)². Segundo este autor, a questão da reprodução cultural não deve ser ignorada no estudo da dinâmica dos sistemas socioculturais nas sociedades modernas, cujos processos

² “Cette fidélité à ses racines constitue finalement une condition essentielle du maintien et de la transmission, entre les générations, des noyaux culturels spécifiques à chaque société”.

singulares de socialização têm que ter em conta os mecanismos de estabilidade que se traduzem na reprodução dos núcleos culturais específicos, bem como os factores de mudança que alimentam o complexo processo de evolução social.

Com efeito, na actualidade, a intensidade das mudanças, a abertura do sistema de disposições dos indivíduos a um conjunto considerável de opções de vida e, conseqüentemente, a introdução de novos valores, ambições e expectativas face ao futuro dependem da forma como os indivíduos assimilam os modelos culturais em que se integram e das características dinâmicas e interactivas da sociedade geral, onde a presença sistemática de novas realidades e padrões de comportamento conferem à cultura um carácter simultaneamente objectivo e subjectivo. Assim é porque, por um lado, a noção de cultura pode ser encarada como uma totalidade em si mesma, ou seja, como modelo referencial de atitudes e comportamentos de certo modo padronizados e enraizados numa determinada comunidade e, por outro lado, pode ser entendida como um conjunto de atributos específicos, resultantes das características vivenciais dos indivíduos.

Deste modo, a identificação das disposições subjectivas requer uma atenção especial aos factores de estabilidade, onde a noção objectiva de cultura desempenha um papel importante na interpretação desses factores, bem como à emergência de dinâmicas inovadoras, uma vez que a recente evolução social nos revela que as sociedades são permanentemente confrontadas com novos fenómenos que alimentam o complexo processo de continuidade sociocultural, através de mecanismos de adaptação e mudança sustentados pelo confronto inter-geracional.

Com efeito, apesar das tendências uniformizadoras do fenómeno comunicacional do nosso tempo, por via da massificação cultural, o trabalho de recepção cultural não se processa de modo passivo e homogéneo, na medida em que acciona um universo mais ou menos vasto de referências do passado, incorporado nas trajectórias sociais dos actores e constantemente reactualizado, através da acção mediadora de uma realidade social, também

ela própria, impregnada de história e memória próprias. Não obstante, a natureza relacional e interactiva da recepção cultural e o carácter omnipresente da cultura de massas, parece evidente o peso indesmentível dos mecanismos simbólico-cognitivos que constantemente filtram a realidade, seleccionando, recriando e produzindo novos significados, em função de interesses e aspirações individuais.

Coloca-se, assim, a ênfase analítica na capacidade estratégica dos actores, ou seja, no seu papel de reinterpretação das mensagens culturais, sendo, por isso, detentores de uma relativa autonomia cultural que lhes confere uma visão do mundo sempre circunstancial e particular. Assim entendido, o fenómeno cultural sugere uma acção de permanente renovação, através de códigos inerentes aos próprios actores sociais, construídos e reconstruídos no seio de um quadro simbólico complexo e heterogéneo que, sustentado pela natureza das vivências quotidianas, constitui uma das dimensões fundamentais da produção social da cultura (Lopes 1996), entendida esta como “um sistema que faz comunicar dialectizando uma experiência existencial e um saber constituído” (Morin 1984: 267).

Reconhece-se, assim, a centralidade da cultura em todas as dimensões da existência humana, bem como a singularidade da lógica de construção social da realidade que se movimenta numa interface entre quadros de referência particulares, estruturadores de representações sociais e as especificidades dos processos e dinâmicas socioculturais. De facto, a partir do carácter omnipresente da cultura, apercebemo-nos da diversidade dos quadros socioculturais, cuja natureza estrutural, relacional e simbólica atribui a cada espaço social uma lógica de funcionamento, no seio da qual “se reelaboram padrões de referência, através dos quais se vão definindo lugares no mundo, um posicionamento e um certo sentido de posicionamento social, se vai consolidando uma certa identidade e acalentando certos projectos” (Silva 1994: 24).

Na verdade, o ser humano, independentemente da fase do ciclo de vida em que se situa, encontra-se sujeito a um processo contínuo de

ajustamento e aprendizagem, em que a experiência de vida se vai construindo progressivamente, em função de um conjunto de condições e circunstâncias que interagem, articulando factores de carácter social geral e factores de natureza vivencial muito particulares. É, pois, no seio deste universo multifacetado de condicionantes que o jovem actor social começa a construir a sua escala de valores e a delinear as suas preferências sociais e profissionais, cujo processo individual de representações, que se inicia, não pressupõe a adopção de critérios de racionalidade com capacidade para articular opções e aptidões individuais, permanecendo inevitavelmente um hiato entre o desejável e o possível.

Verifica-se, assim, que este processo de construção e selecção se movimenta num campo subjectivo de análise e interpretação da realidade endógena e exógena, cuja interacção vai conferir, às escolhas socioprofissionais, determinados critérios de selecção de raiz essencialmente sociológica, nomeadamente as características específicas do processo de socialização e o sistema de convenções sociais que caracteriza o modelo predominante da sociedade em geral, no seio do qual determinadas profissões e meios socioculturais são objecto de atribuição de estatuto e prestígio socialmente reconhecidos. Por outro lado, a ocupação profissional desempenha, na sociedade moderna, um papel, cada vez mais preponderante, quer pela sua capacidade intrínseca de satisfazer um leque diversificado de necessidades do ser humano, que vai desde as necessidades básicas às de auto-estima e de realização ou satisfação pessoais, quer pelo facto de constituir a dimensão generativa e regenerativa da complexidade social, onde se movimenta o eixo dialéctico fundamental da relação indivíduo-sociedade, na medida em que “o trabalho organizado é evidentemente indispensável à sociedade humana e, também, à imagem que, na sociedade, cada um recebe e constrói de si mesmo” (Soetzel 1983: 148)³. Por isso, desde cedo, em casa, na escola, na comunidade e, através

³ “Le travail organisé est évidemment indispensable à la société humaine, et aussi indispensable à l'image que chacun reçoit et se fait de soi-même dans la société”.

dos *mass media*, a criança começa a apreender o valor social da profissão e a construir um quadro de referência que parece ser interessante analisar, no sentido de identificar os valores, atitudes, comportamentos e agentes de socialização que, de forma mais decisiva, contribuem para a definição e orientação das expectativas de vida face ao futuro desempenho socioprofissional e, ao mesmo tempo, interpretar as tendências mais significativas do processo de continuidade sociocultural em ordem ao desenvolvimento em espaço rural.

Todavia, existem limitações intrínsecas à nossa capacidade de observar a realidade, quer no que se refere ao posicionamento, intencionalidade, percepção e capacidade selectiva do investigador, quer no que diz respeito à atribuição de sentido às diversas manifestações do fenómeno da continuidade: orientadas para a tradição (replicabilidade do modelo) ou para a inovação (alterações ao modelo). Daí que, não raras vezes, consideremos irregulares, contraditórios ou, mesmo, incongruentes algumas das manifestações do fenómeno, quando, na verdade, mais não são do que componentes próprios, necessários e, invariavelmente presentes em todos os sistemas socioculturais, uma vez que estes são estruturalmente concebidos de modo interactivo e ambivalente entre a ênfase repetitiva da persistência e a ênfase inovadora da adaptação.

Assim sendo, a continuidade não pode ser analisada como um conjunto de acontecimentos ou elementos que se encaixam numa ou noutra dimensão do fenómeno, porque “não podemos isolar os seus componentes e definir as suas propriedades estáveis como se a tradição e a mudança fossem os elementos de uma qualquer reacção química” (Smith 1982: 129)⁴.

De facto, este modelo binário que sistematicamente sintetiza e dicotomiza as diversas condições, acontecimentos e elementos da

⁴ “We cannot isolate its components and define their stable properties as if «tradition» and «change» were the protons, neutrons and electrons of atoms or the hydrogen of H₂O”.



continuidade, ao traduzir uma visão clássica e compartimentada de abordar o social, orienta a nossa atenção para os eventos particulares e suas consequências, segmentando a realidade, em vez de nos centrar na dimensão processual ou dialéctica que corporiza o sistema e lhe confere especificidade, não sendo possível, por esta via, alcançar o fenómeno na sua totalidade e em toda a sua complexidade.

Na verdade, as concepções da ciência moderna refutam a explicação dos fenómenos observáveis, em função de uma categorização conceptual que apreende o todo, isolando as componentes essenciais e adoptam a perspectiva científica introduzida por Ludwing Bertalanffy com a teoria geral dos sistemas. Nesta, a complexidade dinâmica inerente aos processos de interacção exige uma atitude científica sistémica em que a totalidade assume a função de comando na abordagem dos fenómenos, verificando-se que “as concepções e os problemas desta natureza apareceram em todas as disciplinas científicas, independentemente do objecto de estudo: seres inanimados, organismos vivos, fenómenos sociais” (Bertalanffy 1975: 359)⁵.

Com efeito, a impossibilidade de apreender a realidade social, através de uma visão dicotómica, consubstancia-se no facto de os sistemas socioculturais se caracterizarem por modelos de comportamento explícitos e implícitos, onde interagem relações sociais balizadas por normas e regras convencionadas e universos simbólicos que sustentam a dimensão cognitiva da realidade e unificam o sistema. Tais interacções, resultam de mecanismos selectivos e adaptativos, cuja análise implica um ajustamento holístico, temporalmente unitário dos dados e não a sua segmentação por dimensões temporais.

A continuidade exprime, assim, uma permanência de elementos constantemente recriados, recombinações e socialmente reconhecidos que, em condições normais de integridade estrutural de uma sociedade, garantem a perpetuação dos sistemas socioculturais, podendo, por isso, ser encarada

⁵ “Des conceptions et des problèmes de cette nature sont apparus dans toutes les disciplines scientifiques sans tenir compte de l’object de étude, êtres inanimés, organismes vivants, phénomènes sociaux”.

simultaneamente como acção e manipulação. Assim é, na medida em que as práticas sociais resultam de reestruturações deliberadas, cujos “mecanismos selectivos de renovação são concebidos colectivamente para manter o funcionamento da continuidade, assumindo, assim, a sua função primordial que é a validação e a sobrevivência dos sistemas socioculturais” (Smith1982:135)⁶, permanentemente sustentados por novas e duradouras manifestações identitárias.

Com efeito, a complexidade da problemática exige um esforço teórico e metodológico evidente, quer no sentido de rejeitarmos a visão dicotómica de apreensão do fenómeno, quer no sentido de identificarmos os instrumentos de trabalho mais adequados para a sua abordagem, sobretudo, se estivermos dispostos a oferecer uma contribuição substantiva à resolução dos problemas do nosso tempo, o que passa pela compreensão da dinâmica dos sistemas socioculturais. - Na verdade, detectar nas disposições subjectivas dos jovens actores sociais aquilo que tende a permanecer ou a mudar, aquilo que as novas gerações tendem a privilegiar como referências fundamentais no domínio das suas expectativas e aspirações, assume, na actualidade, um carácter de inequívoca pertinência face à encruzilhada dos novos caminhos que o mundo rural terá que percorrer no sentido da sua reabilitação funcional e equilíbrio do processo de desenvolvimento da sociedade. Para além de que, tal como evidencia Davidd Greenwood referindo-se ao mérito da conceptualização proposta por Estellie Smith e, aqui retomada, “os pontos de vista que Smith aborda teoricamente ressoam como um alargado discurso social e histórico que vê a comparação daquilo que muda com o que não muda, do que as pessoas escolhem recordar com o que escolhem esquecer e a explanação de como e porquê as coisas

⁶ “The selective mechanisms in, say, the renewal aspect of the continuity process are designed, collectively, to maintain the functioning of continuity. (...) The function of the continuity may be stated quite simply: it is the validation and thus the survival of the socioculture”.

permanecem ou mudam como o maior desafio de todos os problemas analíticos” (Greenwood 1982:137)⁷.

Reiterando a concepção anteriormente desenvolvida, pretendo sustentar o estudo do fenómeno da continuidade, através do quadro de valores e representações sociais das gerações mais jovens, por considerar fundamental conhecer as dimensões subjectivas que, no momento actual, estruturam o universo simbólico-valorativo dos indivíduos no domínio das expectativas socioprofissionais para, em função delas, aceder ao processo contextualizado de continuidade sociocultural. Procura-se, assim, compreender os mecanismos sociais de construção de identidades, bem como o sentido que os jovens actores atribuem à realidade social que os rodeia, para interpretar as implicações socioculturais daí decorrentes.

Contudo, abordar a questão dos valores e representações significa ter presente um universo subjectivo de percepções, imagens e atitudes que, em princípio, se pressupõe que possa vir a orientar os comportamentos e as relações sociais da nova geração. Se sabemos que os valores exprimem sistemas estruturados de preferências e incorporam elementos mais estáveis e duradouros e que as representações constituem avaliações cognitivas da realidade, também, não podemos ignorar que, por vezes, é difícil estabelecer as respectivas fronteiras. “É que todas estas unidades semânticas têm algo de comum: elas são produções mentais, sociais, formas de conhecimento socialmente elaboradas e compartilhadas, representações que instauram versões da realidade socialmente construídas e compartilhadas” (Pais 1993: 9).

Por outro lado, uns e outros situam-se e são susceptíveis de análise a dois níveis distintos: ao nível social e individual, permitindo o primeiro aceder às dimensões culturais da sociedade e o segundo aos sistemas de disposições interiorizados, em função da vivência em sociedade,

⁷ “Smith’s theoretical points resonate with a larger social and historical discourse that sees the comparison of what is changing with what is not, of what people « choose » to remember with they « choose » to forget, and the explanation of how and why things endure or change as the most challenging analytical problems of all”.

nomeadamente do processo de socialização e das condições em que este ocorre.

Com efeito, as representações sociais constituem saberes que, socialmente se vão construindo e partilhando, cujas repercussões são significativas na forma como os actores interpretam a realidade que os rodeia, uma vez que representam referências a que os indivíduos recorrem sistematicamente para dar sentido ao processo de construção social da realidade, no seio do qual se vão sedimentando “preferências sistemáticas, a que chamamos valores, os quais fornecem, a quem os adopta, elementos orientadores do comportamento” (Almeida 1990: 124).

Todavia, em termos sociológicos, parecem não existir, ainda, fundamentos teóricos suficientemente desenvolvidos que permitam afirmar com rigor que, entre valores, representações e práticas sociais, se estabelecem relações recíprocas evidentes. Mesmo a perspectiva teórica desenvolvida por Inglehart, na qual o autor estabelece uma clara distinção entre valores materialistas e pós-materialistas, embora, sendo a mais conhecida neste domínio, tem sido bastante criticada, quer no que diz respeito aos seus próprios fundamentos, quer, inclusivamente, no que se refere à fragilidade do seu suporte empírico. No entanto, não parece despropositado considerar que o universo simbólico-valorativo e os comportamentos dos indivíduos se movimentam no seio de um complexo processo interactivo, susceptível de modelar atitudes e comportamentos e, por isso, de interferir nas dinâmicas sociais, logo, “se valores e representações constituem bom indicador de comportamentos. A recíproca é, de resto, igualmente verdadeira” (Almeida 1990: 1).

Por outro lado, essas disposições subjectivas permanecem e transformam-se, ganham homogeneidade e diversificam-se, mediante as relações que se estabelecem, em cada contexto social, entre grupos e instituições socialmente relevantes e determinantes para o grupo em análise. Daí a necessidade de sondar a avaliação que os grupos sociais fazem sobre si próprios e sobre a realidade, no sentido de perspectivar posicionamentos e

tendências de protagonismos futuros, pois, mesmo que não se confirmem, constituem, *à priori*, elementos interessantes para a compreensão dos mecanismos sociais identitários que interferem na interiorização de preferências e interesses e na construção de expectativas e aspirações, susceptíveis de moldar os comportamentos.

Na realidade, detectar as componentes dos sistemas de disposições dos indivíduos não significa aceder ao universo das suas práticas sociais, pois, sabemos que, entre ambos, existem, não raras vezes, distâncias significativas, uma vez que os objectos simbólicos que estão na base dos comportamentos individuais e colectivos incorporam muito mais do que valores e representações, ideia que Pierre Bourdieu sustenta quando afirma que “o que é essencial na experiência do mundo social e no trabalho de construção que ela comporta opera-se, na prática, aquém do nível da representação explícita e da expressão verbal” (Bourdieu 1989: 140).

Ora, se identificar dimensões subjectivas dos indivíduos se afigura um propósito deveras complexo e delicado, sobretudo pelo carácter construtivo, interactivo e eminentemente relacional com que se estruturam os eixos identitários, optar por grupos sociais com as características da infância adensa a complexidade do problema com questões que se situam entre o nível teórico e o analítico.

De facto, a opção por um estudo com este objecto de análise depara, por um lado, com o problema da reduzida evidência de quadros de referência teórica, pelo facto de escassearem pesquisas orientadas nesta perspectiva e, por outro lado, coloca, inevitavelmente, a dificuldade de se saber se é correcto admitir que os valores e representações detectados podem permanecer ou, mesmo, prevalecer no contexto social, ou se o crescimento biológico poderá neutralizar todo o sistema de disposições, o que questiona a pertinência sociológica do campo de análise empírica. No entanto, parece evidente que, neste processo contínuo do ciclo de vida, coexistirão sempre, por um lado, elementos mais estáveis próprios das mudanças geracionais e, por outro lado, disposições transitórias específicas da fase do ciclo de vida

em que se encontram os indivíduos. Para além de que, tal como prova a realidade que conhecemos, “o envelhecimento biológico não se traduz linearmente numa forma única de envelhecimento social, ou seja, o avanço na idade não uniformiza as maneiras de pensar e de agir dos indivíduos e dos grupos sociais” (Almeida 1990: 6). Tal constatação legítima, do ponto de vista sociológico, a análise da infância, como uma fase da trajectória social dos actores, em que se desenvolve um conjunto complexo de relações específicas, onde interagem mecanismos institucionais, sociais e culturais, que, actuando no processo de socialização, vão interferir na construção de esquemas de percepção social próprios, que se poderão repercutir ou não nas suas práticas sociais futuras.

Assim, a trajectória social dos indivíduos apresenta-se, sistematicamente marcada por um processo contínuo de construção social da realidade, no qual interagem sociedade, grupos e actores, em torno de especificidades individuais e sociais, mais ou menos duráveis, actuando no sentido de produzir “núcleos de afinidade identitária tendentes a aproximar de algum modo os agentes situados nesse segmento do trajecto social e a afastá-los, de certa medida, de outros agentes posicionados em segmentos distintos da trajectória social dos indivíduos” (Saramago 1994: 152). Neste sentido, analisar sociologicamente os grupos infantis significa considerá-los como grupos sociais particulares que, tal como outros, se movimentam no seio de um complexo universo simbólico-valorativo, cuja análise carece de aprofundamento e é susceptível de identificar elementos significativos que intervêm no processo de construção social dos indivíduos.

Todavia, se a análise longitudinal pode facilmente detectar o que perdurou e se transformou, uma vez que analisa, em tempos diferentes, o posicionamento dos mesmos indivíduos face à mesma problemática, pelo contrário, a análise prospectiva, porque se desenvolve, em termos apriorísticos, não apresenta o mesmo nível de segurança, nem pretende chegar a idênticas interpretações.

Assim sendo, este tipo de análise deve identificar, no contexto social em análise, acontecimentos que, pelas suas amplas repercussões sociais, possam ter produzido efeitos significativos no sistema de disposições dos jovens actores, uma vez que se encontram em período decisivo da sua formação, para, a partir deles, identificar os valores e representações que podem ter tendência a perdurar. Para além disso, a percepção dos eixos fundamentais que estruturam o universo de disposições será tanto mais óbvia, “quanto mais extensivamente se percorrerem pontos de aplicação de tais preferências e representações, quanto mais evidência empírica se recolher diversificando e complementando indicadores” (Almeida 1990: 7).

Todavia, não parece tarefa fácil encontrar, nas disposições dos actores, o fundamento sociológico do processo de continuidade sociocultural e interpretar os sinais que alimentam os complexos mecanismos interactivos, onde coexistem e, por vezes, se diluem as duas dimensões fundamentais - tradição e mudança, uma vez que “as mudanças ligadas à modernização não se realizam segundo um movimento linear único de rejeição e adopção (...), o novo se mistura com o antigo, a tradição se incorpora e se adapta à nova sociedade que emerge” (Rocher 1989: 175). Mais ainda, as dificuldades são acrescidas, pelo facto de sabermos que “os modos e conteúdos do pensar social, sendo processo dotado de protocolos próprios, não deixa de ser condicionado pela evolução da sociedade noutros planos, isto é, por características extra-representacionais que ela vai assumindo” (Almeida 1990: 124).

Parece, pois, evidente que os mecanismos de construção de identidades assumem um carácter dinâmico e interactivo em que nos damos conta de que se trata de um processo contínuo localmente produzido e, constantemente reconstruído, em função de cada momento específico da trajectória social dos indivíduos e da natureza das influências da sociedade em geral. Na verdade, estamos perante uma processo de construção social, sujeito a constantes adaptações e reinterpretações, que não se revê numa imagem de realidade fixa, mas, antes, numa imagem de “realidade relacional”

que se movimenta no consenso, no diálogo, na luta simbólica e, também, nos conflitos de interpretação (Bourdieu 1980). Esta noção inscreve-se naquilo que Boaventura Sousa Santos (1989: 108) denomina “concepção pragmática da verdade”, a qual pressupõe tanto uma negociação de sentido como uma acção mediadora das suas várias interpretações. Trata-se de uma pluralidade de identidades sociais que decorre de um sistema complexo de relações que se estabelecem entre atributos e significados sociais, onde interagem sociedade local e sociedade global.

Mas, “uma das características fundamentais dos mecanismos identitários é precisamente este movimento pendular que resulta do carácter paradoxal que a noção de identidade encerra, pois, identificar significa, simultaneamente, tornar idêntico e distinguir, ou seja, não seríamos capazes de identificar os indivíduos sem os relacionarmos com o grupo específico a que pertencem, o qual só existe por contraste com outros” (Augustins 1993: 295)⁸.

É por isso que, para estudar, analisar e interpretar as disposições dos indivíduos, se recorre à análise dos grupos em que estão inseridos, considerando-os como entidades únicas e diferenciadoras no contexto societal, para, a partir deles, nos aproximarmos, o mais possível, do universo multifacetado e subjectivo dos actores sociais.

Mas, se a trajectória social se encontra marcada pela pertença a grupos sociais que identificam e distinguem os indivíduos uns dos outros verifica-se, também, que podem ser distintas as posições que estes ocupam no espaço social, dependendo o seu posicionamento do reconhecimento e protagonismo sociais que a sociedade lhes confere, cuja atribuição se inscreve numa lógica que se movimenta no seio de mecanismos de dominação e de subordinação, relacionados com a capacidade de percepção

⁸ “ L'une des caractéristiques essentielles des mécanismes identitaires est bien de se situer dans un mouvement incessant qui, à l'image d'une sorte de pendule, tend à morceler ce qui est un et, presque aussitôt, à unifier ce qui est diverge. (...)Ce double process qui a évidemment quelque chose de paradoxal résulte de la définition même de l'identité. Car identifier c'est toute à la fois «rendre identique à» et «différencier de»: on ne saurait isoler un objet quelconque sans l'associer à toute une classe d'objets, et l'on ne saurait repérer une classe d'objets sans la distinguer d'une autre”.

e apropriação do espaço social que os grupos manifestam. Tal entendimento, considera o grupo dos adultos socialmente dominante pela sua capacidade de afirmação a todos os níveis da sociedade, enquanto que o grupo infantil desempenha uma posição de subalternidade, manifestando, assim, “uma característica silenciosa”. Segundo David Sibley, um grupo é considerado “silencioso” se é evidente a sua dificuldade de inserção nas estruturas ambientais e sociais, se não goza de protagonismo social e se se encontra de certo modo marginalizado face aos mecanismos de produção social dominantes, isto é, (...) “as suas particularidades enquanto grupo social específico não se mostram socialmente inteligíveis para o grupo dominante, ou seja, para os adultos” (Saramago 1994: 155).

Deste modo, a análise do grupo infantil tem subjacente o propósito de atribuir relevância social à infância, como momento crucial de recepção e construção de significados sociais, sobretudo numa altura em que a dialéctica entre o local e o global se acentua face à influência, cada vez maior, de acontecimentos e dinâmicas sociais distantes, cujo permanente contacto através dos *media*, abre constantemente aos indivíduos uma diversidade considerável de opções de vida.

Importa, pois, analisar, do ponto de vista sociológico, as interferências da sociedade global no universo de valores e representações das gerações mais jovens, uma vez que a actual realidade micro-social e trajectória de vida dos indivíduos para o futuro são formadas pelo confronto dos dois discursos interpretativos que sistematicamente se cruzam e vão moldando as esferas valorativas dos actores, ou seja, “a globalização da actividade social que a modernidade ajudou a fazer surgir (...) diz respeito à intercepção da presença e da ausência, o entrelaçar de eventos sociais e relações sociais «à distância» com as contextualidades locais” (Giddens 1994: 19).

De facto, o sentido e a amplitude do processo de continuidade sociocultural só pode adquirir visibilidade se se proceder à análise das tendências valorativas que estruturam o universo simbólico das gerações mais jovens, cuja reflexão é susceptível de disponibilizar alguns eixos

mobilizadores dos seus percursos e opções de vida. Sabemos, contudo, que não parece tarefa fácil encontrar essas tendências, pois, tal como evidencia Clifford Geertz, “as sociedades, como as vidas, contêm as suas próprias interpretações. É preciso, apenas, descobrir o acesso a elas” (Silva 1994: 81). Mas, aceder a elas e pensar sobre o que pensaremos, embora seja um exercício deveras complexo, constitui a dimensão fundamental da construção colectiva do futuro, onde se joga inevitavelmente “a intercepção do desejável com o possível” (Almeida 1990: 124). Não parece, pois, despropositado afirmar que, da forma como se estruturam os padrões simbólico-valorativos, no seio de contextos de socialização específicos e, conseqüentemente, do modo como se projectam as expectativas e aspirações dos jovens actores, se podem vislumbrar perspectivas de futuro para o desenvolvimento em espaço rural, susceptíveis de serem analisadas, discutidas e de abrirem os caminhos da reflexão.

1.2 A DINÂMICA DAS IDENTIDADES E DOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO

Actualmente, a análise dos quadros sociais predominantes, ao nível dos diversos contextos socioculturais, reveste-se de complexidade acrescida, por um lado, devido ao carácter dinâmico e interactivo que caracteriza a sociedade moderna, no seio da qual importa ter em conta uma multiplicidade de factores, cuja abordagem sociológica pressupõe a adopção de critérios rigorosos de selecção teórica e explicitação metodológica e, por outro lado, porque assistimos a constantes reajustamentos e mutações a todos os níveis da sociedade, o que dificulta a apreensão de novos quadros de referência, sobretudo nas gerações mais jovens, na medida em que o processo de interiorização, sedimentação e consolidação dos mesmos se encontra permanentemente aberto.

Não obstante, o período de incerteza que as sociedades modernas atravessam, devido aos sucessivos problemas conjunturais e estruturais que

têm provocado crises profundas de ordem económica e social, cujas repercussões generalizadas têm afectado a reconstrução de novos quadros sociais, sabemos que a identidade do ser humano não se apresenta como um atributo congénito, mas como um processo de construção sempre partilhado, onde interagem as vertentes individual e social do ser humano e que, tendo o seu início no período infantil, se vai reconstruindo e recriando progressivamente ao longo da socialização dos indivíduos.

O desenvolvimento teórico dos processos de socialização, ao nível da infância, constitui um campo diversificado de análises empíricas (Erikson 1950; Daval 1964; Piaget 1965; Goslin 1969; Bruner 1983; Doise e Deschamps 1986), cujos resultados têm oferecido, à problemática em questão, um contributo valioso, quer para a compreensão dos mecanismos fundamentais que interagem no processo, quer para a reflexão crítica que tem suscitado novas abordagens.

Assim foi o caso de Jean Piaget (1965), cuja análise e explicitação teórica da problemática da socialização, numa perspectiva epistemológica de aproximação sociológica às análises psicológicas e biológicas, decorrentes de pesquisas anteriores, constituíram uma tentativa pioneira de ultrapassar a visão durkheimiana da ciência, operando uma dupla ruptura na abordagem científica, quer pela concepção de que a socialização não se reduz a um mero processo de inculcação de regras e valores, quer pelo carácter dinâmico e interactivo que confere a todo processo. Para tal, Piaget parte do desenvolvimento mental da criança, entendido como “uma construção contínua, mas não linear” (Dubar 1995: 10) e com uma dimensão individual e social, onde interagem estruturas evolutivas de carácter cognitivo e afectivo-relacional que se movimentam no seio de um processo de equilíbrio. Segundo Piaget, este processo movimenta-se de forma descontínua, na medida em que estas estruturas (mentais e sociais), pelo seu carácter ambivalente, ao organizarem a actividade mental em função dos vários estádios de desenvolvimento da criança, funcionam em permanente estado de equilíbrio, uma vez que contribuem para reduzir a tensão e o

desequilíbrio resultantes da necessidade humana de compatibilizar níveis de satisfação aceitáveis entre as suas dimensões individual e social, orientando, por isso, as condutas do ser humano nesse sentido e restabelecendo, assim, o equilíbrio. A socialização constitui, pois, um elemento fundamental no processo de desenvolvimento da criança, no seio do qual se desenvolvem, de modo activo, adaptativo e descontínuo, formas mentais e sociais de complexidade crescente, porque resultantes de dois movimentos distintos mas complementares: a assimilação, entendida como uma aproximação dos factores externos às suas próprias estruturas, e a acomodação, definida como o reajustamento dessas mesmas estruturas às características e transformações do meio. Deste modo, o autor define estádios de desenvolvimento da criança, aos quais correspondem, nas dimensões individual e social, respectivamente estruturas mentais e formas de socialização diversificadas que edificam formas de relacionamento da criança com os outros, as quais caminham gradualmente de atitudes constrangedoras de submissão à ordem social (família e escola) para atitudes de autonomia pessoal e moral (entre os 7 e os 12 anos), adquirindo a sua relação com o mundo exterior um carácter voluntário de cooperação que se traduz na aceitação e cumprimento de regras mutuamente estabelecidas (Dubar 1995).

Verifica-se que toda a concepção teórica piagetiana, de natureza interaccionista e construtivista, gira em torno de um paralelismo psicossociológico que postula a indissociabilidade entre a organização de estruturas mentais e sociais no seio de formas de socialização diversificadas porque sujeitas a percepções distintas das dimensões individual e social do ser humano, evidenciando sempre uma simultaneidade entre o progresso lógico, entendido como interiorização de estruturas sociais e o de socialização, como exteriorização de estruturas mentais. Desta reciprocidade fundamental, embora sem tradução metodológica, parece existir argumento científico suficiente para afirmar que “o social é passível de ser analisado e reconstruído, quer a partir da análise objectiva das formas de organização

colectiva e sua génese, quer a partir da análise subjectiva dos conteúdos emergentes das representações mentais individuais” (Dubar 1995: 18)⁹.

Na verdade, Piaget, apesar de ter descurado as orientações metodológicas da sua teoria, tem sido uma referência fundamental no estudo dos processos de socialização da criança, designadamente no âmbito da sociologia da educação, para além de ter suscitado abordagens sociológicas interessantes, no sentido da validação e operacionalização da sua concepção do social e dos esquemas de percepção social que propõe. De referir A. Percheron (1974) que retoma e transpõe a problemática piagetiana da socialização para o universo político das crianças, em função do qual define a socialização como um processo interactivo e multidireccional de transacções e renegociações permanentes entre o indivíduo e a sociedade, no seio do qual os actores vão adquirindo um código simbólico que se desenvolve e vai conferindo uma certa representação do mundo, que cada um interpreta em função dos espaços sociais onde interage e das suas necessidades e aspirações individuais. A construção lenta e gradual deste sistema de referências de avaliação do real sugere, na perspectiva da autora, a existência de uma socialização latente, onde os mecanismos informais desempenham um papel relevante na aprendizagem e construção sociais da realidade. Atribui, assim, ao processo de socialização um carácter não intencional, em virtude de coexistirem, no universo social de cada um, um leque cada vez mais diversificado de agentes de socialização, cuja influência se exerce de modo significativo e imperceptível na apreensão das mensagens da sociedade e na produção de significados sociais. A construção de identidades movimenta-se, em grande parte, na esfera oculta das estratégias subtis de produção simbólica, cujas formas de fruição cultural constituem um processo de difícil apreensão, por ser invisível, descontínuo e, não raras vezes, independente dos aparelhos de socialização tipificados institucionalmente, mas, nem por isso, menos determinante e eficaz na

⁹ “Le social peut ainsi toujours s’analyser et se reconstruire aussi bien à partir de l’analyse objective des formes de organisation collective et de leur genèse qu’à partir de l’analyse subjective des contenus de représentations mentales individuelles et de leur émergence”.

estruturação dos esquemas de percepção social e na construção de valorações identitárias. A questão fundamental que a autora introduz, na problemática da socialização, prende-se com o conceito de identidade social que se traduz na existência de um sistema relacional em que os indivíduos assumem formas de pertença e de referência em relação aos grupos onde se inserem, no seio do qual se desenvolve um processo de construção de identidades. Parece, pois, evidente que o sistema de representações das crianças se movimenta numa complexa rede de interações sociais, marcada por periódicas reorganizações e reestruturações simbólicas, de cujo reajustamento, ora identificador, ora diferenciador, resulta a construção de identidades sociais. Assim é porque a produção de identidades sociais se opera através da interacção de dois processos, cujos mecanismos de alteridade funcionam de forma sincrética e ambivalente: o processo de identificação que conduz à integração dos actores sociais em grupos de pertença ou de referência com os quais se identificam e o processo de identização que gera formas de autonomia e diferenciação social, estabelecendo distâncias mais ou menos acentuadas entre os indivíduos (Pinto 1991).

Assim, colocando a tónica no eixo diacrónico que caracteriza o processo de construção de identidades, parece interessante evidenciar o facto de que esta “se alimenta de trajectos sociais incorporados nos agentes, da posição ocupada por estes na estrutura social (na medida em que ela determina e configura contextos de sociabilidade e de socialização duráveis) e de projectos que, em função de coordenadas estruturais, são socialmente formuláveis em cada momento” (Pinto 1991:220). Na verdade, a complexidade do jogo de identidades configura-se, nas sociedades modernas, de modo eminentemente relacional, dada a multiplicidade de mecanismos de interacção a que os indivíduos estão sistematicamente sujeitos, por influência do incremento do processo dialéctico de globalização do social.

Parece, assim, ter sido esta evidência sociológica que motivou Pierre Bourdieu a retomar a noção filosófica de *habitus*, já utilizada pela tradição escolástica para designar “as disposições adquiridas do corpo e da alma” e por Durkheim quando afirma que a nossa visão do mundo e as nossas crenças resultam de “uma disposição geral do espírito e da vontade” que consiste numa certa atitude de alma e num certo *habitus* do nosso ser moral (Dubar 1995:65). Todavia, o conceito de *habitus* em Bourdieu apresenta uma dimensão dialéctica inovadora, na medida em que incorpora uma acção objectiva e subjectiva dos actores, no tempo e no espaço, cujos mecanismos de percepção e de apreciação estruturam o universo simbólico-valorativo e as suas práticas, em função de um passado estruturador da lógica interna de acção que comanda o processo de reactualização do presente numa correspondência permanente entre a transmissão passiva e as incorporações activas. Trata-se, pois, de “um sistema de disposições duráveis e transponíveis, de estruturas estruturadas e predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações” (Bourdieu 1980: 88)¹⁰.

Esta concepção pressupõe a presença activa e dialéctica de um segmento diacrónico susceptível de edificar, no universo subjectivo dos indivíduos, sistemas simbólico-valorativos que, orientando as suas práticas individuais e colectivas, sintetizam as condições existenciais em que foram produzidos (condições de produção) e, ao mesmo tempo, as reestruturações que se impuseram aos indivíduos, em função de novas vivências e interacções sociais (condições de funcionamento).

Nesta perspectiva, “a teoria do *habitus* torna-se, assim, intimamente solidária de uma outra capaz de restituir o que classicamente se tem designado na sociologia académica por processo de socialização” (Pinto 1985: 70), podendo este ser entendido como um processo essencialmente activo de incorporação de *habitus*, ou seja, de maneiras de sentir, de pensar

¹⁰ “Systèmes de dispositions durables e transposables, structures structurées prédisposées à fonctionner comme structures structurantes, c’est à dire en tant que principes générateurs et organisateurs de pratiques et de représentations”.

e de agir, decorrente de condições objectivas (grupo familiar, escolar e social) e de experiências de vida que perduram sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de acção que orientam a trajectória social dos indivíduos e que estão receptivos aos reajustamentos próprios do confronto inter-geracional e da crescente celeridade e complexidade do processo de evolução social.

Assim, sendo o *habitus* um sistema de disposições que se configura a partir das condições sociais que caracterizam a infância dos indivíduos e se actualiza no seio de estratégias de acção já estruturadas, mas com capacidade suficiente para enfrentar novas condições de funcionamento, apresenta-se, também, como produto do processo de socialização dos indivíduos, onde a singularidade das trajectórias sociais confere características específicas aos mecanismos de interiorização das condições objectivas e de exteriorização das disposições subjectivas. É, precisamente, através da especificação e articulação destes mecanismos que, segundo Bourdieu, se poderá conhecer o *habitus* dos indivíduos, onde as disposições subjectivas estruturadoras de representações e geradoras de práticas constituem a dimensão integradora e coerente de uma trajectória de vida que se movimenta no seio de um espaço social cada vez mais complexo e que se caracteriza pela coexistência de “campos sociais” multidimensionais, dotados de forças e lógicas próprias de funcionamento, nomeadamente a família, a escola, o universo profissional e político (Bourdieu 1989).

Contudo, se a socialização constitui um processo de incorporação de disposições sociais disseminado num conjunto heterogéneo de subsistemas particulares que envolve os indivíduos, mobilizando o seu sistema valorativo, a verdade é que este processo de construção social da realidade assegura a implementação de estratégias de identificação e de identização, num duplo movimento susceptível de produzir identidades sociais que, no momento actual, se encontram sujeitas a lógicas de construção irredutíveis ao universo sociocultural em que se integram os indivíduos.

Neste processo sempre inacabado de apropriação do mundo social, os aparelhos de socialização operam de modo diverso na aprendizagem social, uma vez que veiculam saberes diferenciados, resultantes de relações distintas que o indivíduo estabelece ao longo da vida. Parte-se, assim, do pressuposto de que a socialização acompanha toda a existência do ser humano, onde processos de alternância e de ressocialização podem ocorrer, “em função de meios e padrões divergentes (e não raras vezes antagónicos) e pode implicar mudanças qualitativas na matriz de disposições interiorizada” (Silva 1994: 56).

Deste modo, os conteúdos da socialização não apresentam um carácter uniforme, alterando-se em função da fase do ciclo de vida dos indivíduos e do universo social e institucional que os legitima, o qual desempenha um papel fundamental na distribuição de saberes e na construção social da realidade.

A sociedade apresenta-se, pois, aos indivíduos, como uma realidade simultaneamente objectiva e subjectiva, socialmente construída em função de tipificações, estruturas sociais e conteúdos culturais que, actuando no sistema de disposições, determinam a distribuição social de saberes e vão sedimentando o universo das representações, através do qual se internaliza de modo ordenado e coerente a realidade social e se legitimam formas de integração e de participação sociais subjectivamente construídas, mas socialmente reconhecidas. Assim, a construção social da realidade é um processo sempre partilhado e socialmente relativizado, pelo que a análise dos mecanismos através dos quais ele ocorre deve ter em conta o carácter dialéctico das abstracções e interacções, cujas especificidades socioculturais devem constituir a referência fundamental de caracterização e interpretação sociológicas.

Deste modo, o processo de socialização representa o eixo diacrónico crucial da dialéctica social, onde coexistem interpretações normativas e cognitivas da realidade social que resultam do carácter estruturante e estruturado dos mecanismos e agentes socializadores, através do qual o

mundo social desencadeia processos de externalização e internalização da realidade que permitem a aquisição de saberes articulados e partilhados. Por isso, a lógica de aprendizagem deste saberes não reside no carácter funcional e relacional da estrutura social e dos agentes socialmente mais relevantes, mas na forma como esses mecanismos são interpretados pelos actores, cujo processo subjectivo tem raiz social e não individual. São estes saberes sociais que constituem a essência da dialéctica da sociedade, pois funcionam como sistemas organizadores da realidade apreendida, definindo modos de externalização, ou seja, formas de interacção e participação no mundo social objectivado pelas estruturas sociais que são mediadas pela internalização da realidade objectiva, ou seja, pela perfeita consciencialização da sua existência e respectiva interpretação, o que, por sua vez, torna o mundo social subjectivamente real para cada um de nós (Berger and Luckmann 1991).

A construção social da realidade assume-se, assim, como um processo de aprendizagem social em que os produtos da actividade humana detêm um carácter objectivo, mas são transmitidos de modo subjectivo, o que remete para a dimensão essencial e ambivalente do mundo social - a sociedade é um produto humano, ao mesmo tempo que o homem é um produto social. O social representa um prolongamento desta reciprocidade intrínseca que actua no sistema de disposições, construindo e reconstruindo os universos simbólico-valorativos dos indivíduos, que constituem os alicerces fundamentais de toda a actividade humana. Logo, os processos simbólicos incorporam um conjunto de significados social e subjectivamente construídos, cujos conteúdos estabelecem um elo de ligação entre o passado, o presente e o futuro, uma vez que veiculam processos identitários de integração social, modos de vida partilhados e edificam as referências fundamentais de projecção do ser humano.

Parece, pois, evidente que todo o universo simbólico se apresenta como produto eminentemente social, mobilizando a capacidade relacional, a construção de identidades e a sedimentação de quadros valorativos, cujo

significado e interesse sociológicos só podem ser legitimados pela natureza do sistema social em que foi produzido. De facto, o mundo social, no seio do qual a acção humana produz formas particulares de interacção que, por sua vez, desencadeiam esquemas diversificados de percepção e avaliação da realidade, constitui um complexo e multidimensional sistema simbólico-cultural que confere aos indivíduos um conjunto de saberes e códigos, cuja análise e interpretação constituem a chave para a compreensão dos mecanismos de socialização (Dubar 1995).

Todavia, sabemos que o ser humano não nasce membro da sociedade, mas, apenas, predisposto para a sociabilidade, pelo que o processo de socialização desempenha um papel fundamental na aprendizagem social que se desenvolve numa sequência temporal que se inicia no período da infância, tendo como ponto de partida o processo de internalização, através do qual a realidade objectiva do mundo social se torna consciente e adquire significado. A partir do momento em que a sociedade começa a ter existência real para os indivíduos, inicia-se a socialização primária que induz à participação na dialéctica social, veiculando os saberes básicos que tornam os indivíduos membros efectivos da sociedade. O processo subsequente é a socialização secundária que se traduz na aquisição de “saberes específicos”, com elevado grau de anonimato e formalismo porque disseminados no universo institucional e profissional. Importa salientar que esta conceptualização do processo de socialização, introduzida por Berger e Luckmann (1966), parte do pressuposto de que a identificação de eixos temporais determinantes de momentos cruciais de socialização não retira o carácter de permanente construção, pois, a componente essencialmente socializadora da sociedade jamais deixa de exercer a sua influência ao longo do ciclo de vida dos indivíduos porque a sua acção nunca é total, nem completa.

Assim, a apropriação progressiva do mundo social pressupõe a aquisição de “saberes de base” (linguagem, regras e códigos) que, como objectos da socialização primária, asseguram a posse subjectiva do quadro

de referências estruturador dos esquemas de percepção e avaliação da realidade, predefinindo modelos de conduta social. A aquisição destes saberes depende essencialmente da qualidade e intensidade das relações que se estabelecem no universo social envolvente, onde a família e sobretudo a escola desempenham um papel decisivo na distribuição destes saberes, bem como na sua legitimação e consolidação. Mas, ao mesmo tempo que a criança apreende a realidade, tomando consciência dela e internalizando o seu significado, ela identifica-se a si própria e com os outros, através da apropriação de símbolos, normas e atitudes fundamentais que unificam e dão coerência ao processo identitário. Este duplo movimento de abstracção/identificação deixa de estar circunscrito apenas a elementos concretos e próximos para se generalizar a toda a realidade social, conferindo um lugar específico no “mundo”, bem como uma certa estabilidade e continuidade ao próprio processo de identificação que, por sua vez, estrutura de modo plausível a construção de identidades sociais. Embora, a criança desempenhe um papel activo no processo de socialização, pela forma mais ou menos interessada que pode adoptar, a verdade é que a sua situação de desvantagem é evidente face a momentos posteriores se atendermos ao facto de que a selecção dos elementos significativos se apresenta previamente definida pelos adultos, o que significa que “a sua identificação com eles é quase automática”, tal como a “internalização da sua realidade particular é quase inevitável” (Berger and Luckmann 1991: 154)¹¹. Daí que o “mundo” internalizado na infância apresente maior grau de sedimentação e de realismo do que em qualquer outro momento da vida, sem esquecer, contudo, que, embora a internalização da sociedade, da identidade e da realidade se processe interceptando momentos diferenciados, a sua presença será uma constante na trajectória de vida dos indivíduos.

¹¹ “Since the child has no choice in the selection of his significant other, his identification with them is quasi-automatic. For the same reason, his internalization of their particular reality is quasi-inevitable”.

Apesar do carácter linear que parece presidir ao processo de internalização na infância, os conflitos simbólicos podem ocorrer decorrentes da discrepância de conteúdos veiculados pelos agentes de socialização mais importantes neste período, nomeadamente a família e a escola. Assim é porque nem sempre existe consonância de saberes, valores, códigos, atitudes e expectativas ao nível destas duas instâncias socializadoras, cujas divergências resultam do leque diversificado de capitais económicos, escolares e culturais que caracteriza a instituição familiar e, conseqüentemente da disparidade dos respectivos posicionamentos sociais (Giddens 1995). Nesta fase particularmente vulnerável, os meios de comunicação de massa, designadamente a televisão, por força da sua poderosa influência na construção de representações e de modelos de comportamento, pode ser igualmente geradora de conflitos simbólicos, se a acção reguladora da família não tiver capacidade para accionar de modo sistemático mecanismos de filtragem e desmontagem das mensagens e estereótipos veiculados.

Por outro lado, nesta fase, importa salientar o papel crucial da escola que, segundo Musgrave e Piaget, coloca a criança, pela primeira vez, em interacção igualitária, proporcionando-lhe a integração no seu grupo de pares, onde a aquisição de códigos e regras de conduta se processa de modo vivenciado e consensualizado sem constrangimentos hierarquicamente impostos como no seio da estrutura familiar (César 1996). A entrada para a escola representa, assim, um universo alargado de relações, descobertas e experiências através das quais se desenvolvem mecanismos de identificação e de percepção sociais com capacidade para aumentar a visibilidade do mundo social. A partir deste auto e hetero-reconhecimento e do desempenho de tarefas que implicam iniciativa, autonomia, confiança e responsabilidade, a criança internaliza um corpo de conhecimentos que vai definindo e estruturando o processo de identificação com a realidade social que a rodeia. De facto, os conteúdos da socialização primária, ao assegurarem a posse subjectiva do indivíduo como ser social integrado numa determinada

realidade e identificado com ela, consolidam a estrutura básica que vai permitir interiorizar o mundo social definido como um universo especializado de actividades, onde “os saberes específicos” institucionalizados veiculam a apropriação de realidades parciais que, no universo simbólico dos indivíduos, adquirem uma função reorganizadora da concepção já interiorizada do mundo social, pela integração de um novo corpo de conhecimentos objectivamente formalizado e legitimado pela dinâmica e complexidade do processo institucional da sociedade. Deste processo de socialização secundária emerge uma nova concepção do mundo social que, alicerçada nos conteúdos da socialização primária, apresenta menor grau de subjectividade pela formalidade dos processos e comporta novas internalizações que colocam em interacção os agentes legitimadores básicos (família e escola) e específicos (instituições, grupos profissionais e empresas), cuja dialéctica desempenha um papel privilegiado na cristalização de estruturas simbólicas coerentes (*plausibility structures*) (Berger and Luckmann 1991) que confirmam a realidade subjectiva e consolidam os processos identitários. Assim é, pois, os processos de racionalização secundária, embora bastante mais racionais e emocionalmente controlados, porque objectivamente identificados no universo social, não deixam de reflectir a sua componente subjectiva ao estabelecer laços de identificação afectiva que são suportados por uma realidade objectiva socialmente definida e institucionalmente assimilada como necessária. A necessidade funcional do processo institucional da sociedade confere um carácter afectivo às relações que se estabelecem na socialização secundária, tornando este tipo de internalizações mais vulnerável e flexível, porque menos enraizada na percepção interna.

Com efeito, os seus conteúdos não possuem um carácter natural comparativamente aos da socialização primária, pelo contrário, assumem uma natureza artificial, decorrente da complexidade e conseqüente necessidade funcional do processo social, pelo que a forma como são internalizados depende do grau de motivação dos indivíduos para a sua

apreensão. Para além de que o sucesso da socialização secundária pressupõe uma articulação consistente entre as interiorizações anteriores orientadas para a formação da identidade social e as novas que implicam o reconhecimento, a integração e a adaptação à sociedade, assegurando a correspondência entre realidades subjectiva e objectiva, embora a possibilidade de uma transformação mais ou menos radical da realidade subjectiva, onde se inclui a identidade, esteja sempre presente (Dubar 1995). A acontecer uma ruptura, esta significa discrepâncias entre a socialização primária e secundária e implica uma reinterpretação da nova realidade, cujo processo é mediado pela existência de uma estrutura simbólica coerente (*plausibility structure*) que acciona mecanismos de reconversão, onde interagem identidades anteriores já consolidadas e significados novos a legitimar de que resulta um processo de “alternação”, susceptível de transformar completamente a identidade.

Esta possibilidade coloca em evidência o carácter dialéctico da socialização e remete para a abordagem deste processo numa perspectiva em que a mudança e a reprodução sociais se interpenetram devido à permanente interacção dos aparelhos de socialização primária e secundária, cuja autonomia na produção de saberes garante a possibilidade de os actores recriarem novas fórmulas e modelos relacionais que permitem a renovação das estratégias identitárias e das práticas sociais.

Esta ênfase permanentemente construtiva e não reprodutora da socialização, onde a possível transformação de identidades na socialização secundária configura condições de mudança social, atribui uma importância crucial aos aparelhos de socialização secundária no processo de construção social da realidade, os quais devem assegurar um ajustamento eficaz e duradouro dos actores à acção colectiva, no sentido de estabelecer condições equilibradas de estruturação gradual do universo simbólico que tende a acompanhar as mudanças inerentes ao processo de evolução social da sociedade. Para tal, importa que este processo sequenciado de aprendizagens estabeleça, no contexto da sua estrutura social específica,

interacções sociais potenciadoras de uma articulação plausível e durável entre “os aparelhos de legitimação” e as reinterpretações do mundo vivido, no seio das quais se movimenta o fenómeno identitário. Sabemos, contudo, que face às zonas de incerteza, inerentes ao carácter simultaneamente estável e provisório das configurações identitárias, não é possível assegurar antecipadamente produções identitárias adaptadas aos sistemas sociais de amanhã. No entanto, constata-se, actualmente, que o campo das actividades profissionais constitui, cada vez mais, um importante núcleo estruturador da vida em sociedade, quer em termos colectivos, quer em termos individuais, sendo notória a sua capacidade para promover o “acesso a recursos - materiais e simbólicos - que condicionam decisivamente os estilos de vida, os projectos pessoais e a mobilidade social” (Almeida 1990: 75).

Com efeito, a construção de identidades processa-se em torno de representações individuais subjectivas que carecem de reconhecimento e operacionalização no quadro dinâmico das práticas sociais, o que significa que, como dimensões da identidade, não permanecem totalmente, mas vão-se reconstruindo de forma sempre partilhada e activa, colocando em interacção os diversos tipos de saberes, cuja articulação desempenha um papel decisivo na construção de identidades sociais, entendida como um processo transaccional que sistematicamente coloca o indivíduo em diálogo consigo próprio e com os outros. O fenómeno identitário traduz, assim, a dualidade do social, donde emerge a relação dialéctica entre o indivíduo e sociedade, a qual se desenvolve no seio de processos específicos de socialização com sentidos e significados sociológicos particulares.

Deste modo, a identidade pode ser definida como “o resultado ao mesmo tempo estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constróem os indivíduos e definem as instituições” (Dubar 1995: 111)¹². Trata-se de um processo ambivalente em que coexistem

¹² “L'identité n'est autre que le résultat à la fois stable et provisoire, individuel et collectif, subjectif et objectif, biographique et structurel des divers processus de socialisation que, conjointement, construisent les individus et définissent les institutions”.

mecanismos específicos individuais e mecanismos sincréticos de natureza relacional e sistémica geradores de esquemas de tipificação variáveis, segundo a natureza do contextos sociais e biográficos onde se desenvolvem as interações sociais e as trajetórias de vida dos actores. Esta dualidade de mecanismos heterogéneos e diversamente contextualizados em categorias analíticas distintas mas interdependentes - o processo biográfico e o processo relacional - que influencia a construção de identidades sociais, permanece em todas as estratégias identitárias que se desenrolam ao longo da vida, cujo início é o período da infância.

Nesta fase, a escola constitui um elemento crucial na construção de identidades sociais, uma vez que proporciona à criança a sua primeira experiência de identificação social, transformando-se, por isso, num espaço privilegiado de reconhecimento identitário em virtude de potenciar a distribuição e a legitimação de saberes espacial e temporalmente circunscritos a cada geração. Nesta perspectiva, o fenómeno identitário assume um carácter transversal intra e inter-geracional, na medida em que o constante processo dialéctico, que articula processos biográficos e relacionais, projectando identidades sociais e fazendo emergir, em cada geração, uma matriz identitária própria, se encontra permanentemente confrontado com os percursos da geração precedente.

Como processo biográfico entende-se a construção subjectiva entre identidades herdadas e identidades produzidas que, temporalmente, as diversas instituições oferecem aos indivíduos, permitindo-lhes o reconhecimento de si próprio, ou seja, uma identidade social "real", conferida pela posição específica no contexto da estrutura social; enquanto que o processo relacional representa uma configuração de espaços de distribuição e legitimação de saberes que estabelece uma transacção objectiva, através da qual os indivíduos são identificados e classificados pelos outros, de que resulta uma identidade social "virtual" que, devido ao confronto inter-

geracional, é susceptível de desencadear atitudes que podem ir da cooperação ao conflito¹³ (Quadro I).

A dialéctica da construção social da realidade torna-se bem evidente na interacção destes mecanismos de identificação que se movimentam no seio do fenómeno identitário, bem como o papel fundamental que o indivíduo desempenha nos processos de mudança social, devido à sua capacidade intrínseca para renovar as estratégias identitárias que, tal como os processos de equilibração piagetianos, se destinam a reduzir eventuais discrepâncias entre as dimensões biográfica e relacional, ou seja, entre a identidade social “virtual” conferida pelos outros e a identidade social “real” atribuída por si próprio.

Deste modo, o fenómeno identitário que se repercute ao longo dos processos de socialização tem subjacente dois mecanismos centrais com capacidade para enfrentar a natureza dialéctica das sucessivas transacções, por isso, susceptíveis de equilibrar o processo de construção de identidades sociais. O primeiro mecanismo é aquele que veicula a produção de actos de atribuição e actos de pertença, conducentes respectivamente à construção de identidades sociais “virtuais” e “reais”, enquanto que o segundo diz respeito à transacção indutora de estratégias identitárias que assimilam e articulam as duas identidades, criando estruturas simbólicas coerentes (*plausibility structures*). Estas orientam o processo de identificação e promovem interacções plausíveis entre os modos de reconhecimento das instituições e dos outros agentes que se situam no universo relacional dos indivíduos. A construção de identidades joga-se inevitavelmente no seio de sistemas de acção, donde emerge um autêntico processo de “negociação identitária” eminentemente relacional, cujos compromissos se movimentam num eixo comunicacional entre a estabilidade e a mudança e carecem de

¹³ Os conceitos de identidade social “real” e “virtual” foram introduzidos e desenvolvidos por Erving Goffman (1963). Segundo o autor a identidade social virtual é o carácter que imputamos ao indivíduo, as exigências que dele fazemos, as expectativas que nele colocamos, enquanto que a identidade social real são “a categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir” (Goffman 1988: 12).

relações sociais qualitativamente consistentes, no sentido de fazer face ao processo dinâmico e interactivo de construção social da realidade. É, pois, deste jogo permanente dos actores, cujas regras se situam entre a plausibilidade e a incerteza, não só pelo carácter contingente dos constrangimentos estruturais, mas, também, pela natureza dinâmica das interacções sociais, que se constróem e se transformam os sistemas simbólico-valorativos estruturadores da percepção social, razão pela qual a visibilidade do social será tanto mais evidente, quanto maior for a incidência nas próprias regras do jogo, ou seja, na estruturação das novas ênfases valorativas que se edificam nos complexos sistemas de representações sociais.

Quadro I

Categorias de Análise da Identidade

(A identidade social marcada pela dualidade)

Processo relacional	Processo biográfico
- Identidade para outrem	- Identidade para si
- Actos de atribuição: "Que tipo de homem ou mulher você é" - Alguém o diz	- Actos de pertença: "Que tipo de homem ou mulher você quer ser" - Diga-o você
- Identidade - numérica (nome atribuído) genérica (género atribuído)	- Identidade predicativa de si próprio (pertença reivindicada)
- Identidade social "virtual"	- Identidade social "real"
- Transacção objectiva entre: identidades atribuídas/propostas identidades assumidas/incorporadas	- Transacção subjectiva entre: identidades herdadas identidades visadas
Alternativa entre: cooperação - reconhecimento conflitos - não reconhecimento	- Alternativa entre: continuidade - reprodução rupturas - produção
- "Experiência relacional e social de poder"	- "Experiência de estratificações, discriminações e desigualdades sociais"
- Identificação com as instituições julgadas estruturantes ou legítimas	- Identificação com as categorias julgadas atractivas e protectoras

Fonte: Dubar 1995: 116 (Traduzido)

1.3 O UNIVERSO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: VALORES E ASPIRAÇÕES

A lógica do social gira em torno da permanente e imprevisível interface entre o individual e o colectivo, no seio da qual a noção de representação social se tem revelado deveras pertinente na abordagem e compreensão dos fenómenos sociais, na medida em que é através dela que podemos aceder ao universo contextualizado e relacional da realidade quotidiana e interpretar o mundo social que nos rodeia. Assim é porque as representações sociais, constituindo produções mentais socialmente elaboradas no seio de redes de sociabilidade e de interacção social, reflectem percepções estruturadas das condições da realidade em que foram produzidas, cuja riqueza de conteúdos se desdobra numa tal diversidade de elementos (cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões e imagens) que, mesmo estudados isoladamente, traduzem sempre dimensões significativas da nossa relação com o mundo e com os outros.

Trata-se, pois, de uma totalidade fundamental no domínio da construção da realidade que encerra uma inequívoca complexidade fenomenal, quer pela natureza subjectiva, pluridimensional, autónoma e criativa da sua construção, quer pela intensidade e fluidez dos processos de interacção que caracterizam a sociedade do nosso tempo. Mas, sendo a representação social “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, contendo uma visão prática e concorrente da construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet 1989:36)¹⁴, esta afasta-se do saber do senso comum e adquire legitimidade científica, a partir do momento em que o reconhecimento da sua pertinência no esclarecimento da vida social a transforma no objecto de estudo privilegiado das ciências sociais, dotadas de aparelhos conceptuais e metodológicos próprios.

De facto, a contribuição decisiva das representações no conhecimento dos conteúdos e processos de funcionamento da sociedade pode ser

¹⁴ “C’est une forme de connaissance, socialement élaborée et partagée, ayant une visée pratique et concourant à la construction d’une réalité commune à un ensemble social”.

constatada pela transversalidade do trabalho científico, neste domínio, que toca uma diversidade considerável de áreas científicas, nomeadamente a psicologia social, a sociologia, a antropologia e a história. Na verdade, o diálogo construtivo entre linguagens científicas distintas, bem como o cruzamento de perspectivas diversas sobre o mesmo objecto de estudo, ao colocar a prática da interdisciplinaridade no centro do trabalho científico, conferem certamente melhores condições para reelaborações teóricas mais consistentes e ajustadas à compreensão da realidade social, cada vez mais complexa e dinâmica.

Neste sentido, as representações constituem um sistema privilegiado de interpretação da realidade social em constante mutação, na medida em que intervêm em processos tão diversos como a difusão e assimilação de saberes, a construção de identidades sociais ou a orientação de condutas sociais, exprimindo possibilidades de evolução e de mudança social. Representam, assim, formas de avaliação cognitiva da realidade que reflectem modelos de pensamento e nos dão conta do carácter afectivo e normativo dos processos de construção e elaboração da realidade social, bem como dos conteúdos socialmente interiorizados através da experiências, práticas e formas de conduta. É, precisamente, este duplo movimento susceptível de apreender simultaneamente a própria actividade representativa (processos individuais e sociais de construção) e o seu produto (sistemas cognitivos, valorativos e normativos) que atribui riqueza fenomenal ao conceito de representação social.

Com efeito, qualquer acto de pensamento tem implícito uma representação mental que relaciona os sujeitos com a realidade que os envolve, quer se refira a pessoas, ideias ou coisas, acontecimentos psicológicos, sociais, materiais ou, mesmo, fenómenos naturais. Nesta relação, o sujeito apropria-se, não do "objecto" em si, mas do que ele representa para si, construindo a sua própria representação mental, independentemente da sua existência real ou imaginária, bem como da sua presença ou ausência (Jodelet 1989). É, sem dúvida, esta capacidade de

representação do mundo que atribui aos indivíduos um papel activo na construção da realidade, cujo processo criativo e interactivo de produção de sentido e de significados exprime os traços marcantes da existência biográfica e relacional dos sujeitos. A sua apreensão, através de procedimentos científicos de análise empírica, sempre renovados pelo carácter evolutivo que preside às concepções paradigmáticas da ciência, tem enriquecido o universo conceptual das ciências sociais, neste domínio, reactualizando a lógica de construção do pensamento social e a controversa relação indivíduo-sociedade.

A noção de representação social tem a sua génese no conceito de representação colectiva enunciado por Durkheim (1898), no âmbito do qual o autor “propõe a ligação dos conteúdos e da estrutura de pensamento colectivo às formas de organização social” (Vala 1986). Esta questão é retomada por Moscovici (1961) que, à luz da psicologia social, apresenta e desenvolve uma sistematização teórica que se caracteriza pelo cruzamento de conceitos sociológicos e psicológicos, numa tentativa de superar as limitações da concepção positivista da ciência e das orientações behaviouristas que, então, predominavam no estudo da cognição social. Esta ruptura epistemológica é perfilhada pela “sociologia do conhecimento elaborada no quadro do interaccionismo simbólico (Berger and Luckmann 1966), a etnometodologia (Cicourel 1973), a fenomenologia (Schutz 1962), que relacionam a realidade social com uma construção consensual estabelecida no seio da interacção e da comunicação” (Jodelet 1989: 40)¹⁵.

O conceito de representação assume, assim, uma tal vitalidade, complexidade e transversalidade que reclama das abordagens teóricas e empíricas uma perspectiva holística e hermenêutica que articule diferentes

¹⁵ “Propriétés assignées à la représentation sociale dès 1961 par Moscovici avec lequel converge, par ailleurs, la sociologie de la connaissance élaborée dans le cadre de l’interactionnisme symbolique (Berger and Luckmann, 1966), l’ethno-méthodologie (Cicourel, 1973), la phénoménologie (Schutz, 1962) qui rapportent la réalité sociale à une construction consensuelle, établie dans l’interaction et la communication”.

sistemas explicativos e coloque em interacção elementos afectivos, mentais, cognitivos, relacionais e sociais, cuja coexistência e comunicação, no seio de um sistema social específico, afectam a génese, a estrutura e a evolução das representações. Concretamente a este respeito, e remetendo para Moscovici, Jorge Vala evidencia que é, precisamente, este processo dinâmico e eminentemente relacional que favorece a pluralidade de representações sociais, onde factores de diferenciação social, como condições sócio-económicas, sistemas valorativos e normativos (capitais escolar, cultural e ideológico), condicionam a construção social da realidade. Assim é porque “a emergência das representações realiza-se na interacção social, serve a interacção social e é afectada pelos dinamismos sociais, cujas lógicas regulam (...) os interesses, posições sociais, códigos e valores, a difusão da informação e as respostas às solicitações do meio” (Vala 1986: 15). De outra forma, as representações veiculam e explicam a diversidade do social, bem como a especificidade dos sistemas socioculturais, na medida em que edificam relações e posicionamentos sociais distintos, organizam o comportamento individual e colectivo e criam mecanismos de identificação social que exprimem padrões de organização social e dinâmicas sociais particulares.

Deste modo, a natureza eminentemente social das representações advém, sobretudo, do carácter contextualizado da sua construção, onde quadros simbólico-valorativos e sistemas de identificação e de categorização social, circulando de modo partilhado num dado espaço social, contribuem para a sua produção. Então, se as representações sociais emergem no seio de relações sociais específicas, condensando um conjunto de imagens, códigos, valores e significados, elas reflectem as particularidades dos contextos sociais em que foram produzidas, ao mesmo tempo, que estes apresentam capacidade para produzir novos quadros de referência e novas formas de interacção social. Este ponto de vista sugere que as representações sociais se encontram associadas à dinâmica social, pelo que alterações sociais relevantes, com repercussões nos processos de

socialização, designadamente crescimento económico com reflexos positivos nas condições materiais e sociais de existência e, conseqüentemente nos níveis de qualidade de vida, são susceptíveis de promover mudanças no universo das representações sociais, mobilizando sistemas de valores, interesses, expectativas e aspirações. É neste sentido que as representações, sendo "regidas por um pragmatismo adaptativo" que confere aos indivíduos sistemas plausíveis de interpretação, integração e comunicação sócias, desempenham "uma função de organização significativa do real" (Vala 1986).

Na verdade, a influência das conjunturas (política e económica), na esfera valorativa das gerações que as vivenciam, tem sido largamente assumida e constatada por análises empíricas que, na esteira de Inglehart (1977), têm equacionado a problemática dos processos e conteúdos de dinâmica social, onde o trabalho e a profissão têm constituído o domínio privilegiado na detecção de valores sociais dominantes, sobretudo, pela abrangência de que se revestem, repercutindo-se aos mais diversos níveis da vida social dos indivíduos (Vala 1986; Harding et al. 1986; Branngart 1986; Sanchis 1988; Ferreira 1989; Almeida 1990; França 1993).

Reforça-se, assim, a centralidade do mundo do trabalho e das profissões nos processos sociais e colectivos que estruturam o espaço social da actualidade, uma vez que o campo das actividades profissionais, estabelecendo articulações múltiplas e profundas com sectores diferenciados do sistema social (institucional, político, cultural e económico), influencia o sistema de representações sociais, as estratégias identitárias e as trajectórias de vida, ao mesmo tempo que desempenha um papel fundamental na atribuição de estatuto e prestígio sociais.

Com efeito, as propostas de Ronald Inglehart, no âmbito das quais adopta uma nova taxonomia de valores que se movimenta num eixo polarizado entre valorações materialistas (segurança e rendimento) e pós-materialistas (qualidade de vida, participação e auto-estima), evidenciam novas ênfases selectivas no domínio dos valores, cuja tendência pós-

materialista, empiricamente observada através de estudos que o autor efectuou nos países da Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá (1985), reflecte um novo contexto de socialização profundamente marcado por um clima de desenvolvimento económico e social. Defende o autor que a sociedade ocidental do pós-guerra introduziu um conjunto diversificado de dispositivos políticos (Estado-Providência), institucionais e organizacionais (crescente escolarização, economia de mercado e consumo de massas) e tecnológicos (redes de comunicação e de informação), cuja articulação duradoura produziu uma lógica societal que desencadeou novas prioridades, valores, atitudes, comportamentos e, conseqüentemente, novas expectativas e aspirações de vida. A inflexão valorativa constatada sugere que a emergência de novos quadros simbólicos, manifestando um progressivo deslocamento das prioridades materiais para as sociais, acompanha a dinâmica social implementada nas últimas décadas, cujo processo, tendo tido capacidade para proporcionar as condições essenciais de segurança física e económica, fez emergir outras necessidades que se repercutiram na esfera valorativa dos indivíduos.

Contudo, não tendo como propósito dissecar ou aprofundar a validade dos pressupostos teóricos e empíricos que presidiram à concepção desenvolvida por Inglehart, parece-me pertinente a referência a ela, no sentido em que poderá ajudar a esclarecer e melhor compreender o significado das novas tendências valorativas que a conjuntura dos anos 90 pode viabilizar. Com efeito, num cenário de profunda depressão económica, onde o fenómeno do desemprego e as dificuldades de acesso ao 1º emprego se manifestam de modo incontrolável no contexto europeu, João Ferreira de Almeida (1990) admite que a introdução de novas variáveis conjunturais é susceptível de desencadear, na esfera do trabalho e das profissões, uma evolução da tipologia de valores observada por Inglehart, na medida em que se distanciam as aspirações de vida das possibilidades da sua concretização (César 1996).

Mas, se admitimos que as opções valorativas circulam num eixo diacrónico que se movimenta entre a singularidade dos percursos pessoais e sociais e as circunstâncias conjunturais do modelo de sociedade predominante, parece plausível admitir, também, que este processo de construção subjectiva se consolida, sobretudo, na trajectória de vida até à fase adulta, onde a natureza e a qualidade dos conteúdos de socialização primária e secundária determinam a orientação dos quadros simbólico-valorativos e a definição de aspirações no campo socioprofissional. Tal como refere Filipa César (1996), Inglehart vai mais longe ao afirmar que a socialização primária desempenha um papel predominante relativamente à secundária, uma vez que factores como a profissão do pai e, conseqüentemente, as condições sócio-económicas da família exercem uma influência mais poderosa na esfera valorativa dos indivíduos do que, na fase subsequente, a actividade profissional e o estatuto social adquirido. Para reforçar a sua tese de que “a relação entre educação e tipo de valores é muito mais forte do que a relação entre rendimento e tipo de valores”, o autor recorre às análises de Russel Dalton¹⁶, neste domínio, que evidenciam que o nível etário situado entre os oito e os doze anos “fornece a explicação mais poderosa do tipo de valores” (César 1996: 163).

A infância parece constituir uma fase crucial do ciclo de vida dos indivíduos, no seio da qual se torna pertinente, do ponto de vista sociológico, auscultar os conteúdos das representações que se formam na interacção da criança com o seu meio socializador, no sentido de analisar o modo como as novas gerações se apropriam e interpretam a realidade social que as rodeia e, conseqüentemente, identificar os traços valorativos predominantes e o horizonte das aspirações socioprofissionais que se começam a delinear, cujas tendências são susceptíveis de interferir na construção do seu próprio quadro referencial e de configurar, mais tarde, o universo da sua representação do mundo.

¹⁶ Russel Dalton, utilizando como unidade de análise uma categorização própria de onze divisões etárias e os dados de uma sondagem de 1973, procedeu a uma análise aprofundada das respectivas alterações valorativas.

No que se refere às aspirações, sabemos que estas constituem um prolongamento das condições materiais e sociais de existência, reflectindo os posicionamentos e os papéis sociais da família e a situação profissional dos seus elementos, mas, também, imagens construídas da interacção com o mundo exterior mais próximo ou mais longínquo, nomeadamente professores, vizinhos, amigos, conhecidos e meios de comunicação social. Da conjugação destes factores podem resultar aspirações com tendência a reproduzir o quadro social predominante ou aspirações que, pela discrepância que revelem em relação ao contexto em que foram produzidas, façam antever a emergência de dinâmicas inovadoras atribuíveis a um efeito geracional e, no caso particular da presente pesquisa, a um contexto de socialização profundamente marcado por uma conjuntura sócio-económico excepcional, designadamente a implementação do Projecto Industrial Mineiro Neves - Corvo¹⁷.

Ainda no domínio das aspirações, Marie-Josée Chombart de Lauwe (1970) considera-as como uma manifestação de desejos que, de modo inconsciente, se edifica no seio de um quadro simbólico-valorativo que se estrutura no seio dos espaços de interacção social em que os indivíduos se movimentam. Significa isto que o desejo de desempenhar papéis sociais tem a sua génese na experiências e aprendizagens que a escola proporciona ao desenvolver capacidades de auto-confiança, iniciativa, autonomia e ao alargar o horizonte de participação, interacção e de visibilidade sociais, cujas vivências conferem, à criança, referências fundamentais no domínio das representações e constituem um veículo privilegiado de produção de significados sociais.

A criança começa, assim, a perceber o carácter inevitável e fundamental que a escola assume na satisfação de necessidades individuais e sociais e, conseqüentemente, no futuro desempenho profissional, cujo

¹⁷ O Projecto Industrial Neves-Corvo implementado em Castro Verde, desde 1981, pela empresa mineira Somincor, dinamizou o tecido económico e sócio-cultural deste concelho e contribuiu, de forma decisiva, para a sua singularidade no contexto da região mais vasta em que se insere, distanciando-o, a todos os níveis, dos outros concelhos limítrofes.

processo faz emergir potencialidades e aspirações que, permanentemente, se edificam na interface entre o individual e o social.

De facto, a representação constitui um processo crucial no domínio da infância, na medida em que se assume como instrumento de cognição, socialização e de comunicação. Assim é porque potencia um sistema de interpretação produtor de imagens, significados e valores que atribui sentido às descobertas vivenciadas e orienta o relacionamento com os outros. Então, se as representações se elaboram a partir das interações que a criança estabelece com o seu meio de pertença social, o conceito de socialização pode ser definido como a expressão de produtos psicológicos e sociais, cuja articulação, culturalmente determinada pela natureza do universo socializador, contribui de forma decisiva e inequívoca para o desenvolvimento da criança como ser individual e social. Nesta perspectiva interaccional se enquadra Chombart de Lauwe ao definir a representação social como “o produto de uma dialéctica de fenómenos psicossociais que se vai transmitindo socialmente e permitindo uma comunicação entre os indivíduos e particularmente entre as gerações” (Lauwe et Feuerhahn 1989: 325-326)¹⁸.

Trata-se, pois, de um mecanismo que, exprimindo e articulando uma totalidade de elementos, estabelece a comunicação entre a sociedade e a criança. Entendida a sociedade, como um universo particular de socialização estruturado em função de condições sócio-espaciais, económicas, institucionais, culturais e ideológicas e, encarada a criança, como um indivíduo em fase crucial de aquisições que interage, na vida quotidiana, integrado num determinado ambiente familiar e social e situado numa categoria social com características próprias (representações e práticas), em que o factor idade a coloca numa posição subalterna face ao estatuto privilegiado auferido pelo mundo dos adultos.

¹⁸ “ Les travaux de M. J. Chombart de Lauwe s’inscrivent dans cette perspective interactionnelle où la transmission sociale définie comme une dialectique de phénomènes psychosociaux donne un cadre à la représentation sociale. (...) Elle permet une communication entre les individus et particulièrement entre les générations.

Contudo, a ênfase analítica da infância e a pertinência do estudo das representações sociais, neste período, prendem-se, sobretudo, com a complexidade da sociedade actual e a dinâmica das transformações sociais, cujo processo deixa de estar sujeito a regras bem definidas e a mecanismos perfeitamente identificáveis para se assumir como um vasto campo de interacção, onde aspectos novos de existência alargam, reajustam e veiculam representações que transcendem a experiências e as práticas reais dos indivíduos (Lauwe et Feuerhahn 1989).

De facto, o fluxo de informações e de imagens mediatizadas, bem como as numerosas interacções que caracterizam, actualmente, os universos de socialização, conferem novos contornos aos sistemas de representações da infância, cuja análise é susceptível de fornecer uma configuração de disposições prefiguradora de efeitos geracionais específicos e tendências socioculturais, atribuíveis ao emergir de uma sociedade dominada pelo fenómeno da informação e da comunicação. Na verdade, as repercussões deste novo modelo societal, ou seja, o sentido e a amplitude das mudanças que se vislumbram neste horizonte de evolução, carecem de reflexões analíticas no campo dos universos simbólico-valorativos das gerações mais jovens, dado que neles se inscrevem os traços fundamentais susceptíveis de orientar as aspirações e as expectativas dos novos actores sociais.

Não parece, pois, despropositado afirmar quão imprescindível se torna aprofundar o conhecimento dos conteúdos que estruturam os sistemas de representações sociais das gerações, cujo processo de socialização se iniciou num contexto societal profundamente diferente do anterior, quer para reflectir sobre os novos padrões valorativos emergentes e as respectivas implicações socioculturais, quer para introduzir novos dados susceptíveis de iluminar e revitalizar o debate que gira em torno das novas concepções de desenvolvimento em espaço rural.

Na verdade, se compreendermos a forma como a realidade social se vai construindo, em função dos conteúdos objectivos e subjectivos inerentes

aos processos de socialização, poderemos captar os princípios que dão sentido às interpretações que, a propósito da realidade, os actores sociais produzem. Da mesma forma que a palavra ou a frase não adquirem significados precisos sem o recurso aos contextos textuais em que estão inseridas, também as representações sociais só exprimem conteúdos sociológicos se interpretadas à luz dos contextos sociais específicos em que foram produzidas (Pais 1993). Por isso, o espaço apresenta-se como uma variável acessória, mas fundamental na explicação das dinâmicas sociais, “uma imediação indispensável” entre as actividades quotidianas e as diferentes estruturas sociais e culturais que se exprimem através delas (Rémy 1975). A partir dele, podemos observar formas de interacção particulares que reflectem um conjunto de significados simbólico-valorativos inscrito numa matriz temporal marcada por ritmos sociais diferentes que, sistematicamente se cruzam e interpenetram. O espaço e o tempo devem ser encarados como variáveis dinâmicas e interactivas, cuja operacionalização carece da assinatura dos indivíduos e de contextos analíticos precisos, o que remete, por um lado, para disposições subjectivas, estilos de acção e comportamentos e, por outro lado, para formas conceptualizadas de construção e produção teóricas, onde se articulam e operacionalizam os conceitos que vão permitir dar um sentido sociológico ou antropológico às interpretações que, a propósito da realidade, se produzirem (Geertz 1973). “É justamente através desses contextos que podemos perceber as razões pelas quais os tempos e os lugares têm assinaturas distintas” (Pais 1993: 529).

Com efeito, o momento presente, bem como a realidade social em análise, parecem revelar singularidades interessantes, quer porque são completamente inovadores os caminhos que se vislumbram para o equilíbrio do espaço rural, quer porque a análise empírica desta pesquisa se circunscreve a um concelho rural profundamente marcado por uma dinâmica económica e sociocultural muito particular.

Parece, pois, uma excelente ocasião para, no quadro do desenvolvimento, se percepcionarem as eventuais transformações ou inovações de que as gerações mais jovens são certamente portadoras, no sentido de disponibilizar elementos pertinentes para a análise do percurso sociocultural deste tipo de comunidades, bem como para a orientação das estratégias revitalizadoras que se desenham no âmbito do desenvolvimento local.

1.4 A ENCRUZILHADA DO DESENVOLVIMENTO EM ESPAÇO RURAL

Os novos contornos que, na actualidade, assumem as mais recentes concepções de desenvolvimento, donde emergem oportunidades interessantes para o mundo rural, resultam de imperativos de mudança face às enormes discrepâncias que as políticas económicas e sociais têm manifestado quanto à implementação de estratégias susceptíveis de promover níveis de desenvolvimento económico, social e cultural com capacidade para articular os sectores tradicionais do espaço rural e os sectores modernos do espaço urbano-industrial.

De facto, se sabemos que, em termos de princípios e finalidades, a problemática do desenvolvimento sempre se centrou na melhoria generalizada das condições materiais e sociais de existência do ser humano, também constatamos que, ao longo da evolução deste processo, os meios disponíveis e os mecanismos accionados se revelaram insuficientes ou mesmo inadequados para tal desiderato.

Com efeito, uma avaliação do processo de desenvolvimento da sociedade não permite afirmar que, efectivamente, a humanidade tenha caminhado no sentido do equilíbrio permanente entre melhores condições de vida e maior justiça social, antes pelo contrário, o modelo de desenvolvimento predominante criou profundas “injustiças estruturais” que se

traduzem, actualmente, num agravamento de desigualdades económicas, sociais e políticas.

Na verdade, hoje mais do que ontem, parecem ter-se acentuado as discrepâncias existentes entre os diferentes países e as suas próprias áreas regionais internas, o que significa que até mesmo as formas de ajuda instituídas pela ONU se pautaram por fracassos inequívocos, quando, há trinta anos atrás, a problemática do subdesenvolvimento parece ter despertado, pela primeira vez, a consciência das instituições internacionais.

Todavia, para se compreender a filosofia e as razões pelas quais o modelo de desenvolvimento, nascido do processo histórico iniciado com a revolução industrial, se tornou “estruturalmente injusto”, importa reconhecer alguns mitos de que este processo está impregnado no sentido de identificar com maior clareza as suas fragilidades, bem como entender a emergência de um redimensionamento do conceito de desenvolvimento, onde o mundo rural se apresenta como o alvo preferencial das novas concepções e o eixo estratégico fundamental para o equilíbrio do processo de evolução da sociedade.

Assim, na esteira de Roque Amaro (1990a, 1991a, 1991b), o conceito de desenvolvimento, bem como todo processo que lhe tem estado subjacente, têm assentado em pilares e ideias-chave que giram em torno de uma visão excessivamente industrialista e economicista do funcionamento da sociedade, consubstanciada no princípio de que o crescimento económico, por via da industrialização do processo produtivo, seria o factor equilibrador de todo o tipo de relações que se estabelecem entre o indivíduo e a sociedade.

Com efeito, a ideia de que a base económica constitui o pilar fundamental do desenvolvimento, reduzindo-o ao conceito de crescimento económico, em que o aumento da produtividade (visão intensiva da sociedade industrial) associado ao incremento do consumo (visão extensiva) e à inovação tecnológica constituem os vectores a privilegiar no domínio do

desenvolvimento, relegou para plano secundário as dimensões sociais, culturais, ecológicas e políticas do desenvolvimento.

Assiste-se, assim, ao enraizamento de uma perspectiva hedonista da sociedade que faz apelo à criação incessante de novas necessidades e aspirações que, por via dos variadíssimos mecanismos de persuasão implementados, conduziram à criação de estereótipos e modelos de comportamento, à massificação e homogeneização de valores, o que, ao assegurar o incremento da procura, se revelou factor determinante no equilíbrio macro-económico do modelo de desenvolvimento predominante.

De facto, a centralidade do aparelho produtivo-industrial em todo o processo evolutivo da sociedade privilegiou a capacidade de adaptação que as potencialidades do espaço urbano inequivocamente manifestavam e subalternizou a desigualdade de condições estruturais e sociais do espaço rural para enfrentar um mercado competitivo, essencialmente baseado em bens industriais e ignorou o carácter expansionista do fenómeno urbano-industrial.

Verifica-se, assim, a coexistência de um conjunto de princípios e de ideais de progresso que se assumem como verdadeiros mitos, na medida em que têm presidido, como valores absolutos, à vida em sociedade, à relação entre as pessoas, as instituições, os grupos, os países e o ambiente, cuja visão excessivamente economicista e racionalista tem influenciado, até hoje, todo o funcionamento da sociedade, interferindo em todos os ramos do saber, moldando atitudes e comportamentos e edificando ideais de progresso da humanidade, onde não tem havido lugar para a motivação, satisfação e realização individual do ser humano.

É, pois, num contexto de legitimação económica que a sociedade moderna tem evoluído, em que os binómios produção-consumo e industrialismo-urbanismo sustentavam a convicção, sobretudo pelo *boom* económico da década de 50, que o crescimento económico arrastava, só por si, melhorias significativas a todos os níveis da sociedade, pelo que as

diversas dimensões do desenvolvimento acabariam por atingir níveis de evolução desejáveis.

De facto, no período do pós-guerra, as diversas concepções de crescimento económico, alicerçadas nas contribuições teóricas de Lewis (1954) e Kuznets (1955), admitem que o desenvolvimento social e cultural, a interacção urbano-rural equilibrada, bem como a redução de desigualdades sociais, seriam consequência natural da celeridade do processo de crescimento económico. A ideia de crescimento económico consubstanciava-se, assim, numa visão dualista da economia em que o sector tradicional, associado à componente agrícola do espaço rural, tenderia a ser absorvido pelo sector moderno da realidade urbano-industrial, através de um processo de transferência de mão-de-obra, "o que originando inicialmente um agravamento de desigualdades de rendimento (entre sectores, regiões e grupos sociais), progressivamente as reduziria, pelo menos a partir de uma certa fase do processo. Um ritmo elevado de crescimento permitiria atingir mais rapidamente esta fase" (Almeida et al. 1994: 5).

Parecia, pois, ter sido encontrada a chave do progresso da sociedade humana, uma vez que as espectaculares possibilidades tecnológicas, produtivas e políticas pareciam garantir a posse de todos os instrumentos necessários e indispensáveis ao processo de desenvolvimento da humanidade, onde a manutenção de um elevado ritmo de crescimento económico parecia constituir condição essencial de todas as repercussões positivas.

Contudo, a evolução deste processo veio demonstrar, ao contrário do que se esperava, que este modelo de desenvolvimento se repercutiu baseado nalguns equívocos, tornando-se, por isso, "estruturalmente injusto". De facto, apesar da celeridade do ritmo de crescimento, não foi possível reduzir as desigualdades entre os países, nem mesmo evitar os problemas de desintegração económica, social e cultural das regiões rurais profundamente deprimidas e debilitadas, por força da desvitalização demográfica e, mais recentemente, por uma Europa demasiado competitiva e

sujeita aos interesses dos países mais ricos e industrializados, por isso, pouco sensível e motivada para fazer face aos problemas específicos de uma actividade agrícola, há muito à deriva e em profundo estado de desarticulação estrutural e de manifesta crise financeira. E tornou-se “estruturalmente injusto”, mesmo balizado por concepções ideológicas tão distintas como o socialismo e o capitalismo, pois, num e noutra caso, têm predominado os mesmos mitos e os mesmos ritos industrialistas e economicistas e tem-se ignorado o equilíbrio do processo de desenvolvimento da sociedade, em termos sociais, culturais e ecológicos (Amaro 1990).

De facto, os inequívocos sinais de esgotamento deste modelo, bem como a respectiva “injustiça estrutural” parecem residir, sobretudo, “na sua incapacidade para articular e conjugar as três dimensões fundamentais do ser humano: a sua individualidade (que o diferencia dos outros), a sua relação social ou dimensão colectiva (que o aproxima e o solidariza com os outros diferentes) e a sua intimidade com a natureza ou a consciência ecológica (que o situa na criação, no seu ambiente vital) (Amaro 1990a: 455).

As primeiras críticas a este modelo de desenvolvimento surgem na década de 70, quando, por força das evidências, foi possível diagnosticar os primeiros efeitos perversos deste processo, quer através do agravamento das desigualdades estruturais e sociais, quer pela degradação das condições materiais, sociais e ambientais da existência humana.

Assiste-se, pois, ao incremento do ritmo de crescimento económico, ignorando que a sua manutenção e repercussões positivas só são possíveis se se atender, na opção estratégica, a um conjunto de factores que garanta condições estruturais de crescimento, de modo a que a escolha de sectores-chave e a distribuição de rendimento privilegie uma estratégia de articulação social, em que a lógica de intervenção da política económica se dirija a sectores de actividade geradores de emprego e beneficie os grupos sociais e as regiões economicamente mais desfavorecidos (Almeida et al. 1994).

Todavia, face a um crescimento económico em condições estruturais de desarticulação social (aumento do desemprego, salários baixos e ausência de perspectiva integradora para as zonas que evidenciam maiores constrangimentos e debilidades económicas), tem-se verificado que nem mesmo os mecanismos financeiros colocados sistematicamente à disposição dos países menos desenvolvidos pelas instituições internacionais, tiveram capacidade para fazer face aos sinais de instabilidade que, desde a década de 60, a economia mundial vinha acusando. Por um lado, devido à tendência negativa da produtividade (1966-67) e conseqüente quebra do investimento, por força da terciarização e globalização da economia e, por outro lado, pelo avolumar da insatisfação e dos problemas sociais (Maio de 68 em França, 1969 em Itália e a Primavera de Praga), cujos conflitos obrigaram a uma crescente intervenção do Estado. Tal facto conduziu a um agravamento das despesas públicas, em virtude do desemprego, inflação, exclusão social e reformas, dado o envelhecimento da população e o aumento da esperança de vida, de que resultou um processo em que há cada vez mais base tributável e cada vez menos recursos financeiros. A este conjunto de factores pode-se associar um elevado nível de crescimento populacional, decorrente da melhoria significativa dos cuidados primários de saúde que não foi acompanhada por uma redução suficiente da taxa de natalidade dos países menos desenvolvidos, o que ocasionou conseqüências negativas sobre o nível de vida das populações (Almeida 1994).

Perante um cenário de retracção económica e social e de profunda insatisfação e desilusão, a nível mundial, começa a ganhar consistência, sobretudo a partir dos anos 80, a ideia de que o desenvolvimento de cada país é incompatível com o acentuar de assimetrias regionais internas, em que a desintegração económica, social e cultural das zonas rurais atingiu níveis deveras preocupantes e insustentáveis. Desintegração económica porque a principal actividade destas regiões - a agricultura, tal como está, parece não ter futuro promissor, pois, a introdução progressiva de factores conjunturais como o Mercado Único, a PAC e os novos acordos do GATT,

vieram debilitar, ainda mais, uma actividade que já acusava alguns sinais de crise. Desintegração social porque a desvitalização demográfica não pára de se acentuar, devido à permanente ilusão das vantagens da vida urbana, com as quais o mundo rural ainda não conseguiu encontrar formas de competir. Desintegração cultural porque se assiste a uma excessiva massificação de valores, quer por força do poder dos órgãos de comunicação social, quer pela ausência de políticas de dinamização sociocultural que promovam processos identitários de afirmação e valorização culturais, cujo processo tem alimentado uma visão etnocêntrica da sociedade, sobrevalorizando os modelos culturalmente impostos pelo fenómeno da urbanização e estigmatizando os modos de ser e de estar de uma realidade sociocultural, onde o peso da ruralidade, em vez de ter promovido uma consciencialização generalizada da existência de especificidades, se assumiu como verdadeira fatalidade fortemente inviabilizadora processos equilibrados de integração económica e dinamização social.

De facto, parece imperioso o reequilíbrio do processo de desenvolvimento, cujo modelo emergente é sustentado por concepções inovadoras que, introduzindo novos conceitos, adoptam, também, novos posicionamentos face ao mundo rural.

Assim, de uma sociedade que tem colocado o crescimento económico no centro de desenvolvimento (Growth-Centered Development), em que a inovação tecnológica tem determinado a forma de orientação do ser humano, assiste-se ao emergir de uma sociedade que coloca o ser humano na lista dos factores fundamentais do desenvolvimento (People-Centered Development), no âmbito da qual se privilegia "o investimento em capital humano, ao contrário da prioridade ao capital físico característico dos anos 50. A educação e a formação deverão, por consequência, estar no centro dos processos de desenvolvimento futuro" (Almeida 1994: 7-8). Desta concepção, aplicável a nível mundial, resultou um compromisso efectivo da Comunidade Económica Europeia em reforçar o apoio à valorização dos recursos humanos, cuja reestruturação do Fundo Social Europeu (FSE), em

1977 e 1982, conduziu à criação de novos programas de intervenção especialmente vocacionados para os domínios do emprego e da formação dos jovens (Almeida 1994).

A aposta na formação dos recursos humanos, como estratégia crucial do novo processo de desenvolvimento, decorre da necessidade de promover condições que permitam, às gerações actuais, melhorar os padrões de vida, sem pôr em causa o caminho que as novas gerações terão que percorrer, tendo em conta a importância da componente ecológica e demográfica em todo o processo. Nesta perspectiva se inscrevem os conceitos de ecodesenvolvimento (Strong 1973) e, mais tarde, de desenvolvimento sustentável, cujos principais pressupostos se situam na utilização sensata e equilibrada dos recursos locais, partindo da capacidade das sociedades humanas para identificar os seus próprios problemas e da criação de redes de sustentabilidade endógena, susceptíveis de se reproduzirem e interagirem no sentido da mobilização dos recursos exógenos indispensáveis à optimização de estratégias integradas de revitalização e do entendimento de que os dados ecológicos e culturais se encontram circunscritos, quer à satisfação das necessidades fundamentais, quer ao equilíbrio das condições ambientais. Dilui-se, assim, a linha divisória entre o homem e natureza, ao mesmo tempo que deixam de existir motivos para a incompatibilização de objectivos económicos e ambientais. De facto, para promover o desenvolvimento sustentável parece essencial articular as necessidades do presente com a capacidade regenerativa do ecossistema natural e do sistema cultural, impondo determinados limites que assegurem um desenvolvimento harmonioso e não comprometam a capacidade de intervenção das gerações futuras.

É um novo paradigma de desenvolvimento que emerge, cujo processo começa a ser encarado de modo verdadeiramente multidimensional em que a óptica de endogeneização coloca o ser humano como principal sustentáculo e encara os valores culturais, patrimoniais e ambientais como potencialidades a articular com situações de interesse económico e de

dinâmica social. Trata-se, certamente, da construção de uma sociedade profundamente diferente da anterior, baseada na informação, comunicação e participação, no âmbito da qual se edificam novos valores (solidariedade, interdependência, cooperação, criatividade, flexibilidade), mas, também, novas bases científicas. Efectivamente, o caminho intelectual que está a ser percorrido dirige-se no sentido do paradigma da complexidade, cujos princípios-base evoluem do conhecimento segmentário da realidade (disciplinaridade) para o conhecimento integrado (interdisciplinaridade), de uma causalidade excessiva para uma perspectiva sistémica, de uma visão retrospectiva dos fenómenos para uma análise prospectiva da realidade, da convicção do equilíbrio constante para a constatação de desequilíbrios permanentes que exigem novas atitudes, novas formas de actuação e cooperação que não passam só pela racionalidade, mas, também, pela sensibilidade, solidariedade, envolvimento e participação activa dos cidadãos.

São, sem dúvida, novos caminhos que começam a ser percorridos, caminhos esses que, ao induzirem processos e percursos mais participativos e democráticos, conferem novas dimensões ao conceito de desenvolvimento e de recursos humanos e indiciam a possibilidade de, finalmente, se começarem a trilhar percursos mais harmoniosos e solidários.

De facto, a existência generalizada de novos factores de mudança que parecem agir praticamente em simultâneo a todos os níveis da sociedade, bem como os novos dinamismos daí decorrentes, conferem condições mais equilibradas ao processo de desenvolvimento da sociedade e abrem novos caminhos ao desenvolvimento de base regional e local, no âmbito do qual se exigem verdadeiros actores sociais. Na verdade, este novo processo caracteriza-se pela introdução de princípios que permitem aproximar o actores sociais da resolução dos seus próprios problemas, mobilizar melhor as capacidades e os recursos disponíveis e, por isso, operar mudanças que nenhum outro processo centralizado teria capacidade para fazer; é o Estado-Providência a dar lugar à Sociedade-Providência.

Estamos, pois, perante um cenário favorável ao desenvolvimento de novas interacções sociais e sinergias, resultante de novas bases territoriais, científicas, tecnológicas, informativas e comunicativas, cujas lógicas de funcionamento que preconizam para a sociedade fazem apelo, por um lado, a novos posicionamentos, novas relações humanas e novas redes de solidariedade e, por outro lado, a novas qualificações e novos modelos organizacionais que, ao assumirem uma “visão biológica”, garantem níveis de interacção, nas tomadas de decisão, verdadeiramente participados e motivadores. Com base nestes princípios, o conceito de desenvolvimento deixa de ter por base um modelo rígido, mas tanto quanto a diversidade de espaços e percursos socioculturais e inscreve-se numa lógica sistémica, integrada e circular em que interagem de forma equilibrada as três dimensões do ser humano (individual, colectiva, e ambiental) e se articulam as várias perspectivas territoriais (nacional, regional e local), bem como as componentes qualitativa e quantitativa do desenvolvimento (Amaro 1990).

Nesta perspectiva, se analisarmos a palavra desenvolvimento, tal como sugere Roque Amaro (1990), verificamos que o prefixo “des” parece indiciar um processo de libertação do ser humano de todos os condicionalismos que o têm impedido de se realizar em toda a sua plenitude, ou seja, como ser individual, social e ambiental. Refere, ainda, este autor que, tal como o fruto não se avalia só pela seu peso, mas também pelo sabor, o desenvolvimento das sociedades humanas não pode continuar a ser avaliado, exclusivamente por critérios quantitativos, mas, também pelos níveis de qualidade de vida que proporciona aos indivíduos, onde se incluem os diversos elementos que constituem os ambientes, numa interacção permanente e solidária. Esta interacção pressupõe que cada espaço social possa assegurar uma relação aberta com a região mais vasta em que se insere, onde o respeito pelas especificidades, necessidades, potencialidades e agentes económicos locais constituem os pilares essenciais das novas estratégias de desenvolvimento.

No âmbito deste “novo paradigma territorialista do desenvolvimento local”, a educação e a formação constituem as duas variáveis estratégicas fundamentais para desenvolver características individuais susceptíveis de promover atitudes de autonomia, participação e iniciativa que o novo contexto societal reclama dos indivíduos. Por outro lado, a sua principal inovação e, também, a sua maior potencialidade reside, sobretudo, na sua vocação ao nível micro, o que, em princípio, proporciona melhores condições do que anteriormente para o diagnóstico dos problemas, a valorização de identidades e a criação de autonomias e solidariedades de base regional e local.

Com efeito, a aproximação das comunidades aos seus problemas tem-se revelado uma estratégia facilitadora da clarificação da situação e da procura de soluções, sendo, ao mesmo tempo, indutora de novas formas de envolvimento dos elos locais, tal como se pode constatar através de algumas iniciativas de carácter local promovidas por Associações de Desenvolvimento. Importa salientar que, desde 1990, uma conjuntura favorável, no âmbito da Política de Desenvolvimento Regional, materializada nos dois Quadros Comunitários de Apoio, conferiu, às Associações de Desenvolvimento Local, um estatuto privilegiado como instrumento de captação dos diversos fundos disponíveis, os quais garantem a implementação e execução de projectos adaptados às necessidades locais mais prementes. Estas estruturas de apoio ao desenvolvimento local representam uma fórmula interessante e inovadora susceptível de garantir a dinamização dos actores e agentes económicos locais e a definição de um quadro de acção estratégica enraizado no sistema sociocultural.

Todavia, nesta dinâmica de interacção, complementaridade e reciprocidade funcional, o desenvolvimento local apresenta-se como um processo de inovação social, em que, inevitavelmente, se envolvem actores e grupos sociais com interesses e perspectivas variáveis. É, precisamente, neste jogo dos actores, onde a cooperação e o conflito se interpenetram no seio de relações de força e de poder disseminadas no espaço regional e

local, que se encontra o fundamento essencial da nova concepção de desenvolvimento local e uma das vias possíveis para o exercício efectivo da cidadania.

Estamos, pois, perante uma “quarta geração de políticas de desenvolvimento regional” (Almeida et al. 1994: 19), no âmbito da qual o mundo rural regressa em todas as suas dimensões (económica, social, cultural e ambiental) aos novos desígnios do desenvolvimento, atribuindo-se-lhe um papel explícito no reequilíbrio das novas dinâmicas societárias. Parte-se do princípio que só será possível fazer face a condições macro-económicas, cada vez mais variáveis e, cada vez menos controláveis a nível nacional, se as estratégias de revitalização do mundo rural forem orientadas por critérios de sustentabilidade que assegurem o investimento no capital humano e a implantação de redes locais de desenvolvimento, com capacidade para diversificar a base produtiva, dinamizando actividades complementares da agricultura (indústrias agro-alimentares, agro-turismo, serviços de apoio) susceptíveis de eficácia económica e coesão social.

Deste modo, a intervenção em áreas rurais deve ser sustentada por uma visão territorializada que equacione, por um lado, o conjunto de problemas estruturais que surgem associados ao mundo rural na sua globalidade (debilidades da actividade agrícola, acentuada desvitalização demográfica, ausência de fontes de rendimento alternativas, de infra-estruturas e de equipamentos sociais) e, por outro lado, o leque diversificado de singularidades que caracteriza a complexa realidade rural, cujo diagnóstico específico de cada situação deve ser acompanhado de uma análise prospectiva das opções a tomar (Almeida et al. 1994 e Ferrinho 1991). Para tal, torna-se imprescindível aumentar a capacidade de planear concertadamente, elevando os níveis de participação política e social dos cidadãos, atribuindo protagonismo e legitimidade de intervenção àqueles que, efectivamente, sentem no seu quotidiano das suas vidas os efeitos dos problemas estruturais e conjunturais que assolam a sociedade do nosso tempo.

Mas, se constatamos a adopção de princípios e posicionamentos inovadores, bem como a convicção generalizada de que o novo modelo oferece condições mais equilibradas ao processo de desenvolvimento da sociedade, também verificamos que, paradoxalmente, a realidade micro-social que conhecemos, designadamente as forças vivas do mundo rural, parecem pouco predispostas a adoptar novas atitudes e a imprimir novas dinâmicas.

Com efeito, apesar das debilidades e constrangimentos que não param de se acentuar, a todos os níveis da sociedade rural, persiste, a nível local, alguma resistência face à mudança e instalam-se sentimentos generalizados de insegurança e descrédito face ao futuro. Por um lado, devido ao profundo enraizamento da visão conservadora do desenvolvimento que se encontra patente, quer na atitude fechada e distanciada das instituições políticas, sociais e educativas, quer na actuação demasiado indiferente da maior parte das entidades e grupos sociais com responsabilidades. Por outro lado, devido às debilidades financeiras dos elos locais mais importantes do contexto rural - os agricultores que deixaram de acreditar no futuro da sua actividade económica, por força das sucessivas tentativas de recuperação mal sucedidas e do carácter incerto e de excessivo risco financeiro que se vislumbram nas novas trajectórias.

Ora, se o presente se afigura pouco prometededor para um mundo rural desencantando porque parece ter percebido que o envelhecimento da população e a desertificação humana colocam em risco as possibilidades de revitalização a curto ou médio prazos, não parece despropositado afirmar que existe fundamento sociológico evidente para se auscultarem as gerações mais jovens sobre as suas preferências socioprofissionais, tentando perceber como se organizam e em que direcção caminham as disposições subjectivas daqueles que, certamente, irão constituir os elementos determinantes na consolidação das novas dinâmicas que, presentemente, se começam a implementar. De facto, antecipar o conhecimento de uma provável trajectória de vida pode representar um

instrumento de trabalho útil para orientar o processo de tomada de decisão ao nível da problemática do desenvolvimento em espaço rural, cuja lógica terá que se movimentar, inevitavelmente, entre o desejável e o possível.

Assim, o presente trabalho é susceptível de disponibilizar elementos que possam sugerir propostas abertas de interpretação, reflexão e intervenção, na medida em que se pressupõe que as tendências detectadas, no universo simbólico-valorativo dos mais jovens, podem orientar os seus percursos de vida e, por conseguinte, influenciar os caminhos do desenvolvimento rural.

CAPÍTULO 2 - VECTORES FUNDAMENTAIS DE ANÁLISE

No quadro do contexto analítico desenvolvido e explicitado, a problemática central em estudo versa a análise do processo de continuidade sociocultural em meio rural, cuja abordagem se situa no espaço geográfico do concelho de Castro Verde e incide no estudo do sistema de representações sociais: valores, imagens, percepções, expectativas e aspirações das gerações mais jovens, designadamente aqueles que constróem e se podem repercutir na orientação do seu percurso social e profissional. Trata-se, sobretudo, de estudar os mecanismos sociais contextualizados de produção de identidades e padrões simbólico-valorativos que, na infância, presidem ao processo de desenvolvimento das futuras opções socioprofissionais.

Assim, tendo como pano de fundo uma dinâmica sócio-económica, decorrente da implementação do Projecto Mineiro Neves-Corvo que, na última década, suscitou significativas alterações do tecido económico, social e cultural deste concelho, parece interessante captar em que sentido se projectam os interesses, expectativas e aspirações das crianças para, a partir deles, compreender o modo específico como percebem o ambiente social que as rodeia, bem como os efeitos da lógica interna face à

interferência, cada vez maior, de realidades distantes e diferenciadas que a imagem mediatizada e a interacção urbano-rural promovem, sugerindo uma panóplia considerável de caminhos e percursos de vida.

Como estamos perante uma realidade social profundamente marcada pela celeridade de um processo de rápida mudança, julgo pertinente auscultar a faixa populacional que, actualmente, se situa no período infantil, uma vez que todo o seu processo de socialização primária se iniciou balizado por factores endógenos que produziram amplas repercussões na estrutura da sociedade local, desde a revitalização das componentes sócio-económica, demográfica e do mercado de trabalho à introdução de novos valores, ideais e estilos de vida. Para tal, tomei como unidade de análise a totalidade dos alunos que frequentam o 1º ciclo do Ensino Básico naquele concelho, o que corresponde a um universo constituído por 338 crianças e a um nível etário que se situa entre os seis e os catorze anos, em relação ao qual procurei analisar e relacionar as suas disposições objectivas e subjectivas, no sentido de identificar a natureza das influências mais significativas que modelam as ambições de futuro, nesta fase, da trajectória social dos indivíduos.

Deste modo, situando-se o objecto de estudo desta investigação no quadro das representações sociais susceptível de estruturar o universo das opções de vida futura de um grupo social que tem permanecido praticamente ausente do discurso sociológico, afigura-se-me plausível afirmar que o seu conhecimento e visibilidade sociais podem promover a abertura de um novo espaço analítico com capacidade para enriquecer a compreensão dos processos dinâmicos inerentes aos percursos socioculturais. Por outro lado, o panorama sociocultural das próximas décadas, designadamente no que se refere ao processo de desenvolvimento em espaço rural, será certamente influenciado pelos mecanismos sociais de produção de identidades e de padrões simbólico-valorativos da faixa populacional que, actualmente, se situa no período infantil.

Parte-se, assim, do pressuposto de que o percurso sociocultural das comunidades rurais, bem como os caminhos do desenvolvimento a percorrer,

carecem de um conhecimento aprofundado, quer das condições objectivas que caracterizam o tecido económico, social e cultural da região mais vasta em que se inserem, quer das condições subjectivas que alimentam os mecanismos de percepção social e edificam, da realidade em que são produzidas, uma construção social susceptível de se repercutir no universo das expectativas e ambições de vida face ao futuro.

Os desafios de integração, reequilíbrio e revitalização que o mundo rural terá, inevitavelmente de enfrentar, não dependem, apenas, da introdução de concepções inovadoras de desenvolvimento e da adopção de princípios mais ajustados, mas, também, do carácter mais ou menos dinâmico, participativo e interactivo que presidir à implementação das novas estratégias, no seio das quais os actores locais terão necessariamente que se sentir envolvidos e implicados para acreditarem nas vantagens do processo e promoverem de modo sistemático a sua prossecução.

Esta questão assume particular relevância se atendermos ao facto de que a permanente mudança de cada sistema sociocultural, encontrando-se sujeita ao confronto inter-geracional, precisa, no momento actual, de ser orientada de modo a desencadear, nas gerações mais jovens, um universo de condições motivadoras que influenciem de modo positivo a construção social da realidade. Da forma como as novas dinâmicas forem percebidas pelos mais novos poderá depender a sedimentação de uma imagem social potenciadora ou não de condições mais equilibradas e percursoras de níveis de sustentabilidade com capacidade para inverter a tendência confrangedora que assola o espaço rural - a desertificação humana.

Considero, por isso, que a natureza das estratégias a implementar e as novas características que os espaços locais assumirem poderão conferir contributos distintos ao processo de desenvolvimento em espaço rural. Ou seja, a conjugação de factores sociais locais (poder político, grupos dominantes, instituições educativas e sociais, entidades culturais e associações de desenvolvimento), tanto pode ser fonte de novos dinamismos

e interdependências, despertando nas novas gerações uma imagem positiva do meio socializador e, conseqüentemente motivações de carácter social e profissional, como pode constituir uma força bloqueadora, se se revelar incapaz de articular interesses e necessidades distintas e de operacionalizar de modo realístico e prospectivo as variáveis adequadas às estruturas sociais sobre as quais pretende incidir. É preciso que o quadro social proporcione, às gerações que socializa actualmente, experiências, aprendizagens e interacções sociais interessantes e gratificantes do ponto de vista educativo e sociocultural para que o universo das suas ambições de vida futura possa incluir o espaço rural, onde fizeram o seu primeiro percurso socializador, encarado como um universo social a considerar no leque diversificado de opções de vida e de desempenho socioprofissional.

De facto, aceder ao conhecimento do que pensam e como pensam as gerações mais jovens é susceptível de nos aproximar dos tempos vindouros e de nos colocar em posição privilegiada no domínio da compreensão da diversidade dos percursos socioculturais. “O futuro vai assim de algum modo interferindo cada vez mais no presente, responsabilizando as opções que se tomam, aproximando de nós as gerações que estão para vir. É legítimo dizer que ele se transforma em presente prolongado (*extended present*) na medida em que o tempo do conhecimento, das decisões e dos efeitos, nesse sentido, se contrai” (Almeida 1990: 123).

Com efeito, a prospectiva social assume, na actualidade, um carácter imperativo no domínio do aprofundamento das dinâmicas e especificidades socioculturais, sobretudo, pela incerteza e imprevisibilidade que o momento presente confere ao processo de evolução da sociedade e, no caso particular deste trabalho, ao processo de desenvolvimento em espaço rural, no âmbito do qual se torna crucial conhecer os traços mais significativos que configuram os sistemas de representações sociais em estruturação nestes contextos específicos.

Clarificado o modo como a conceptualização do objecto de estudo se articula com o problema central em estudo e fundamentada a pertinência da

unidade de análise face à problemática do desenvolvimento e à forma de abordagem, parece adequado explicitar o fundamento básico do protocolo de análise contextualizado e susceptível de precisar as zonas de visibilidade disponibilizadas pela matriz teórica elaborada:

- De que modo se organiza o sistema de representações sociais da geração mais jovem face ao seu futuro desempenho social e profissional?
- Em que medida um processo de socialização, marcado por rápidas e profundas alterações da sociedade local, se reflecte na percepção face ao meio e nas aspirações destas crianças?
- Será que as opções profissionais tradicionais estão presentes nos interesses de futuro desta geração?

O questionamento destas dimensões da realidade conduziu a orientação metodológica, cujo delineamento e procedimentos de análise empírica adoptados pretendem dar conta da complexidade do objecto de estudo e da especificidade da unidade de análise.

B - A METODOLOGIA

CAPÍTULO 3 - DA MATRIZ METODOLÓGICA À OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

O aparelho metodológico construído para orientar o trabalho empírico junto de actores sociais com as características dos que se tomaram neste estudo, como unidade de análise, exigiu um delineamento apropriado de abordagem do objecto de estudo, no sentido de adequar a concepção e aplicação dos instrumentos seleccionados à especificidade do grupo infantil. Por outro lado, face à complexidade da problemática em análise, considerei adequado centrar a opção metodológica num estudo de caso ou análise intensiva, na medida em que efectua, de modo contextualizado, uma abordagem, tanto em amplitude como em profundidade, dos esquemas de percepção social e dos sistemas simbólico-valorativos que, na infância, começam a delinear as expectativas e ambições socioprofissionais.

Trata-se, assim, de uma pesquisa de natureza descritiva, analítico-interpretativa e prospectiva, uma vez que visa a descrição e análise do processo contextualizado de construção social da realidade e respectivas repercussões no universo subjectivo das aspirações de vida, cuja interpretação tem capacidade para sugerir propostas de reflexão conducentes a novas hipóteses de trabalho susceptíveis de introduzir elementos que, por sua vez, orientem novas perspectivas de análise, preparando o caminho para pesquisas ulteriores (Bruyne et alii 1991). De outro modo, a natureza atribuída a este estudo advém do facto de a análise das representações sociais implicar a consideração de três aspectos fundamentais: a definição e descrição do seu conteúdo, a análise do modo

como se organiza e se estrutura esse conteúdo, face ao espaço social em que foi produzido, bem como a respectiva orientação no domínio das dimensões e vectores fundamentais de análise definidos. Obviamente que a interpretação de todo este processo dinâmico e relacional, que articula os aspectos cognitivos e sociais de apreensão e interpretação da realidade, se movimenta em sede prospectiva, devido ao carácter de permanente incerteza e imprevisibilidade que preside à interiorização subjectiva do real e à sua consolidação e repercussão em termos sociais.

Por outro lado, como se trata de um trabalho em que a função do contexto analítico adoptado se centra, essencialmente, na necessidade de reiteração científica conducente ao aprofundamento da compreensão do objecto de estudo face às características dos contextos dos indivíduos em análise, os seus pressupostos traduzem, pois, uma perspectiva tendencialmente qualitativa de abordagem do fenómeno. Todavia, a introdução de instrumentos de natureza quantitativa (inquérito por questionário e análise multivariada) revelou-se essencial na apreensão das disposições subjectivas dos indivíduos, devido ao carácter extensivo de evidência empírica e à complexidade inerente à natureza relacional do objecto de estudo que exige uma articulação entre as características dos sujeitos e as dimensões de análise definidas.

Esta questão da complementarização de metodologias constitui, na actualidade, objecto privilegiado de análise epistemológica, representando, em última instância, uma reflexão crítica sobre a prática científica, onde uma dicotomia balizada por pressupostos supostamente inconciliáveis (quantitativo/qualitativo, sujeito/objecto, objectividade/subjectividade) dá lugar a uma realidade contornável por paradigmas e abordagens próprias perfeitamente articuláveis.

Trata-se, no fundo, de promover um movimento dialéctico de máxima racionalização empírica de que o conhecimento científico jamais poderá prescindir, se quiser disponibilizar o maior número possível de meios intelectuais para fazer face à crescente complexidade com que se debate

para compreender o real. Por outro lado, a aproximação destas duas linguagens vem colocar ênfase no carácter construtivo do conhecimento e na articulação permanente entre quadros categoriais e axiológicos que, resultantes da percepção humana, são influenciados pela natureza e condições da interacção social (Bachelard 1990).

De facto, entendendo a metodologia como um corpo de pressupostos de investigação científica que determina os instrumentos e as técnicas de análise empírica mais adequados à problemática e objectivos definidos, sabemos que a sua eleição resulta de opções científico-metodológicas objectivas, onde, invariavelmente, dimensões axiológicas acabam por influenciar a orientação qualitativa ou quantitativa da perspectiva de análise.

Assim, no quadro da actividade científica, entendida como “uma outra maneira de «ler» o real, diferente da do senso comum” (Nunes 1991: 35), importa perceber e explicitar a atitude axiológica latente, o que significa pautar o discurso científico por uma correcta elucidação dos pressupostos científicos e critérios metodológicos adoptados.

Face à fundamentação epistemológica que se impunha no âmbito de uma pesquisa que pretende dar conta da pertinência metodológica, tendo em conta uma instância teórica construída em função de dimensões de análise empírica consideradas fundamentais para o conhecimento e interpretação do objecto de estudo, considero oportuno caracterizar a unidade de análise que a legitima sociologicamente.

Assim, de um universo de estudo constituído por 338 indivíduos, distribuídos pelas dezasseis escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, obteve-se um conjunto de 328 respostas, das quais 181 (55.2%) foram recolhidas na escola da sede do concelho e representam a totalidade dos alunos e 147 (44.8%) obtidas nas escolas isoladas existentes nas cinco freguesias, nas quais se registou uma ausência de 10 respostas, o que prefigura uma evidência empírica significativamente confortável, situada na ordem dos 97% (Quadro II).

Quadro II
Caracterização da Unidade de Análise

A. Dimensão Individual (DI)			B. Dimensão Familiar (DF)		
	V.A.	%		V.A.	%
1. Escola			4. Ano de escolaridade		
Sede do Concelho	181	55.2	1º e 2º anos	147	44.8
Freguesias	147	44.8	3º e 4º anos	181	55.2
2. Sexo			5. Local de residência		
Masculino	182	55.5	Monte	78	23.8
Feminino	146	44.5	Aldeia	61	18.6
3. Grupos etários			Vila	189	57.6
≤ 7 anos	117	35.7			
8 a 10 anos	193	58.8			
≥ 11 anos	18	5.5			
1. Agregado familiar			4. Escolaridade do pai		
≤ 3 elementos	70	21.5	Sem Escolar. Obrig.	251	77.7
4 a 6 elementos	238	73.0	9º e 12º anos	54	16.8
> 6 elementos	18	5.5	Curso médio e superior	18	5.5
2. Número de irmãos			5. Profissão da mãe		
≤ 2	291	89.0	Ind. Extractiva	21	6.5
> 2	36	11.0	Comércio e Hotelaria	49	15.1
3. Profissão do pai			Educação	25	7.7
Agricultura	56	17.6	Doméstica	184	56.6
Ind. Extractiva	51	16.0	Emigrantes	11	3.4
Comércio e Hotel.	45	14.2	Outros	14	14.1
Constr. Civil e Ob.Públ.	64	20.1	6. Escolaridade da mãe		
Serv. de Transportes	20	6.1	Sem Escolar. Obrig.	237	72.9
Serv. Municipais	11	3.5	9º e 12º anos	67	20.6
Emigrantes	30	9.4	Curso médio e superior	21	6.5
Outros	4	17.0			
Desempregados	7	2.2			

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Do total dos respondentes, a maioria pertence ao sexo masculino (55.5%) e situa-se na faixa etária compreendida entre os 8 e os 14 anos (64.3%), dos quais, 55.2% frequentam os 3º e 4º anos de escolaridade, o que significa que os restantes (9.1%), apesar de se incluírem neste grupo etário, ainda frequentam os anos anteriores. Se associarmos estes últimos ao grupo em idade própria (≤ 7 anos) para frequentar os 1º e 2º anos (35.7%), verificamos que 44.8% dos respondentes se situam nestes níveis de escolaridade. Precisar esta distribuição justifica-se pelo facto de o inquérito por questionário incluir uma variável, cuja solicitação de resposta apresenta características distintas, tendo presente o nível de aquisição de saberes que cada grupo etário pressupõe. Quanto ao local de residência, a sede de concelho aparece como local privilegiado (57.6%), embora parte

significativa dos respondentes se distribua pelos montes e aldeias, respectivamente 23.8% e 18.6%, o que revela, se compararmos estes valores com a percentagem de respondentes nas escolas da sede do concelho (55.2%) e nas das freguesias (44.8%), a existência de um reduzido número que, residindo na sede do concelho (2.4%), frequenta escolas situadas nas freguesias, o que se deve ao facto de se deslocarem diariamente com familiares que exercem, nessas escolas, funções docentes ou de acção educativa.

No que se refere à dimensão familiar (DF), a esmagadora maioria dos respondentes reside com os pais (90.2%), predominando os agregados familiares, cuja composição não ultrapassa os seis elementos (94.5%) e os dois filhos por casal (89%). As funções profissionais dos pais dos respondentes, que na sua maioria são desempenhadas no concelho (73.2%), distribuem-se, de modo mais significativo, ao nível dos seguintes sectores de actividade: construção civil e obras públicas (20.1%), onde se incluem pedreiros, canalizadores, electricistas, serralheiros, pintores, vulcanizadores, desenhadores, engenheiros civis e canteiros; agricultura (17.6%), desde empresários, assalariados rurais, tractoristas, vaqueiros, tosquiadores e pastores; indústria extractiva (16%), em que predomina o desempenho de funções administrativas, de coordenação e de produção. Esta situação traduz, uma política exógena de recrutamento de pessoal qualificado, motivada, em grande parte, pela ausência de recursos humanos locais com formação adequada. Finalmente, surge o sector do comércio e hotelaria (14.2%), que tem vindo a desenvolver-se, devido ao afluxo populacional dos últimos anos.

De referir, ainda, que a emigração (9.4%), os serviços municipais (3.5%) e o factor desemprego (2.2%) são pouco expressivos, o que pode ser interpretado pela revitalização do tecido económico e social e melhoria significativa de condições de vida, embora no que se refere aos serviços municipais se deva salientar o facto de estes, como entidade empregadora, abrangerem essencialmente um grupo etário superior ao que aparece

contemplado neste universo de análise, designadamente no que diz respeito aos pais dos respondentes.

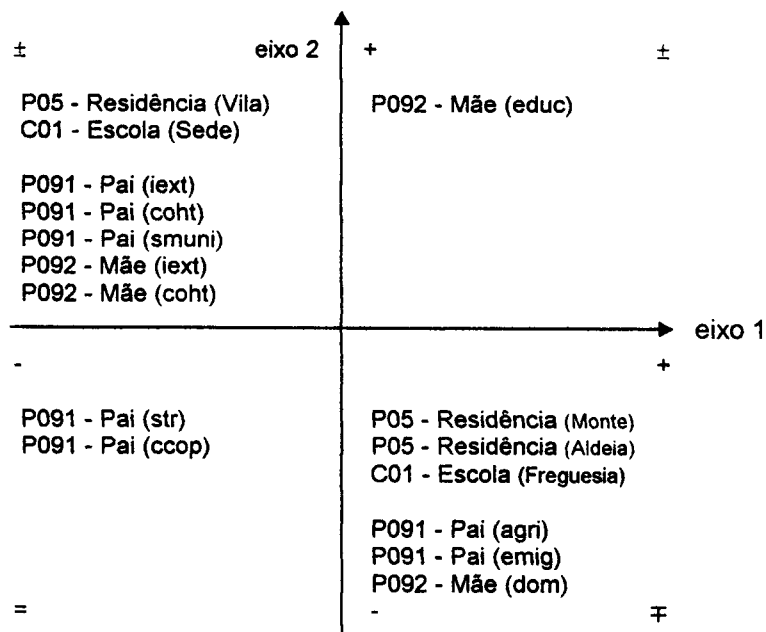
Contudo, se a actividade profissional dos pais não manifesta sinais de ruralidade acentuada, pois, a componente agrícola surge equilibrada em relação às outras, o mesmo não se verifica no desempenho profissional das mães, uma vez que prevalece o trabalho doméstico não remunerado (56.6%), seguido do sector do comércio e hotelaria (15.1%) e, de modo pouco expressivo, o sector educativo (7.7%) e o da indústria extractiva (6.5%), sendo estas funções, na sua maioria, desempenhadas no concelho (87.4%). De facto, apesar de condições excepcionalmente favoráveis de mobilidade social e oportunidades únicas de assumpção de papéis sociais relevantes na sociedade local, verifica-se que a componente feminina ainda não conseguiu penetrar de modo igualitário no mercado de trabalho deste concelho, situando-se muito aquém dos níveis de participação masculina.

No quadro da actividade profissional dos pais dos inquiridos, foi possível detectar, através de uma análise de correspondências múltiplas (ACM), a sua distribuição face ao contexto sócio-escolar de pertença dos inquiridos, tentando discriminar, sobretudo, entre a sede do concelho e as freguesias (Figura 1). Desta interacção, torna-se evidente uma oposição nítida de funções profissionais entre os dois contextos seleccionados (eixo 1 e 2), pois, nas freguesias predominam os pais com profissões ligadas ao sector primário (P091-agri), à Emigração (P091-emig), à Construção Civil e Obras Públicas (P091-ccop) e aos Serviços de Transportes (P091-str), prevalecendo ao nível das mães a actividade doméstica (P092-dom) com a particularidade de surgirem algumas ligadas ao sector da educação (P092-educ); enquanto que na sede de concelho o leque profissional se diversifica, adquire homogeneidade ao nível do casal e situa-se essencialmente nos sectores secundário e terciário, o que demonstra a natureza dos impactos ocorridos numa e noutra realidade social.

Paradoxalmente, e talvez movido por motivações subjectivas de cidadania plena ou por motivações familiares, designadamente o apoio

escolar dos filhos, o universo feminino apresenta, no seu todo, uma tendência de escolarização básica ligeiramente mais acentuada, embora, se dilua no patamar da formação média e superior. Assim é porque, em relação aos pais dos respondentes, a maioria não atinge a escolaridade obrigatória (77.7%), distribuindo-se os restantes pelos 9º e 12º anos (16.8%) e por cursos médios e superiores (5.5%), enquanto que as mães, embora também não atinjam a escolaridade obrigatória (72.9%), apresentam índices um pouco mais elevados ao nível dos 9º e 12º anos (20.6%) e dos cursos médios e superiores (6.5%).

Figura 1
Universo Profissional dos Pais
face ao Contexto Sócio-Escolar dos Inquiridos
(Análise de Correspondências Múltiplas)



Fonte; Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Elucidado o universo de análise empírica que pretende constituir o campo de descrição e interpretação do objecto de estudo, tendo presente que, no domínio das representações sociais, os valores e aspirações

socioprofissionais se estruturam no seio de uma matriz relacional que articula condições objectivas e subjectivas de percepção social da realidade, julgo pertinente sistematizar os objectivos e pressupostos que, resultantes da organização conceptual, visam operacionalizar o processo de pesquisa.

Objectivos Gerais:

- A- Caracterizar o recente processo de mudança económica e sociocultural.
- B- Compreender os mecanismos sociais de produção de identidades e padrões simbólico-valorativos inerentes ao processo de continuidade sociocultural.

Objectivos Específicos:

- a- Conhecer as dimensões subjectivas que, decorrentes do sistema de representações sociais, modelam o processo gerador das opções socioprofissionais da categoria social infantil.
- b- Confrontar as disposições objectivas e subjectivas que, em função do contexto social, interagem e orientam as expectativas e aspirações de vida.
- c- Interpretar as implicações socioculturais das opções detectadas no quadro do desenvolvimento em espaço rural.

Com o propósito essencial de encontrar um sistema de hipóteses susceptível de precisar os conceitos e as relações de conceitos que constituem o objecto fundamental da estratégia e procedimentos de análise empírica, todo o enquadramento metodológico foi concebido a partir dos seguintes pressupostos:

- 1- A recente dinâmica sócio-económica é geradora de padrões simbólico-valorativos inovadores, face à memória colectiva do contexto social envolvente.
- 2- Os valores assimilados pelos jovens actores sociais são determinantes nas expectativas de vida e ambições face ao futuro.

3- O processo de desenvolvimento em espaço rural será protagonizado pelo posicionamento futuro das gerações mais jovens.

De acordo com os objectivos e os pressupostos enunciados foi possível formularas seguintes hipóteses de trabalho:

II- Alterações significativas do processo de socialização potenciam ambições socioprofissionais que tendem a afastar-se dos modelos e práticas tradicionais.

III- As origens rural e urbana actuam no sistema de representações sociais e definem opções de vida futura.

O protocolo de análise que se tem vindo a explicitar apresenta como propósito essencial encontrar na realidade em estudo evidências significativamente plausíveis das afirmações e interpretações provisoriamente aceites como configuradoras de visibilidade social do objecto de estudo. De facto, a lógica de operacionalização decorrente desta conjectura analítica pressupõe um conjunto de procedimentos de análise empírica com capacidade para conduzir à consecução dos objectivos e, conseqüentemente à corroboração das relações antecipadamente assumidas no sistema de hipóteses definido, numa tentativa de accionar eficazmente um processo de produção de conhecimentos verdadeiramente dialógico entre os níveis de abstracção e de especificação da realidade social.

3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE EMPÍRICA

A tradução empírica que se impunha do delineamento concebido, tendo presente a necessidade de introduzir uma sequência lógica e coerente dos protocolos de análise estabelecidos (teórico e empírico), conduziu, por sua vez, ao estabelecimento de um protocolo de observação capaz de transcender os limites da ruptura com o senso comum que a fundamentação

teórica e a articulação conceptual, como actos epistemológicos, se encarregaram de introduzir. Por um lado, pela presença de teorias com elevado grau de abstracção e generalização que, conferindo inteligibilidade ao processo de funcionamento da sociedade, situam a problemática central da pesquisa e, por outro lado, pelo cruzamento destas com teorias auxiliares que definem níveis de especificação da realidade susceptíveis de imprimir uma lógica de procedimentos metodológicos e empíricos adequados. De facto, realça-se, assim, o esforço de “superação do hiato” (Pinto 1985: 11-18) entre duas linguagens científicas (teórica e empírica) capazes de accionar eficazmente o modelo epistemológico que sustenta a existência e a pertinência científicas do trabalho conceptual produtor e indutor de conhecimento sobre a realidade social.

Perante evidentes preocupações epistemológicas de natureza conceptual e metodológica que o trabalho científico não pode nem deve ignorar no sentido de aferir permanentemente as condições e critérios de produção de conhecimento, o processo de selecção dos instrumentos de análise empírica privilegiou o recurso à análise extensiva e documental.

Procedeu-se, assim, à aplicação da técnica do inquérito por questionário junto dos jovens actores sociais que constituem a unidade de análise desta investigação - o universo dos alunos que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho de Castro Verde (338 indivíduos) e à pesquisa documental através da análise dos trabalhos de natureza científica que têm sido desenvolvidos neste espaço geográfico, no sentido de identificar as características e as consequências mais significativas do processo de rápida mudança desencadeado na última década. De salientar, ainda, como técnica complementar de abordagem empírica, o recurso à análise de conteúdo na forma categorial (Bardin 1991) com o propósito de descodificar, apreender e interpretar, quer a mensagem iconográfica e textual solicitada no questionário (P20,21), em função das opções socioprofissionais expressas e do conteúdo latente que sustenta e fundamenta as escolhas evidenciadas, quer a percepção social construída em função das necessidades do meio (P19),

quer, ainda, detectar as preferências, interesses e grupos sociais de pertença que, de sua própria iniciativa, os inquiridos referiram (P13.10; P14.8; P15.7; P17.8; P19).

Com efeito, a categorização, sendo um processo estrutural de significação de mensagens, “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin 1991: 117) e resultantes de processos lógicos de organização e agregação dos dados brutos em unidades de registo e de contexto, cuja pertinência seja evidente face à natureza do material e aos objectivos da análise.

Ora, atendendo às características da mensagem a analisar, nomeadamente pequenos textos e desenhos produzidos em função de uma determinação explícita e previamente orientadora da natureza do conteúdo (P20,21) e ao propósito de analisar as motivações da opinião formulada, tomou-se como unidade de registo, para a categorização e contagem frequencial, o tema proposto e como unidade de contexto o segmento da mensagem que, indirectamente, se reporta às condições sociais da sua produção. O critério de categorização adoptado assenta numa lógica prospectiva de fruição do texto em que a classificação dos seus elementos fundamentais se processa de modo analógico e progressivo, cujo procedimento por “milha” (Bardin 1991: 119) fornece um sistema de categorias que, apenas, se define conceptualmente no final da operação.

De facto, este processo de categorização do discurso permitiu detectar os eixos de pensamento predominantes, bem como definir uma tipologia de valores susceptível de interpretar o posicionamento revelado pelos inquiridos no âmbito da dimensão simbólico-valorativa e integrá-lo de modo coerente nas outras dimensões de análise definidas e na estratégia estatística adoptada (análise multivariada), sem desarticulação nem perda de informação.

Parte-se, assim, do pressuposto óbvio de que nenhuma técnica é polivalente, ou seja, todas contêm as suas próprias limitações e de que os indivíduos apresentam características diferenciadoras que assumem inevitavelmente dimensões de natureza quantitativa e qualitativa.

Todavia, a concepção que presidiu à elaboração do questionário teve presente a especificidade da unidade de análise no sentido de adequar a formulação das questões ao grau de inteligibilidade e de aptidões cognitivas dos grupos etários predominantes, sem esquecer, contudo, a introdução das dimensões de análise que, decorrentes do contexto analítico, foram consideradas pertinentes face a elucidação e visibilidade social do objecto de estudo.

Deste modo, a construção do questionário configura três campos de análise: a dimensão individual (DI-caracterização escolar e sociodemográfica), a dimensão familiar (DF-caracterização do quadro familiar) e a dimensão simbólico-valorativa (DSV-elucidação dos sistemas de representações sociais), integrando esta última a componente pessoal (C1) que diz respeito aos gostos, interesses e preferências dos inquiridos e a componente de interacção com o meio (C2) que está relacionada com a forma como os sujeitos interagem e percebem a realidade social envolvente.

Deste modo, colocaram-se em interacção empírica e analítica variáveis objectivas e subjectivas que, integrando dimensões de análise distintas mas interdependentes, permitiram aceder de modo dialéctico ao universo das representações sociais, entendido este como um sistema eminentemente relacional. De salientar o facto de que, embora predominantemente composto por questões fechadas, o questionário integra duas questões abertas (P19 e P20,21), reportando-se a primeira à imagem construída das necessidades do espaço social e a segunda à opção socioprofissional. Quanto a esta última, a sua elaboração pressupõe resposta por via textual para os alunos dos 3º e 4º anos e resposta por via iconográfica para os alunos dos 1º e 2º anos, embora tenha sido enunciada

de igual modo para ambos os grupos, a saber - "O que gostarias de ser e onde gostarias de morar quando fores grande" (P20-variável imagem; P21-variável texto).

Promoveu-se, assim, uma situação estimulante e criativa que permitisse identificar os indivíduos quantitativamente, integrando-os numa tipologia de opções socioprofissionais e qualitativamente porque a sua interpretação permitiu descobrir o indivíduo, tal como ele gostaria de ser ou como gostaria que o vissem. Sabemos, contudo, que todas estas operações constituem construções mentais resultantes de um processo onde interagem a imaginação, a intuição e a racionalidade, por isso, eivado de mecanismos diversificados, que veiculam um encadeamento lógico de ideias, "cuja existência se situa mais ao nível do espírito do que ao nível do mundo real" (Bonboir 1972: 39), embora a sua concepção se julgue aplicável à realidade em estudo.

Desta forma, se constrói um contexto analítico e se estabelece um protocolo de análise empírica, em função dos quais se definem domínios do comportamento que traduzem propriedades (variáveis) que distinguem os indivíduos e os grupos entre si. Todavia, sabemos que a validade da nossa construção, bem como a pertinência e qualidade dos conceitos e variáveis seleccionados dependem da natureza dos conteúdos que forem capazes de extrair, ou seja, do valor operativo que exprimirem face aos pressupostos e lógica da investigação.

Assim sendo, convém salientar que a definição das categorias de indicadores e a amplitude da escala de atitudes (1-Muito, 2-Pouco, 3-Nada) adoptadas, no sentido da operacionalização das variáveis em jogo, decorreram do conhecimento que uma actividade profissional prolongada no tempo inevitavelmente confere a quem, desde há duas décadas, tem exercido funções docentes neste grau de ensino, bem como da experiência de uma vida quotidianamente vivida na realidade social em análise (Anexo 1). Contudo, a adopção de uma escala de atitudes tem subjacente a possibilidade de facilitar a apreensão dos modos diferenciados de construção

simbólico-valorativa dos inquiridos, no sentido de percepcionar, com base numa análise estatística multivariada, as configurações que estruturam os respectivos sistemas de representações sociais.

Importa salientar que os critérios de categorização da variável profissão, quer no que se refere às escolhas dos inquiridos, quer no que diz respeito ao desempenho profissional dos pais, foram definidos em função das características da evidência empírica constatada, o que pode ser explicado pela especificidade do universo profissional que não se adaptava às categorizações adoptadas pelos organismos oficiais de recenseamento demográfico que, de um modo geral, seguem a Classificação Nacional de Profissões (CNP/1980).

De referir o facto de que o inquérito por questionário foi sujeito à apreciação de um painel multidisciplinar de especialistas circunscritos a áreas científicas que vão desde a pedagogia, à filosofia da educação, passando pela sociologia na vertente essencialmente quantitativa, cujo parecer positivo e observações pertinentes permitiram aprofundar a consistência do seu conteúdo e promover a sua aplicação com garantias inequívocas de rigor científico.

A aplicação propriamente dita da técnica do inquérito por questionário foi, ainda, precedida da realização de um pré-teste, em duas escolas do Concelho, que incidiu num grupo de 20 inquiridos, 4 dos quais pertenciam à escola onde, eu própria, desempenhava as minhas funções docentes. Porém, a selecção destas escolas não se processou de modo aleatório, pelo contrário, foi determinada por razões de natureza essencialmente estratégica, uma vez que ambos os docentes detinham conhecimentos de análise sociológica e abordagem empírica da realidade social, facto que considerei relevante para analisar e avaliar, com maior fiabilidade, o comportamento dos inquiridos face à formulação e pertinência das questões, bem como aferir a estratégia concebida para a sua concretização.

Esta fase preliminar, embora não tendo tido consequências no modo de estruturação do questionário devido à forma expedita com que os

inquiridos efectuaram o seu preenchimento, revelou-se de crucial importância para o aperfeiçoamento da estratégia de aplicação extensiva.

Com efeito, considerei mais adequado, face à especificidade da unidade de análise, optar, na fase subsequente, pela via da administração indirecta em estreita colaboração com os docentes das escolas que, tendo sido contactados nesse sentido, se disponibilizaram com interesse e empenhamento para acompanhar o processo de acordo com as indicações sugeridas em momentos destinados para esse efeito.

De facto, a estratégia de aplicação desta técnica teve subjacente o propósito essencial de garantir a resposta efectiva a todas as questões, de proporcionar condições de preenchimento individualizado e em conformidade com as exigências de formulação das questões. O eixo temporal que mediou a concretização deste trabalho empírico situou-se entre Fevereiro e Maio de 1996, tendo-se procedido, no mês de Junho, ao estabelecimento do protocolo de análise estatística por via informática, o que pressupôs a construção de uma base de dados e o registo da informação recolhida e previamente codificada.

Por outro lado, importa salientar que o recurso à pesquisa documental teve como propósito fundamental a identificação dos factores e condições que determinaram alterações significativas no processo de socialização primária, assentando a operacionalização deste conceito em indicadores de natureza sócio-económica (sectores de actividade económica, nível de vida, equipamentos sociais, mercado de trabalho), demográfica (movimentos da população) e cultural (mobilidade, interacção, valores sociais e estilos de vida).

Julgo ser de igual modo pertinente explicitar que os conceitos de rural e urbano utilizados na formulação de uma das hipóteses de estudo foram operacionalizados através da variável “Escola” categorizada em função de dois indicadores: “Sede do Concelho” e “Freguesias”. Considerou-se a sede do Concelho como o pólo aglutinador de uma dinâmica revitalizadora e geradora de uma complexa rede de interacções sociais, no seio das quais o

peso da ruralidade se tem diluído na razão directa da evidência de características de urbanidade e as Freguesias como uma realidade que, por força da celeridade do processo de mudança, apenas acompanhou indirectamente os efeitos da conjuntura ao beneficiar de oportunidades de emprego estável e de qualidade (sem carácter precário), sem repercussões significativas na dinâmica e interacção sociais das pequenas comunidades disseminadas pelas 5 freguesias do Concelho.

Não se ignora, contudo, que a adequabilidade e pertinência sociológicas da concepção do instrumento fundamental desta pesquisa, bem como do delineamento do estudo e da estratégia estatística adoptados (análise multivariada) se revelam na capacidade mediadora de reiterar o contexto analítico eleito (conceitos fundamentais) e de elucidar com precisão os níveis de operacionalização introduzidos (variáveis) para aceder ao universo multidimensional do objecto de estudo.

Deste modo, a abordagem multivariada por correspondências múltiplas (Escofier e Pagès 1990) que se implementou foi gerida por via informática através do programa estatístico SPSS e decorreu da necessidade de operacionalizar a pesquisa face ao carácter extensivo da unidade de análise (338 indivíduos), à natureza predominantemente qualitativa das variáveis e à necessidade de estabelecer relações entre as características dos inquiridos e as dimensões de análise definidas.

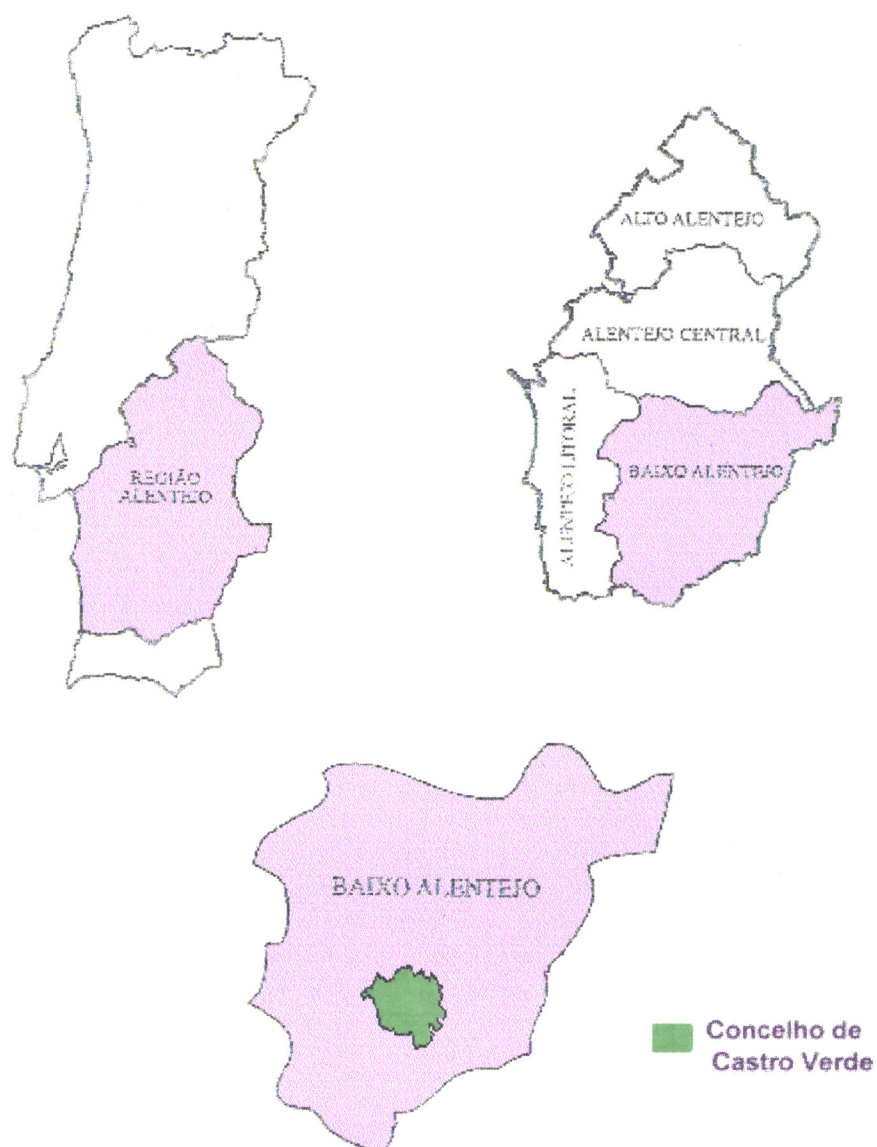
De facto, tendo presente os propósitos mobilizadores desta construção intelectual, o esforço analítico orientou-se no sentido de encontrar uma tipologia reveladora dos núcleos estruturadores dos sistemas de representações sociais que configuram os esquemas de percepção social e definem o perfil das opções socioprofissionais. Para tal, procedeu-se à criação de uma matriz de correlação entre as variáveis e respectivas modalidades, cuja interacção permitiu organizar os sistemas simbólico-valorativos e identificar os eixos de pensamento predominantes que estruturam a construção social da realidade.

A visibilidade analítica que esta técnica potencia resulta da sua capacidade para articular e sintetizar com coerência estatística o comportamento global das variáveis, modalidades e grupos de indivíduos, fazendo emergir combinações de variáveis que constituem um pequeno número de factores (variáveis numéricas) com capacidade para fornecer os elementos fundamentais de análise e interpretação do objecto de estudo (Doise et alii 1992).

É, pois, uma estratégia de análise multidimensional, cuja lógica de correspondências se processa no seio de um sistema relacional de oposições/conjunções construído por intermédio da medição das distâncias entre as categorias das variáveis, através da qual se descodifica, se agrega e se hierarquiza uma estrutura de dados por ordem decrescente do grau de explicação. Esta técnica revela-se graficamente projectando as categorias de cada variável em cada eixo factorial (dimensão de análise resultante da agregação de variáveis) e posicionando os indivíduos, ou seja, agrupando-os e discriminando-os, em função das suas disposições objectivas (características sociodemográficas) e subjectivas (sistemas de representações sociais). Com efeito, parece possível perceber as potencialidades deste tipo de análise estatística, bem como o seu contributo na interpretação de dados empiricamente extensos e multidimensionais, uma vez que o recurso a ela aumenta significativamente a capacidade de percepção dos eixos de pensamento estruturados por um efeito agregador de variáveis explicativas que evidencia com clareza o posicionamento dos indivíduos face às dimensões de análise definidas e à conjectura de elucidação do objecto de estudo.

SEGUNDA PARTE: O CONTEXTO

Mapa 1
Enquadramento Geográfico da Área em Estudo
por Unidades Territoriais



Fonte: CCRA, 1994

Mapa 2

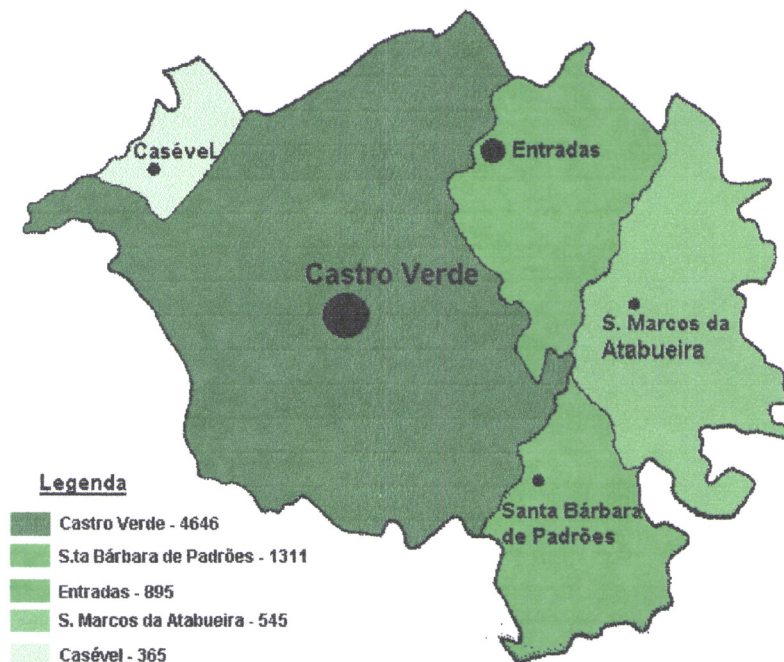
Distrito de Beja - Posição Geográfica do Concelho de Castro Verde



Fonte: Câmara Municipal de Castro Verde, 1996

Mapa 3

Divisão Administrativa do Concelho de Castro Verde População Residente por freguesias



Fonte: Câmara Municipal de Castro Verde, 1996

C - ENQUADRAMENTO REGIONAL

CAPÍTULO 4 - O ESPAÇO SOCIOGEOGRÁFICO

4.1 LOCALIZAÇÃO E ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

O concelho de Castro Verde situa-se na região do Baixo-Alentejo, mais precisamente na zona sul do distrito de Beja, entre Mira e Gadiana, sendo limitado a norte pelos concelhos de Beja e Aljustrel, a sul pelo de Almodôvar, a este e oeste, respectivamente pelos concelhos de Mértola e de Ourique (Mapas 1 e 2). Com uma área de aproximadamente 568 km² encontra-se administrativamente dividido em cinco freguesias: Castro Verde, Entradas, Casével, S.Marcos da Atabueira e St^a. Bárbara de Padrões (Mapa 3) e faz parte integrante de uma sub-zona agrícola denominada Campo Branco. Esta designação advém, sobretudo, da cor branca das terras que contrasta com o tom geralmente escuro do xisto predominante, caracterizando-se essencialmente pela cultura extensiva dos cereais, pela peneplanície estepária desarborizada e por uma riqueza avifaunística considerável e única, razão pela qual foi identificada e classificada como área de interesse ornitológico, no âmbito do programa comunitário Corine-Biótopos¹⁹.

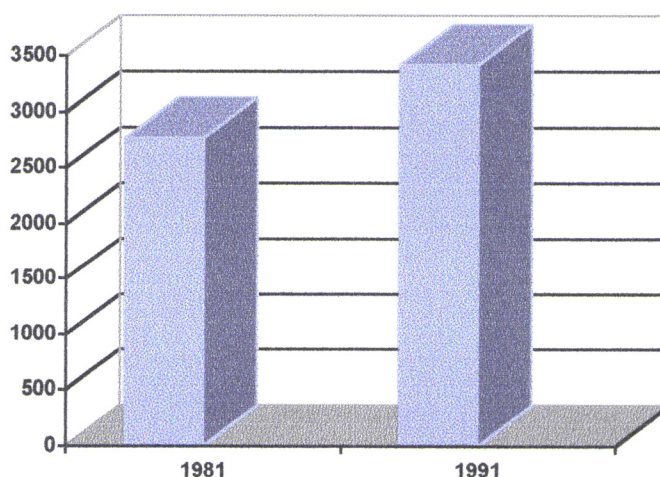
Castro Verde encontra-se, assim, inserido numa região interior do sul do país, de características essencialmente rurais, cuja localização geográfica se apresenta particularmente privilegiada, pois, em termos de rede viária nacional, situa-se na zona de confluência dos itinerários principais, nomeadamente entre Lisboa, Algarve e Costa Azul e entre o interior alentejano e a Espanha, facto que, desde sempre, segundo reza a História,

¹⁹ Convenção de Berna, Directiva 79/409/CEE, regulamentada no nosso país pelo Decreto-Lei n.º 316/89 de 22 de Setembro que prevê no seu artigo 4.º a preservação de habitats de espécies em vias de extinção.

Ihe tem conferido alguma especificidade no contexto mais próximo da região em que se insere.

No conjunto das cinco freguesias que integram este concelho, a de Casto Verde evidencia um peso demográfico significativo, sobretudo, ao nível da sede do concelho, único aglomerado com mais de 2000 habitantes (3423 em 1991), que entre 1981 e 1991 viu aumentar, cerca de 7%, o seu efectivo populacional (Gráfico 1).

Gráfico 1
Evolução da População Residente
Vila de Castro Verde

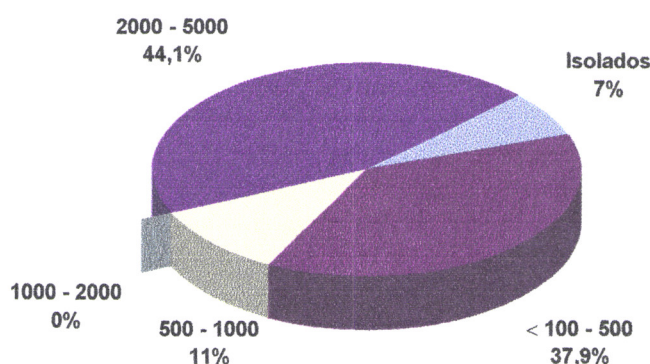


Fonte: INE - Recenseamento da População de 1981 e 1991

Igualmente de registar, embora de modo menos expressivo, o incremento populacional na freguesia de St^a Bárbara de Padrões, única freguesia rural deste concelho a apresentar uma tendência positiva dos níveis de variação populacional (4.9% entre 1981/91), cuja explicação parece residir no facto de integrar nos seus limites geográficos o Complexo Mineiro Neves-Corvo, o que lhe conferiu uma situação privilegiada susceptível de elevar os níveis de recrutamento de pessoal que, ao favorecerem a fixação

da população local, encaminharam na sua direcção alguns fluxos migratórios que procuraram residência nas proximidades do empreendimento. É, pois, na sede do concelho, que se concentram 44.1% dos residentes, embora uma parcela significativa da população (48.8% em 1991) resida em lugares com menos de 1000 habitantes, situando-se a maior percentagem na escalão de <100 a 500, em cujos pequenos aglomerados residem 37.8% dos habitantes, ficando os lugares isolados apenas com 7% da população do concelho (Gráfico 2).

Gráfico 2
Distribuição da População por Dimensão de Lugares
Concelho de Castro Verde

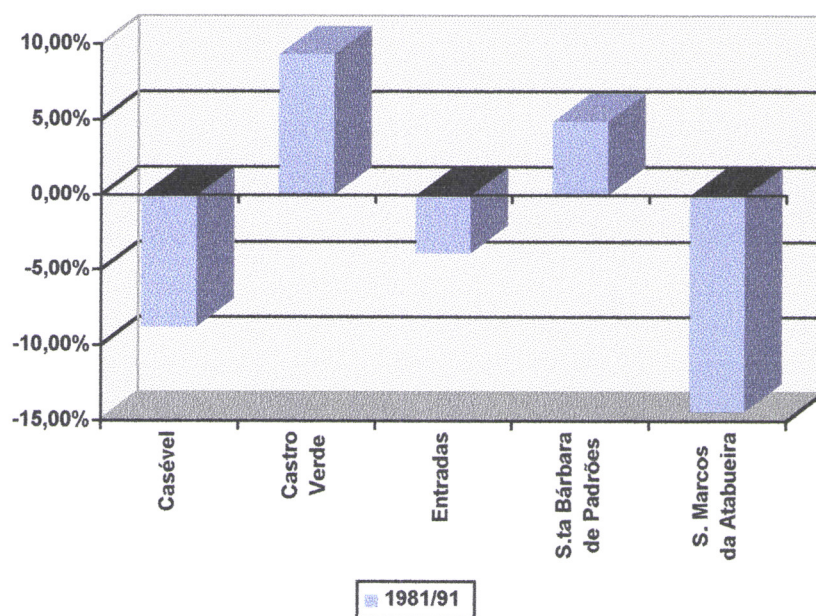


Fonte: INE - Recenseamento da População de 1991

Com efeito, o quadro sociodemográfico deste concelho alterou-se significativamente, na última década, cuja tendência positiva de quase todos os indicadores demográficos (à excepção do crescimento natural: -4.1%), resultante da implementação do Projecto Industrial Mineiro Neves-Corvo, lhe conferiu uma posição de excepção face ao panorama desertificador da região do Baixo-Alentejo (Anexo III). Apesar da reduzida densidade

populacional (13.7 em 1991), o concelho de Castro Verde beneficiou consideravelmente da influência do fenómeno industrial, pois, entre 1981 e 1991, a variação populacional situou-se nos 3.9, em contraste com o acentuado decréscimo verificado entre 1960 e 1981 (cerca de -37.1), quando a exploração dos recursos mineiros ainda não tinha sido implementada, e com a tendência negativa que estes indicadores manifestam em todos os outros concelhos desta região alentejana (Anexo III). Todavia, em virtude dos elevados níveis de desvitalização demográfica que, desde a década de 60, não têm cessado de acentuar as debilidades da estrutura sócio-económica local, o impacto do fenómeno mineiro, não obstante os seus efeitos repercutórios evidentes, revelou-se impotente para influenciar de modo homogéneo o cenário demográfico deste concelho, uma vez que a inversão da tendência negativa só teve expressão nas duas freguesias mencionadas. (Gráfico 3).

Gráfico 3
Varição Populacional
Concelho de Castro Verde



Fonte: PDAR - Zona Agrária de Aljustrel, 1993 e INE - Recens. da Pop. de 1991

Contudo, não se vislumbram, num futuro próximo, garantias de estabilização do fenómeno demográfico; pelo contrário, prevê-se que esta tendência favorável se comece a inverter até à viragem do século, cujas estimativas (1991-2001) constantes das projecções demográficas da Comissão de Coordenação do Alentejo (Janeiro/1996) apontam, para este Concelho, um decréscimo na ordem dos 1.5%, diminuindo ligeiramente até ao período previsto para a cessação das actividades de mineração (Anexo III).

Com efeito, se atendermos às debilidades e constrangimentos que o espaço rural em geral evidencia, nomeadamente a excessiva dependência da agricultura, tendência para a desertificação e envelhecimento da população e o desemprego, verificamos que, no concelho de Castro Verde, este quadro deveras preocupante foi amenizado por uma conjuntura favorável que, embora excepcional e transitória, suscitou de modo inequívoco a revitalização da componente económica e sociodemográfica.

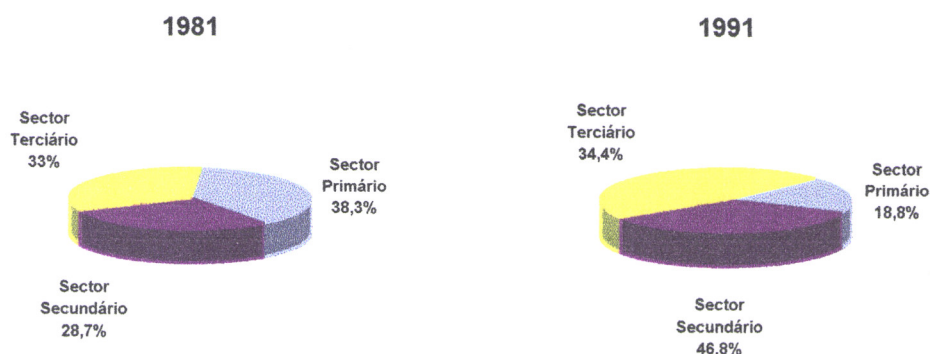
De facto, a expressão de actividades ligadas aos sectores secundário e terciário (Gráfico 4), a criação de empregos directa e indirectamente relacionados com a indústria mineira permitiram implantar uma dinâmica particular e, conseqüentemente promover melhores condições materiais e sociais de existência, neste concelho.

Obviamente que este conjunto de factores influenciou de forma decisiva as condições de acesso ao trabalho, pois, a taxa de actividade (39.8%) teve capacidade para colocar o fenómeno do desemprego em níveis estruturalmente aceitáveis (11.8%), para além de ter contribuído para suscitar a aquisição de níveis obrigatórios de escolaridade, uma vez que, em 1991, a taxa de analfabetismo (20.5%) registava o segundo valor mais baixo de toda a região do Baixo-Alentejo (Anexo III).

Perante este cenário, é inegável que este fenómeno de características essencialmente endógenas transformou o concelho de Castro Verde numa zona atractiva do ponto de vista do afluxo populacional, contribuindo de forma decisiva para diminuir o peso da ruralidade, diversificar a base

produtiva e equilibrar a sociedade local em termos multidimensionais, cujas repercussões, para além de se reflectirem na componente demográfica, evidenciam-se de igual modo nos indicadores de crescimento económico, colocando o concelho de Castro Verde numa situação excepcional face ao conjunto dos concelhos limítrofes e ao contexto distrital em que se insere (Beja), uma vez que foi o único a registar, em 1991, um saldo migratório (7.9%) e um crescimento efectivo positivos (3.9%) (Anexo III).

Gráfico 4
População Activa por Sector de Actividade Económica
Concelho de Castro Verde



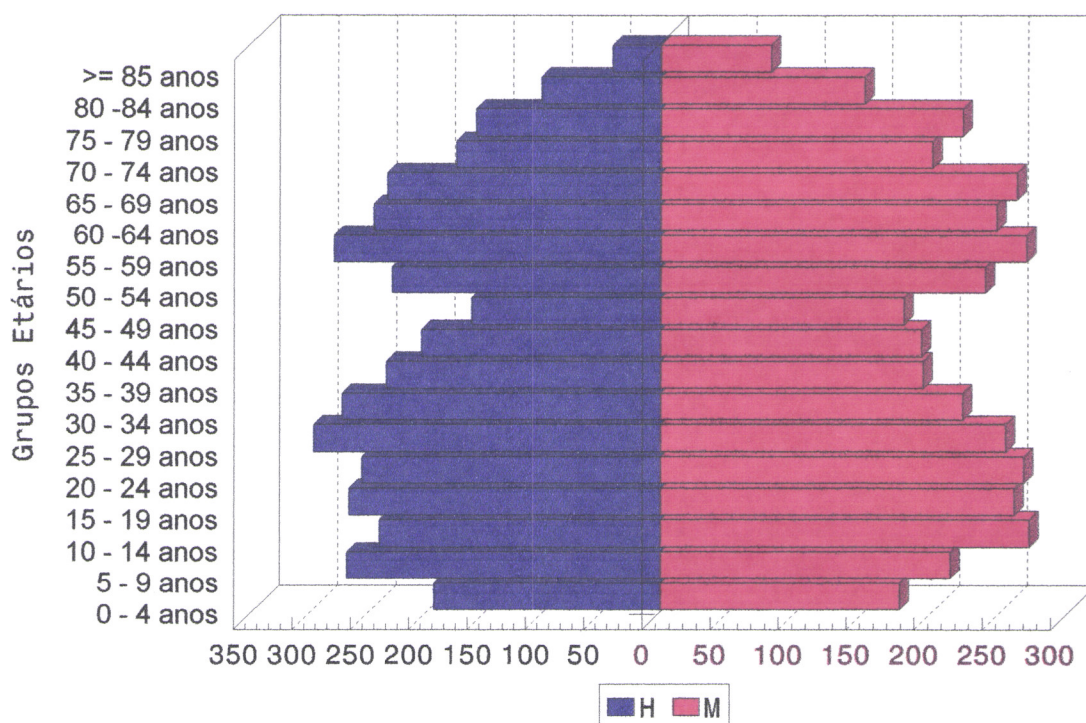
Fonte: INE - Recenseamento da População de 1981 e 1991

Todavia, apesar de condições excepcionais e de evidentes sinais de revitalização, a estrutura demográfica deste concelho continua a acompanhar a tendência regional neste domínio, pois, em 1991, apresenta-se graficamente com características de duplo envelhecimento, quer no topo (diminuição de jovens), quer na base (aumento de idosos) da pirâmide etária (Gráfico 5), embora se verifique uma presença evidente de população entre os 25 e os 39 anos, decorrente do acesso ao emprego na empresa mineira incidir preferencialmente nesta faixa etária (idade média em 1995 - 36 anos).

Contudo, o estrangulamento é notório nos grupos subsequentes, o que significa ausência de grupos funcionais entre os 40 e os 54 anos. A partir daqui, aumenta consideravelmente o quantitativo populacional, o que se reflecte no elevado índice de envelhecimento (119.1), que associado ao decréscimo populacional dos grupos mais jovens (17.6% em 1991), decorrente da progressiva redução da taxa de natalidade (8.2% em 1991), traduz, face à população activa existente (61.5%), um rácio de dependência total na ordem dos (62.6) (Anexo III).

Gráfico 5

Pirâmide Etária do Concelho de Castro Verde 1991



Fonte: CCRA, 1996

De facto, são muito débeis os sinais de revitalização da estrutura demográfica deste concelho, não obstante as condições favoráveis de dinâmica sócio-económica, pelo que parece plausível afirmar que se torna imperioso que a sociedade local se mobilize no sentido de capitalizar de

forma adequada e duradoura todos benefícios até aqui alcançados, de modo a assegurar a sua sedimentação e repercussão equilibradas, onde as potencialidades do novo quadro de desenvolvimento regional e local fazem vislumbrar oportunidades únicas de equilíbrio funcional e de integração económica e sociocultural que, certamente, determinarão o futuro desta comunidade.

D - O PROCESSO E AS CONSEQUÊNCIAS DA RECENTE DINÂMICA SÓCIO-ECONÓMICA

CAPÍTULO 5 - O FENÓMENO INDUSTRIAL MINEIRO NEVES-CORVO

5.1 GÊNESE, IMPACTO E REPERCUSSÕES SOCIAIS

A tradição mineira no concelho de Castro Verde remonta aos primórdios da sua existência (Sc III a. C.), cujo processo de colonização sempre foi marcado pela presença de povos fortemente identificados com actividades ligadas à exploração de minérios que viam, nesta região situada no prolongamento da faixa piritosa da Península Ibérica, uma interessante via de intensificação das redes de comercialização com o mundo mediterrânico.

De facto, a História veio confirmar as enormes potencialidades deste território, no domínio da sua apetência mineralógica, onde a imensa riqueza do subsolo contrasta com uma reduzida capacidade de uso do solo, factor que restringe consideravelmente o leque das opções de aproveitamento e produção agrícolas. Assim é porque, desde os Turdetanos aos Romanos e Árabes, todos eles deixaram vestígios de intensa actividade mineira nesta região, onde a agricultura sempre se revelou como componente subsidiária de uma intensa actividade pecuária.

Contudo, o inesperado colapso do Império Romano, o período longo e conturbado das invasões bárbaras e o processo de reconquista cristã criaram um hiato temporalmente prolongado (cerca de 16 séculos) no processo de desenvolvimento económico que se vislumbrava para toda esta região, tendo como suporte fundamental as actividades de mineração. Só o grande impacto do fenómeno industrial teve capacidade para revitalizar o sector mineiro, quer pela liberalização do mercado e, conseqüente introdução

de capital estrangeiro (meados do século XIX), quer, posteriormente, pela criação de mecanismos legais de regulação do processo extractivo (finais do século XIX).

Assiste-se, assim, ao incremento do sector mineiro em Portugal, colocando-se o distrito de Beja, no patamar da plena actividade de mineração nacional, quer pelo facto de possuir, na altura, as maiores reservas cupríferas em Aljustrel e S.Domingos, quer porque detinha, a mais alta taxa de actividade extractiva (40.8%, em 1882), destacando-se, no concelho de Castro Verde, entre outras, a Mina do Ferragudo, cujas potencialidades e necessidades de mercado garantiram a longevidade da sua laboração até aos finais da década de 60, tendo atingido, nos anos 40, o auge da sua actividade contribuindo para a criação de cerca de duzentos postos de trabalho e, certamente, para a dinamização da economia da região. Contudo, só na década de 50, se intensificam os trabalhos de prospecção mineira que atribuem à faixa piritosa da Península Ibérica um lugar de destaque na cena mundial dos recursos mineralógicos.

Face às evidentes probabilidades de existência de jazigos mineralógicos inexplorados, ao sucessivo esgotamento de algumas reservas e às novas exigências de mercado, acentuaram-se, a partir da década de 70, os trabalhos de prospecção nesta região piritosa do Baixo-Alentejo, de que resultou, em 1977, a detecção de um importante filão, situado na zona de confluência dos limites geográficos dos concelhos de Castro Verde e Almodôvar, mais precisamente, nas imediações das aldeias de Corvo, Neves, Graça e Zambujal, onde uma complexa massa evidenciava o predomínio de minérios com elevado teor de cobre e significativa percentagem de zinco, chumbo e estanho.

Surgem, assim, perspectivas deveras animadoras de renovação e dinamização das actividades de mineração, nesta região, cujo processo de efectiva exploração conduziu à constituição, em 1980, da Sociedade Mineira Neves Corvo (Somincor) que, actualmente, integra a Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM-51%) e o maior grupo mundial, neste

domínio (Rio Tinto Zinc, de origem britânica), que, em 1985, adquiriu a 2ª posição na Sociedade (49%).

Castro Verde assiste, assim, em 1980, à chegada dos primeiros quadros superiores, técnicos e administrativos e ao emergir de um fenómeno, cujo incremento não mais deixou de se manifestar, interferindo em todas as dimensões da sociedade local e viabilizando novas fontes de rendimento que, por sua vez, promoveram níveis de qualidade de vida e de desenvolvimento jamais atingidos neste concelho. São indicadores inequívocos desta nova dinâmica o facto de, entre 1981 e 1991, o parque automóvel ter aumentado mais de três vezes, os números de telefone terem quintuplicado e os equipamentos sociais de qualidade terem proliferado (Anexo III).

De facto, quer a fase de construção de infra-estruturas que permitiu a edificação do Complexo Mineiro Neves-Corvo numa área de 13.5 Km², situada na zona sul do concelho de Castro Verde, contígua ao concelho de Almodôvar e a implantação, embora temporária, de duas grandes empresas especializadas em trabalhos subterrâneos e de superfície destinados à instalação de minas, quer, posteriormente, a fase de extracção que, a partir de 1989, conduziu à plena laboração da mina, embora representando fases distintas e conseqüentemente dinâmicas empresariais diferenciadas, repercutiram-se de tal modo no tecido económico e social deste concelho que, para além de transformarem a empresa mineira na maior entidade empregadora desta região, alteraram completamente a face desta realidade sociocultural.

De facto, se a fase de organização funcional da estrutura empresarial mineira, se inicia, apenas, com cerca de 35 funcionários e um leque reduzido de categorias profissionais, a verdade é que rapidamente a actividade mineira desencadeia um número significativo e crescente de postos de trabalho, (1020 em 1990, o seu efectivo mais elevado), na sua esmagadora maioria afectos ao sexo masculino e a níveis etários até aos 40 anos, ao mesmo tempo que alarga o quadro profissional da empresa, cujo maior

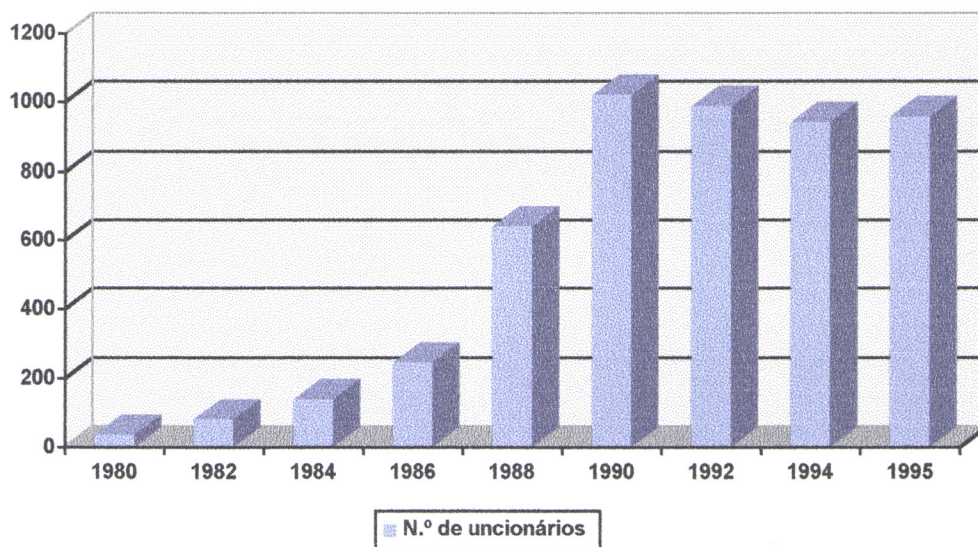
incremento se acentua, entre 1986 e 1990, período que se reporta à preparação das infra-estruturas de apoio à extracção do minério e à fase inicial da sua efectivação.

Ultrapassado o momento de arranque da sua plena actividade e, confrontada com um período de recessão no mercado mundial de cotação de minérios (1991-1994), a Somincor passa a adoptar algumas medidas restritivas que se reflectem no peso da estrutura funcional da empresa (Gráfico 6) e geram na sociedade local algumas apreensões e preocupações face ao futuro, surgindo, talvez, pela primeira vez, o espectro do seu encerramento e algum cepticismo face ao tempo previsto para a sua laboração (2011).

Porém, actualmente, o Complexo Mineiro Neves-Corvo detém, no mercado europeu e mundial, uma posição confortável, pois, para além de ter colocado Portugal como 1º produtor de cobre da Europa e ocupar na cena mundial o vigésimo lugar, neste domínio, possui, também, em Neves-Corvo a maior percentagem de cobre jamais detectada e uma tecnologia sofisticada que assegura níveis de segurança elevados.

Com efeito, face a um potencial de inegável dimensão que tem colocado os lucros anuais da empresa em níveis altamente satisfatórios, à excepção do período de acentuada recessão da economia mundial (1991-1994), este empreendimento mineiro tem pautado a sua actuação por uma política integrada de captação de recursos, que se tem reflectido, antes de mais, nos critérios de recrutamento de pessoal e de empresas de prestação de serviços, que têm privilegiado a sua zona de influência, pois, em 1993, 15% dos trabalhadores eram naturais do Concelho de Castro Verde e 42% dos Concelhos limítrofes e das 23 empresas que, em 1996, directamente trabalham com a Somincor, 5 pertencem à região e as restantes, embora não estejam nela localizadas, incluem no seu efectivo uma maioria significativa de trabalhadores desta região.

Gráfico 6
Peso da Estrutura Funcional da Somincor
1980 - 1995



Fonte: Somincor, 1996 (números médios)

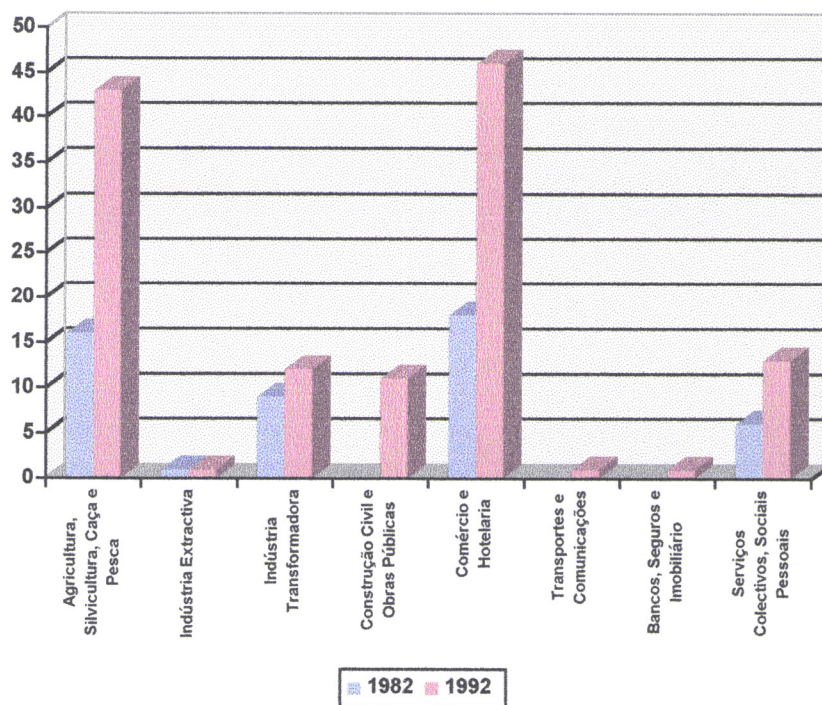
Uma política de solidariedade social manifesta-se, também, quer ao nível das regalias que atribui aos seus funcionários (estabilidade de emprego - em 1995, 92% dos seus funcionários eram efectivos, formação profissional - desde 1982 receberam formação inicial cerca de 730 trabalhadores, habitação - em 1993 já tinha atribuído 210 moradias aos seus funcionários, subsídios de alojamento e de segurança social e bolsas de estudo distribuídas por todos os graus de ensino), quer pela viabilização de equipamentos sociais importantes (Cine-Teatro, Biblioteca Municipal, Pavilhão Gimno-Desportivo, Campos de Ténis, Aparthotel), e de apoios financeiros regulares a algumas entidades locais (Autarquia, Bombeiros, Futebol Clube Castrense, Cortiçol)), bem como apoios pontuais para a realização de diversas actividades concelhias.

Parece, pois, evidente a influência do fenómeno mineiro aos mais diversos níveis da sociedade local, cujo processo de revitalização que desencadeou teve consequências generalizadas no tecido económico e

social deste concelho, muito particularmente, na diversificação da base produtiva e na mobilidade da estrutura social local.

Com efeito, a dinamização de actividades económicas e do mercado de trabalho contribuíram de modo decisivo para a proliferação de pequenas e médias empresas, essencialmente de carácter familiar e ligadas aos sectores secundário e terciário, situando-se o maior incremento ao nível das Indústrias Transformadoras, da Construção Civil e Obras Públicas e do Comércio e Hotelaria, sendo estas últimas as que evidenciam um incremento mais significativo (Gráfico 7).

Gráfico 7
Empresas por Actividade Económica
Concelho de Castro Verde
1982 - 1996



Fonte: Ministério do Emprego e Segurança Social, 1996

De salientar que a expressão significativa de empresas ligadas ao sector primário se explica, por um lado, pelo facto de a exploração agrícola se constituir como actividade empresarial e, por outro lado, pela criação de empresas relacionadas com a actividade cinegética, designadamente reservas de caça turística e associativa.

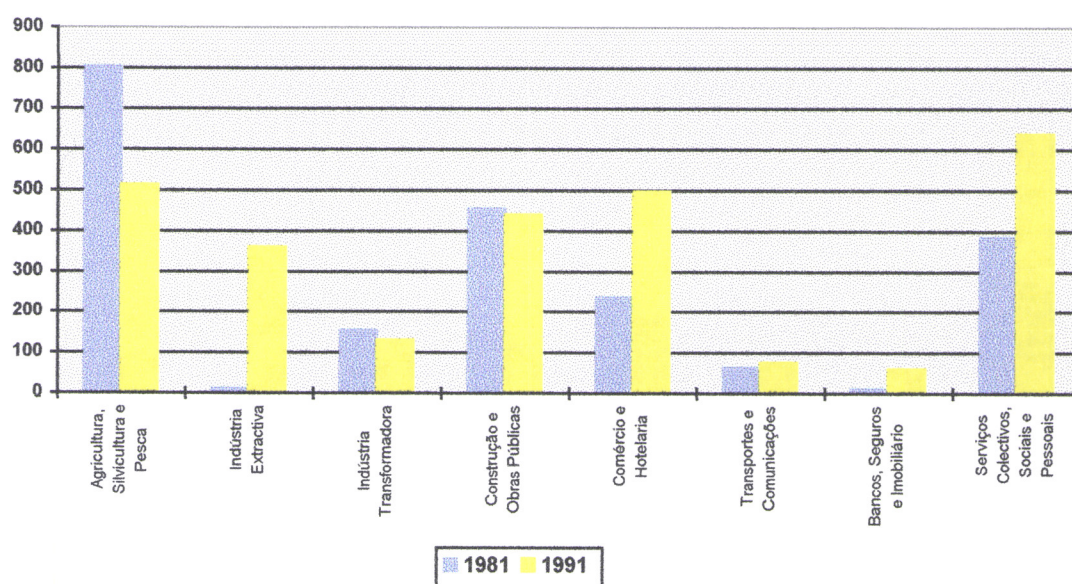
Convém salientar que, face ao conhecimento que detenho sobre esta realidade, considero que o facto de se registar (MESS,1982) uma total ausência de empresas ligadas à construção civil e obras públicas, neste concelho, se deve mais ao facto de estas não estarem, na altura, legalmente constituídas como tal do que efectivamente à sua inexistência. Tanto assim que, no Recenseamento Geral da População (INE 1981), se verifica uma presença significativa de população activa nesse sector (21.4% em 1981), disseminada tanto no seio de algumas empresas locais já existentes, como no seio das duas grandes empresas (Kaiser Enginner e Boliden International Mining) que aqui se instalaram na fase de implantação do Complexo Mineiro.

Não menos expressivo desta situação de dinâmica sócio-económica, embora susceptível de outras interpretações, é o quadro da população activa face às diversas actividades económicas, cuja distribuição se revela interessante analisar, entre 1981 e 1991 (excluindo no sector primário a actividade cinegética), na medida em que retrata algumas especificidades do fenómeno mineiro, bem como o momento e os sectores em que a sua intensidade se começa a manifestar de forma mais moderada. Assim é porque, sendo notório o peso significativo da indústria extractiva em detrimento de actividades ligadas ao sector agrícola, também se verifica que, quer a indústria transformadora, quer a construção civil e obras públicas, por serem actividades directamente relacionadas com a actividade mineira, foram reduzindo o seu peso à medida que se esgotava a fase de construção de infra-estruturas do Complexo Mineiro, o que explica o ligeiro decréscimo que ambas manifestam neste período.

O mesmo não acontecendo com as restantes actividades, cuja dinâmica gerada teve capacidade para, no mesmo período, inflacionar o seu

quantitativo populacional, manifestando, por isso, menor grau de vulnerabilidade face à evolução do projecto mineiro (Gráfico 8).

Gráfico 8
População Activa por Actividade Económica
Concelho de Castro Verde
1981 - 1991



Fonte: INE - Recenseamento da População de 1981 e 1991

Deste modo, torna-se evidente que o concelho de Castro Verde parece ter beneficiado mais com o emprego indirecto e condições sociais que este fenómeno desencadeou do que propriamente com o número de postos de trabalho que proporcionou, se a esta situação anterior associarmos o facto de que, apenas, as freguesias de Castro Verde (7,6%) e St.^a Bárbara de Padrões (4,7%) parecem ter recebido alguns benefícios nesse sentido, tendo presente os 15% de trabalhadores naturais do Concelho.

Todavia, por via do primeiro e grande impacto que parece ter residido no crescimento populacional que, de modo sistemático, tem criado novas necessidades e acentuado a interacção social, assiste-se, no concelho de

Castro Verde, a uma profunda reestruturação das condições sociais de existência. Refiro-me, quer à alteração das características do espaço físico (aumento do parque habitacional, melhoria dos acessos rodoviários, embelezamento de ruas, espaços de lazer, locais de comércio e fachadas dos edifícios), quer da vida quotidiana no sentido da sua dinamização (incremento de equipamentos sociais, espaços de lazer, manifestações culturais e desportivas, associações, equipamentos de saúde e de educação e rede de transportes).

Toda esta dinâmica gerou na sociedade local um leque alargado e crescente de expectativas positivas que, ao longo do processo, não tem encontrado as condições esperadas para a sua concretização, sobretudo, no que se refere à rentabilidade do esforço financeiro efectuado para melhoria dos espaços comerciais, cuja quebra de rendimento se tem vindo a acentuar desde 1993, quando os sinais da crise generalizada mais se começaram a fazer sentir nesta região. Por outro lado, a presença dos novos residentes, se se reflectiu de modo evidente no aumento do custo e nível de vida, não se manifestou como se esperava na dinamização do comércio, pois, em virtude do pouco tempo disponível e de, frequentemente, aproveitarem os fins-de-semana para regressar à sua anterior residência, acabam por não utilizar o contexto local como espaço privilegiado do seu roteiro de compras.

Contudo, se persiste algum desencanto que também está relacionado com o facto de se aproximar, a passos largos, o maior período de incerteza deste projecto, designadamente o esgotamento das condições favoráveis de exploração das reservas mineralógicas, também se constata que são inegáveis os benefícios alcançados, sobretudo, se formos capazes de fazer um esforço de imaginação retrospectiva no sentido de vislumbrarmos o panorama deste concelho sem o contributo desta dinâmica e se atendermos ao facto de que, face aos exemplos próximos de concelhos limítrofes (Mértola e Aljustrel) que já vivenciaram e se desiludiram com projectos mineiros desta natureza, o concelho de Castro Verde, bem como o momento presente, apresentam especificidades bastante mais animadoras do ponto de

vista da integração e funcionalidade dos sistemas sociais que integram o espaço rural.

De facto, considero que, ao contrário das experiências anteriores, a implementação deste projecto mineiro tem sido acompanhada de uma visão integrada do fenómeno que se consubstancia quer na política de recrutamento e alojamento dos funcionários, quer na política de intervenção social, cujos processos têm sido conduzidos de modo a evitar segmentos de segregação e relações de dependência excessiva. De facto, se, por um lado, o recrutamento se caracterizou por critérios de abrangência geográfica e o parque habitacional se encontra disseminado e perfeitamente integrado no espaço urbanizado deste concelho, por outro lado, as formas de intervenção na comunidade foram pautadas por uma estratégia concertada com a autarquia local indiciando um processo de complementaridade e reciprocidade funcional que acautela protagonismos excessivos que todos sabemos não favorecem o equilíbrio futuro dos sistemas sociais. Para além de que o novo processo de desenvolvimento regional pressupõe e viabiliza a adopção de estratégias integradas de desenvolvimento, onde as potencialidades dos sucessivos Quadros Comunitários de Apoio constituem vectores fundamentais de actuação e vislumbram condições mais equilibradas do que anteriormente para fazer face a uma situação que, pela perfeita consciencialização da sua inevitabilidade, pode despertar na sociedade civil e nas instâncias políticas responsáveis um efeito agregador com capacidade para se repercutir de modo positivo e multidimensional na estrutura funcional da sociedade local. Ou seja, as vantagens do caminho já percorrido devem constituir os alicerces fundamentais do processo de desenvolvimento que, inevitavelmente a curto ou médio prazos, o mundo rural terá que protagonizar, tendo presente que a ausência de fontes de riqueza e de potencial humano parecem ser os maiores desafios que todos teremos de enfrentar. Na certeza, porém, de que, se os homens mudam e a sociedade se dinamiza, hoje mais do que ontem, parecem ser incomparavelmente superiores os níveis de competências profissionais e de

qualificações sociais de que todos somos detentores, bem como as contrapartidas deste processo de rápida mudança, pelo que parece plausível afirmar que se vislumbram processos e percursos mais equilibrados e participativos, por isso, menos susceptíveis de rupturas e colapsos irreversíveis.

5.2 A REALIDADE SOCIOCULTURAL: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ACTUAL

O panorama sociocultural do concelho de Castro Verde, até ao final da década de 70, apresentava as especificidades que o fenómeno urbano-industrial se encarregou de conferir a um mundo rural que, ao contrário do que se esperava, se revelou impotente para fazer face ao carácter expansionista e omnipresente da industrialização e incapaz de resistir à força demasiado apelativa da dinâmica social urbana. De facto, a ilusão das potencialidades do ritmo de crescimento económico e das vantagens da vida citadina, perante um mundo rural votado ao esquecimento no que se refere aos princípios e opções estratégicas do modelo de desenvolvimento predominante, provocou níveis de desintegração inesperados e profundas debilidades que foram sedimentando no universo subjectivo dos indivíduos uma imagem negativa da sociedade rural que tem alimentado o desejo de partir e a criação de expectativas e aspirações de vida que não têm encontrado na pacatez, monotonia e isolamento da realidade rural condições efectivas de concretização.

Se sabemos que a tudo isto estão associadas razões de natureza política, também não podemos ignorar que a excessiva apropriação do espaço e dos homens, que o processo urbano-industrial desencadeou para garantir elevados níveis de produtividade e de crescimento económico, contribuiu de modo decisivo para desvitalizar as zonas rurais e desequilibrar funcionalmente um sociedade que, obcecada por altos níveis de produtividade agrícola e pelas solicitações da economia de mercado, não se

deu conta de que estava a ser destituída do bem mais precioso e imprescindível ao desenvolvimento - o seu potencial humano.

Com efeito, parece ter presidido a todo este processo uma concepção mecanicista da sociedade, em que tudo gira à volta de uma relação causa-efeito, onde uma mão invisível (Smith 1776) e protectora se encarrega de equilibrar o processo social desde que o homem seja capaz de dimensionar e estruturar a componente económica no sentido do incremento da capacidade produtiva e dos níveis de investimento.

Assistimos, pois, à consolidação de uma sociedade verdadeiramente segmentada por padrões de vida distintos que, pelo modo como acompanharam o processo de industrialização e de urbanização, se posicionam em patamares de desenvolvimento perfeitamente identificáveis e axiologicamente conotados com representações da sociedade que temos construído, em função de um modelo societal universalmente imposto. Ou seja, à medida que as condições materiais e sociais de existência humana tendiam a favorecer a justeza dos mecanismos de regulação da sociedade, fazendo crer que oportunidades mais equilibradas de vivência e interacção sociais se prefiguravam no horizonte, mais profundamente a dinâmica do processo urbano-industrial segregava uma componente da sociedade em que o peso da ruralidade condicionava percursos de vida equilibrados, dinâmicos e motivadores. Foi-se estigmatizando, assim, um sistema sociocultural, cuja especificidade, em vez de ter desencadeado estratégias susceptíveis de integrar e articular as dimensões económicas, sociais e culturais do desenvolvimento, se revelou propícia, porque demasiado vulnerável, à prossecução de propósitos essencialmente economicistas e à consolidação de certos ideais de progresso e justiça sociais que, hoje sabemos, não traduzem minimamente os desígnios mais elementares do processo de evolução da humanidade.

Obviamente que Castro Verde, tal como todo o mundo rural do interior do país, vinha acusando, desde há muito, as sequelas do ritmo crescente dos movimentos migratórios, sobretudo ao longo da década de 60, cujo

processo definitivo ou temporário que lhes estava subjacente, embora apresentando uma tendência menos acentuada na década de 70, se manifestou de modo ininterrupto até aos anos 80. Até este momento, o concelho de Castro Verde apresentava, em termos socioculturais, um cenário marcado pelas características da ruralidade em que predominavam redes de sociabilidade de carácter intenso e próximo, com evidente presença de controle social que as relações de vizinhança sistemáticas e o predomínio de espaços abertos de convívio e de lazer (a rua, o largo, a praça e o jardim) se encarregavam de garantir, para além de condições pouco favoráveis à mobilidade social.

A partir de então, começa a mudar substancialmente a face do tecido social e cultural deste concelho que, por via do fenómeno mineiro, escapou à profunda recessão económica dos anos 80 e caminhou progressivamente no sentido da diminuição do peso excessivo da ruralidade, disseminando-se no espaço social sinais evidentes de novos posicionamentos, ideais, valores e estilos de vida. Para tal, muito contribuiu a diversificação da base produtiva que, ao dinamizar a estrutura profissional, gerou mobilidade social e uma intensa interacção que teve capacidade para diminuir o isolamento sociocultural e introduzir na sociedade local um *modus vivendi*, cujas regras de jogo social manifestam alguma especificidade face ao conjunto das comunidades rurais que integram a região mais vasta em que se insere.

Com efeito, não parece despropositado afirmar que de uma realidade sociocultural relativamente homogénea, o concelho de Castro Verde passou a caracterizar-se por duas realidades perfeitamente distintas, cujas fronteiras coincidem com a divisão político-administrativa que preside aos limites geográficos que demarcam as freguesias e situam a sede do concelho.

Na verdade, hoje, para quem tem referências do percurso anterior e vivenciou de modo sistemático o momento presente, estabelecendo, por motivos de ordem profissional ou até mesmo familiar, um contacto permanente com as pequenas comunidades que integram as diferentes freguesias, é perfeitamente perceptível que a vila de Castro Verde registou

uma alteração profunda nos mecanismos sociais que estruturam a sua vida quotidiana, cujas redes de sociabilidade se diversificaram, dinamizaram e intensificaram de tal modo que esbateram o controle social, ao mesmo tempo que criaram condições de maior privacidade e despertaram sentimentos de tolerância e novos laços de solidariedade social que se têm vindo a sedimentar, sobretudo nas gerações jovens. Mesmo os mais idosos, sempre menos receptivos e mais resistentes à mudança, manifestam, actualmente, um atitude que, apesar de algo saudosista, não deixa de ser reveladora de aceitação face aos sinais inequívocos de melhores condições sociais, lamentando inclusivamente a enorme discrepância de condições de vida e de oportunidades que os tempos e os lugares se encarregam de oferecer aos homens, determinando de modo decisivo as contrapartidas da vida.

Todavia, nas restantes aldeias e vilas do concelho, porque receberam de modo indirecto os reflexos da nova dinâmica e porque o peso e linearidade da estrutura populacional limitam os níveis de interacção social, não se registaram significativas alterações na dinâmica do tecido sociocultural, permanecendo, ainda no seu seio, uma forma de ser e de estar perfeitamente identificável com a natureza familiar dos modos de vida rural.

Esta constatação permite-nos reconhecer quão avassalador tem sido para o mundo rural o modelo de desenvolvimento de que todos somos provenientes, cujas marcas de profunda debilitação desencadearam uma situação de desintegração e desvitalização de tal ordem que não parece possível uma reposição de condições favoráveis à manutenção e sobrevivência destes sistemas socioculturais mais isolados.

Se as gerações do presente não encontraram razões óbvias para inverter esta situação, considero que mais difícil será às gerações futuras, cujo processo de socialização se movimentou no seio de uma dinâmica social completamente distinta, encontrar no horizonte das suas ambições de vida, certamente mais exigente que os anteriores, motivações suficientes para regressar às pequenas comunidades.

É imperioso, portanto, não perder de vista que serão os pólos rurais mais dinâmicos, neste caso particular a sede do concelho, actualmente em recuperação económica e sociodemográfica, os vectores fundamentais de um processo de integração do mundo rural susceptível de manter viva uma dimensão da sociedade que parece estar intimamente relacionada com a natureza essencialmente social do ser humano, no seio da qual a dimensão da cultura se manifesta invariavelmente presente no universo das representações e práticas quotidianas dos indivíduos.

De facto, sabemos que o equilíbrio e realização do ser humano se movimentam no seio de um processo de sucessivas identificações e reinterpretaciones que carecem de papéis sociais activos e de interacções estimulantes para desencadear referências fundamentais e conferir um sentido vital à existência humana.

Deste modo, a identidade cultural, entendida como permanente assimilação e reelaboração da realidade, deve ser encarada como um campo subjectivo e dinâmico de percepções, valores, imagens e códigos permanentemente sustentado por um eixo diacrónico em que se interpenetram tradição e mudança e onde o confronto inter-geracional inevitavelmente vai actuar, ao promover constantes reestruturações e uma pluralidade de identidades que só têm em comum o facto de se construírem no seio de um sistema específico de interacção sociocultural.

Assim, a promoção de processos identitários de afirmação cultural deve ter presente o carácter dinâmico e interactivo dos mecanismos sociais de construção de identidades que, hoje mais do que ontem, se movimentam num leque diversificado de estímulos que cada um de nós vai filtrando, em função das características individuais do processo biográfico e relacional. Considero que, à semelhança do passado, é inevitável que determinados elementos culturais caiam no esquecimento da rotina da vida quotidiana, transformando-se em artefactos que devem encontrar na história local e na memória colectiva o seu lugar privilegiado, à medida que outros se edificam

por encontrarem terreno propício e pertinência social para a sua consolidação.

O fenómeno cultural apresenta-se, actualmente, como uma dimensão social de elevado grau de complexidade face às inúmeras interferências da sociedade global, onde a fidelidade à história e às tradições, largamente reclamada, se situa mais no domínio da implementação de estratégias promotoras e dinamizadoras de espaços de valor arqueológico e museológico do que propriamente na esfera socialmente activa da vida quotidiana e das manifestações culturais, onde parece inevitável a introdução equilibrada de elementos culturalmente assimilados por força do fenómeno massificador dos *media* e da crescente interacção da sociedade. São, sem dúvida, sinais dos tempos que é preciso compreender e interpretar para que o mundo rural seja capaz de resistir ao isolamento a que tem estado sujeito e assumir o desempenho de um papel que a nova conjuntura parece reclamar.

TERCEIRA PARTE: A CONTINUIDADE SOCIOCULTURAL

E - O PROCESSO GERADOR DAS OPÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS DOS JOVENS ACTORES SOCIAIS

CAPÍTULO 6 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA INFÂNCIA

6.1 ESQUEMAS VALORATIVOS E DE PERCEPÇÃO SOCIAL

A construção social da realidade, sendo um processo relacional, dinâmico e interactivo que coloca o indivíduo em permanente confronto com a sociedade, movimenta-se num eixo simbólico-valorativo que, embora influenciado por condições materiais e sociais de existência, constitui o universo privilegiado de edificação e sedimentação de interesses, preferências, valores, imagens, códigos e modos de interacção social que conferem aos indivíduos formas particulares de apropriação do espaço e dos homens.

De facto, a internalização da realidade resulta de um complexo processo de aprendizagem social que se vai desenvolvendo em torno de transacções objectivas e subjectivas que consolidam sistemas de identificação e identização susceptíveis de estruturar a dimensão simbólico-valorativa e fazer emergir uma matriz de percepções sociais que traduzem as ênfases valorativas configuradoras dos sistemas de representações sociais.

Daí que a visibilidade do social constitua invariavelmente um campo de elevada complexidade analítica, cujo acesso se encontra condicionado pela elucidação e interpretação do conteúdo subjectivo que preside à componente fenomenal de interpretação do mundo social que nos rodeia, onde segmentos da sociedade apresentam níveis de estruturação diferenciados em função da fase do ciclo de vida em que se encontram os indivíduos.

No caso particular desta pesquisa, todo o esforço de captação interpretativa da realidade social movimentou-se no seio das esferas e referências consideradas fundamentais para a estruturação dos esquemas valorativos que concorrem no processo de percepção social da realidade.

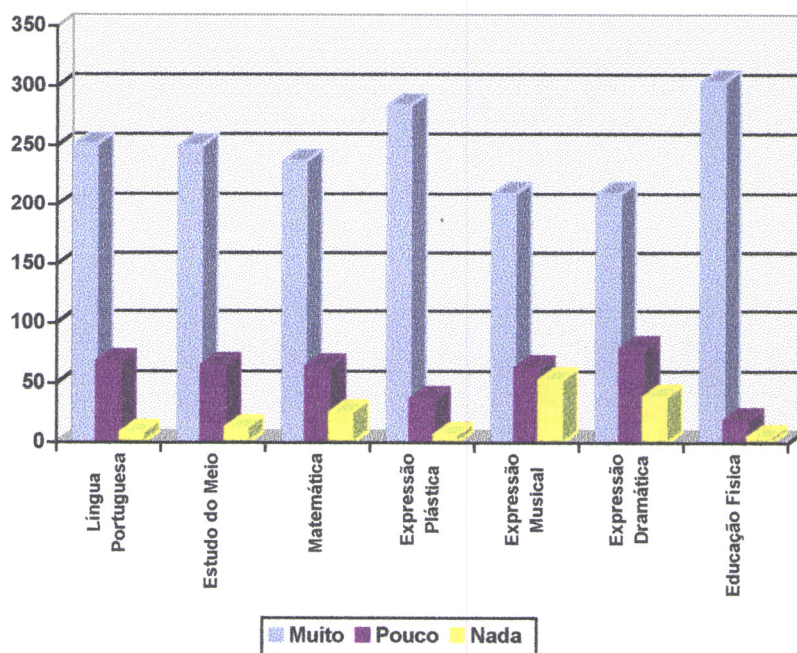
Assim, na componente pessoal (C.1) subjacente à dimensão simbólico-valorativa (DSV) importa apreender o sentido das preferências e interesses dos inquiridos para detectar as disposições subjectivas que se estruturam na infância e compreender os mecanismos sociais de produção de identidades e de padrões valorativos inerentes ao espaço social. Por isso, no sentido de perceber a imagem da escola e o contributo que dela esperam (P.12), entendida esta como agente de socialização fundamental neste período de vida, parece interessante referir que, em termos globais, os interesses dos respondentes face às áreas curriculares se situam mais no domínio das componentes disciplinares onde a criatividade e dinâmica de execução de tarefas e actividades constituem os vectores determinantes da aprendizagem, do que propriamente ao nível da interiorização passiva das noções elementares, o que reflecte, de algum modo, as expectativas de natureza dinâmica que depositam no processo ensino-aprendizagem e na própria interacção escolar.

Por outro lado, e porque as áreas curriculares tradicionalmente presentes na escola também são valorizadas, não parece despropositado afirmar que esta situação é influenciada pelo modo como a escola selecciona e privilegia determinados saberes específicos. Assim é porque, se as preferências mais evidentes dizem respeito à Expressão Plástica (86.6%) e Educação Físico-Motora (92.7%), também se regista uma tendência significativa no domínio da Língua Portuguesa (76.5%), do Estudo do Meio (76.2%) e da Matemática (72.3%), o que traduz a valorização que a escola e a própria sociedade atribuem a estes conteúdos de aprendizagem, bem como a sua capacidade para desencadear um processo de interiorização marcado pela progressiva consciencialização da necessidade vital de

apropriação destes saberes face à crescente dinâmica e competitividade da realidade societal (Gráfico 9).

Esta postura social face ao acto e acção educativos consubstancia-se em motivos que se prendem com os princípios estratégicos que têm presidido ao modelo de sociedade predominante, cuja influência nos caminhos da formação inicial e contínua inerentes ao sistema educativo tem sido decisiva, bem como na definição de critérios de avaliação essencialmente direccionados para o sucesso escolar, em detrimento do sucesso educativo.

Gráfico 9
Preferências face às Áreas Disciplinares

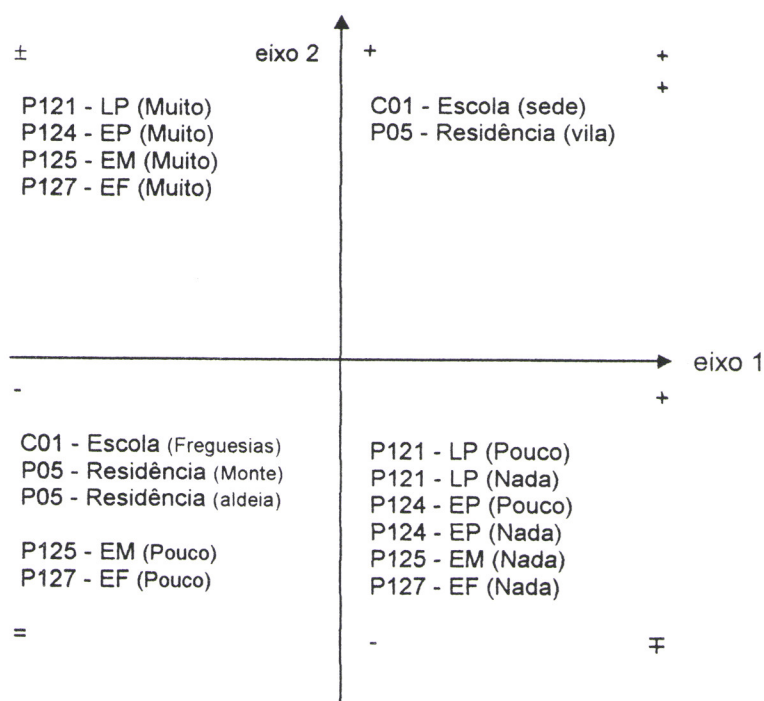


Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Contudo, analisando este posicionamento em função do contexto sócio-escolar (C01e P05), verifica-se que este universo valorativo revela uma oposição nítida de atitudes face à escola (leitura do eixo 2 e leitura em diagonal) evidenciada pelos elevados níveis de motivação que os alunos

residentes na sede do concelho (C01 e P05) manifestam ao nível de quatro das áreas curriculares (LP-Língua Portuguesa; EP-Expressão Plástica; EM-Expressão Musical; e EF-Educação Física) em contraste com uma atitude bastante menos interessada dos que frequentam as escolas distribuídas pelas freguesias, o que não significa que num e noutro caso não se interpenetrem os dois tipos de atitudes, tal como nos alerta a leitura do eixo 1 (Figura 2).

Figura 2
Universo Valorativo das Preferências Escolares
face ao Contexto Sócio-escolar
 (Análise de Correspondências Múltiplas)



Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Mas, a oposição mais nítida entre um e outro espaço sócio-escolar verifica-se ao nível das áreas disciplinares de Educação Musical (EM) e Educação Física (EF) que aparecem significativamente valorizadas na sede

do concelho, ao contrário das Freguesias, cuja explicação pode residir no facto de estas actividades serem desenvolvidas de modo desigual nas duas realidades, indiciando uma prática sistemática na escola da sede do concelho e uma mais esporádica nas escolas mais isoladas, em que o número reduzido de alunos e a ausência de recursos humanos e materiais não constituem factores convidativos à dinâmica da acção educativa.

Todavia, parece confirmar-se a ideia de que os níveis de interacção dos contextos sociais e da própria realidade escolar são factores determinantes na definição dos contornos das atitudes e posicionamentos, quer dos indivíduos, quer das próprias instituições, no seio dos quais se vão sedimentando percepções distintas do meio e, conseqüentemente percursos de vida tendencialmente mais motivadores.

A construção de uma imagem positiva do meio e o emergir de elevados níveis de empenhamento, interesse e participação activa encontram na instituição escolar um vector fundamental de dinamização deste universo subjectivo, se se reunir um conjunto de condições humanas e materiais susceptíveis de proporcionar às gerações mais jovens uma aprendizagem dinâmica e interactiva.

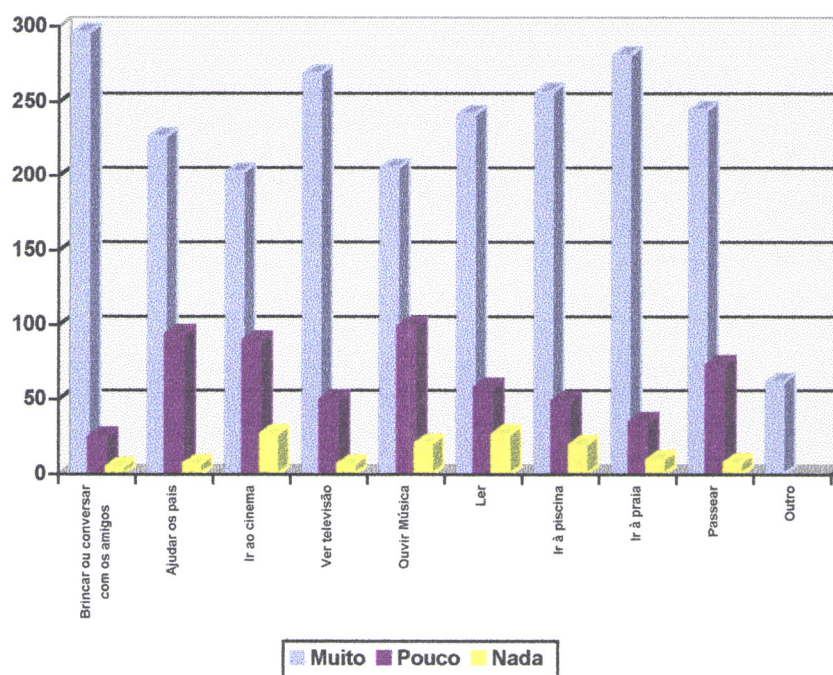
No âmbito dos interesses que predominam face às actividades de lazer (P13), registe-se o facto de a máxima valorização residir na interacção com os seus pares (90.8%), no seio dos quais se processam relações igualitárias fundamentais para a aprendizagem social, nos passeios com destino à praia (86.2%) ou à piscina (78.6%) que pode ser interpretado em função das características áridas e agressivas do espaço ambiental e do clima predominantes, bem como no contacto com a informação televisionada (82.5%), demasiado omnipresente e apelativa face ao poder da imagem.

Surgindo, numa sequência decrescente mas igualmente significativa, os passeios em geral (75.2%), a leitura (74.0%), a participação nas tarefas familiares (69.2%), o cinema (63.4%) e a audição de música (63.2%) (Gráfico 10). O facto de a leitura, o cinema e a música surgirem algo valorizadas sugere um campo de acção educativa que importa direccionar no sentido de

promover estratégias cada vez mais estimuladoras desta tendência que parece finalmente resistir à aquisição passiva e quase virtual de conhecimentos televisionados. Para além disso, esta situação pode também estar relacionada com o facto de, actualmente, este concelho dispor de equipamentos sociais de qualidade vocacionados para estimular o universo dos interesses de auto-formação e alargar o leque de recursos disponíveis, nomeadamente uma Biblioteca e uma sala de cinema, às quais a instituição escolar costuma recorrer com frequência.

Gráfico 10

Interesses face às Actividades de Lazer

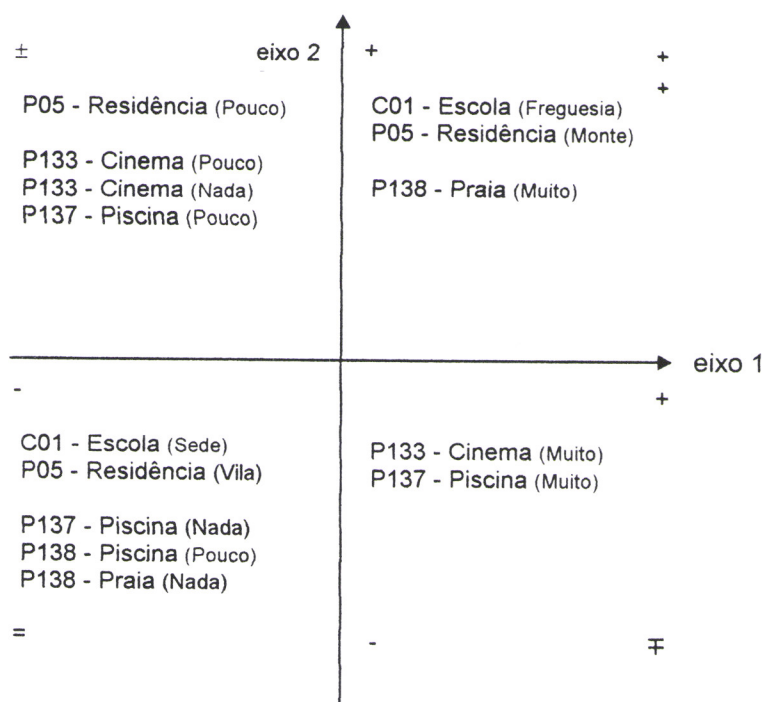


Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Da interacção destes interesses (P13) com o contexto sócio-escolar de pertença (C01 e P05) encontramos uma distinção interessante de valorações a este nível (eixo 1), pois, são sobretudo os indivíduos que frequentam as escolas das freguesias (C01-Freguesias) e residem em locais mais isolados (P05-Monte) os que valorizam mais os passeios à praia

(P138), à piscina (P137) e as idas ao cinema (P133), talvez devido ao facto de estas práticas de lazer não fazerem parte do seu universo quotidiano, enquanto que para os outros, porque a elas têm acesso mais frequentemente, já não representam elementos determinantes das suas valorações mais positivas (Figura 3).

Figura 3
Universo Valorativo dos Interesses de Lazer
face ao Contexto Sócio-Escolar
 (Análise de Correspondências Múltiplas)



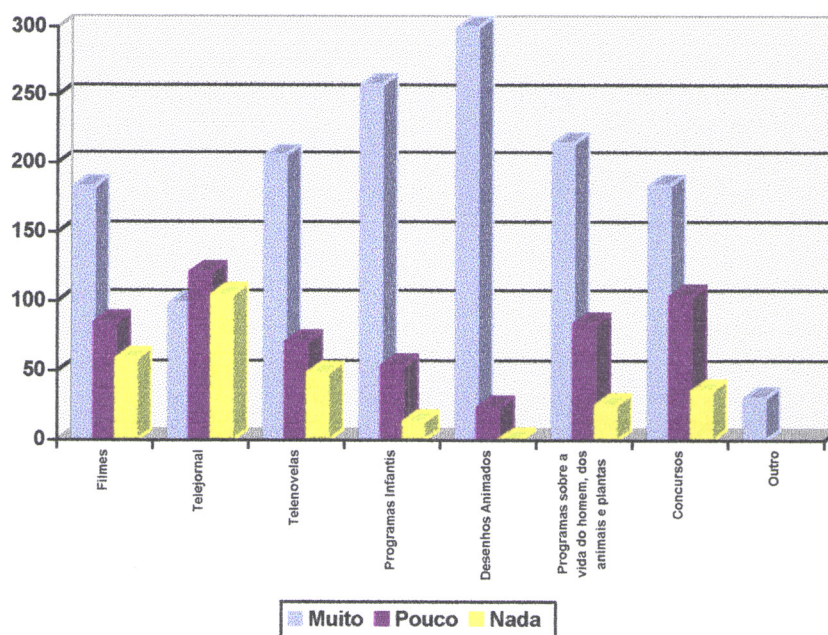
Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Contudo, a leitura do eixo 2 e da diagonal revela uma oposição de natureza diferente, pois, informa-nos que, no universo dos indivíduos que se situam fora da sede do concelho, existe também um leque significativo, cujas valorações mais acentuadas, apenas se dirigem aos passeios à praia (P138), colocando o cinema (P133) e os passeios à piscina (P137) no patamar inferior das motivações, cuja interpretação também pode induzir à

consideração de que a prática sistemática de determinadas actividades de lazer conduz a uma valorização das mesmas no sentido de que a habituação estimula a sua necessidade vital, enquanto que a impossibilidade de acesso a elas motiva menos o universo das disposições subjectivas nesse sentido.

Igualmente um olhar atento aos interesses predominantes no âmbito da imagem televisada (P14) e tal como seria de esperar face ao nível etário dos inquiridos, as preferências mais significativas dirigem-se aos Desenhos Animados (91.5%) e Programas Infantis (78.7%), logo seguidas dos Programas sobre a Natureza (65.5%), Telenovelas (62.8%), Concursos (56.1%) e Filmes (55.8%) (Gráfico 11).

Gráfico 11
Interesses face à Imagem Televisada

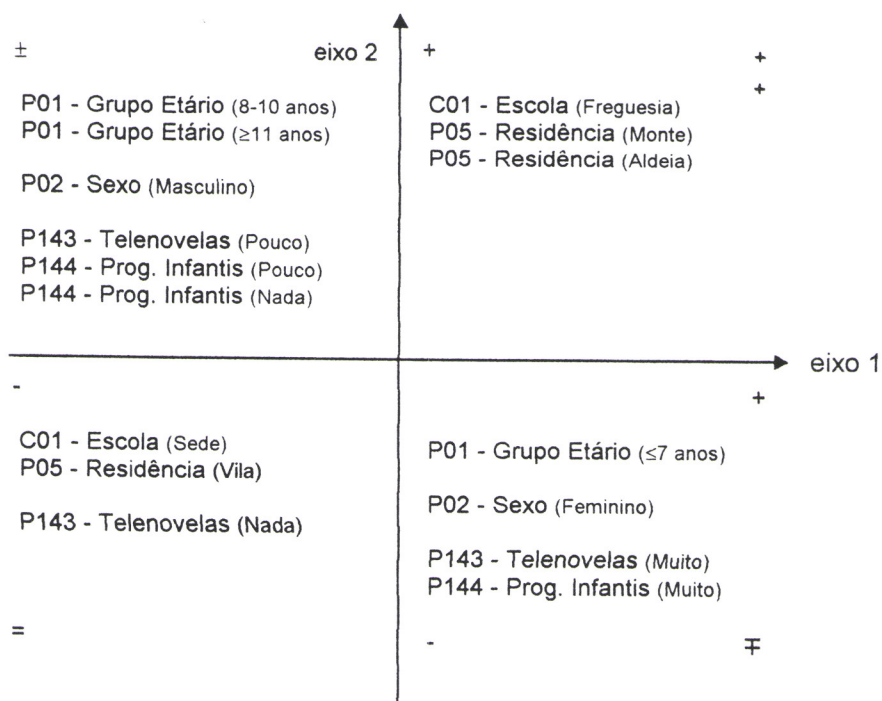


Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Com efeito, as segundas escolhas parecem traduzir, por um lado, a influência da escola por via de uma das suas áreas disciplinares fundamentais, designadamente o Estudo do Meio e, por outro lado, a influência de uma informação televisada que, ao privilegiar demasiado a

adopção de conteúdos de natureza lúdica que asseguram momentos de evasão, parece estar mais preocupada com o incremento dos *scores* de audiência do que em elevar a qualidade da mensagem que transmite aos cidadãos. Todavia, a interpretação desta informação só adquire consistência através da sua correspondência com os contextos sócio-escolares (C01), sexo (P02) e grupos etários (P01) em análise, pois, deste cruzamento interactivo resulta uma tendência evidente de interesses face a algumas categorias de variáveis colocadas neste jogo de relações (Figura 4).

Figura 4
Universo Valorativo da Imagem Televisionada
face ao Sexo, Grupo Etário e Contexto Sócio-Escolar
(Análise de Correspondências Múltiplas)



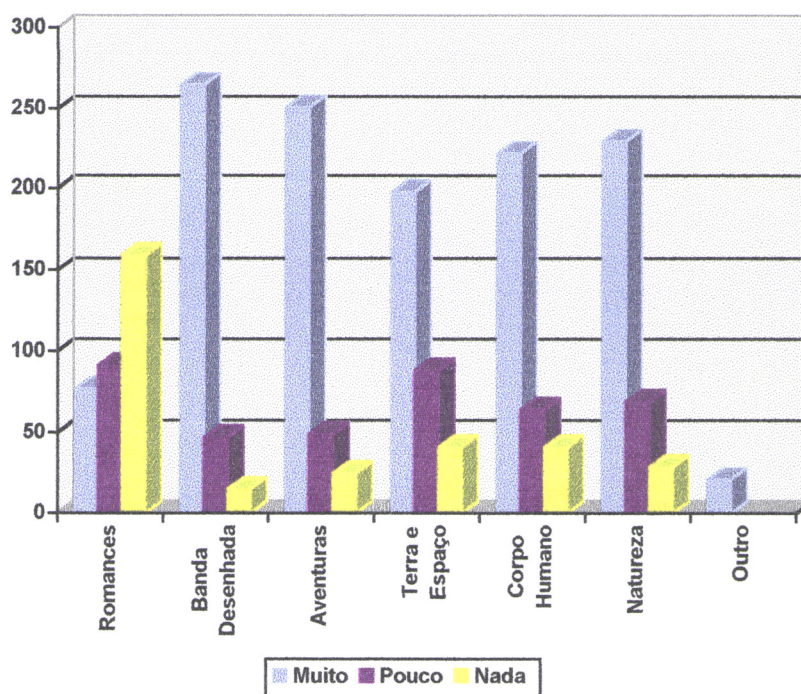
Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

De facto, organizada a informação desta forma, verifica-se uma certa homogeneidade nos interesses evidenciados (eixo 1 e 2), pois, os indivíduos que preferem de modo mais expressivo as Telenovelas (P143) e os

Programas Infantis (P144) pertencem ao grupo etário mais baixo (P01- <= 7 anos) e ao sexo feminino (P02-1), independentemente da escola que frequentam e do local onde residem, o que significa que os factores mais determinantes na progressão destes interesses situam-se mais ao nível da idade e do sexo do que do contexto sócio-escolar.

Se atendermos ao tipo de leituras que privilegiam (P15), a tendência verificada não se afasta muito do esperado, uma vez que surgem como predominantes as preferências por livros de Banda Desenhada (80.8%) e de Aventuras (76.5%), seguidas dos que se referem à Natureza (70.1%), ao Corpo Humano (67.7%), à Terra e Espaço (60.4%) (Gráfico 12).

Gráfico 12
Preferências face aos Tipos de Livros

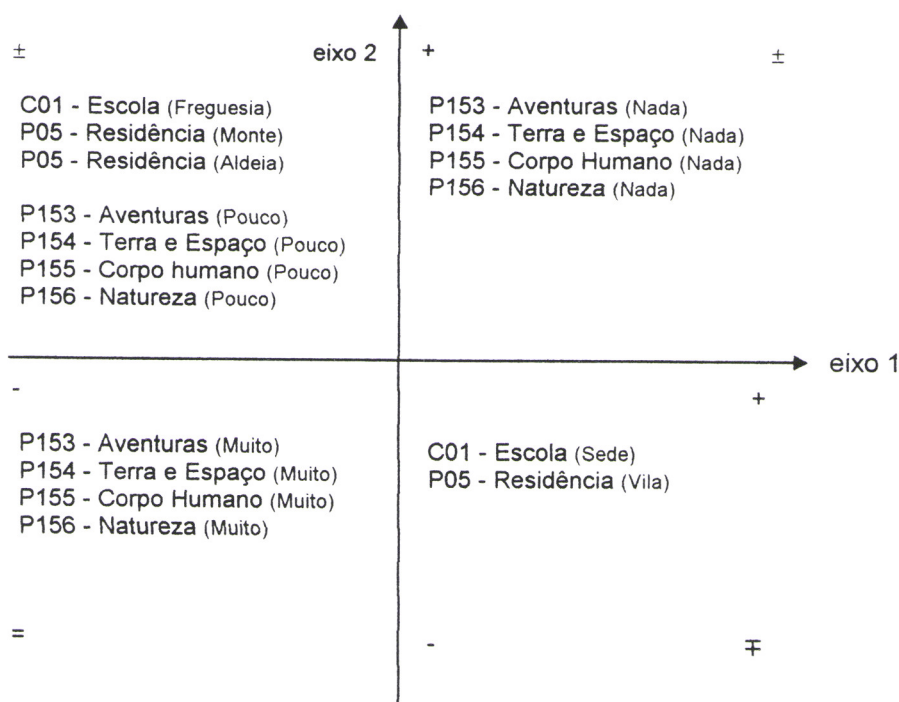


Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Esta situação pode estar, mais uma vez, relacionada com a forma como a escola valoriza estas temáticas que aborda com frequência na área

disciplinar do Estudo do Meio e em relação às quais desenvolve com regularidade projectos Área-Escola que parecem despertar o interesse pela complexidade dos fenómenos humanos e naturais. Mas, tentando compreender melhor a forma como este universo valorativo se movimenta face à realidade sócio-escolar constata-se que se opõem de forma nítida as motivações face à leitura (eixo 2), uma vez que são os indivíduos que frequentam a escola da sede do concelho e que aí residem os que, de modo inequívoco, manifestam maior grau de apetência para certos domínios da leitura, enquanto que os outros, embora apresentando as mesmas preferências, o fazem de modo menos categórico (Figura 5).

Figura 5
Universo Valorativo do Tipo de livros
face ao Contexto Sócio-Escolar
 (Análise de Correspondências Múltiplas)



Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Contudo, a leitura o eixo 1 revela que esta atitude não pode ser interpretada com linearidade absoluta, pois, o universo das motivações a este nível interpenetra-se de modo diversificado nos dois universos sócio-escolares, embora esta situação não invalide o facto de estes aparecerem mais uma vez como vectores influenciadores de atitudes distintas face a uma mesma problemática (leitura em diagonal), reforçando-se a convicção de que a dinâmica e interacção do processo ensino-aprendizagem e da sociedade envolvente potenciam disposições simbólico-valorativas que podem influenciar os interesses fundamentais dos indivíduos e, consequentemente direccionar os seus percursos de vida futura.

Ainda no âmbito da dimensão simbólico-valorativa (DSV), mas relativamente à componente de interacção com o meio (C.2), interessa evidenciar a forma como esta geração valoriza, participa e critica as condições sociais da realidade local no sentido de perceber o modo como respondem e se posicionam face às solicitações do meio, bem como identificar a tendência que se desenha no universo dos interesses de interacção colectiva e de padrões culturais predominantes.

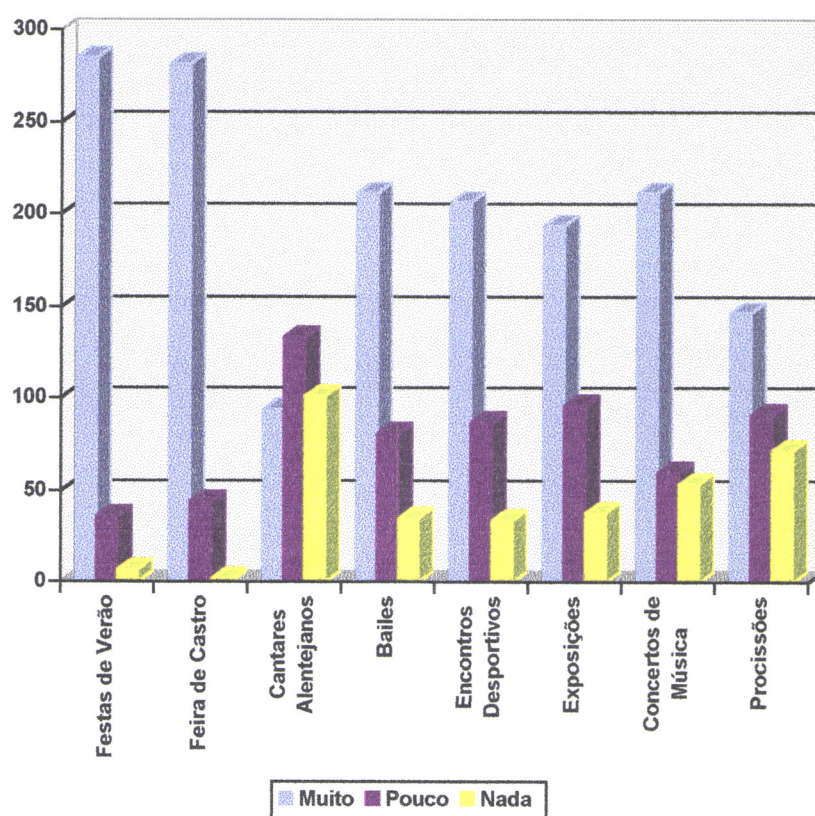
Com efeito, os acontecimentos locais de carácter colectivo (P16) que parecem apresentar maior grau de aceitação dizem respeito a dois tipos de manifestações tradicionalmente arraigadas na vida desta comunidade, nomeadamente as Festas de Verão (86.9%) que se realizam por todo o concelho e a Feira de Castro (86.0%) que, sendo ainda hoje a maior do Sul do país, tem lugar, todos os anos, ao terceiro Domingo de mês de Outubro.

De facto, a valorização destes acontecimentos explica-se pelo impacto que têm na vida dos que aqui residem, pois, ambos contribuem para atrair um leque diversificado de pessoas a este concelho, servindo também de pretexto para reencontro de familiares e amigos e para desfrutar os prazeres antigos de uma vida interrompida ou, quiçá adiada, pelas circunstâncias de um passado promotor de desigualdades e injustiças sociais.

Com efeito, neste caso particular, a tradição parece encontrar, no presente, evidentes sinais de pertinência social que não deixa indiferente a

geração mais jovem que parece querer dar continuidade a formas de convívio e de lazer que, ao quebrarem por breves momentos o isolamento, estabelecem com o mundo exterior laços de interacção e solidariedade sociais que urge aprofundar. Esta situação contrasta com a valorização tendencialmente negativa dos tradicionais cantares alentejanos (71.3%), cuja utilidade social, há muito, se diluiu nas novos sistemas de trabalho e de interacção social (Gráfico 13).

Gráfico 13
Preferências face aos Acontecimentos Locais



Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

O esforço de preservação, ultimamente efectuado, ao nível deste elemento cultural, porque demasiado extemporâneo, não parece ter atingido o sistema de disposições subjectivas desta geração, demasiado distante das

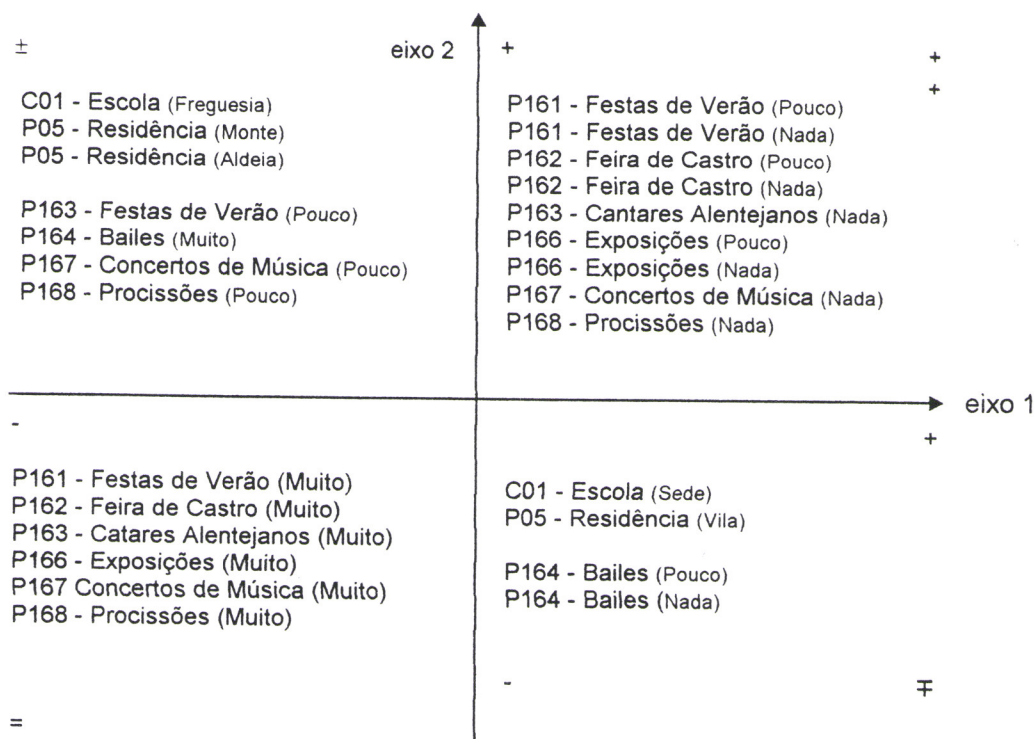
condições sociais que o desencadearam, estimularam e sedimentaram, pelo que não parece despropositado vislumbrar a sua continuidade no sentido de um potencial valor etnográfico e museográfico a preservar.

Nesta perspectiva de utilidade e significado sociais, se enquadra também a valorização igualitária que os inquiridos atribuem a dois tipos de acontecimentos locais, culturalmente conotados com realidades distintas, nomeadamente os Bailes e os Concertos de Música (ambos com 64.6%), onde parece estar presente uma eixo diacrónico que, ao sustentar a continuidade sociocultural, implementa um processo dialéctico, interactivo e agregador de traços culturais, cuja expressão, ora marcadamente tradicional ora evidenciando sinais de adaptação à mudança, é sempre reveladora de novos quadros sociais e de novos modelos culturais.

Todavia, este universo valorativo analisado à luz do espaço sócio-escolar revela que a oposição mais evidente (leitura em diagonal) se verifica ao nível da valorização que atribuem aos Bailes (P164), pois, estes são significativamente preferidos pelos indivíduos que frequentam a escola das freguesias e aí residem, em contraste com um distanciamento evidente dos restantes face a este tipo de acontecimento (Figura 6).

De facto, a justificação para esta situação parece residir no facto de que, ao nível das freguesias, os bailes ainda constituem um espaço privilegiado de convívio e lazer face à ausência de condições favoráveis para outras formas de interacção social, designadamente a escassez de população e o predomínio de níveis etários elevados. Ao contrário da sede de concelho onde a dinamização da estrutura populacional favorece a diversidade de acontecimentos locais, desencadeando mecanismos sociais de integração entre o global e o local e mobilizando novos interesses neste domínio. Assim parece indiciar o facto de serem precisamente os inquiridos residentes na sede de concelho aqueles que atribuem maior grau de valorização aos acontecimentos propiciadores de interacção social (eixo 2), o que traduz uma correlação positiva entre dinâmica social e atitudes favoráveis face aos acontecimentos locais mais importantes.

Figura 6
Universo Valorativo dos Acontecimentos Locais
face ao Contexto Sócio-escolar
 (Análise de Correspondências Múltiplas)



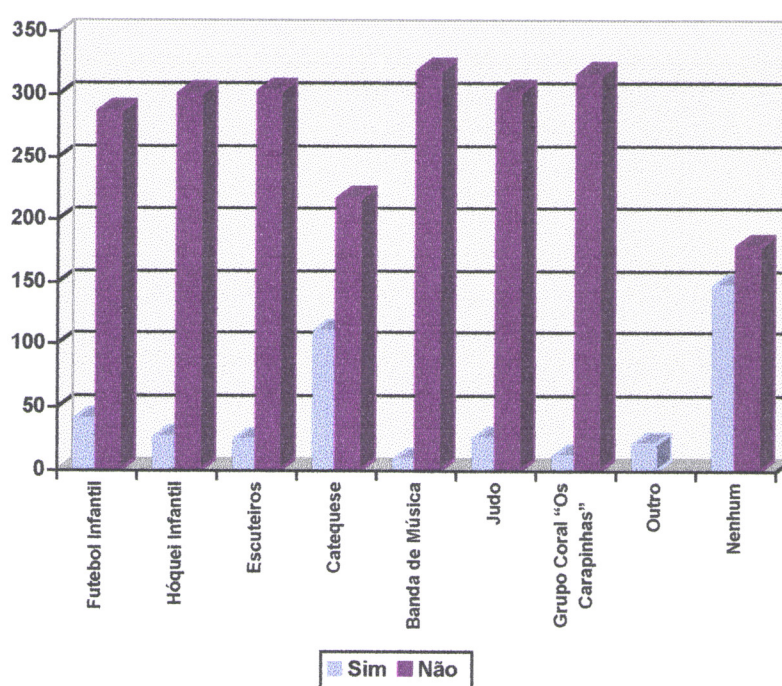
Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Face à dinâmica da sociedade local, no seio da qual se tem dinamizado uma diversidade considerável de grupos sociais de pertença de natureza cultural e desportiva e no sentido de elucidar os níveis de interacção dos inquiridos neste domínio e, conseqüentemente as valorações que orientam as suas opções, parece predominar uma participação efectiva (P179), uma vez que a maioria integra-se, pelo menos, num dos grupos existentes (54.6%), sendo o grupo da Catequese aquele que apresenta uma participação mais acentuada (33.8%) logo seguido do Futebol Infantil (12.5%), registando o Grupo Coral "Os Carapinhas" (3.7%) e a Banda de Música (2.7%) o menor grau de receptividade. O primeiro caso pode ser justificado pela colaboração estreita que se verifica entre os elementos da

entidade eclesiástica local e a instituição escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico a nível concelhio, cuja dinâmica mobilizou um grupo, onde se integram professores, a implementar uma estratégia de formação religiosa no âmbito da Igreja Católica, enquanto que o segundo caso pode ser interpretado no sentido de que essas actividades, ao pressuporem a existência de capacidades inatas específicas, apresentam-se, à partida, um carácter limitativo de participação (Gráfico 14).

Gráfico 14

Níveis de Participação face aos Grupos Sociais de Pertença

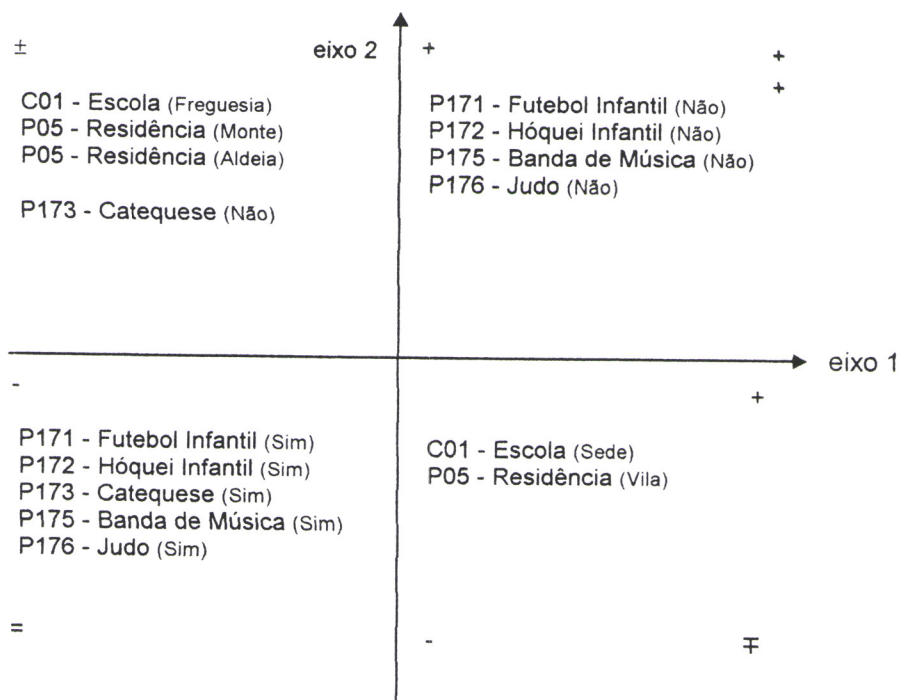


Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Se colocarmos em interacção este universo valorativo com a realidade sócio-escolar em que os indivíduos se integram (Figura 7), apercebemo-nos mais uma vez que este factor se apresenta limitador da participação em grupos desta natureza (eixo 2), pois, são, sobretudo, os inquiridos que residem na sede de concelho e aí frequentam a escola, aqueles cuja

participação nos grupos se manifesta de modo mais evidente, enquanto que os outros se encontram; à partida, limitados neste domínio. Mesmo num concelho onde são reduzidas as distâncias que separam a vila das restantes comunidades, onde se verifica a existência de uma rede de transportes abrangente, para além do automóvel constituir, neste momento, um meio de transporte comum, a verdade é que o afastamento da sede do concelho condiciona processos de aprendizagem e participação sociais.

Figura 7
Universo Valorativo dos Grupos Sociais de Pertença
face ao Contexto Sócio-escolar
 (Análise de Correspondências Múltiplas)

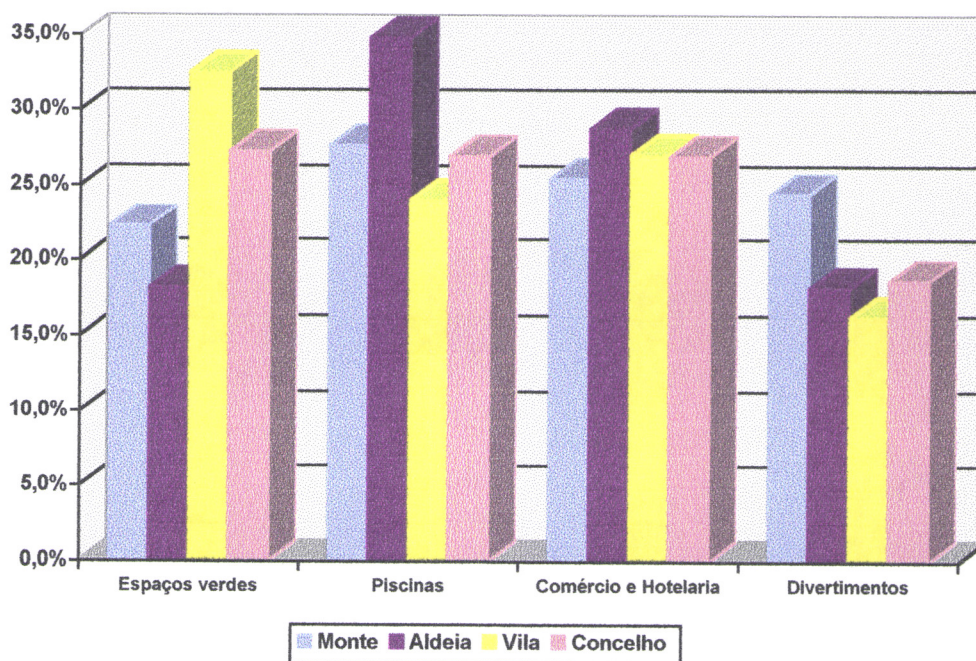


Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Para acedermos ao modo como percebem as necessidades da realidade envolvente (P19), colocou-se em interacção as carências mencionadas de modo mais expressivo pelos respondentes nas quatro

opções de resposta e o espaço social de pertença (P05). Assim de um total de 363 respostas analisadas foi possível constatar uma percepção tendencialmente homogénea das necessidades face ao meio, embora os residentes na sede do concelho apontem de modo mais expressivo a carência de espaços verdes (32.5%) e de locais de comércio (27.1%), enquanto que, nos montes e nas aldeias, se revela de modo mais evidente a necessidade de piscina (62.5%), divertimentos (42.7%) e de locais de comércio (54.3%) (Gráfico 15).

Gráfico 15
Percepção das Necessidades do Meio
segundo o Contexto Social de Pertença



Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

De facto, a realidade social influencia mais a motivação para a resposta do que propriamente a natureza da resposta, o que significa que a percepção global face às carências do meio se movimenta num universo

valorativo relativamente homogéneo que, construído no seio de uma dinâmica social particular, desperta na geração mais jovem formas de avaliação do real marcadas pela dialéctica entre os efeitos geracional e os do processo de socialização.

Com efeito, a recente dinâmica sócio-económica parece ter revitalizado universo das valorações positivas, na medida em que a esmagadora maioria dos indivíduos (91.8%) exprime de forma categórica um apreço pelo espaço social de pertença (P18), o que abre, em princípio, perspectivas tendencialmente mobilizadoras de futuras motivações socioprofissionais susceptíveis de se enquadrarem nesta realidade social (Anexo II).

6.2 AMBIÇÕES E EXPECTATIVAS DE VIDA

A construção social da realidade assume-se como um processo de interacção permanente entre o global e o local, onde os mecanismos sociais se revelam na presença contínua de temporalidades que sistematicamente reestruturam, reelaboram e reformulam o universo valorativo, cujos códigos e conteúdos simbólicos que se reeditam e renascem potenciam formas particulares de acção humana com capacidade para interferir na construção de esquemas de percepção social estimuladores de ambições e expectativas de vida face ao futuro. Todavia o acesso a elas pressupõe um esforço analítico de natureza relacional que coloca em interacção as componentes objectivas e subjectivas inerentes aos processos e conteúdos de socialização, cuja compreensão, fundamento e visibilidade social parecem constituir um dos grandes desafios para a implementação de processos sociais e percursos de vida mais equilibrados e dinâmicos.

Assim, com o propósito essencial de encontrar, neste universo empírico, o fio condutor de uma possível trajectória de vida e de vislumbrar, tanto quanto possível, o horizonte motivacional que a sustenta, perspectivou-

se o campo socioprofissional potencialmente em construção, no seio do qual se constata a presença evidente de opções profissionais de natureza intelectual ou outras que, não o sendo, detêm, na actualidade, estatuto social privilegiado, detectando-se igualmente uma tendência significativa de manter viva a convicção, que hoje sabemos ser algo ilusória, das vantagens da vida urbana, dado que o espaço rural local permanece ausente do horizonte das ambições de vida futura.

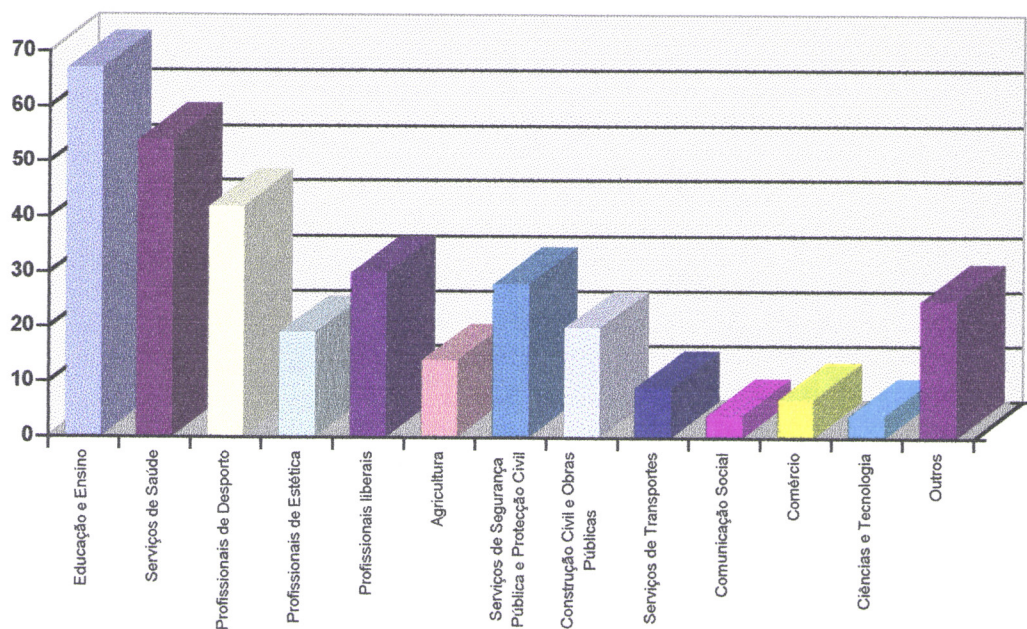
Com efeito, predominam actividades no âmbito da Educação e Ensino, onde se incluem professores e educadores (20.4%), dos Serviços de Saúde, que integram médicos, enfermeiros e farmacêuticos (16.5%), do Desporto que privilegia os jogadores de futebol e de hóquei (12.8%) e profissões liberais que dizem respeito a advogados, juizes, veterinários, arquitectos e engenheiros (9.2%) (Gráfico 16).

Vislumbra-se, assim, um distanciamento entre as eventuais opções de futuro e as características da estrutura profissional da realidade envolvente, o que decorre de um processo social global que progressivamente tem vindo a valorizar a educação e a formação dos indivíduos, de que o incremento da escolaridade obrigatória, a disseminação de instituições de ensino público e privado e a recente estratégia de formação profissional são o maior exemplo disso. Para além da inevitável influência dos *media* ao oferecerem da realidade social uma imagem construída em função de estereótipos predominantes, onde se encontra sistematicamente presente a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos, bem como a valorização de profissões em função das respectivas contrapartidas financeiras e sociais.

De facto, existem evidências claras de novos posicionamentos e exigências sociais, onde a progressiva capacitação dos indivíduos constitui uma variável estratégica fundamental na adopção de caminhos evolutivos mais equilibrados e adaptados à complexidade crescente da sociedade, cuja interiorização tem sedimentado a convicção de que a crescente aquisição de conhecimentos constitui condição essencial para a integração no mercado de

trabalho e uma via de acesso privilegiada para o reconhecimento, aceitação e usufruto de contrapartidas sociais.

Gráfico 16
Universo Profissional Desejado



Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Com efeito, vislumbram-se tendências significativamente diferentes do universo profissional tradicionalmente presente em espaço rural, onde o predomínio do sector primário tem sido uma constante, cuja interpretação se revela potenciadora de processos sociais e de percursos de vida que tendem a equilibrar os valores de natureza individualista e materialista com os valores de natureza social e emocional (Quadro III).

Quadro III
Tipologia de Valores das Opções Profissionais

A- Valores sociais 1. Ser útil à sociedade 2. Conhecer pessoas	C- Valores emocionais 1. Motivações familiares
B- Valores materialistas 1. Ganhar dinheiro	D- Valores individualistas 1. Sonho 2. Saber muito 3. Viajar 4. Ser famoso

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Assim é porque, nas razões que presidem a estas opções, foi detectado um universo valorativo que se movimenta num eixo tipológico que articula de modo equilibrado esses quatro tipos de valores, diminuindo o peso da componente individualista em função da dinâmica e interacção do espaço social de pertença, o que parece indiciar a influência significativa do meio socializador na estruturação do universo das valorações que vai definir a natureza, os conteúdos e o sentido das ambições e expectativas de vida face ao futuro (Quadro IV). Contudo, considero pertinente salientar o facto de que, neste nível etário, o espectro do fenómeno estrutural do desemprego, que compromete o equilíbrio do sistema social, não se interpõe no horizonte motivacional como factor de constrangimento e de desmotivação.

De facto, se o espaço social mais amplo fez emergir uma estrutura de valores que se generalizou nas disposições subjectivas desta geração, a verdade é que a natureza específica da realidade social de pertença parece exercer uma influência mais acentuada na componente dos valores individualistas, uma vez que é precisamente nesta vertente valorativa que se evidencia uma presença menos expressiva de conteúdos dessa natureza à medida que o peso da ruralidade se acentua.

O espírito comunitário parece, pois, encontrar terreno mais fértil no seio de agregados populacionais de reduzidas dimensões, onde o espaço individual de cada um está fortemente condicionado por relações de

dependência excessiva inter e intra-grupos familiares e sociais, o que restringe o universo pessoal de ambições e expectativas de vida. Contudo, a emergência de valores individualistas, desde que articulados com os de natureza social, potencia novas necessidades e exigências de carácter social e relacional que podem constituir um factor estimulador de modos de vida mais dinâmicos e equilibrados de que o espaço rural tanto carece.

Quadro IV
Universo Valorativo da Opção Profissional
face ao Contexto Social de Pertença

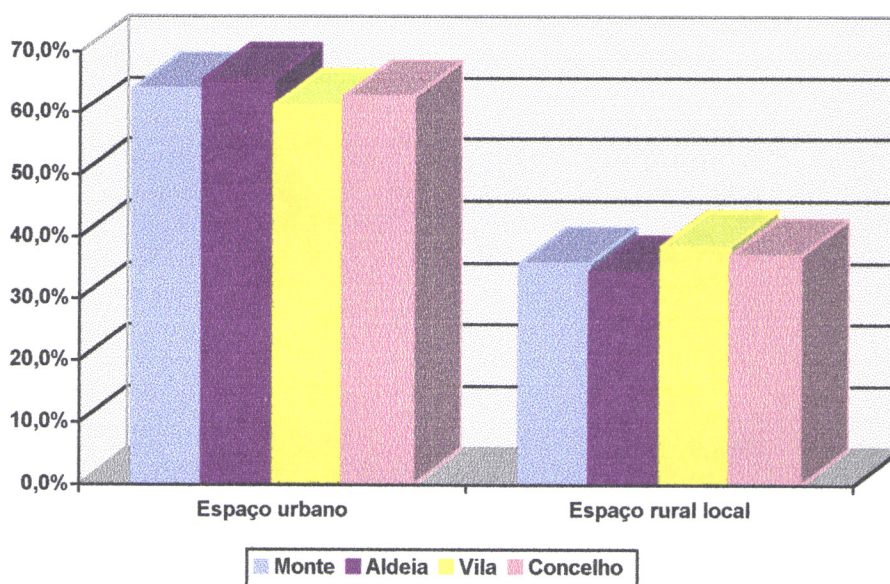
Tipo de valores	Local de Residência	
	Sede de Concelho	Freguesias
Valores sociais	1 ; 2	1 ; 2
Valores materialistas	1	1
Valores emocionais	1	1
Valores individualistas	1 ; 2 ; 3 ; 4	1

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Com efeito, considero que a dinâmica sócio-económica inerente ao processo de socialização primária desta geração introduziu novos elementos de valoração no universo simbólico dos indivíduos, onde se parece delinear uma tendência integradora de valores que articula de modo equilibrado as dimensões fundamentais do ser humano (individual, social e relacional), predominando uma interacção evidente entre necessidades objectivas de natureza material e social e necessidades subjectivas de ordem eminentemente individual que configura uma relação indivíduo-sociedade mais exigente, mas também mais motivadora e compensadora do ponto de vista da realização plena do ser humano.

Todavia, se a natureza dinâmica do espaço social em análise se encontra presente na estruturação do universo do seus ideais de futuro, uma vez que a diversificação da estrutura profissional, bem como a melhoria generalizada de condições materiais e sociais de existência parecem ter mobilizado o campo subjectivo das motivações e expectativas desta geração face ao seu posicionamento na sociedade e, muito particularmente no que diz respeito ao seu futuro desempenho profissional, a verdade é que este processo particularmente revitalizador da sociedade local não teve capacidade para desencadear a construção de uma imagem tendencialmente positiva do espaço rural (Gráfico 17).

Gráfico 17
Preferências de Residência Futura
segundo o Local de Residência Actual



Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Com efeito, vislumbra-se, a médio prazo, um cenário de partida (62.8%) que, face às condições do presente, parece ser deveras preocupante e susceptível de mobilizar as estruturas decisórias das novas

estratégias de desenvolvimento à prossecução de caminhos, cujo delineamento e acção efectiva sejam precedidos de momentos de debate e reflexão no seio dos respectivos intervenientes e principais destinatários, não perdendo de vista o propósito fundamental que é despoletar formas de interacção social que, dinamizando a estrutura sócio-económica, possam mobilizar igualmente o universo motivacional da geração mais jovem.

O desejo de partir, embora se manifeste significativo independentemente do local de residência actual, revela-se tendencialmente mais poderoso naqueles que, no presente, não desfrutam de modo efectivo as vantagens da recente dinâmica sócio-económica. De facto, são os residentes nos montes e nas aldeias, respectivamente 64.1% e 65.6%, que expressam essa vontade de modo mais categórico, comparativamente aos que residem nas sede do concelho (61.4%).

Nesta tomada de decisão, permanece uma estrutura valorativa que corresponde em termos tipológicos à que se registou na opção profissional, alterando-se, contudo, o conteúdo simbólico das dimensões valorativas definidas e verificando-se, neste processo de escolha, um predomínio evidente de valores sociais que tendem a privilegiar o equilíbrio da vida quotidiana, onde se articulam aspectos eminentemente sociais e de natureza ambiental, embora não sejam descuradas motivações de natureza material e individual e se verifique a presença evidente de motivações de ordem emocional (Quadro V).

Todavia, os inquiridos residentes na sede de concelho manifestam uma tendência para valorizarem um conjunto de dimensões mais diversificado comparativamente aos que aí não residem, incidindo as valorações destes últimos essencialmente no domínio das componentes sociais e emocionais, cujos conteúdos apresentam igualmente diferenças significativas num e noutro caso.

Quadro V

Tipologia de Valores das Opções de Residência Futura

A- Valores sociais <ol style="list-style-type: none"> 1. Intensificar as relações de amizade 2. Diversificar a interacção social 3. Espaços de convívio e de lazer 4. Tranquilidade 5. Dimensão do espaço físico 6. Contacto com a natureza 7. Qualidade de vida 8. Beleza natural 	C- Valores emocionais <ol style="list-style-type: none"> 1. Naturalidade 2. Motivações familiares 3. Amizades de infância
B- Valores materialistas <ol style="list-style-type: none"> 1. Oportunidades de emprego 	D- Valores individualistas <ol style="list-style-type: none"> 1. Realização pessoal 2. Realização profissional

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Na verdade, os valores sociais que presidem a estas opções diferem em função da dinâmica do espaço social de pertença que parece exercer uma influência no universo das motivações subjacentes à escolha do local de residência futura, funcionando a dinâmica sociocultural como despoletadora de necessidades de interacção social, em contraste com motivações de equilíbrio espacio-ambiental e de natureza contemplativa que se evidenciam na decisão dos que residem fora da sede de concelho, para além da ausência de valores materialistas e individualistas (Quadro VI).

Paradoxalmente, se persiste, ainda, na geração mais jovem, embora de modo pouco expressivo, uma certa resistência a abdicar de modos de vida tranquilos (37.2%) e a sobrevalorizar contrapartidas de natureza material e individual, sobretudo da parte dos que vivenciam de modo mais intenso essa forma privilegiada de vida, parece imperioso que a recente dinâmica sócio-económica tenha capacidade para desencadear condições que favoreçam as necessidades materiais e individuais que têm tendência a ser mais exigentes na razão directa do crescimento biológico, de modo a estimular um processo mais equilibrado de construção social da realidade, atenuando os riscos de que o avanço da idade, ao permitir a constatação

progressiva da existência de profundas desigualdades de oportunidades, possa desencadear um processo de desencanto e estimular o desejo de partir.

Quadro VI
Universo Valorativo das Opções de Residência Futura
face ao Contexto Social de Pertença

Tipo de valores	Local de Residência	
	Sede de Concelho	Freguesias
Valores sociais	1 ; 2 ; 3	4 ; 5 ; 6 ; 7 ; 8
Valores materialistas	1	—
Valores emocionais	1 ; 2	1 ; 2 ; 3
Valores individualistas	1	—

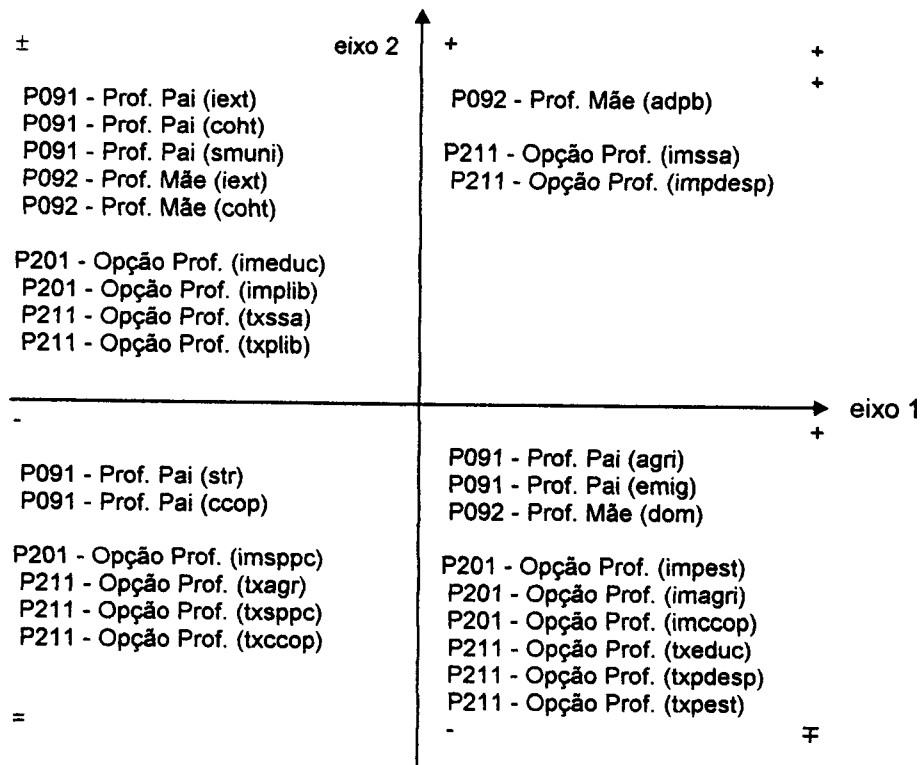
Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Com o propósito de detectar e aprofundar a natureza das influências mais significativas que preside a este tipo de opções susceptíveis de se repercutir nos percursos de vida desta geração e compreender as motivações objectivas e subjectivas presentes nas tendências gerais anteriormente evidenciadas, sem perder de vista o propósito de interpretar o fenómeno dialéctico que lhe está subjacente, colocaram-se em interacção as opções profissionais com o universo profissional dos pais (Figura 8).

Com efeito, verifica-se que as opções profissionais ligadas ao sector primário, bem como as que exigem menor grau de formação académica surgem, apenas, em situações em que a actividade profissional dos pais se movimentam nessas áreas, com a particularidade de a mãe ser doméstica, enquanto que profissões mais intelectuais se manifestam em agregados familiares onde os cônjuges se encontram, ambos, integrados no mercado de

trabalho (eixo 2), o que revela uma relação estreita entre níveis de formação dos pais e ambições profissionais dos filhos.

Figura 8
AS Opções Profissionais face ao Universo Profissional dos Pais
 (Análise de Correspondências Múltiplas)



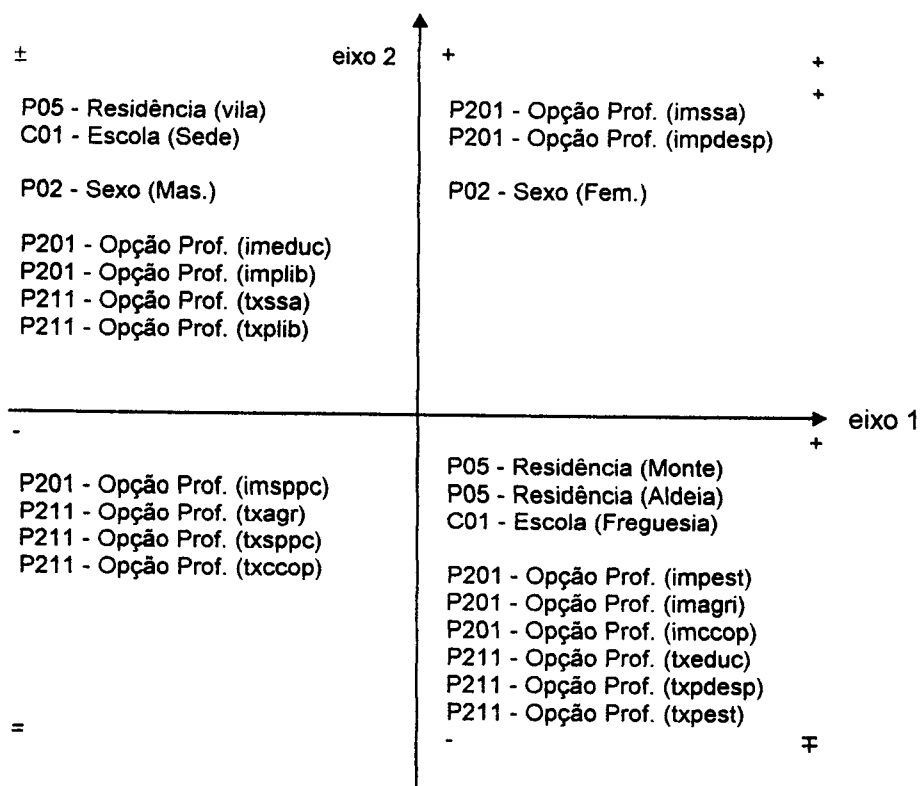
Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Saliente-se, contudo, a presença dos profissionais de desporto, independentemente das características do grupo familiar e do espaço social, o que revela a influência que os *media* exercem nos indivíduos, designadamente nesta fase do ciclo de vida em que se encontram, bem como uma presença evidente de clubes desportivos no espaço social local.

Se atendermos à discriminação do universo profissional detectado em função do contexto sócio-escolar, do sexo (Figura 9), apercebemo-nos de que a oposição mais evidente se situa ao nível das características da realidade sócio-escolar, uma vez que são significativamente diferentes as

opções reveladas num e noutro caso, aumentando o grau de qualificação da profissão escolhida na razão directa das condições favoráveis de dinâmica sócio-escolar (eixo 2).

Figura 9
As Opções Profissionais face ao Sexo e
Contexto Sócio-Escolar
 (Análise de Correspondências Múltiplas)



Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

É a força dos mecanismos sociais de produção de identidades e o papel determinante da instituição escolar a interferir de modo inequívoco na construção social da realidade susceptível de edificar um universo subjectivo orientador de percursos de vida futura compatíveis com os esquemas valorativos construídos. A interacção com o sexo apenas revela

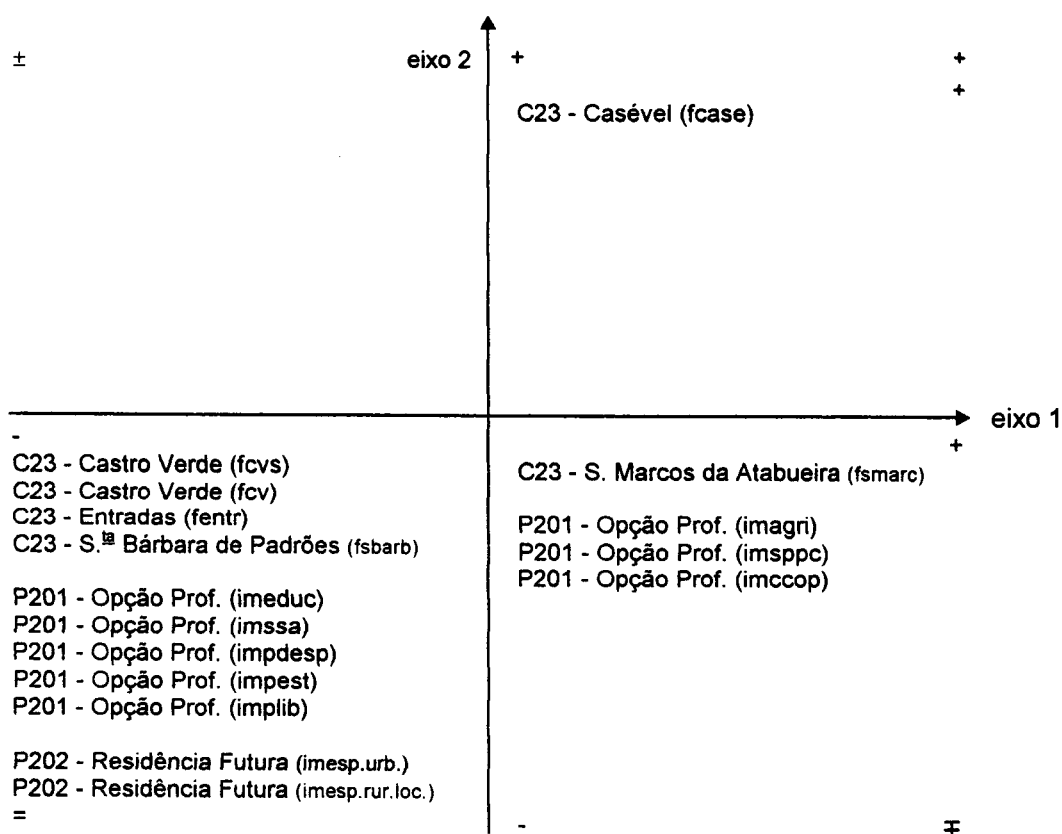
uma tendência para a escolha de profissões liberais no seio do universo masculino que, por razões de natureza cultural, são socializados de modo a protagonizar o fenómeno social, logo mais predispostos a opções profissionais ligadas às componentes conotadas com as dimensões fundamentais do sistema social, não se verificando influências ao nível do grupos etários definidos.

Todavia, se, na agregação e discriminação das dimensões de análise anteriores, as opções profissionais apresentam um carácter de homogeneidade face aos grupos etários em presença, o mesmo não acontece na interacção das mesmas com o espaço geográfico concelhio (Figura 10). De facto, ao procurar encontrar diferenças de opções profissionais no quadro administrativo concelhio, tendo presente que nem todas as freguesias do concelho receberam de modo uniforme o impacto do fenómeno mineiro, por isso, susceptíveis de desencadear aspirações de vida futura de natureza diversificada, verificámos que as opções profissionais dos mais novos (≤ 7 anos-idade), se movimentam de modo heterogéneo no seio do tecido sócio-geográfico concelhio.

Na verdade, as opções profissionais consideradas predominantes na análise frequencista encontram-se disseminadas na opinião dos indivíduos residentes nas freguesias de Castro Verde, Entradas e St.^a Bárbara de Padrões, acompanhando a tendência verificada na sede do concelho, onde a diversificação do universo profissional se dirige no sentido de opções com mais elevado nível de formação inicial (eixo 1), surgindo as de menor qualificação profissional na freguesia de S. Marcos da Atabueira. A freguesia de Casével não regista a presença de profissões que se enquadram nas categorias seleccionadas para esta análise (≥ 10), o que se deve ao facto de o seu universo empírico ser de apenas 8 indivíduos, o total dos alunos que frequentam a única escola do 1º ciclo existente nesta freguesia. Contudo, este grupo etário não apresenta carácter diferenciador de opção de residência futura face ao espaço geográfico concelhio, ou seja, as suas

preferências a este nível, em função das categorias definidas, não se distribuem de modo distinto (P202).

Figura 10
Ambições Socioprofissionais (im)
face ao Contexto Geográfico Concelhio (f)
(Análise de Correspondências Múltiplas)

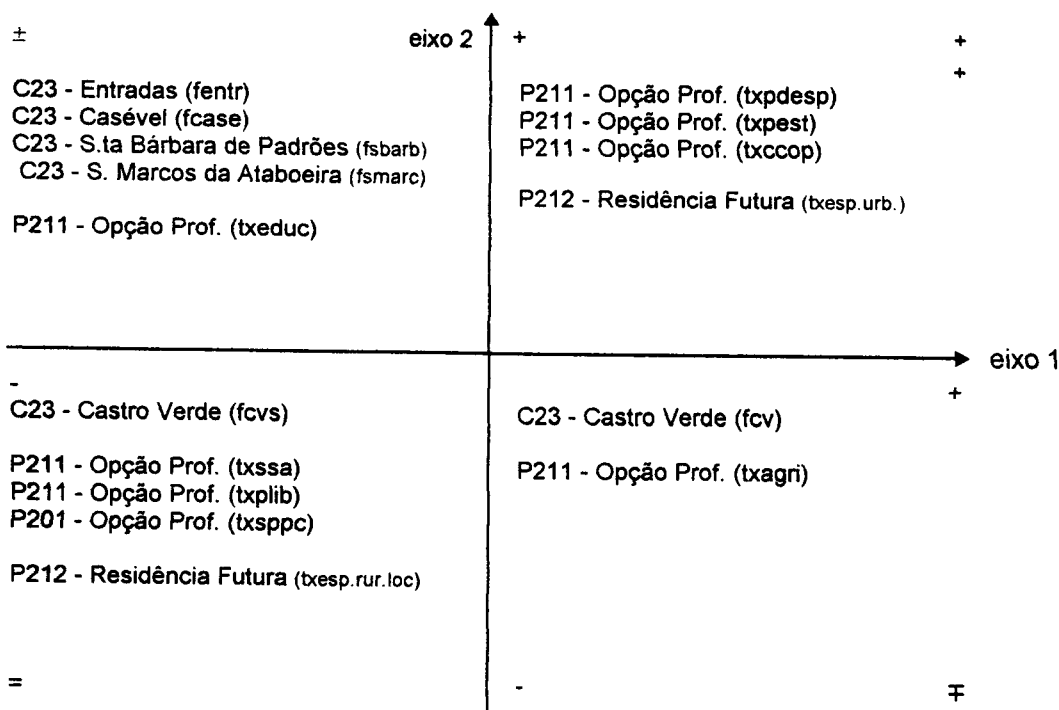


Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Com efeito, parecem ser as freguesias mais distantes do impacto do fenómeno mineiro, aquelas, onde o universo das opções profissionais da geração mais jovem se revela mais próximo dos modelos e práticas tradicionais, o que confirma a influência decisiva que a dinâmica social exerce nas expectativas de vida dos indivíduos.

Todavia, nas opiniões do grupo etário superior (≥ 8 a 14 anos-texto), já se detecta uma oposição evidente de opções socioprofissionais em função do contexto geográfico concelhio (Figura 11), registando-se, na freguesia de Castro Verde, a presença de um leque de opções profissionais mais equilibrado, tendo presente as práticas tradicionais do concelho, uma vez que surge a actividade agrícola em conjunto com outras que exigem níveis de formação mais elevados, para além de que, também, o universo das preferências de residência futura dos que residem, nesta freguesia, contempla de modo mais evidente o espaço rural local (eixo 2).

Figura 11
Ambições Socioprofissionais (tx)
face ao Contexto Geográfico Concelhio (f)
 (Análise de Correspondências Múltipla)



Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Em contraste, com as opções dos residentes nas restantes freguesias que, escolhendo profissões pouco qualificadas, à excepção da educação, por influência óbvia da escola, manifestam o desejo de partir ao colocar o espaço urbano no universo preferencial da suas opções de residência futura.

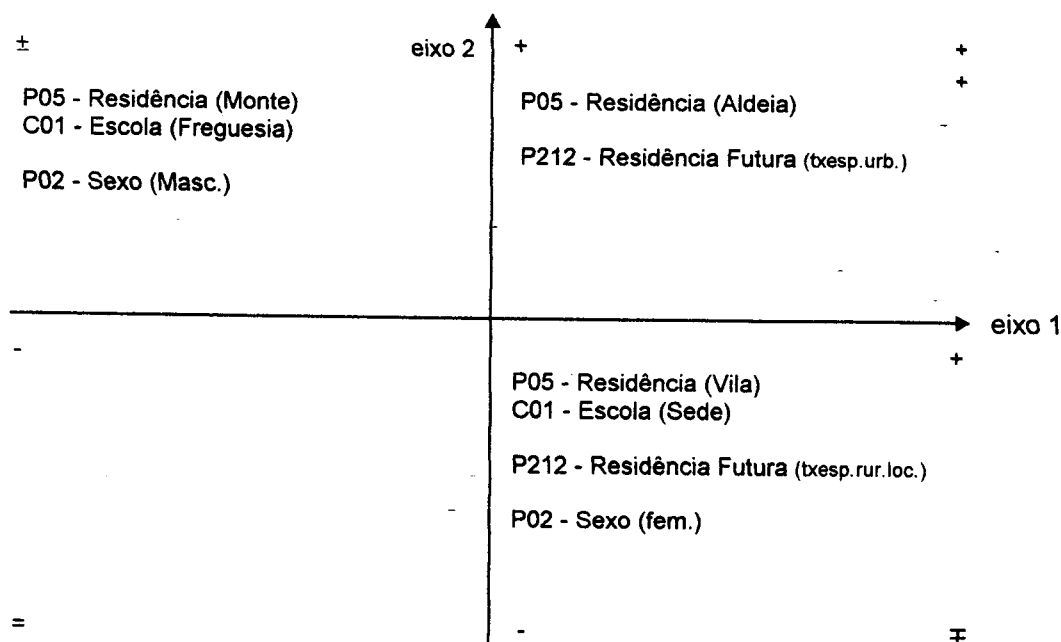
De facto, parece agora mais claro como um meio socializador de reduzida interacção social conduz à construção de uma imagem negativa do meio, cujo processo alimenta um universo motivacional tendencialmente virado para a procura de outras realidades com capacidade para garantir a satisfação de necessidades e aspirações que a própria evolução do processo global da sociedade se encarrega de fazer emergir.

Assim, tentando perceber como se orienta esta tendência de escolha de residência futura face às componentes feminina e masculina do universo empírico e ao respectivo espaço sócio-escolar de pertença, confirma-se igualmente, pela oposição evidente entre a sede de concelho e as freguesias (eixo 2), uma influência significativa da realidade sócio-escolar específica nestas opções (Figura 12).

Nesta interacção, é possível perceber, ainda, que o desejo de partir aparece de modo mais explícito nos indivíduos do sexo masculino residentes nas freguesias, enquanto que o desejo de ficar se evidencia mais nos indivíduos do sexo feminino residentes na sede de concelho.

Com efeito, apercebemo-nos, de um posicionamento distinto do sistema simbólico-valorativo e, conseqüentemente de ambições e expectativas de vida, onde uma evidente presença de mecanismos de reprodução social parecem, mais uma vez, corroborar a ideia, já defendida anteriormente, de que o universo masculino se apresenta culturalmente melhor posicionado para a construção de um quadro valorativo mais equilibrado e ambicioso do ponto de vista da realização plena do indivíduo, logo mais empreendedor e arrojado nas suas opções de vida futura e mais predisposto a enfrentar desafios.

Figura 12
As Opções de Residência Futura
face ao Sexo e Contexto Sócio-Escolar
(Análise de Correspondências Múltiplas)



Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

6.3 PRODUÇÃO TEXTUAL E ICONOGRÁFICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DETECTADAS

Face à originalidade e riqueza desta informação, considerei interessante integrar um conjunto de textos e desenhos produzidos pelas crianças, no âmbito do inquérito por questionário, com o propósito de elucidar o modo como, neste espaço social, se estruturam os eixos de pensamento desta geração ao nível das suas preferências socioprofissionais.

De facto, foi no seio deste universo empírico que se detectou o quadro de valorações predominante, cuja interpretação evidenciou igualmente a natureza dos mecanismos sociais que concorrem na produção de

identidades e de padrões simbólico-valorativos susceptíveis de se repercutir nas opções de vida futura.

O trabalho de selecção que lhe esteve subjacente foi orientado segundo critérios decorrentes da própria lógica interpretativa, ou seja, procurou-se uma evidência informativa que, por via textual e iconográfica, corroborasse as dimensões analíticas que, ao longo do processo de articulação teórica e empírica, foram sendo evidenciadas de modo mais explícito.

SEDE DO CONCELHO

P. 21 - Neste espaço, escreve um pequeno texto com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

(só para os alunos do 3º e 4º anos)

Quando eu for grande gostaria de ser agricultor como o meu pai.

Quero ser agricultor parai semear, mendar, lavar e andar com os tractores.

É vou querer morar mesmo aqui em Castro Verde.

Porque tenho aqui muitos amigos e não os quero deixar de ver.

Alguns amigos que eu perdiria, são Dingo Bairos, Ricardo, Cláudia, Dingo Pereira, e aqui é a minha terra e vai continuar a ser.

Eu gosto da minha profissão, quando for grande.

P. 21 - Neste espaço, escreve um pequeno texto com o título:

"O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande"

(só para os alunos do 3º e 4º anos)

Quando eu for mais crescida gostava de ser arquiteta porque há muitas pessoas que estão com falta de casa.

Eu também gostava de morar em Lisboa porque lá estão muitos prédios e casas, escolas e casas etc.

Eu gostava de ser arquiteta porque eu adoro desenhar.

P. 21 - Neste espaço, escreve um pequeno texto com o título:

"O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande"

(só para os alunos do 3º e 4º anos)

Quando eu for grande quero ser veterinária.

Eu gostava de ser veterinária porque gosto muito de animais.

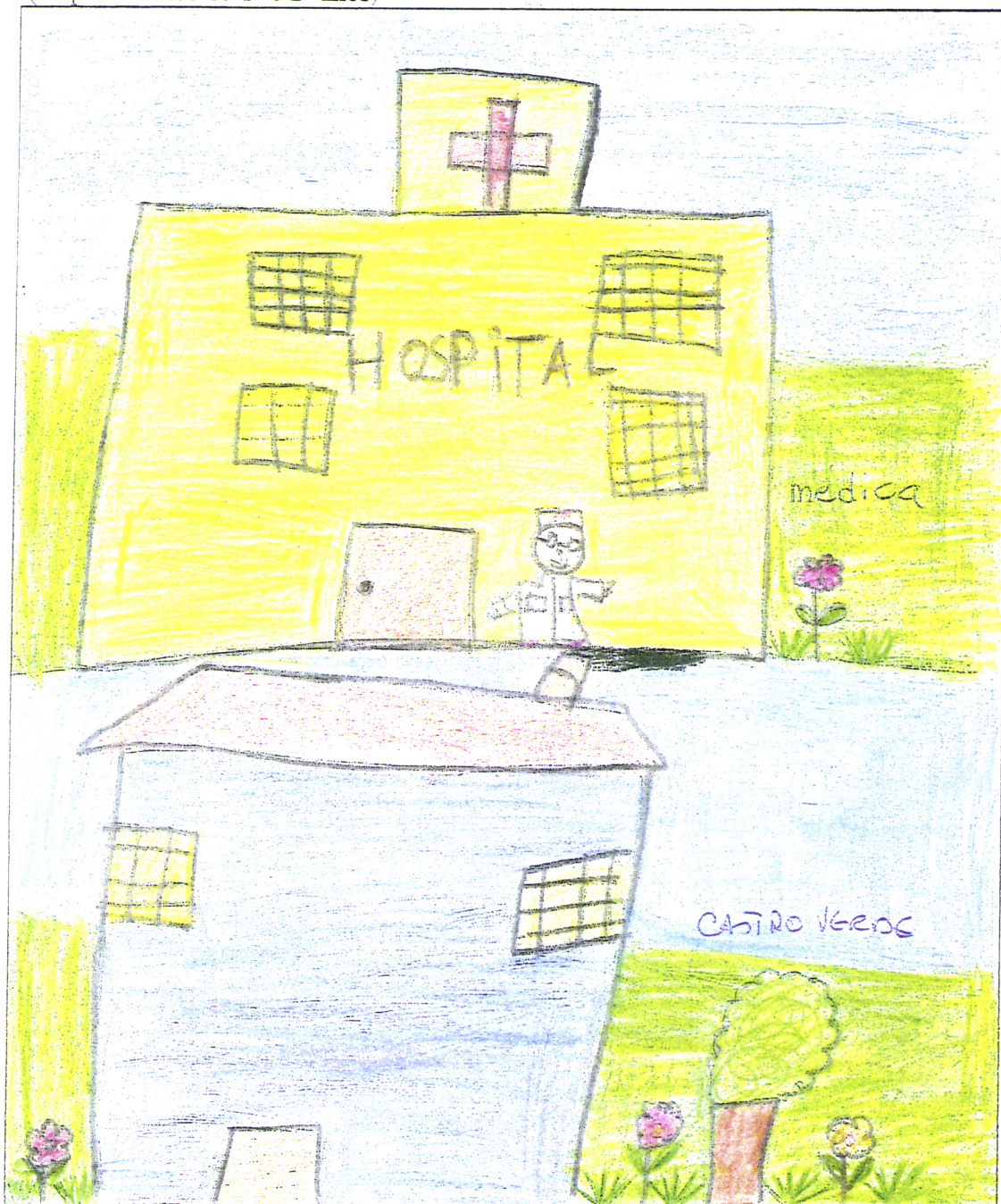
Eu gostava de morar num monte porque há muito descanso, ar puro e tranquilidade.

P. 20 - Neste espaço faz um desenho com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

Não te esqueças de o pintar.

(só para alunos do 1º e 2º anos)

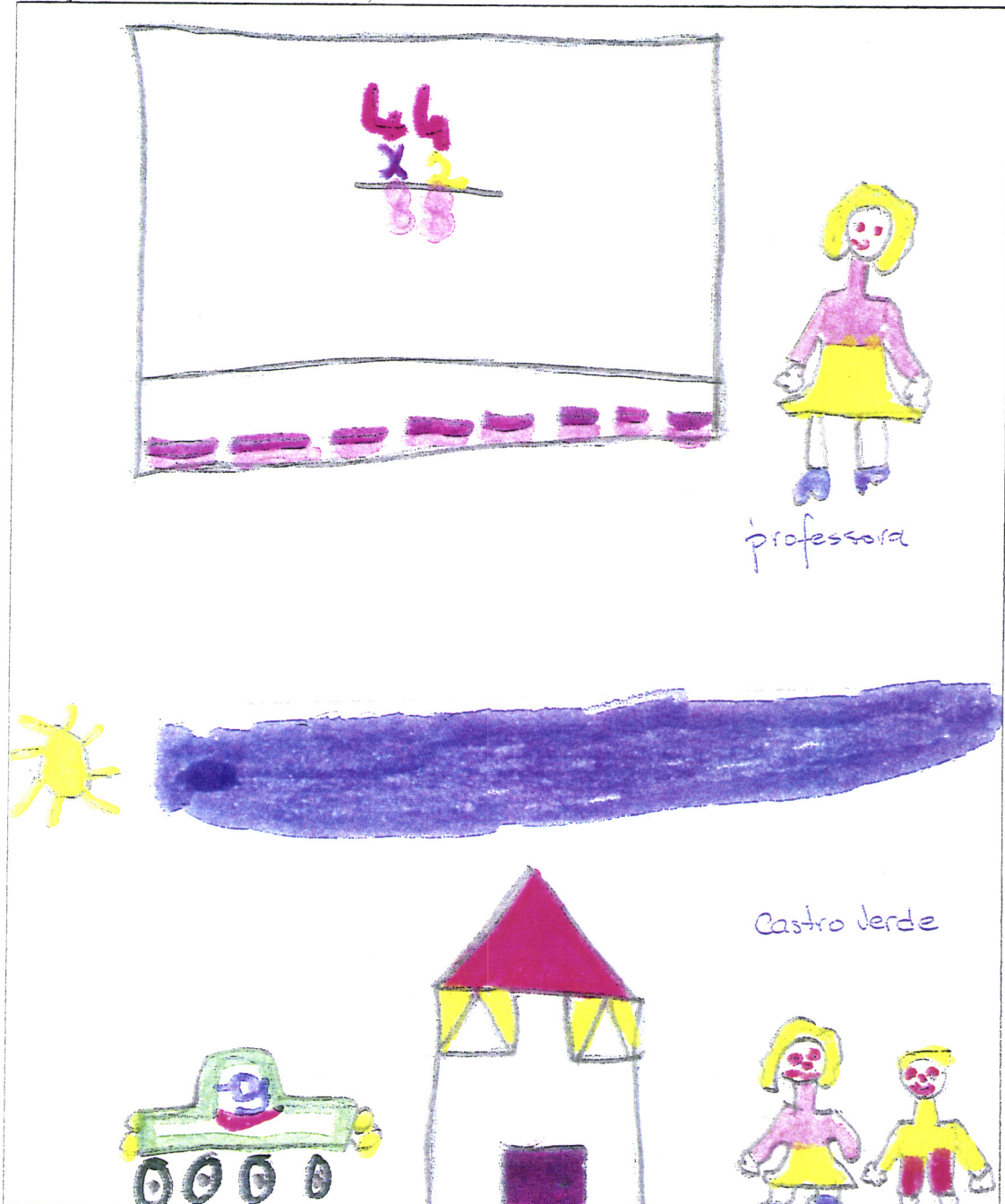


P. 20 - Neste espaço faz um desenho com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

Não te esqueças de o pintar.

(só para alunos do 1º e 2º anos)



P. 20 - Neste espaço faz um desenho com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

Não te esqueças de o pintar.

(só para alunos do 1º e 2º anos)



FREGUESIA DE CASTRO VERDE
EXCLUINDO A SEDE DO CONCELHO

P. 21 - Neste espaço, escreve um pequeno texto com o título:

*“O que gostarias de ser e onde gostarias
de morar, quando fores grande”*

(só para os alunos do 3º e 4º anos)

21

Eu gostando morar na cidade porque é bonita
e tem muito verde e é muito grande.
Eu gostava de viver na cidade porque
tem muita lojas grandes, lojas, e jardins,
muitos restaurantes, cinemas e tea house.
Eu queria ser professora porque gosta de
ensinar as crianças. Se professora não
ensinassem os pequeninos quando fossem grande,
não faziam trabalho.

P. 20 - Neste espaço faz um desenho com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

Não te esqueças de o pintar.

(só para alunos do 1º e 2º anos)



FREGUESIA DE ST^a BÁRBARA DE PADRÕES

P. 21 - Neste espaço, escreve um pequeno texto com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

(só para os alunos do 3º e 4º anos)

Eu gostaria de ser agricultor e gostaria de viver num monte. Para ter galinhas, patos, porcos, vacas, cães e gatos. Eu quero ter um rebanho de ovelhas e de cabras. Eu quero ter um filho e uma filha. Eu gostava de ser agricultor porque é a profissão do meu pai.

P. 21 - Neste espaço, escreve um pequeno texto com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

(só para os alunos do 3º e 4º anos)

Eu quando for grande quero ser advogado para defender as pessoas e também para ir aos tribunais, para ajudar a lei a prender os criminosos. Eu gostava de morar em Beja, porque é uma cidade, tem prédios com muitos andares. Isso conheço muitas pessoas novas.

P. 20 - Neste espaço faz um desenho com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

Não te esqueças de o pintar.

(só para alunos do 1º e 2º anos)



P. 20 - Neste espaço faz um desenho com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

Não te esqueças de o pintar.

(só para alunos do 1º e 2º anos)



FREGUESIA DE ENTRADAS

P. 21 - Neste espaço, escreve um pequeno texto com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

(só para os alunos do 3º e 4º anos)

21

Eu quero morar em Entradas porque gosto de ficar cá. E quero ser veterinário porque cuido dos animais quando eles estão doentes ou estão a morrer. E no tempo livre quero ser pescador para apanhar peixes e caçador para caçar animais.

P. 20 - Neste espaço faz um desenho com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

Não te esqueças de o pintar.

(só para alunos do 1º e 2º anos)



FREGUESIA DE S. MARCOS DA ATABUEIRA

P. 21 - Neste espaço, escreve um pequeno texto com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

(só para os alunos do 3º e 4º anos)

Eu gostaria de jogar futebol e morar em Lisboa e gostaria de jogar no Sporting. É ser jogador como Domingos e ficar como ele.

Eu não faço jogar ia ver os jogos do Sporting contra outra equipa. É ter um carro ou moto e uma casa muito bonita.

É gostar de jogar com muitos jogadores no Sporting.

Como o Jardim e o Pinto e o Bulo Alves.

P. 20 - Neste espaço faz um desenho com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

Não te esqueças de o pintar.

(só para alunos do 1º e 2º anos)



FREGUESIA DE CASÉVEL

P. 21 - Neste espaço, escreve um pequeno texto com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

(só para os alunos do 3º e 4º anos)

21

Eu gostaria de ser cabeleireira porque gostava de fazer permanentes às pessoas ^{e de} cortar as cabeças às crianças.

Quando eu fore grande gostaria de morar em Lisboa, porque é uma cidade muito bonita.

P. 20 - Neste espaço faz um desenho com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

Não te esqueças de o pintar.

(só para alunos do 1º e 2º anos)



F - IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS DAS OPÇÕES DETECTADAS NO QUADRO DO DESENVOLVIMENTO EM ESPAÇO RURAL

CAPÍTULO 7 - O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E A CONTINUIDADE SOCIOCULTURAL

7.1 O MUNDO RURAL E OS DESAFIOS DA ACTUALIDADE

O universo simbólico-valorativo que tendencialmente se edifica na geração mais jovem deste concelho, no seio de uma dinâmica económica particularmente revitalizadora do tecido social e cultural, parece encaminhar-se no sentido da dinamização e diversificação das disposições subjectivas que sustentam a construção social da realidade e alimentam o processo de continuidade sociocultural.

De facto, a dinâmica geracional própria da sequência temporal e ininterrupta da vida, ao encontrar um universo de socialização mais motivador e equilibrado do ponto de vista da interacção social, suscitou esquemas de apropriação da realidade que particularizaram a esfera valorativa e atribuíram novos contornos ao posicionamento dos indivíduos. Embora saibamos, agora, que a percepção social da realidade se movimenta de modo diferenciado no contexto sociogeográfico concelhio, fortemente determinada pela forma distinta como as diferentes realidades sócio-escolares têm acompanhado o recente processo de mudança, a verdade é que se interpenetram de modo evidente dimensões valorativas com capacidade para promover processos sociais mais estimulantes, porque sustentadas por conteúdos simbólicos que tendem a equilibrar as dimensões individual, social e relacional do ser humano.

Por outro lado, a mobilização de interesses pessoais e de motivações sociais no sentido da interacção de elementos culturais tradicionalmente

presentes no espaço social rural com manifestações de cultura padronizada, porque identificável com os valores predominantes na sociedade em geral, vislumbra um horizonte de possibilidades de revitalização sociocultural, onde a tradição e a mudança, em vez de situadas num eixo polarizado que tende a desvirtuar e desintegrar o processo de continuidade sociocultural, conferem unidade, coerência e lógica adaptava à evolução e integração do sistema social contextualizado.

Nesta perspectiva, conjugam-se algumas possibilidades de motivação social da geração mais jovem que, ao manifestar de modo generalizado uma apreciação positiva das novas condições de interacção social que caracterizam o espaço concelhio de pertença, parece estar receptiva a novos estímulos desde que não se afastem demasiado das dimensões valorativas que parecem edificar-se neste período da vida dos indivíduos, cujo processo de socialização primária se revelou significativamente diferente do da geração anterior. Por isso, a tendência que se verifica no universo profissional desta geração no sentido de um afastamento dos modelos e práticas tradicionais deve ser entendida, não como factor de constrangimento face às novas perspectivas de desenvolvimento em espaço rural, mas como factor potenciador de dinâmicas inovadoras, onde a diversificação da base produtiva e a pluriactividade agrícola podem encontrar condições privilegiadas de implantação efectiva, uma vez que se vislumbram melhores e mais adaptadas qualificações profissionais que definem um potencial de recursos humanos em melhores condições para promover formas de intervenção em espaço rural que se enquadrem numa perspectiva integradora de desenvolvimento económico e social.

De facto, se, actualmente, escasseiam recursos humanos qualificados para os novos desafios de equilíbrio funcional do espaço rural no contexto da sociedade em geral, o processo de construção valorativa e de expectativas de vida face ao futuro que, na geração mais jovem, se começa a construir, representa uma oportunidade de conferir à realidade rural modos de vida mais equilibrados do ponto de vista das dinâmicas e contrapartidas

individuais e sociais, porque esta necessidade premente que o mundo rural não se cansa de reclamar encontra idênticas tendências no horizonte motivacional dos jovens actores sociais.

Todavia, o maior desafio que se coloca parece ser o de conciliar ambições crescentes com a tendência ainda presente nesta geração para procurar no espaço urbano condições efectivas de concretização desses ideais de vida, mantendo inevitavelmente o espectro da contínua desertificação humana e, conseqüente desvitalização económica e sociocultural.

Mas, se não é possível inverter ou mesmo atenuar o processo de desencanto que as comunidades mais isoladas definitivamente geraram na componente humana da sociedade face à sua incapacidade para competir com regras de jogo social segregadoras de uma ruralidade, actualmente, em processo de debilitação profunda e irreversível, compete ao espaços sociais, ainda, em estado de provável recuperação ou, como no caso particular desta pesquisa, em franca reabilitação económica e demográfica (a sede do concelho) um esforço de integração que passa indubitavelmente pela capacidade de capitalizar de modo positivo as suas potencialidades, estimulando um processo de continuidade sociocultural que encaminhe o fenómeno da socialização no sentido da consolidação de mecanismos sociais estimuladores de modo a conferir a esta geração uma imagem potencialmente positiva do contexto social. Ou seja, não se vislumbrando alguma possibilidade de inversão do fenómeno de desertificação que o êxodo rural provocou, o que significa que o êxodo urbano, cuja ilusão parece pairar no horizonte dos poetas do desenvolvimento, se apresenta improvável para fazer regressar às origens os indivíduos que delas se libertaram por legítimas aspirações de vida e, muito menos, para despertar motivações com capacidade para se generalizarem ao nível daqueles que for força de socialização profundamente distinta só são capazes de encarar o contexto rural como um espaço privilegiado de tempos livres e lazer.

Deste modo, a esperança que parece plausível alimentar, neste momento, reside essencialmente na mobilização das gerações mais jovens, cujas opções de futuro se apresentam determinantes na orientação e consolidação de estratégias integradoras de desenvolvimento em espaço rural, pois, serão os caminhos que estas decidirem percorrer que mais influenciarão o equilíbrio do processo de desenvolvimento da sociedade, cujos contornos revitalizadores que, actualmente, todos aspiramos, não se impõem por simples determinação de políticas conjunturais, nem por medidas legislativas de financiamento económico, pois, estão fortemente condicionados pelo modo como as gerações vindouras orientarem o seu processo de tomada de decisão no que se refere às suas opções de vida futura.

Por outro lado, os efeitos positivos das novas concepções de desenvolvimento carecem de estratégias reflectidas e concertadas entre as entidades e as instituições que caracterizam o espaço rural, no seio das quais será possível encontrar as formas de intervenção mais sólidas tendo presente os alicerces fundamentais do tecido económico e sociocultural destes sistemas sociais e, conseqüentemente a sua repercussão no horizonte subjectivo dos que ainda não efectivaram processos de integração socioprofissional e ainda não decidiram modos de vida futura.

Trata-se, pois, de um processo de estimulação mútua que urge implementar de que as gerações profissionalmente activas são as principais responsáveis na determinação dos vectores fundamentais que regem as instituições sociais e políticas mais importantes no espaço rural, no seio das quais é preciso potenciar níveis de interacção e de participação que despertem nas gerações vindouras percepções da realidade significativamente diferentes das anteriores.

São, pois, novos estilos de liderança e intervenção que se reclamam, onde a instituição escolar parece deter um papel fundamental, cuja acção educativa que preconiza deve ser orientada no sentido de conferir vivências e aprendizagens que respondam às expectativas de dinâmica e interacção

evidenciadas face à escola, o que considero não ser compatível com o isolamento do acto educativo que o meio rural ainda privilegia. De facto, a lógica de educação formal que se continua a prosseguir só acentua as assimetrias sociais uma vez que coloca homens e mulheres de uma mesma geração em situações de profunda desigualdade educativa, tornando civilizacionalmente injusto o processo de evolução social porque inviabiliza a promoção de formas de desempenho social e de intervenção na sociedade cada vez mais equilibradas e igualitárias, aumentando as probabilidades de novas rupturas e colapsos estruturais que, hoje melhor do que ontem, sabemos prevenir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos mecanismos socioculturais de produção de identidades e de padrões simbólico-valorativos que se desencadearam no seio de um processo contextualizado de rápida mudança que atingiu de modo inequívoco o tecido económico e sociocultural deste concelho, ao mobilizar um universo analítico e empírico estruturado em função de representações sociais da geração mais jovem, conferiu visibilidade social ao processo de continuidade sociocultural, tendo presente a construção social da realidade e o campo socioprofissional que se prefigura no horizonte das ambições e expectativas de vida dos jovens actores sociais.

Todavia, para aceder ao universo valorativo que sustenta e dá coerência a este processo subjectivo de opções e decisões antecipadas, sem perder de vista que se trata de uma esfera multidimensional que coloca o indivíduo e a sociedade em permanente comunicação dialéctica, configurou-se uma abordagem sistémica do fenómeno, colocando em interacção dimensões objectivas que definem o lugar socialmente estruturado (identidade social virtual) e dimensões subjectivas que projectam o quadro de referências identitárias e mobilizam o campo prospectivo da continuidade sociocultural (identidade social real).

Importa reiterar, neste momento, que a configuração dos níveis de análise teórica e empírica se enquadra numa perspectiva de que o posicionamento da geração mais jovem se revela determinante na consecução de uma estratégia revitalizadora do mundo rural, no sentido em que as suas opções de vida futura poderão potenciar ou não condições de reposição demográfica indispensável aos novos desafios do desenvolvimento económico e social das regiões rurais em profundo estado de debilitação da componente humana.

Neste sentido, quanto mais profundamente conhecermos o processo e os conteúdos que, presentemente, modelam a construção social da realidade em espaço rural, bem como a configuração que se desenha no universo

subjectivo das opções de vida face ao futuro dos jovens actores sociais nele socializados e integrados, certamente maior número de elementos deteremos para encaminhar as novas e inadiáveis estratégias que o equilíbrio do processo de desenvolvimento da sociedade reclama do espaço rural.

Deste modo, o contexto singular, que se considerou pertinente para realçar aos novos esquemas valorativos e de percepção social que se estruturam em espaço rural, pretende evidenciar quão imperioso se revela implementar e desenvolver estratégias de revitalização económica e formas de interacção social que as gerações mais jovens possam vivenciar no sentido de uma dinamização efectiva das componentes objectivas e subjectivas estruturadoras de representações sociais.

É, de facto, uma tarefa conducente ao equilíbrio do processo de continuidade sociocultural, entendido este como um movimento dialéctico e ininterrupto que se deve encaminhar no sentido de compatibilizar as componentes mais tradicionais do espaço rural com as dimensões que inevitavelmente a modernidade se encarrega de fazer emergir e disseminar no seio do sistema social em geral.

Por outro lado, esteve presente também a convicção de que a construção social da realidade se alimenta de factores que, consoante a dinâmica do contexto social de pertença, tendem a estruturar imagens sociais diferenciadas da realidade envolvente fortemente influenciadoras de opções de vida futura. Daí que a recente dinâmica sócio-económica tenha sido interpretada no sentido da sua capacidade para dinamizar o universo simbólico-valorativo, cujo processo inovador que se detectou, ao afastar-se da memória colectiva inscrita no espaço social e tendo em conta que a ausência de recursos humanos qualificados representa, no presente, o maior constrangimento do mundo rural, permite vislumbrar uma oportunidade de dinamização do tecido económico e sociocultural, se o contexto social tiver capacidade para continuar a estimular o universo valorativo dos indivíduos. Só assim considero ser possível garantir de modo mais consistente a possibilidade da construção de uma imagem positiva do meio, cujos reflexos

nas ambições socioprofissionais são susceptíveis de encaminhar as suas opções de vida futura na direcção do espaço de socialização primária.

Nesta perspectiva, a tradução empírica das dimensões conceptuais delineadas fez emergir uma rede de interacções que permitiu encontrar os vectores fundamentais de análise e esclarecer o sentido das relações hipoteticamente sustentadas pela capacidade da natureza dinâmica do espaço de socialização potenciar ambições socioprofissionais que tendem a afastar-se dos modelos e práticas tradicionais e pelo modo diferenciado como esse processo socializador particular actua no universo valorativo dos indivíduos, tendo presente que o espaço social se estrutura em função de traços distintos de ruralidade.

De facto, a actual dinâmica sócio-económica actuou no quadro valorativo dos indivíduos, na medida em que lhe conferiu interesses e necessidades individuais e sociais que potenciaram novos contornos à escala de valores, ao mesmo tempo, que constatamos a emergência de um quadro profissional inovador que, a prevalecer, se considera potencialmente dinamizador do tecido económico e social deste concelho.

Por outro lado, o peso excessivo da ruralidade que, de modo intenso ainda se manifesta nas comunidades pequenas mais isoladas, em contraste com uma dinâmica crescente da sede do concelho, produziu na esfera valorativa uma influência que se detectou ser significativa, na medida em que colocou em oposição duas realidades sociais que, pelo modo como acompanharam ou sofreram o impacto do fenómeno mineiro, se revelaram de modo diferenciado nas opções socioprofissionais dos indivíduos. O que se pode constatar pelo facto de serem precisamente as freguesias menos afectadas por esse fenómeno (Casével e S. Marcos da Atabueira) aquelas onde as opções socioprofissionais da geração mais jovem mais se aproximam dos estilos de vida tradicionais e menos valorizam as profissões de mais elevados níveis de qualificação.

Interessante de realçar parece ser o facto de, na freguesia de Castro Verde, se verificar um equilíbrio entre profissões tradicionalmente presentes

no espaço rural e as que fogem a essa tendência, bem como uma expressão mais significativa de opções de residência futura que se dirigem ao espaço local de pertença, o que revela de modo explícito uma correlação positiva entre dinâmica social e imagem positiva do meio.

Não menos significativo desta tendência, foi o universo das preferências e interesses privilegiado pelos inquiridos, no seio do qual se detectaram igualmente posicionamentos distintos segundo o contexto sócio-escolar de pertença. Assim aconteceu com as preferências ao nível das áreas disciplinares escolares, das actividades de lazer e do tipo de leituras em que a motivação, o empenhamento e o interesse evidenciados variam na razão directa da existência de condições humanas, materiais e sociais susceptíveis de atribuir ao processo ensino-aprendizagem e ao contexto envolvente uma maior dinâmica e interacção.

Esta constatação confirma igualmente a convicção de que a natureza dos contextos sócio-escolares mobilizam posicionamentos diferenciados quer ao nível dos indivíduos quer das próprias instituições que tendem a orientar a sua intervenção em equilíbrio com o espaço envolvente, de que resultam processos e percursos sociais mais ou menos estimuladores para os actores sociais que neles interagem.

Para além de que a criação de novas necessidades e interesses se encontra fortemente determinada por esses factores, cuja emergência deve ser estimulada para que o processo de evolução da sociedade se equilibre no sentido da promoção generalizada de condições necessárias à plena realização do indivíduo como ser social.

De facto, o universo profissional potencialmente em construção define quadros de vida que se redimensionam de forma inovadora face à estrutura profissional que tradicionalmente o espaço rural tem evidenciado, cuja discrepância de opções registada entre freguesias e sede de concelho, bem como o modo diferenciado como uma e outra realidade acompanharam a dinâmica instalada, permitem afirmar quão poderoso parece ter sido o

impacto do fenómeno de mudança económica e social, sobretudo, naqueles que de modo directo e intenso têm vivenciado todo o processo.

Assim o demonstra o universo valorativo detectado no âmbito da opção profissional, onde se verifica um equilíbrio de valores (sociais, materialistas, emocionais e individualistas) mais evidente ao nível dos inquiridos residentes na sede de concelho do que nos que residem nas freguesias, cujo reflexo é inevitável na definição das opções de vida futura.

Reitera-se, também, que uma expressão mais significativa de valores individualistas naqueles que estão inseridos no espaço sócio-escolar mais dinâmico deve ser interpretada do ponto de vista do equilíbrio do universo valorativo dos indivíduos e, conseqüentemente da emergência de motivações susceptíveis de conferir novas potencialidades ao espaço social, uma vez que o processo de evolução da sociedade tende a conjugar necessidades de natureza individual com as de ordem social.

Com efeito, a par dos mecanismos sociais globais que sabemos estarem sempre presentes na estruturação do universo simbólico-valorativo, os mecanismos contextualizados posicionam-se de modo consistente na definição de valorações e de posicionamentos face ao futuro, o que significa que é, ao nível local, que as estratégias de dinamização, revitalização e integração do espaço rural devem ter as suas repercussões mais evidentes de modo a permitir que as novas gerações construam da sua própria realidade social uma imagem tendencialmente positiva e, por conseguinte encontrem razões óbvias e suficientes para nela se envolverem num futuro próximo, invertendo a tendência, ainda presente de que são superiores as vantagens da vida urbana.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a desertificação humana do mundo rural tem implícita uma componente exógena que diz respeito aos princípios e opções estratégicas do modelo de desenvolvimento predominante e uma componente endógena que se movimenta num eixo de especificidades individuais e sociais que, quanto mais se desvia da tendência geral da sociedade, menos possibilidades tem de dinamizar a esfera

valorativa dos indivíduos e, conseqüentemente, de suscitar processos de revitalização económica e social.

Tal interpretação decorre sobretudo do facto de serem os indivíduos inseridos em espaços sócio-escolares mais isolados (freguesias) aqueles que maior apetência manifestam para a partida definitiva, em contraste com uma evidência menos expressiva dessa tendência nos que se situam na sede do concelho, cujo universo social mais motivador parece ter atenuado o desejo de partir.

Deste modo, parece imperioso que o espaço social seja capaz de continuar a alimentar esta tendência proporcionando modos de vida cada vez mais estimuladores e, ao mesmo tempo, motivando os mais cépticos através de estratégias educativas, formativas e sociais que lhes despertem dimensões valorativas adormecidas, designadamente as de natureza individual e estimulem valorações sociais cada vez mais positivas.

Neste de jogo de influências eminentemente sociais, encontram-se disseminadas as de natureza familiar, no seio das quais permanece uma estreita articulação com as duas realidades socioculturais que o processo de mudança acentuou, ou seja, se são os inquiridos ao nível das freguesias aqueles que mais evidenciam opções profissionais menos exigentes do ponto de vista da formação académica e de modo mais evidente expressam o desejo de partir, é, precisamente aqui que se situam as famílias com menor nível de escolaridade, cujos pais desempenham na sua maioria funções profissionais ligadas ao sector primário e cujas mães não estão inseridas no mercado de trabalho. Por isso, permanece mais uma vez o papel determinante das características do meio na orientação do universo-valorativo e no sentido das ambições de vida futura.

Outro elemento, porque demasiado omnipresente na sociedade em geral, que se revela influenciador das opções profissionais, independentemente das características mais ou menos dinâmicas do espaço social de pertença, diz respeito ao mundo da imagem televisionada, cuja transversalidade se manifesta na valorização que os inquiridos atribuem às

profissões relacionadas com o desporto, nomeadamente o futebol e o hóquei. Situação que é, sem dúvida, decorrente de um predomínio evidente da informação mediatizada que encontra na componente desportiva, uma via estimuladora de elevados níveis de audiência, dado o estatuto privilegiado que o fenómeno desportivo em geral, e o de alta competição em particular, detêm na sociedade actual, capitalizando o interesse de um universo demasiado abrangente de indivíduos que encontra nesta manifestação de massas uma forma interessante de libertação e de evasão.

Esta poderosa influência que o fenómeno televisivo exerce nos interesses dos indivíduos só encontra alguma especificidade se confrontada com o nível etário e o sexo dos inquiridos, ou seja, os mecanismos selectivos individuais parecem accionar-se à medida que o indivíduo progride na idade e distinguem-se em função do modo diverso como as componentes masculina e feminina são socializadas no seio dos sistemas familiar e social, o que significa que se implementam de modo igualitário dois processos com capacidade para interferir na selecção de valorações, um de natureza individual e outro eminentemente social ou relacional.

De facto, o universo das representações sociais interage e consolida-se no seio de modos de apropriação da realidade que atribuem às formas de interacção social valorações distintas, as quais traduzem um efeito geracional e uma pertinência social evidentes, onde parece ser possível percepcionar, também, o carácter eminentemente dialéctico que o processo de continuidade sociocultural manifesta ao movimentar-se num eixo que coloca em permanente comunicação a componente da tradição e da mudança, o que tende a afastar visões segmentadas da realidade e a consolidar mecanismos sociais mais equilibrados do ponto de vista da conjugação de novas necessidades decorrentes de factores de mudança com as que se articulam com vertentes do universo social tradicionalmente arreigadas porque, ainda, detentoras de evidente significado social.

Assim o demonstra a valorização atribuída a manifestações culturais que, mesmo situando-se, a sua origem, em eixos temporalmente afastados,

se posicionam de modo perfeitamente integrado no universo das preferências desta geração no que se refere às formas de convívio e lazer, o que permite vislumbrar uma continuidade sociocultural tendencialmente orientada entre modos de ser e de estar culturalmente arraigados no processo de interacção social predominante (Festas de Verão, Feira de Castro e bailes) e formas de convívio que a sociedade no seu movimento contínuo de emergência valorativa acaba por introduzir (Concertos de Verão), delineando traços que simbolicamente marcam e edificam, em cada geração, estilos de vida que sucessivamente se vão reelaborando e reformulando.

Neste processo interactivo e dinâmico que sistematicamente se estabelece entre o indivíduo e a sociedade, em que se accionam de modo permanente mecanismos de contrapartidas recíprocas, consolida-se uma estreita relação de complementaridade funcional que, cada vez mais, os sujeitos parecem querer capitalizar em seu proveito no sentido de compatibilizar necessidades do sistema económico com as de natureza individual inerentes à plena realização dos indivíduos como seres sociais. São, sem dúvida, novos comportamentos que se desenham na sociedade em geral, cuja dinâmica crescente fez emergir um universo-valorativo mais exigente que, ao nível do espaço rural que se privilegiou nesta pesquisa, começa a ter alguma expressão, o que prefigura condições mais favoráveis à consolidação de estratégias de desenvolvimento mais equilibradas, se implementadas no sentido de garantir repercussões positivas explicitamente percebidas em termos de dinâmica e contrapartidas de natureza económica e sociocultural.

Se se vislumbram, nesta realidade particularmente dinâmico, esquemas valorativos e de percepção social com capacidade para consolidar um processo de revitalização em curso, que sabemos ser temporário, a grande aposta das estratégias de desenvolvimento que se promoverem deve privilegiar a componente educativa e formativa do sistema social contextualizado, onde as instituições de ensino, as entidades de dinamização

cultural e os organismos políticos regional e localmente sediados, detêm um papel crucial na consolidação de quadros valorativos mais equilibrados, na sedimentação de formas de apropriação da realidade dinamizadoras de ambições e expectativas de vida futura com possibilidades de repercussões no sistema social de pertença, se para tal tiverem meios financeiros e humanos e capacidade de acção estratégica equilibrada.

Nesta perspectiva, parece imprescindível conferir a estas entidades uma lógica de funcionamento susceptível de revitalizar as organizações locais e de as reabilitar do ponto de vista da sua intervenção efectiva e concertada no sentido da melhoria do seu próprio funcionamento e dinamização do espaço social em que estão inseridas, situação que me parece indispensável para a assumpção dos novos desafios.

Por outro lado, nesta perspectiva de capacitação funcional, a reabilitação do mundo rural passa por fomentar um relacionamento equilibrado entre as componentes endógenas e exógenas do sistema social, resistindo, ao invés do que aconteceu no passado, ao isolamento e ao desempenho de um papel subsidiário no grande desafio do desenvolvimento económico e social que todos teremos de enfrentar. Hoje, estão reunidas condições excepcionalmente favoráveis que o mundo rural precisa capitalizar em seu proveito, partindo do princípio que já percebeu que actualmente, é no seio do seu universo económico e sociocultural que se encontra disseminada a chave do equilíbrio do processo de desenvolvimento da sociedade, pois, face à ruptura e esgotamento da realidade urbana o mundo rural constitui a esperança de caminhos e percursos mais motivadores, cabendo-lhe, por isso, um papel determinante que importa ser definitivamente assumido, sob pena de sermos mais uma vez simples espectadores em vez de participantes activos

Todavia, os grandes desígnios do desenvolvimento em espaço rural carecem inevitavelmente de uma vontade política, que tarda em encontrar a fórmula explícita e credível para a sua concretização, de que decorrerão certamente estratégias e formas de liderança e intervenção com maior

capacidade de interferir e equilibrar uma sociedade verdadeiramente segmentada por padrões de vida distintos que, pelo modo como têm acompanhado o processo de desenvolvimento predominante, se situam em patamares de dinâmica económica e sociocultural civilizacionalmente injustos que urge equilibrar.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Ferreira de e PINTO, José Madureira
1990 *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Editorial Presença.
- ALMEIDA, João Ferreira de et alii
1994 *Regiões Periféricas: Que Desenvolvimento? Uma Experiência no Concelho de Almeida*, Lisboa: CIES.
- ALMEIDA, João Ferreira de
1990 *Portugal, Os Próximos 20 Anos. Valores e Representações Sociais*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
1993 "O Desenvolvimento Económico-Social e a Sociologia", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento (Vol. I)*, Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 71-76.
- ÁLVARO, Eugénia Maria Rosa
1995 *Contributo para o Estudo de Impactes Sócio-Económicos do Complexo Mineiro de Neves-Corvo no Concelho de Castro Verde*, Universidade de Évora (Trabalho de Fim Curso).
- AMARO, Rogério Roque
1990a "Desenvolvimento e Injustiça Territorial", *Communio*, 5:448-459.
1990b "O Puzzle Territorial dos Anos 90: Uma Territorialidade Flexível", *Vértice*, 22: 39-48.
1991 "Lógicas de Espacialização Da Economia Portuguesa", *Sociologia-Problemas e Práticas*, 10: 161-182.
- AMARO, Rogério Roque (coord.) et alii
1992 "Iniciativas de Desenvolvimento Local - Caracterização de alguns exemplos", Lisboa: Relatório I.S.C.T.E./ I.E.F.P.
- ARAÚJO, Helena C. e STOER, Stephen R.
1993 "Memória Local num Espaço Social em Mudança", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento (Vol II)*, Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 169-194.

- AUBREY, Bob e TILLIETTE, Bruno
S / d *Saber-Fazer, Saber*, Lisboa: Instituto Piaget.
- AUGUSTINS, Georges
1994 "l'Identité: Une démarche trans-culturelle est-elle possible?",
in *Ethnologie du Portugal: Unité et Diversité*, Actes du
Colloque: 295-306, Paris: Centre Culturelle Calouste
Gulbenkian.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira e AZEVEDO, Ana Gonçalves
1994 *Metodologia Científica*, Porto: C. Azevedo.
- AZEVEDO, Joaquim
1990 "Expectativas Escolares e Profissionais dos Jovens do 9º
ano", *Inovação*, 3: 81-107.
- BACHELARD, Gaston
1990 (1971) *A Epistemologia*, Lisboa: Edições 70.
- BENNEDICT, Ruth
1934 *Padrões de Cultura*, Lisboa: Edições Livro do Brasil
- BARDIN, Laurence
1991 (1977) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- BARRET, Richard A.
1974 *Benabarre, The Modernization of a Spanish Village*, New
York: Holt, Rinehart and Winston.
- BARROS, Afonso de
1993 "A Sociologia e as Perspectivas de Desenvolvimento",
Estruturas Sociais e Desenvolvimento (Vol. I)., Lisboa:
Editorial Fragmentos, pp. 77-79.
- BERGER, Peter and LUCKMANN, Thomas
1991 (1966) *The Construction of Reality. A Treatise in the
Sociology of Knowledge*, London: Penguin Books.
- BERGER, Peter L.
1994 (1963) *Perspectivas Sociológicas, Uma Visão Humanística*,
Petrópolis: Editora Vozes.

BONBOIR, Anna

1972 *La Méthode des Tests en Pédagogie*, Paris: PUF.

1976 *Como Avaliar os Alunos*, Lisboa: Seara Nova.

BOUDON, Raymond

1990 *Os Métodos em Sociologia*, Lisboa: Edições Rolim.

1979 *La Logique du Social*, Paris: Hachette.

BOURDIEU; Pierre

1972 *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, Paris: Librairie Droz.

1980 *Le Sens Pratique*, Paris: Les Éditions de Minuit.

1989 *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.

BRANCO, Rosa Alice

1995 "As Estratégias da Identidade", *Análise*, 18: 61-84.

BRITO, Isabel Maria C. F. G. de

1994 *A Qualidade de Vida em Castro Verde*, Beja: Universidade Moderna (Trabalho de Fim de Curso).

BRYMAN, Alan

1995 (1988) *Quantity and Quality in Social Research*, New York: Routledge.

BRYMAN, Alan e CRAMER, Duncan

1992 (1990) *Análise de Dados em Ciências Sociais. Introdução às técnicas utilizando o SPSS*, Oeiras: Celta Editora.

BRUYNE, Paul de et alii

1991 *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.

CABRAL, Manuel Vilaverde

1993 "Desenvolvimento, Sociologia do desenvolvimento e Desenvolvimento da Sociologia", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Vol. I), Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 80-86.

- CÉSAR, Filipa
1996 "O que queres ser quando fores grande?", *Cadernos de Ciências Sociais*, 15/16: 157-187.
- CIBOIS, Philippe
1990 (1984) *L'analyse des Donnés en Sociologie*, Paris:PUF.
- CARDOSO, Adelino
1995 "A Identidade como Categoria Dinâmica no Pensamento de F. Suarez, *Análise*, 18: 35-49.
- CHAVES, Maria Cristina
1994 "A Dimensão Ecológica do Desenvolvimento-Elementos de Reflexão sobre o Conceito de Ecodesenvolvimento", *Cadernos de Ciências Sociais*, 14: 99-117.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO ALENTEJO
1996 "Estudo Demográfico da Região Baixo-Alentejo", Évora.
- CONNERTON, Paul
1993 (1989) *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta Editora.
- DORES, António Pedro
1994 "A Mudança e as Mudanças", *Sociologia - Problemas e Práticas*, 16: 173-183.
- CRESWELL, John W.
1994 *Research Design, Qualitative & Quantitative Approaches*, Califórnia: SAGE Publications.
- DI LEO, Joseph H.
1991(1983) *A Interpretação do Desenho Infantil*, Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul.
- DOISE, W et alii
1992 *Représentations Sociales et Analyses de Données*, Grenoble: Presses Universitaires.
- DUARTE, Heitor
1993 "Estrutura Social e Mudança na Beira Interior", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Vol. I), Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 865-876.

- DUBAR, Claude
1995 (1991) *La Socialization, Construction des identités Sociales & Professionnelles*, Paris: Armand Colin.
- ECO, Humberto
1991 *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa: Editorial Presença.
- ESCOFIER, Brigitte et PAGÈS, Jérôme
1990 *Analyses Factorielles Simples et Multiples. Objectifs, Méthodes et Interprétation*, Paris: Dunod.
- FERNANDES, António Teixeira
1993 "A Sociologia e a Modernidade", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Vol. I), Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 33-53.
- FERNÁNDEZ, Xan Bouzada
1993 "O Desenvolvimento Local e Comunitario, entre a Promoción do Endógeno e a Inuención de realidade", *Estruturas Sociais e Desenvolvinmento* (Vol. I), Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 943-959.
- FERREIRA, José M. C. e PEIXOTO, João
1993 *Sociologia Rural e Desenvolvimento Rural em Portugal - Histórias, Tendências Recentes e Perspectivas*, "Working Papers" 3 (Instituto Superior de Economia e Gestão).
- FERRINHO, Homero
1991 "Desenvolvimento Rural", Comunicação ao Seminário de Desenvolvimento Rural, Angola (Ministério da Agricultura).
- FISCHER, Gustave-Nicolas
1992 *A Dinâmica Social. Violência, Poder e Mudança*, Lisboa: Planeta Editora.
- FRADA, João José Cúcio
1993 *Guia Prático para a elaboração e apresentação de Trabalhos Científicos*, Lisboa: Edições Cosmos.
- FRANÇA, Luís de (coord.)
1993 *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

- GEERTZ, Clifford
1993 (1973) *The Interpretation of Cultures*, London: Fontana Press.
- GHIGLIONE, Rodolphe et alii
1980 *Manuel d'Analyse de Contenu*, Paris: Armand Colin.
- GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin
1993 (1985) *O Inquérito, Teoria e Prática*, Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony
1993 (1989) *Sociology*, Cambridge: Polity Press.
1995 (1990) *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta Editora.
1994 (1991) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta Editora.
- GIL, António Carlos
1994 (1985) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, S. Paulo: Editora Atlas.
- GOFFMAN, Erving
1973 *La Mise en Scène de la Vie Quotidienne (2 vols.)*, Paris: Les Éditions de Minuit.
1992 (1959) *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, Petrópolis: Editora Vozes.
1988 (1963) *Estigma*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- ITURRA, Raúl
1991 "A Aldeia: Presente Etnográfico, Passado Histórico - Propostas Metodológicas Exploratórias", in J. Pais de Brito e Brian O'Neil (coord.), *Lugares de Aqui*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- JODELET, Denise
1989 *Les Représentations Sociales*, Paris: PUF.
- JUAN, Milagros Dominguez
1993 "Los Efectos de la Comunicación en el Entorno Social", *Estructuras Sociais e Desenvolvimento (Vol. I)*, Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 187-195.

- KERLINGER, Fred N.
1980 (1979) *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais*, S. Paulo: E.P.U.
- LAPASSADE, Georges
1991 *L' Ethnosociologie*, Paris: Méridiens Klincksieck.
- LARRAIA, Roque de Barros
1988 (1986) *Cultura: Um Conceito Antropológico*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- LESSARD-HÉRBERT, Michelle
1994 (1990) *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- LEVIN, Jack
1987 *Estatística Aplicada a Ciências Humanas*, S. Paulo: Editora Harbra.
- LIMA, Marinús Pires de
1995 *Inquérito Sociológico, Problemas de Metodologia*, Lisboa: Editorial Presença.
- LOURENÇO, Eduardo
1995 "A Cultura na Era da Mundialização", *Cultura & Economia* (Actas do Colóquio de 1994) 4: 19-25.
- MATOS, Maria Cristina B. Campos e
1994 "Desenvolvimento Rural: Questões Conceptuais e Ensinamentos de Experiências no Norte de Portugal", *Cadernos de Ciências Sociais*, 14: 83-98, Lisboa: Edições Afrontamento.
- MOORE, Wilbert E.
1963 *Social Change*, New Jersey: Prentice-Hall.
- MORIN, Edgar
1984 *Sociologia*, Mem Martins: Publicações Europa-América.
- NETO, João Baptista Nunes Pereira
1988 "Desenvolvimento e Mudança Cultural", *Estudos Políticos e Sociais*, pp. 51-131.

NUNES, A. Sedas

1991 (1987) *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa: Editorial Presença.

1992 *História dos Factos e das Doutrinas Sociais, Da formação Histórica do Capitalismo ao Marxismo*, Lisboa: Editorial Presença.

OPPENHEIM, A.N.

1992 (1966) *Questionnaire Design Interviewing and Attitude Measurement*, London: Pinter Publishers.

PAIS, José Machado

1993 "A contextualização sociológica pela via do quotidiano", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Vol. II), Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 519-531.

PASSOS, Lyra Marcelino

1990 "Cultura, Ideologia e Desenvolvimento", *A Sociologia e a Sociedade Na Viragem do Século* (Vol. II), Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 331-342.

PIAGET, Jean

1977 *A Linguagem e o Pensamento da Criança*, S. Paulo: Moraes Editores.

1996 *La Construction du Réel Chez L'Enfant*, Paris: Delachaux et Niestlé.

PINTO, Conceição Alves

1995 *Sociologia na Escola*, Lisboa: McGraw-Hill

PINTO, José Madureira

1985 *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos, Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto: Edições Afrontamento.

1993 "A Sociologia e as Dinâmicas da Modernidade", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Vol. I), Lisboa: Edições Fragmentos, pp. 54- 61.

POTTIER, Johan

1993 *Practising Development, Social Science Perspectives*, London: Routledge.

- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUT, LucVan
1992 *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- RAMALHO, José Luís Ildfonso
1991 *Castro Verde: Uma Comunidade em Mudança*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Tese de Mestrado).
- RAMOS, Francisco Martins
1987 "A Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento e a Perspectiva da Extensão Rural", *Economia e Sociologia*, 43: 109-133, Universidade de Évora.
1992 *Os Proprietários da Sombra - Vila Velha Revisitada*, Universidade de Évora (Tese de Doutoramento).
- ROCHER, Guy
1989 *Sociologia Geral (3 vols.)*, Lisboa: Editorial Presença.
- RODRIGUES, Adriano Duarte
1990 "Modos de Vida, Relações no Espaço e Modalidades de Interação", *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século (Vol. II)*, Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 359-367.
- SAEZ, Jean-Pierre (Direct.)
1995 *Identités, Cultures et Territoires*, Paris: Desclée de Brouwer.
- SANTOS, Boaventura de Sousa
1993 "Cinco Desafios à Inovação Sociológica", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento (Vol. I)*, Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 62-68.
- SANTOS, Maria de Lurdes dos
1990 "Reprodutividade/urbanidade: O Jogo dos Contrários na Produção Cultural", *A sociologia e a Sociedade Portuguesa Na Viragem do Século (Vol. II)*, Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 369-377.
- SARAMAGO, Sílvia Sara S.
1994 "As Identidades da Infância", *Sociologia - Problemas e Práticas*, 16: 151-171.

SANTIAGO, Rui A. et alii

- 1994 "Representações da Escola nos Alunos em Dificuldade Escolar", *Inovação*, 7: 79-95.

SELLITZ et alii

- 1980 (1951) *Métodos de pesquisa nas Relações Sociais*, S. Paulo: PUF (3 vol).

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira

- 1986 *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Augusto Santos

- 1990 "Uma Arte do Povo, e que tem a sua ciência: Representações Sociais do Artesanato", *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (Vol. II), Lisboa: Editorial Fragmento, pp. 379-397.
- 1994 "Alguns Temas para pensar a Mudança", *Educação, Sociedade e Culturas*, 1: 105-128.
- 1993 "A Contribuição da Sociologia para Programas de Desenvolvimento", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Vol. I), Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 87-92.
- 1994 *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Portuguesa*, Porto: Edições Afrontamento.

SPINDLER, George

- 1988 *Doing The Ethnography of Schooling*, Illinois: Waveland Press.

STOETZEL, Jean

- 1993 *Les Valeurs du Temps Présent: Une Enquête Européenne*, Paris: PUF.

TAVARES, David e JOAQUIM, Graça

- 1993 "Identidade Cultural e Relações de Sociabilidade na Área do Castelo", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Vol. II), Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 398-402.

TRIPOLI, Tony et alii

- 1981 *Análise da Pesquisa Social*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.



VALA, Jorge

1986a "Sobre as Representações Sociais", *Cadernos de Ciências Sociais*, 4: 5-30.

1986b *Representações Sociais dos Jovens: Valores, Identidade e Imagens da Sociedade Portuguesa*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

VALA, Jorge e VIEGAS, José M. Leite

1990 "Padrões de Valores Sociopolíticos em Meio Urbano "A *Sociologia e Sociedade Portuguesa Na Viragem do Século* (Vol. II), Lisboa: Editorial Fragmentos. pp. 679-692.

VANDENPLAS-HOLPER, Christiane

1982 (1979) *Educação e Desenvolvimento Social da Criança*, Coimbra: Livraria Almedina.

WALLERSTEIN, Immanuel

1996 "Social Change? Change is eternal. Nothing ever changes", Comunicação ao III Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia.

ANEXOS

ANEXO I

**INSTRUMENTOS, TÉCNICAS E PROTOCOLO DE
ANÁLISE EMPÍRICA**

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

**A CONTINUIDADE SOCIOCULTURAL E A
ENCRUZILHADA DO DESENVOLVIMENTO EM ESPAÇO RURAL:
UM CONCELHO DO BAIXO-ALENTEJO**

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Variante de Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

DISSERTAÇÃO FINAL

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

1995/96

Cara(o) colega:

O presente inquérito por questionário inscreve-se no âmbito de uma dissertação de Mestrado que aborda a problemática da continuidade sociocultural em espaço rural e pretende estudar os mecanismos sociais de produção de identidades e padrões simbólico-valorativos que presidem ao processo de desenvolvimento das futuras opções socioprofissionais das crianças.

Nesta perspectiva, a aplicação deste questionário a todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Castro Verde tem como propósito essencial analisar os sistemas de valores e de representações sociais dos grupos sociais infantis, nomeadamente aqueles que constroem sobre a orientação do seu percurso social e profissional.

Todavia, para captar os esquemas de percepção social que os actores vão construindo, nos diferentes momentos do seu trajecto social, torna-se imprescindível penetrar no universo simbólico-valorativo dos indivíduos, o que significa que a informação recolhida, através deste questionário, é de crucial importância para a consecução dos objectivos da investigação.

Considero, por isso, a vossa colaboração essencial para o preenchimento adequado dos questionários e agradeço, desde já, a vossa disponibilidade para a aplicação deste inquérito no sentido de clarificar eventuais dúvidas que sejam colocadas pelas crianças e garantir a resposta efectiva a todas as questões.

Importa salientar, ainda, que se garante a confidencialidade de toda a informação recolhida, quer porque os questionários serão destruídos, após o tratamento dos seus

dados, quer pela impossibilidade de identificar os seus respondentes, uma vez que a informação será agrupada por conjuntos significantes.


É minha intenção deslocar-me a todas as escolas do Concelho para acompanhar a aplicação dos questionários, pelo que a minha presença nos Conselhos Escolares, após solicitação prévia aos respectivos presidentes, terá como propósito essencial definirmos, em conjunto, o calendário para esse efeito ou, posteriormente, esclarecer eventuais dúvidas relacionadas com esta questão.

Grata pelo seu interesse e colaboração.

A colega

Alda Vitória Guerreiro Cerejo Alegre Baltazar

Escola EB₁ de Almeirim

Inquérito Nº Sede de Concelho 1 Freguesia 2Número de Alunos **A - Dimensão Individual**P.01 - Quantos anos tens?..... P. 02 - Sexo: 2.1 - Masculino..... 12.2 - Feminino 2P. 03 - Em que ano andas? 3.1 - 1º ano..... 13.2 - 2º ano..... 23.3 - 3º ano..... 33.4 - 4º ano..... 4P.04 - Há quantos anos andas na escola?..... P. 05 - Assinala em que tipo de local vives: 5.1 - Monte 15.2 - Aldeia 25.3 - Vila 3

B - Dimensão Familiar

P. 06 - Com quem vives?

- 1
 6.1 - Com os pais 1
 6.2 - Com os avós 2
 6.3 - Com outros familiares 3
 6.4 - Com outras pessoas 4

P.07 - Quantos irmãos tens?

P.08 - Quantas pessoas vivem em tua casa?

P. 09 - Profissão dos pais:

- 9.1 - Pai _____
 9.2 - Mãe _____

P. 10 - Local de trabalho dos pais:

- | | <input checked="" type="checkbox"/> PAI -10.1 | <input checked="" type="checkbox"/> MÃE - 10.2 |
|---|---|--|
| No Concelho | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 1 |
| Fora do Concelho, mas no Distrito | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 2 |
| Fora do Distrito | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 |
| Fora do Alentejo | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 4 |
| No Estrangeiro | <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> 5 |

P. 11 - Nível de Escolaridade dos pais:

- | | <input checked="" type="checkbox"/> PAI - 11.1 | <input checked="" type="checkbox"/> MÃE -11.2 |
|--------------------------------|--|---|
| Não sabe ler nem escrever..... | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 1 |
| Sabe ler e escrever | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 2 |
| 4º ano | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 |
| 6º ano | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 9º ano | <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> 5 |
| 11º ou 12º ano..... | <input type="checkbox"/> 6 | <input type="checkbox"/> 6 |
| Curso Médio..... | <input type="checkbox"/> 7 | <input type="checkbox"/> 7 |
| Curso Superior..... | <input type="checkbox"/> 8 | <input type="checkbox"/> 8 |

C - Dimensão Simbólico-Valorativa

C.1. - Componente Pessoal

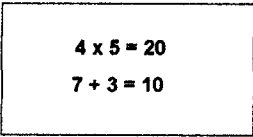
P 12 - Assinala a forma como gostas de cada uma das áreas disciplinares que trabalhas na escola:



Muito Pouco Nada

12.1 - Língua Portuguesa/Gramática...  1 2 3

12.2 - Estudo do Meio  1 2 3

12.3 - Matemática  1 2 3

12.4 - Expressão Plástica e Trabalhos Manuais ...  1 2 3

12.5 - Expressão Musical  1 2 3

12.6 - Expressão Dramática  1 2 3

12.7 - Educação Física  1 2 3

P. 13 - Assinala a forma como gostas de passar os teus tempos livres:

	<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>			
		Muito	Pouco	Nada
13.1 - Brincar ou conversar com os amigos	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.2 - Ajudar os pais	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.3 - Ir ao cinema	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.4 - Ver televisão	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.5 - Ouvir música	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.6 - Ler	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.7 - Ir à piscina	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.8 - Ir à praia	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.9 - Passear	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.10 - Outro _____	<input checked="" type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P 14 - Assinala a forma como gostas dos seguintes programas de televisão:

	<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>			
		Muito	Pouco	Nada
14.1 - Filmes	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.2 - Telejornal	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.3 - Telenovelas	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.4 - Programas infantis	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.5 - Desenhos animados.....	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.6 - Programas sobre a vida do homem, dos animais e das plantas	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.7 - Concursos.....	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.8 - Outro _____	<input checked="" type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P. 15 - Assinala a forma como gostas dos seguintes tipos de livros:

	<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>			
		Muito	Pouco	Nada
15.1 - Romances.....	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.2 - Banda Desenhada.....	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.3 - Livros de Aventuras.....	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.4 - Livros sobre a terra e o espaço.....	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.5 - Livros sobre o corpo humano.....	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.6 - Livros sobre a vida do homem, animais, plantas	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.7 - Outro _____	<input checked="" type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

C.2. - Componente de Interação com o Meio

P. 16 - Assinala a forma como gostas dos seguintes acontecimentos que ocorrem no teu Concelho:

 ei

- | | Muito | Pouco | Nada |
|---------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 16.1 - Festas de Verão | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 |
| 16.2 - Feira de Castro | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 |
| 16.3 - Cantares alentejanos | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 |
| 16.4 - Bailes | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 |
| 16.5 - Encontros desportivos | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 |
| 16.6 - Exposições | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 |
| 16.7 - Concertos de música Rock | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 |
| 16.8 - Procissões | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 |

P. 17 - Fazes parte de alguns destes grupos?

 ei

- | | |
|--|----------------------------|
| 17.1 - Futebol infantil | <input type="checkbox"/> 1 |
| 17.2 - Hóquei infantil | <input type="checkbox"/> 2 |
| 17.3 - Escuteiros | <input type="checkbox"/> 3 |
| 17.4 - Catequese | <input type="checkbox"/> 4 |
| 17.5 - Banda de Música | <input type="checkbox"/> 5 |
| 17.6 - Judo | <input type="checkbox"/> 6 |
| 17.7 - Grupo Coral "Os Carapinhas" | <input type="checkbox"/> 7 |
| 17.8 - Outro _____ | <input type="checkbox"/> 8 |
| 17.9 - Nenhum | <input type="checkbox"/> 9 |

P. 18 - Gostas de viver na tua terra?

 ei

- | | |
|-----------|----------------------------|
| Sim | <input type="checkbox"/> 1 |
| Não | <input type="checkbox"/> 2 |

P. 19 - O que pensas que faz falta na tua terra?

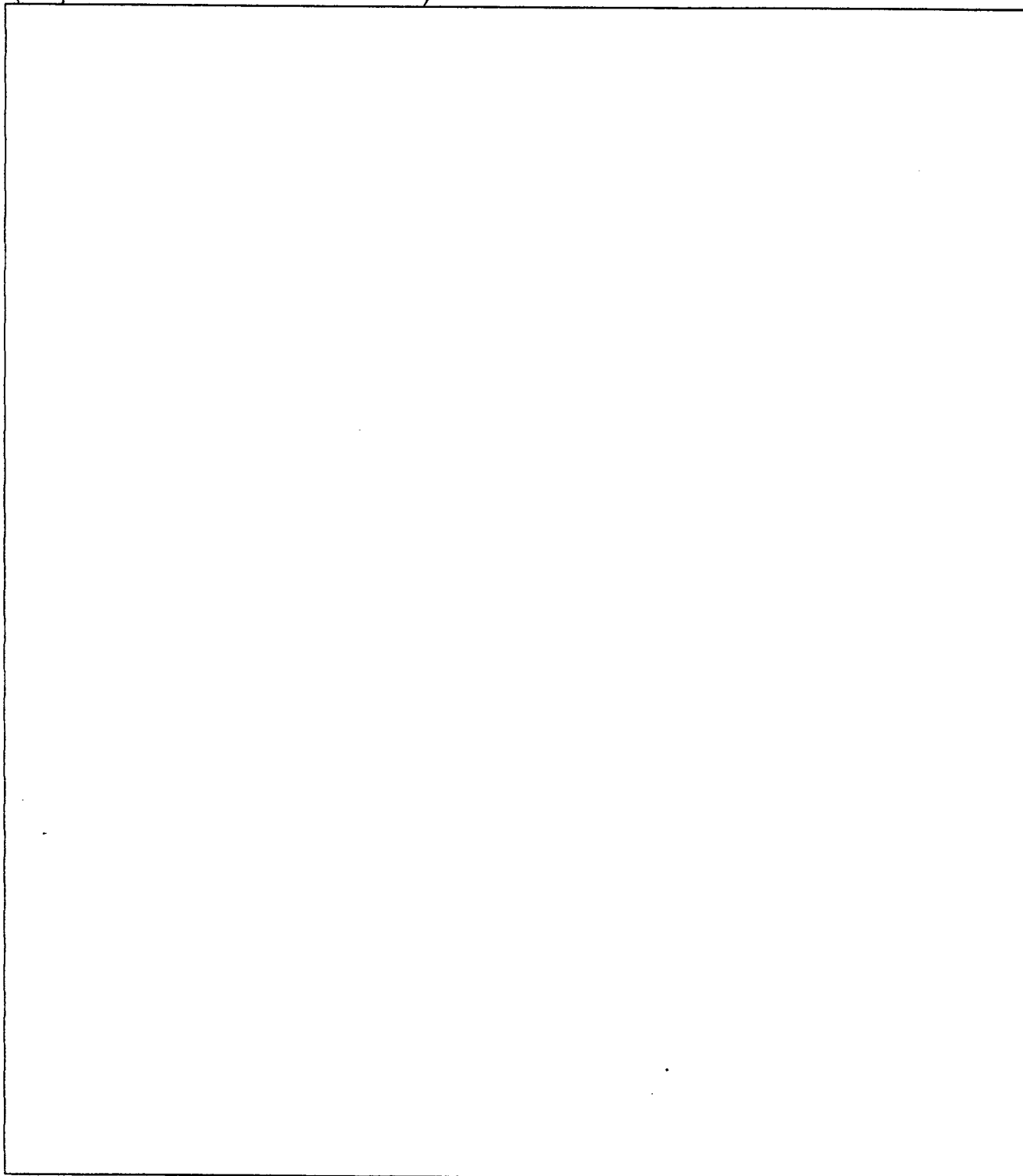
- | | |
|--------------|-----------|
| 19.1 - _____ | <i>ei</i> |
| 19.2 - _____ | <i>ei</i> |
| 19.3 - _____ | <i>ei</i> |
| 19.4 - _____ | <i>ei</i> |

P. 20 - Neste espaço faz um desenho com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

Não te esqueças de o pintar.

(só para alunos do 1º e 2º anos)

A large empty rectangular box with a thin black border, intended for a drawing. The box is currently blank.

P. 21 - Neste espaço, escreve um pequeno texto com o título:

“O que gostarias de ser e onde gostarias de morar, quando fores grande”

(só para os alunos do 3º e 4º anos)



A large rectangular box containing 18 horizontal lines for writing a response.

P. 22 - Gostaste de responder a estas perguntas?



Sim 1

Não 2

Obrigada

Quadro 1/I
Base de Recolha da Informação
População Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico
Concelho de Castro Verde
Ano Lectivo 1995/96

Freguesias	N.º de Escolas	N.º de Alunos	N.º de Professores
Casével	1	8	1
Castro Verde	6	212	13
Entradas	1	42	2
S.ta Bárbara de Padrões	7	57	7
S. Marcos da Atabueira	1	19	2
Total	16	338	25

Fonte: Delegação Escolar de Castro Verde

Quadro 2/I
Categorização e Codificação da Profissão do Pai
Variável P.9.1

Actividade Profissional	Código
Agricultura	1 agri
Indústria Extractiva	2 iext
Comércio e Hotelaria	3 coht
Administração Pública	4 adpb
Instituições Bancárias e Seguradoras	5 basg
Serviços de Saúde	6 ssa
Educação e Ensino	7 educ
Instituições Sociais e Desportivas	8 idesp
Serviços de Segurança Pública e Protecção Civil	9 Sppc
Transportes	10 Transp
Construção Civil e Obras Públicas	11 Ccop
Serviços Municipais	12 Smuni
Emigrantes	13 Emig
Outros	14 Out
Sem Actividade Profissional	Código
Desempregado	15 Desemp
Não Responde	99 nResp

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 3/I
Categorização e Codificação da Profissão da Mãe
Variável P.9.2

Actividade Profissional	Código
Indústria Extractiva	1 iext
Comércio e Hotelaria	2 coht
Administração Pública	3 adpb
Serviços de Saúde	4 ssa
Educação e Ensino	5 educ
Instituições Sociais e Desportivas	6 isdesp
Emigrantes	7 Emig
Outros	8 Out
Domésticas	9 Dom
Não Responde	99 nResp

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 4/I
Categorização e Codificação da Variável P.13
P.13 "Assinala a forma como gostas de passar os teus tempos livres"
Categoria: 13.10 - Outro

Opções Assinaladas	Código
Estudar, Escrever e Desenhar	1 TLecd
Jogar no Computador	2 TLcomp
Ir à Biblioteca	3 TLbiblio
Praticar ou Ver Desporto	4 TLdesp
Outros	5 TLout
Não Responde	99 TLnresp

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 5/I
Categorização e Codificação da Variável P.14
P.14 "Assinala a forma como gostas dos seguintes programas de televisão"
Categoria: 14.8 - Outro

Opções Assinaladas	Código
Programas de Desporto	1 Pdesp
Programas Musicais e de Humor	2 PMuhu
Teatro e Revista	3 PTerev
Outros	4 Pout
Não Responde	99 Pnresp

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 6/I
Categorização e Codificação da Variável P.15
P.15 "Assinala a forma como gostas dos seguintes tipos de livro"
Categoria: 15.7 - Outro

Opções Assinaladas	Código
Desenho e Pintura	1 Ldepi
Livros da Escola	2 Lesc
Contos Tradicionais	3 Lcotr
Livros de Ciência e Tecnologia	4 Lcitec
Livros da Catequese	5 Lcateq
Livros de Terror	6 Lterr
Outro	7 Lout
Não Responde	8 Lnresp

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 7/I
Categorização e Codificação da Variável P.17
P.17 "Fazes parte de algum destes grupos?"
Categoria: 17.8 - Outro

Opções Assinaladas	Código
Coro da Igreja	1 Gcigr
Desporto ou Ginástica	2 Gdegi
Música	3 Gmus
Outro	5 Gout
Não Responde	99 Gnresp

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 8/I
Categorização e Codificação da Variável P.19
P.19 "O que pensas que faz falta na tua terra"
P.19.1; 19.2; 19.3; 19.4 (4 opções)

Necessidades Percepcionadas	Código
Espaços Verdes e de Lazer	1 Fever
Piscina	2 Fpisc
Comércio e Hotelaria	3 Fcoht
Divertimentos	4 Fdiv
Escolas "Especializadas"	5 Fesc
Serviços de Saúde	6 Fssa
Serviços de Segurança Pública	7 Fssp
Aumento Populacional	8 Fpopu
Serviços Públicos	9 Fspub
Fábricas e Empregos	10 Ffbemp
Serviços de Recolha e Tratamento de Lixo	11 Fslix
Locais de Exposição	12 Fexpo
Transportes Públicos	13 Ftrpp
Património Histórico e Cultural	14 Fpatri
Vias de Comunicação e Saneamento Básico	15 Fcosan
Grupos Sociorecreativos	16 Fgsrec
Outros	17 Fout
Não Responde	99 Fnresp

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 9/I
Categorização e Codificação das Profissões Escolhidas
P.20, 21 "O que gostarias de ser e onde gostarias de morar quando
fores grande"
P.20.1 (Profissão-imagem); 21.1 (Profissão-texto)

Actividade Profissional Escolhida	Código
Educação e Ensino	1 educ
Serviços de Saúde	2 ssa
Desporto	3 desp
Estética e Beleza	4 est
Profissões Liberais "Intelectuais"	5 lib
Agricultura	6 agri
Serviços de Segurança Pública e Protecção Civil	7 sppc
Construção e Obras Públicas	8 ccop
Serviços de Transportes	9 str
Comunicação Social	10 coso
Comércio	11 com
Ciência e Tecnologia	12 citec
Outros	13 out
Não Responde	99 nresp

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 10/I
Categorização e Codificação dos Locais de Residência Escolhidos
P.20, 21 "O que gostarias de ser e onde gostarias de morar quando
fores grande"
P.20.1 (Local-imagem); 21.1 (Local-texto)

Local de Residência Escolhido	Código
Espaço Urbano	1 Partir
Espaço Rural Local	2 Ficar
Não Responde	99 nresp

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

ANEXO II

QUADROS DE SUPORTE AOS GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1/II
Posicionamento Profissional dos Pais face ao Contexto Sócio-Escolar
(Análise de Correspondências Múltiplas)

Variáveis	Dimensões e Eixos		Critério (50% da var. + caract.)		Categorias								
	1	2	Eixo 1	Eixo 2	1		2						
	0.426	0.332											
P091(); P092()/P05(3); C01(2)													
P091 - Profissão do Pai:													
P091 - Agricultor (agri)								-0.62		0.31			
P091 - Indústria Extractiva (iext)								0.33		-0.05			
P091 - Comércio e Hotelaria (coht)								0.23		-0.32			
P091 - Serviços de Transporte (str)								-0.03		-0.43			
P091 - Construção Civil e Obras Públicas (ccop)								-0.21		-0.01			
P091 - Serviços Municipais (smuni)								0.00		-0.52			
P091 - Emigrantes (emig)								-0.75		0.27			
P092 - Profissão da Mãe:	0.641	0.426	0.641	0.426									
			(≥0.3205)	(≥0.213)									
P092 - Indústria Extractiva (iext)								146		-0.15			
P092 - Comércio e Hotelaria (coht)								0.28		-0.66			
P092 - Educação (educ)								1.39		1.49			
P092 - Doméstica (dom)								0.54		0.06			
								Monte	Aldeia	Vila			
P05 - Residência (1-Monte; 2-Aldeia; 3-Vila)	0.533	0.053						-0.72	0.26	-1.02	0.30	0.61	-0.19
								Sede			Freguesia		
C01 - Escola (1-Sede; 2-Freguesia)	0.550	0.066						0.66	-0.23	-0.83	0.29		

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Quadro 2/II
Evolução da População Residente
Vila de Castro Verde

Valores	V.A.	%
Anos		
1981	2771	37.1%
1991	3423	44.1%

Fonte: INE - Recenseamento da População de 1981 e 1991

Quadro 3/II
Distribuição da População por Dimensão de Lugares
Concelho de Castro Verde

Lugares	V.A.	%
Isolados	544	7.0
< 100 - 500	2940	37.9
500 - 1000	855	11.0
1000 - 2000	0	0
2000 - 5000	3423	44.1
Total	7762	100.0

Fonte: INE - Recenseamento da População de 1991

Quadro 4/II
Varição Populacional
Concelho de Castro Verde

Freguesias	População residente 1981	População residente 1991	Varição Populacional 1981-91 (%)
Casével	396	361	- 8.8%
Castro Verde	4249	4646	9.3%
Entradas	931	895	- 3.9%
St ^a Bárbara de Padrões	1250	1311	4.9%
S. Marcos da Atabueira	637	545	- 14.4%
Concelho de Castro Verde	7472	7762	3.9

Fonte: INE - Recenseamento da População de 1981 e 1991

Quadro 5/II
População Activa por Sector de Actividade Económica

	1981	%	1991	%
Sector Primário	821	38.3	514	18.8
Sector Secundário	615	28.7	937	34.4
Sector Terciário	708	33.0	1274	46.8
Total	2144	100	2725	100

Fonte: INE - Recenseamento da População de 1981 e 1991

Quadro 6/II
População Residente por Grupos Etários
Concelho de Castro Verde

Grupos de Idade	População Residente 1991		
	HM	H	M
0 - 4 anos	370	194	176
5 - 9 anos	482	269	213
10 - 14 anos	512	241	271
15 - 19 anos	527	267	260
20 - 24 anos	523	256	267
25 - 29 anos	551	297	254
30 - 34 anos	495	273	222
35 - 39 anos	428	235	193
40 - 44 anos	397	205	192
45 - 49 anos	341	162	179
50 - 54 anos	469	230	239
55 - 59 anos	549	280	269
60 -64 anos	493	246	247
65 - 69 anos	496	234	262
70 - 74 anos	375	175	200
75 - 79 anos	380	158	222
80 -84 anos	252	102	150
≥ 85 anos	122	41	81
Total	7762	3865	3897

Fonte: CCRA, 1996

Quadro 7/II
Peso da Estrutura Funcional da Somincor

Ano	N.º de Funcionários	Situação Profissional	
1980	35		
1982	81		
1984	139		
1986	246		
1988	641		
1990	1020		
1992	988		
1994	942		
1995	958	Efectivos	
		885	73
		Contratados	

Fonte: Somincor, 1996 (números médios)

Quadro 8/II
Empresas por Actividade Económica
1982-1992

Actividades Económicas	N.º de Empresas	
	1982	1992
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	16	43
Indústria Extractiva	1	1
Indústria Transformadora	9	12
Construção Civil e Obras Públicas	–	11
Comércio e Hotelaria	18	46
Transportes e Comunicações	–	1
Bancos, Seguros e Imobiliário	–	1
Serviços Colectivos, Sociais Pessoais	6	13
Total	50	128

Fonte: Ministério do Emprego e Segurança Social, 1996

Quadro 9/II
População Activa por Actividade Económica

Actividade Económica	1981	%	1991	%
Agricultura, Silvicultura e Pesca	807	37.6	514	18.9
Indústria Extractiva	13	0.6	363	13.3
Indústria Transformadora	157	7.3	132	4.8
Construção e Obras Públicas	459	21.4	442	16.2
Comércio e Hotelaria	240	11.2	498	18.3
Transportes e Comunicações	66	3.1	76	2.8
Bancos, Seguros e Imobiliário	13	0.6	61	2.2
Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	389	18.2	639	23.5
Total	2144	100	2725	100

Fonte: INE - Recenseamento da População de 1981 e 1991

Quadro 10/II
Preferências face às Áreas Disciplinares

P.12 - Áreas Disciplinares	Muito		Pouco		Nada		Não responde	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
12.1 - Língua Portuguesa	251	76.5	68	20.7	9	2.7	0	-
12.2 - Estudo do Meio	250	76.2	65	19.8	13	4.0	0	-
12.3 - Matemática	237	72.3	64	19.5	26	7.9	1	0.3
12.4 - Expressão Plástica	284	86.6	37	11.3	7	2.1	0	-
12.5 - Expressão Musical	210	64.0	63	19.2	53	16.2	2	0.6
12.6 - Expressão Dramática	210	64.0	79	24.1	39	11.9	0	-
12.7 - Educação Física	304	92.7	19	5.8	5	1.5	0	-

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 11/II
Universo Valorativo das Preferências Escolares face ao Contexto Sócio-Escolar
(Análise de Correspondências Múltiplas)

Variáveis	Dimensão		Eixos		Critério (50% da var. + caract.)		Categorias								
	1	2	1	2	Eixo 1	Eixo 2	Muito		Pouco		Nada				
							1	2	1	2	1	2			
P12 (121-127) (3) / C01(2); P05 (3)															
P121 - Língua Portuguesa	0.236	0.020	0.236				0.21	-0.07	-0.48	0.21	-2.36	0.51			
P122 - Estudo do Meio	0.154	0.104					0.22	-0.17	-0.68	0.42	-0.80	1.09			
P123 - Matemática	0.166	0.078					0.22	0.11	-0.34	-0.55	-1.17	0.36			
P124 - Expressão Plástica	0.188	0.300	0.188	0.300			0.12	-0.15	-0.38	0.49	-2.73	3.45			
P125 - Expressão Musical	0.208	0.006	0.208				0.30	-0.01	-0.26	-0.10	-0.92	0.16			
P126 - Expressão Dramática	0.159	0.100					0.29	-0.19	-0.37	0.14	-0.79	0.78			
P127 - Educação Física	0.154	0.283		0.283			0.06	-0.04	-0.05	-0.45	-3.14	4.20			
							Sede		Freguesia						
C01 - Escola (1-Sede; 2-Freguesia)	0.359	0.468	0.359	0.468	0.359	0.468	0.54	0.62	-0.66	-0.76					
					(≥0.1795)										
P05 - Residência (1-Monte; 2-Aldeia; 3-Vila)	0.348	0.480	0.348	0.480		0.480	Monte		Aldeia		Vila				
					(≥0.240)		-0.61	-0.56	-0.78	-1.07	0.50	0.58			

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Quadro 12/II
Interesses face às Actividades de Lazer

P.13 - Actividades de Lazer	Muito		Pouco		Nada		Não responde	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
13.1 - Brincar ou Conversar com os Amigos	296	90.2	25	7.6	5	1.5	2	0.6
13.2 - Ajudar os Pais	227	69.2	94	28.7	7	2.1	0	—
13.3 - Ir ao Cinema	203	61.9	90	27.4	27	8.2	8	2.4
13.4 - Ver Televisão	269	82.0	50	15.2	7	2.1	2	0.6
13.5 - Ouvir Música	206	62.8	99	30.2	21	6.4	2	0.6
13.6 - Ler	242	73.8	58	17.7	27	8.2	1	0.3
13.7 - Ir à Piscina	257	77.4	49	14.9	20	6.1	5	1.5
13.8 - Ir à Praia	281	85.7	35	10.7	10	3.0	2	0.6
13.9 - Passear	245	74.7	73	22.3	8	2.4	2	0.6
13.10 - Outro							266	81.1
Praticar Desporto	25	7.6						
Jogar Computador	4	1.2						
Ir à Biblioteca	4	1.2						
Estudar; Escrever; Desenhar	22	6.7						
Outro	7	2.1						

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 13/II
Universo Valorativo dos Interesses de Lazer face ao Contexto Sócio-Escolar
(Análise de Correspondências Múltiplas)

Variáveis	Dimensão		Eixos		Critério (50% da var. + caract.)		Categorias								
	1	2	1	2	Eixo 1	Eixo 2	Muito		Pouco		Nada				
							1	2	1	2	1	2			
P13 (131-1310) (3) (5) / C01(2); P05 (3)															
P131 - Brincar ou Conversar com os Amigos	0.009	0.207					0.00	0.14	-0.01	-1.58	0.77	0.11			
P132 - Ajudar os Pais	0.216	0.006					-0.29	-0.01	0.58	0.00	1.75	0.53			
P133 - Ir ao Cinema	0.064	0.464		0.464		0.464 (>0.232)	-0.21	0.52	0.31	-0.95	0.35	-0.78			
P134 - Ver a Televisão	0.018	0.211					0.06	0.21	-0.15	-0.86	-0.74	-1.69			
P135 - Ouvir Música	0.217	0.030					-0.34	0.06	0.68	0.04	0.27	-0.65			
P136 - Ler	0.327	0.004					-0.31	-0.03	0.62	0.12	1.15	0.08			
P137 - Ir à Piscina	0.003	0.459		0.459			-0.02	0.36	0.11	-1.21	-0.10	-1.51			
P138 - Ir à Praia	0.035	0.263		0.263			0.06	0.22	-0.12	-1.13	-1.00	-1.68			
P139 - Passear	0.020	0.213					0.09	0.28	-0.24	-0.84	-0.62	-0.19			
P1310 - Outro	0.052	0.100													
C01 - Escola (1-Sede; 2-Freguesia)	0.815	0.002	0.815		0.815 (>0.4075)		-0.81		-0.03	1.01	0.05				
P05 - Residência (1-Monte; 2-Aldeia; 3-Vila)	0.783	0.002	0.783				0.70	0.09	1.39	-0.02	-0.73	-0.02			

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Quadro 14/II
Interesses face à Imagem Televisionada

P. 14 - Programas de Televisão	Muito		Pouco		Nada		Não responde	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
14.1 - Filmes	183	55.8	85	25.9	59	18.0	1	0.3
14.2 - Telejornal	99	30.2	121	36.9	105	32.0	3	0.9
14.3 - Telenovelas	206	62.8	71	21.6	49	14.9	2	0.6
14.4 - Programas Infantis	258	78.7	54	16.5	14	4.3	2	0.6
14.5 - Desenhos Animados	300	91.5	24	7.3	1	0.3	3	0.9
14.6 - Programas sobre a Vida do Homem, dos Animais e Plantas	215	65.5	84	25.6	26	7.9	3	0.9
14.7 - Concursos	184	56.1	104	31.7	36	11.0	4	1.2
14.8 - Outro							297	90.5
Programas de Desporto	14	4.3						
Programas Musicais e de Humor	5	1.5						
Teatro e Revista	3	0.9						
Outro	9	2.7						

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 15/II
Universo Valorativo da Imagem Televisada face ao Sexo, Grupo Etário e Contexto Sócio-Escolar
(Análise de Correspondências Múltiplas)

Variáveis	Dimensão		Eixos		Critério (50% da var. + caract.)		Categorias						
							Muito		Pouco		Nada		
	1	2	1	2	Eixo 1	Eixo 2	1	2	1	2	1	2	
P14 (141-148)(3)(4)/P01 (3);P02 (2);C01(2);P05(3)													
P141 - Filmes	0.085	0.073					0.11	-0.22	0.21	0.19	-0.61	0.45	
P142 - Telejornal	0.009	0.108					-0.11	-0.14	0.12	-0.27	-0.01	0.48	
P143 - Telenovelas	0.065	0.300		0.300			-0.06	0.42	0.44	-0.84	-0.37	-0.50	
P144 - Programas Infantis	0.044	0.399		0.399		0.399 (≥0.1995)	-0.10	0.31	0.38	-0.94	0.54	-2.03	
P145 - Desenhos Animados	0.095	0.157					-0.08	0.12	0.96	-1.40	2.72	-0.13	
P146 - Programas sobre a Vida do Homem, dos Animais e das Plantas	0.102	0.052					-0.11	-0.15	0.51	0.21	-0.58	0.58	
P147 - Concursos	0.080	0.074					-0.25	0.23	0.34	-0.38	0.26	-0.04	
P148 - Outro	0.027	0.075											
P01 - Grupo Etário (1- ≤ 7 anos; 2- 8-10 anos; 3- ≥ 11 anos)	0.170	0.223					≤ 7 anos	8-10 anos	> 11 anos				
							-0.48	0.48	0.19	-0.13	1.08	-1.55	
P02 - Sexo (1- Masculino; 2- Feminino)	0.030	0.193		0.193 (a)			Masculino		Feminino				
							0.16	-0.38	-0.19	0.50			
P05 - Residência (1-Monte; 2-Aldeia; 3-Vila)	0.737	0.180	0.737				Monte		Aldeia		Vila		
						0.737 (≥0.3685)	0.62	0.62	1.39	0.33	-0.70	-0.35	
C01 - Escola (1-Sede; 2-Freguesia)	0.718	0.177	0.718	0.233			Sede		Freguesia				
							-0.76	-0.37	0.94	0.94	0.48		

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

a) Este valor 0.193 (P.02) foi utilizado porque se aproximava bastante do limite estabelecido (≥0.1995) com o propósito de evitar perda de informação.

Quadro 16/II
Preferências face ao Tipo de Livros

P.15 - Tipos de Livros	Muito		Pouco		Nada		Não responde	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
15.1 - Romances	77	23.5	91	27.7	159	48.5	1	0.3
15.2 - Banda Desenhada	265	80.8	47	14.3	15	4.6	1	0.3
15.3 - Aventuras	251	76.5	49	14.9	25	7.6	3	0.9
15.4 - Terra e Espaço	198	60.4	88	26.8	41	12.5	1	0.3
15.5 - Corpo Humano	222	67.7	64	19.5	41	12.5	1	0.3
15.6 - Natureza	230	70.1	69	21.0	29	8.8	0	-
15.7 - Outro							307	93.6
Desenho e Pintura	2	0.6						
Livros da escola	6	1.8						
Contos Tradicionais	4	1.2						
Ciência e Tecnologia	2	0.6						
Catequese	3	0.9						
Terror	2	0.6						
Outro	2	0.6						

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 17/III
Universo Valorativo do Tipo de Livros face ao Contexto Sócio-Escolar
(Análise de Correspondências Múltiplas)

Variáveis	Dimensão		Eixos		Critério (50% da var. + caract.)		Categorias						
							Muito		Pouco		Nada		
	1	2	1	2	Eixo 1	Eixo 2	1	2	1	2	1	2	
P15 (151-157) (3) / C01 (2) ; P05 (3)													
P151 - Romances	0.137	0.100					-0.57	0.04	-0.09	-0.49	0.34	0.26	
P152 - Banda Desenhada	0.013	0.180					-0.04	-0.09	0.28	-0.10	-0.03	1.94	
P153 - Aventuras	0.191	0.401		0.401		0.401 (≥0.2005)	-0.20	-0.19	0.45	-0.10	1.30	2.20	
P154 - Terra e Espaço	0.375	0.218	0.375	0.218			-0.48	-0.15	0.64	-0.24	1.00	1.23	
P155 - Corpo Humano	0.456	0.129	0.456				-0.42	-0.01	0.49	-0.49	1.53	0.81	
P156 - Natureza	0.264	0.322		0.156			-0.33	-0.11	0.69	-0.40	1.01	1.78	
P157 - Outro	0.093	0.033											
C01 - Escola (1-Sede; 2-Freguesia)	0.543	0.205	0.543	0.205		0.543 (≥0.2715)	-0.66	0.41	0.82	-0.50			
P05 - Residência (1-Monte; 2-Aldeia; 3-Vila)	0.512	0.175	0.512										
Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)													

Quadro 18/II
Preferências face aos Acontecimentos Locais

P.16 - Acontecimentos Locais	Muito		Pouco		Nada		Não responde	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
16.1 - Festas de Verão	285	86.9	36	11.0	7	2.1	0	–
16.2 - Feira de Castro	282	86.0	44	13.4	2	0.6	0	–
16.3 - Cantares Alentejanos	94	28.7	133	40.5	101	30.8	0	–
16.4 - Bailes	212	64.6	81	24.7	35	10.7	0	–
16.5 - Encontros Desportivos	207	63.1	87	26.5	34	10.4	0	–
16.6 - Exposições	194	59.1	96	29.3	38	11.6	0	–
16.7 - Concertos de Música	212	64.6	60	18.3	54	16.5	2	0.6
16.8 - Procissões	147	44.8	91	27.7	72	22.0	18	5.5

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 19/II
Universo Valorativo dos Acontecimentos Locais face ao Contexto Sócio-Escolar
(Análise de Correspondências Múltiplas)

Variáveis	Dimensão		Eixos		Critério (50% da var. + caract.)		Categorias								
	1	2	1	2	Eixo 1	Eixo 2	Muito		Pouco		Nada				
							1	2	1	2	1	2			
P16 (161-168) (3) / C01 (2) ; P05 (3)															
P161 - Festas de Verão	0.029	0.219		0.219			-0.06	-0.18	0.27	1.20	0.90	1.22			
P162 - Feira de Castro	0.128	0.176		0.176			-0.14	-0.15	0.82	0.84	1.81	3.14			
P163 - Cantares Alentejanos	0.199	0.172		0.172			-0.67	-0.15	0.13	-0.36	0.45	0.61			
P164 - Bailes	0.018	0.243		0.243			0.10	-0.26	-0.17	0.09	-0.22	1.36			
P165 - Encontros Desportivos	0.111	0.104					-0.22	-0.07	0.17	-0.21	0.84	0.93			
P166 - Exposições	0.319	0.076	0.319				-0.46	-0.23	0.53	0.29	0.97	0.43			
P167 - Concertos de Música	0.062	0.273		0.273			-0.19	-0.22	0.34	-0.26	0.32	1.18			
P168 - Procições	0.248	0.167		0.167			-0.50	-0.28	0.50	-0.13	0.55	0.76			
C01 - Escola (1-Sede; 2-Freguesia)	0.576	0.208	0.576		0.576										
P05 - Residência (1-Monte; 2-Aldeia; 3-Vila)	0.538	0.210	0.538												
Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)															

Quadro 20/II
Níveis de Participação face aos Grupos Sociais de Pertença

P.17 - Grupos de Pertença	Sim		Não		Não responde	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
17.1 - Futebol Infantil	41	12.5	287	87.5	0	—
17.2 - Hóquei Infantil	27	8.2	301	91.8	0	—
17.3 - Escuteiros	25	7.6	303	92.4	0	—
17.4 - Catequese	111	33.8	217	66.2	0	—
17.5 - Banda de Música	9	2.7	319	97.3	0	—
17.6 - Judo	26	7.9	302	92.1	0	—
17.7 - Grupo Coral "Os Carapinhas"	12	3.7	316	96.3	0	—
17.8 - Outro					306	93.3
Coro da Igreja	5	1.5				
Desporto ou Ginástica	13	4.0				
Música	2	0.6				
Outro	2	0.6				
17.9 - Nenhum	148	45.1	179	54.6	1	0.3

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 21/II
Universo Valorativo dos Grupos Sociais de Pertença face ao Contexto Sócio-Escolar
(Análise de Correspondências Múltiplas)

Variáveis	Dimensão		Eixos		Critério (50% da var. + caract.)		Categorias						
							Sim			Não			
	1	2	1	2	Eixo 1	Eixo 2	1	2	1	2	1	2	
P17 (171-177) (2) 178 (4) / C01 (2) ; P05 (3)	0.000	0.479		0.479		0.479 (≥0.236)	-0.05	-1.84	0.01	0.26			
P171 - Futebol Infantil													
P172 - Hóquei Infantil	0.354	0.158	0.354				-1.98	-1.33	0.18	0.11			
P173 - Escuteiros	0.341	0.068	0.341				-2.03	-0.91	0.17	0.07			
P174 - Catequese	0.038	0.000					-0.27	0.01	0.15	-0.01			
P175 - Banda de Música	0.212	0.230		0.230			-2.74	-2.86	0.08	0.08			
P176 - Judo	0.287	0.078	0.287				-1.82	-0.96	0.16	0.08			
P177 - Grupo Coral "Os Carapinhas"	0.044	0.007					-1.06	-0.44	0.05	0.01			
P178 - Outro	0.086	0.041					-1.63	0.81	-1.07	0.89			
							Sede						
							Freguesia						
C01 - Escola (1-Sede; 2-Freguesia)	0.587	0.290	0.587	0.290			-0.68	0.48	0.86	-0.60			
							Monte			Aldeia			Vila
P05 - Residência (1-Monte; 2-Aldeia; 3-Vila)	0.589	0.293	0.589	0.293		0.589 (≥0.294)	0.85	-0.19	0.96	-1.02	-0.65	0.40	

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Quadro 22/II
Percepção das Necessidade do Meio segundo
o Contexto Social de Pertença
(Opções Predominantes)

P.05 - Local de Residência (3)	Monte		Aldeia		Vila		Concelho	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
P.19 - Necessidades do Meio (4)								
19.1 - Espaços verdes	21	22.3	12	18.2	66	32.5	99	27.3
19.2 - Piscinas	26	27.7	23	34.8	49	24.1	98	27.0
19.3 - Comércio e Hotelaria	24	25.5	19	28.8	55	27.1	98	27.0
19.4 - Divertimentos	23	24.5	12	18.2	33	16.3	68	18.7
Total de respostas analisadas	94	100.	66	100.	203	100.	363	100.

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 23/II
Percepção Global face ao Meio

P.19 - "Gostas de viver na tua Terra"	Sim		Não		Não responde		Total	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Percepção Global face ao Meio	301	91.8	26	7.9	1	0.3	328	100.0

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 24/II
Universo Profissional Desejado

P.201; 211 - Opção Profissional Categorias (13)	V.A.	%
1- Educação e Ensino (educ)	67	20.4
2- Serviços de Saúde (ssa)	54	16.5
3- Profissionais de Desporto (pdesp)	42	12.8
4- Profissionais de Estética (pest)	19	5.8
5- Profissionais liberais (plib)	30	9.2
6- Agricultura (agri)	14	4.3
7- Serviços de Segurança Pública e Protecção Civil (sppc)	28	8.5
8- Construção Civil e Obras Públicas (ccop)	20	6.1
9- Serviços de Transportes (str)	9	2.8
10- Comunicação Social (coso)	4	1.2
11- Comércio (com)	7	2.1
12- Ciências e Tecnologia (citec)	4	1.2
13 - Outros (out)	25	7.6
99- Não respostas (nresp)	5	1.5
Total	328	100.0
Total de respostas	323	98.5

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 25/II
Preferências de Residência Futura
segundo o Local de Residência Actual

P.05 - Residência Actual P.202; 212 - Residência Futura	Monte		Aldeia		Vila		Concelho	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Espaço Urbano	50	64.1	40	65.6	116	61.4	206	62.8
Espaço Rural local	28	35.9	21	34.4	73	38.6	122	37.2
Total	78	100.0	61	100.0	189	100.0	328	100.0

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 26/II
As Opções Profissionais face ao Universo Profissional dos Pais
(Análise de Correspondências Múltiplas)

Variáveis:	P201 - Imagem		P211 - Texto	
	Dimensões		Dimensões	
P201 (8) ; P211 (8) / P091 (7) ; P92 (4)	1	2	1	2
P201 - Opção Profissional (imagem)	0.174	0.079		
P211 - Opção Profissional (texto)			0.144	0.150
Categorias (8) a)	eixos		eixos	
	1	2	1	2
1- Educação e Ensino (educ)	0.29	-0.74	-0.53	0.00
2- Serviços de Saúde (ssa)	0.73	0.35	0.61	0.92
3- Profissionais de Desporto (pdesp)	0.44	0.08	-0.08	0.53
4- Profissionais de estética (pest)	-0.43	0.14	-0.92	0.43
5- Profissões liberais (plib)	1.70	-0.43	0.08	-0.26
6- Agricultura (agri)	-0.52	0.23	-0.69	-0.06
7- Segurança Pública e Protecção Civil (sppc)	-0.06	-0.28	-0.04	-0.81
8- Construção Civil e Obras Públicas (ccop)	-0.84	0.21	-0.07	-0.54
Variável - P091	Dimensões			
	1	2		
P091 - Profissão do Pai	0.417	0.377		
Categorias (7)	eixos			
	1	2		
1- Agricultura (agri)	-0.59	0.35		
2- Indústria Extractiva (iext)	0.34	-0.05		
3- Comércio e Hotelaria (coht)	0.25	-0.16		
10- Serviços de Transporte (str)	-0.01	-0.51		
11- Construção Civil e Obras Públicas (ccop)	-0.20	0.10		
12- Serviços Municipais (smuni)	0.04	-0.74		
13- Emigrante (emig)	-0.74	0.23		
Variável - P092	Dimensões			
	1	2		
P092 - Profissão da Mãe	0.660	0.340		
Categorias (4)	eixos			
	1	2		
1- Indústria Extractiva (iext)	1.49	-0.20		
2- Comércio e Hotelaria (coht)	0.28	-0.50		
5- Educação e Ensino (educ)	1.40	1.42		
9- Doméstica (dom)	-0.52	0.03		

a) A selecção das opções profissionais foi efectuada em função de um peso frequentista por categoria ≥ 10 , cujo critério garantiu evidência empírica de 84.8%.

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Quadro 27/II
As opções Profissionais face ao Sexo e Contexto Sócio-Escolar
(Análise de Correspondências Múltiplas)

Variáveis:	P201 - Imagem		P211 - Texto	
	Dimensões	Dimensões	Dimensões	Dimensões
P201 (8) ; P211 (8) / P05 (3) ; C01 (2)	1	2	1	2
P201 - Opção Profissional (imagem)	0.174	0.079		
P211 - Opção Profissional (texto)			0.144	0.150
Categorias (8) a).	eixos		eixos	
	1	2	1	2
1- Educação e Ensino (educ)	0.29	-0.74	-0.53	0.00
2- Serviços de Saúde (ssa)	0.73	0.35	0.61	0.92
3- Profissionais de Desporto (pdesp)	0.44	0.08	-0.08	0.53
4- Profissionais de Estética (pest)	-0.43	0.14	-0.92	0.43
5- Profissões liberais (plib)	1.70	-0.43	0.08	-0.26
6- Agricultura (agri)	-0.52	0.23	-0.69	-0.06
7- Segurança Pública e Protecção Civil (sppc)	-0.06	-0.28	-0.04	-0.81
8- Construção Civil e Obras Públicas (ccop)	-0.84	0.21	-0.07	-0.54
Variável - P05	Dimensões			
	1	2		
P05 - Local de Residência	0.518	0.038		
Categorias (3)	eixos			
	1	2		
1- Monte	-0.73	0.24		
2- Aldeia	-0.95	0.21		
3- Vila	0.62	-0.17		
Variável - C01	Dimensões			
	1	2		
C01 - Escola	0.543	0.056		
Categorias (2)	eixos			
	1	2		
1- Sede do Concelho	0.67	-0.22		
2- Freguesia	-0.81	0.26		
Variável - P02	Dimensões			
	1	2		
P02 - Sexo	0.000	0.002		
Categorias (2)	eixos			
	1	2		
1- Masculino (masc.)	0.00	-0.04		
2- Feminino (fem.)	0.02	0.05		

a) A selecção das opções profissionais foi efectuada em função de um peso frequencista por categoria ≥ 10 , cujo critério garantiu evidência empírica de 84.8%.

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Quadro 28/II
Ambições Socioprofissionais (im) face
ao Contexto Geográfico Concelhio (f)
(Análise de Correspondências Múltiplas)

Variáveis:	Dimensões	
	1	2
P201 (8) ; P211 (8) / P05 (3) ; C01 (2)		
P201 - Opção Profissional (imagem)	0.016	0.091
Categorias (8)	eixos	
a)	1	2
1- Educação e Ensino (imeduc)	-0.16	-0.28
2- Serviços de Saúde (imssa)	-0.15	-0.23
3- Profissionais de Desporto (impdesp)	-0.15	-0.23
4- Profissionais de Estética (impest)	-0.15	-0.34
5- Profissões liberais (implib)	-0.13	-0.24
6- Agricultura (imagri)	-0.20	1.94
7- Segurança Pública e Protecção Civil (imsppc)	-0.15	0.02
8- Construção Civil e Obras Públicas (imccop)	-0.15	0.13
Variável - P202	Dimensões	
	1	2
P202 - Residência Futura (im)	0.007	0.007
Categorias (2)	eixos	
	1	2
1- Espaço urbano (imesp.urb.)	-0.07	-0.16
2- Espaço rural local (imesp.rur.loc.)	-0.16	-0.12
Variável - C23	Dimensões	
	1	2
C23 - Freguesias e Sede do Concelho	2.732	2.422
Categorias (6)	eixos	
	1	2
1- Castro Verde - sede (fcvs)	-0.15	-0.23
2- Castro Verde (fcv)	-0.15	-0.24
3- Entradas (fentr)	-0.21	-1.01
4- Casével (fcase)	10.53	0.20
5- S. ^{ta} Bárbara de Padrões (fsbarb)	-0.13	-0.19
6- S. Marcos da Atabueira (fsmarc)	-0.29	6.27

a) A selecção das opções profissionais foi efectuada em função de um peso frequencista por categoria ≥ 10 , cujo critério garantiu evidência empírica de 84.8%.

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Quadro 29/II
Ambições Socioprofissionais (tx) face
ao Contexto Geográfico Concelhio (f)
(Análise de Correspondências Múltiplas)

Variáveis:	Dimensões	
	1	2
P211 (8) ; P212 (2) (tx) / C23 (6)		
P211 - Opção Profissional (texto)	0.066	0.077
Categorias (8) a)	eixos	
	1	2
1- Educação e Ensino (txeduc)	0.11	-0.01
2- Serviços de Saúde (txssa)	-0.47	-0.32
3- Profissionais de Desporto (txpdesp)	0.01	0.06
4- Profissionais de Estética (txpest)	0.37	0.24
5- Profissões liberais (txplib)	-0.30	-0.29
6- Agricultura (txagri)	-0.51	1.21
7- Segurança Pública e Protecção Civil (txsppc)	-0.04	-0.49
8- Construção Civil e Obras Públicas (txccop)	0.23	0.22
Variável - P212	Dimensões	
	1	2
P202 - Residência Futura (texto)	0.021	0.000
Categorias (2)	eixos	
	1	2
1- Espaço Urbano (esp.urb.)	0.07	0.00
2- Espaço Rural local (esp.rur.loc.)	-0.34	-0.03
Variável - C23	Dimensões	
	1	2
C23 - Freguesias e Sede do Concelho	2.732	2.422
Categorias (6)	eixos	
	1	2
1- Castro Verde - sede (fcvs)	-0.77	-0.64
2- Castro Verde (fcv)	-0.63	4.26
3- Entradas (fentr)	0.03	-0.08
4- Casével (fcase)	0.06	-0.19
5- S. ^{ta} Bárbara de Padrões (fsbarb)	3.09	-0.04
6- S. Marcos da Atabueira (fsmarc)	0.08	-0.15

a) A selecção das opções profissionais foi efectuada em função de um peso frequencista por categoria ≥ 10 , cujo critério garantiu evidência empírica de 84.8%.

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

Quadro 30/II
As Opções de Residência Futura face ao
Sexo e Contexto Sócio-Escolar
(Análise de Correspondências Múltiplas)

Variáveis:	Dimensões	
	1	2
P212 (2) / P05 (3) ; P02 (2) ; C01 (2)		
P212 - Residência Futura (tx)	0.055	0.274
Categorias (2)	eixos	
	1	2
1- Espaço Urbano (esp.urb.)	0.36	0.65
2- Espaço Rural local (esp.rur.loc.)	-0.17	0.83
Variável - P05	Dimensões	
	1	2
P05 - Local de Residência (tx)	0.949	0.207
Categorias (3)	eixos	
	1	2
1- Monte	0.91	-0.88
2- Aldeia	1.33	0.31
3- Vila	-0.85	0.10
Variável - P02	Dimensões	
	1	2
P02 - Sexo	0.002	0.054
Categorias (2)	eixos	
	1	2
1- Masculino (masc.)	0.01	-0.28
2- Feminino (fem.)	-0.07	0.14
Variável - C01	Dimensões	
	1	2
C01 - Escola	0.970	0.040
Categorias (2)	eixos	
	1	2
1- Sede de Concelho	-0.92	0.06
2- Freguesias	1.06	-0.29

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996 (ACM)

ANEXO III

INDICADORES LOCAIS, REGIONAIS E NACIONAIS

Quadro 1/III
Dimensão Geográfica, Freguesias e Lugares
Concelho de Castro Verde

Zona Geográfica	População 1991	Área	Distância média das freguesias a sede de concelho	Freguesias 1993	Lugares 1993
	HM	Km ²	Km	N.º	N.º
	1	2	4	5	6
Castro Verde	7762	567.305	9.2	5	22

Fonte: INE - Anuário Estatístico, 1993

Quadro 2/III
População Residente e Componentes de Crescimento Demográfico
Baixo-Alentejo

Zona Geográfica Concelhos de Residência Habitual em 1991/04/15	População Residente em 1991 HM	População Residente em 1981 HM	Crescimento Efectivo		Crescimento Natural		Crescimento Migratório	
	Valor	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	1	2	3	4	5	6	7	8
Baixo Alentejo	143020	158957	-15937	-10.0	-3229	-2.0	-12708	-8.0
Aljustrel	11990	12670	-880	-6.8	-222	-1.7	-658	-5.1
Almodôvar	8999	10637	-1638	-15.4	-282	-2.7	-1356	-12.7
Alvito	2650	2958	-318	-10.7	-92	-3.1	-226	-7.6
Barrancos	2052	2157	-105	-4.9	-53	-2.5	-52	-2.4
Beja	35827	38246	-2419	-6.3	167	0.4	-2586	-6.8
Castro Verde	7762	7472	290	3.9	-304	-4.1	594	7.9
Cuba	5494	5740	-246	-4.3	-159	-2.8	-87	-1.5
Ferreira do Alentejo	10075	11244	-1169	-10.4	-11	-0.1	-1158	-10.3
Mértola	9805	11693	-1888	-16.1	-784	-6.7	-1104	-9.4
Moura	17549	19772	-2223	-11.2	-214	-1.1	-2009	-10.2
Ourique	6597	7969	-1372	-17.2	-423	-5.3	-949	-11.9
Serpa	17915	20784	-2869	-13.8	-598	-2.9	-2271	-10.9
Vidigueira	6305	7405	-1100	-14.9	-254	-3.4	-846	-11.4

Fonte: INE - Recenseamento da População de 1981 e 1991

Quadro 3/III
População Residente, Áreas e Densidades Populacionais
Baixo-Alentejo

Zona Geográfica	População 1991	Área	Densidade Populacional 1991	População 1981	Densidade Populacional 1981	Variação 1981/1991
	HM	Km	Hab/Km	HM	Hab/Km	Hab/Km
	1	2	4	5	6	7
Baixo Alentejo	143020	8503.388	16.8	158957	18.7	-10.0
Aljustrel	11990	455.655	26.3	12870	28.2	-6.8
Almodôvar	8999	775.875	11.6	10637	13.7	-15.4
Alvito	2650	260.933	10.2	2968	11.4	-10.7
Barrancos	2052	168.431	12.2	2157	12.8	-4.9
Beja	35827	1140.207	31.4	38246	33.5	-6.3
Castro Verde	7762	567.305	13.7	7472	13.2	3.9
Cuba	5494	171.315	32.1	5740	33.5	-4.3
F. do Alentejo	10075	648.451	15.5	11244	17.3	-10.4
Mértola	9805	1279.402	7.7	11693	9.1	-16.1
Moura	17549	957.730	18.3	19772	20.6	-11.2
Ourique	6597	660.145	10.0	7969	12.1	-17.2
Serpa	17915	1103.740	16.2	20784	18.8	-13.8
Vidigueira	6305	314.199	20.1	7405	23.6	-14.9

Fonte: INE - Recenseamento da População de 1981 e 1991

Quadro 4/III
Indicadores Demográficos
Campo Branco

Sub-zona Agrícola (Freguesias)	Variação Populacional 1960/81
Campo Branco	-37.1
Casével	-59.3
Conceição (Concelho de Ourique)	-59.7
Castro Verde	-23.2
Entradas	-46.9
S. ^{ta} Bárbara de Padrões	-37.1
S. Marcos da Ataboeira	-53.5

Fonte: PDAR - Zona Agrária de Aljustrel, 1993

Quadro 5/III
Estimativas da Variação Populacional
Concelho de Castro Verde
1991-2011

População Residente 1991	População Projectada 2001	População Projectada 2011	Variação Populacional Estimativas %	
			1991-2001	2001-2011
7762	7645	7582	-1.5%	-0.8%

Fonte: CCRA, 1996

Quadro 6/III
População Residente Economicamente Activa segundo a condição
perante o Trabalho, o Sexo e respectiva Taxa de Actividade e
Desemprego
Concelho de Castro Verde

Zona Geográfica	Empregada		Desempregada						Taxa de Actividade (%)			Taxa de Desemprego (%)		
			Total		Procura do 1º emprego		Procura de novo emprego							
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	M	HM	H	M
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Castro Verde	2725	2011	366	107	119	21	247	86	39.8	54.8	25.0	11.8	5.1	26.6

Fonte: INE - Recenseamento da População de 1991

Quadro 7/III
População Residente segundo o Nível de Instrução e o Sexo
Concelho de Castro Verde

Zona Geográfica	População Residente				População segundo o Nível de Instrução										Taxa de Analfabetismo
	Em 1981		Em 1991		Analfabetos com 10 ou mais anos		Ensino Primário		Ensino Preparatório		Ensino Secundário		Outro Ensino		
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	
Baixo Alentejo	158957	78484	143020	70390	29829	12432	59646	30869	15545	8689	22824	11212	4913	1944	23.3
Aljustrel	12870	6324	11990	5956	2285	935	5378	2804	1296	727	1863	923	299	109	21.3
Almodôvar	10637	5467	8999	4603	2148	990	3884	2071	901	497	1189	590	203	87	26.7
Alvito	2968	1472	2650	1302	659	292	1070	541	301	165	353	174	78	34	27.6
Barrancos	2157	1031	2052	998	430	181	838	417	310	170	243	117	34	13	23.5
Beja	38246	18622	35827	17228	5517	2129	13502	6734	3677	2069	8324	4110	2337	954	17.3
Castro Verde	7472	3651	7762	3665	1418	644	3559	1816	860	483	1123	525	249	105	20.5
Cuba	5740	2849	5494	2701	1202	568	2397	1182	572	331	774	375	114	45	24.5
F. do Alentejo	11244	5571	10075	4982	2222	967	4345	2279	1122	598	1420	686	240	89	24.7
Mértola	11693	5817	9805	4878	2624	1143	4311	2241	990	584	1124	543	151	53	29.6
Moura	19772	9713	17549	8556	3756	1394	7499	3939	2056	1138	2366	1184	500	205	24.2
Ourique	7969	4081	6597	3364	1830	858	2782	1487	623	341	774	357	86	27	30.2
Serpa	20784	10271	17915	8839	4397	1736	7253	3941	2241	1233	2368	1168	427	161	27.4
Vidigueira	7405	3615	6305	3118	1341	595	2828	1417	596	353	903	442	165	62	23.9

Fonte: INE - Recenseamento da Populações de 1981 e 1991

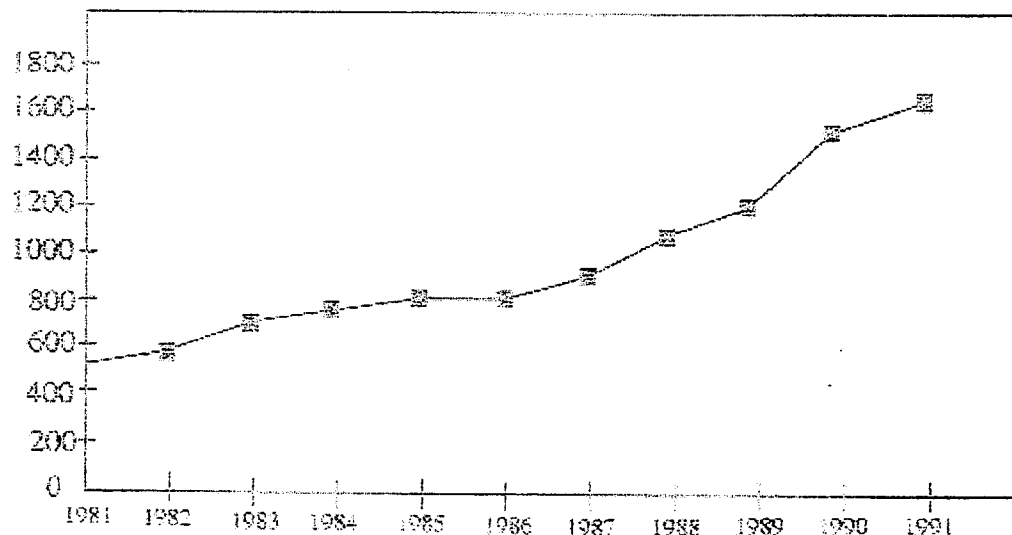
Quadro 8/III
Indicadores Demográficos
Concelho de Castro Verde
1981-2011

Indicadores	1981	1991	2001	2011
População Residente	7472	7762	7645	7582
Grupos Funcionais (económicos)				
Jovens 0-14 anos	1521	1364	1027	890
%	20.4	17.6	13.4	11.7
Adultos 15-64 anos	4506	4773	4880	5013
%	60.3	61.5	63.8	66.1
Idosos ≥ 65 anos	1445	1625	1738	1680
%	19.3	20.9	22.7	22.2
Ratios de Dependência				
Dep. Jovens	33.8	28.6	21.1	17.7
Dep. Idosos	32.1	34.0	35.6	33.5
Dep. Total	65.8	62.6	56.7	51.3
Índice de Envelhecimento	95.0	119.1	169.2	188.8

Fonte: CCRA, 1996 / I - Cenário Realista

Gráfico 1/III

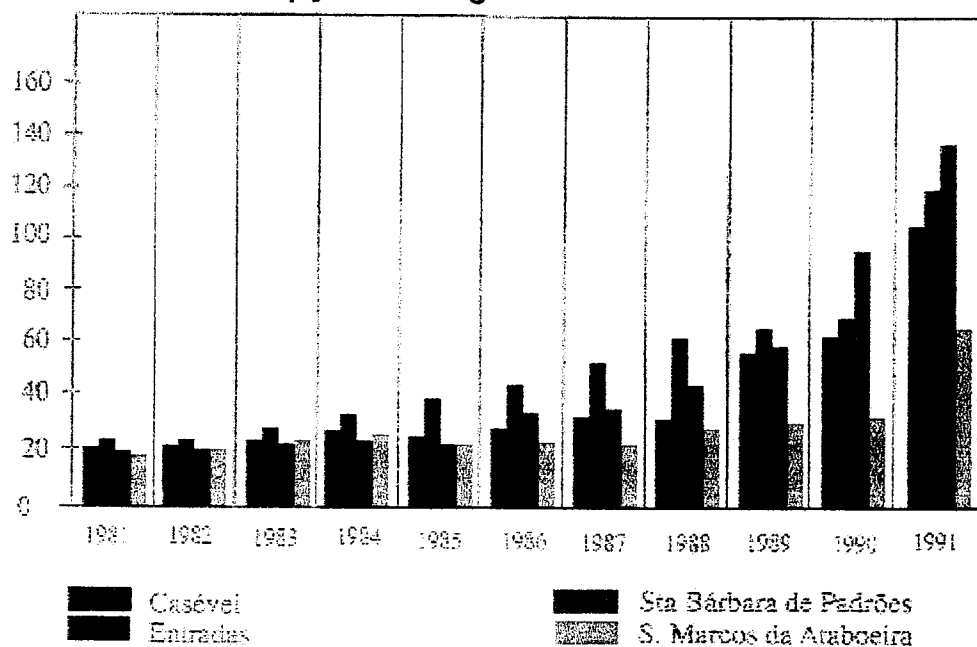
Evolução do Parque Automóvel Castro Verde (1981-1991)



Fonte: In Campaniço, Janeiro/Fevereiro, 1992

Gráfico 2/III

Evolução do N.º de Telefones no Concelho (1981-1991) a excepção da Freguesia de Castro Verde



Fonte: In Campaniço, Janeiro/Fevereiro, 1992



